



UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores

Entrevistas:

- Prof. Antônio Carlos Palhares Moreira Reis
- Prof. George Browne do Rego
- Prof. Jonio Santos Pereira de Lemos
- Profa. Maria Antônia Amazonas Mac Dowell

**Evson Malaquias
de Moraes Santos
(Organizador)**

UFPE - Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores

Evson Malaquias de Moraes Santos
(Organizador)

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora UFPE: Profª Maria José de Matos Luna

Comissão Editorial

Presidente: Profª Maria José de Matos Luna

Titulares: André Luiz de Miranda Martins, Artur Stamford, Christine Paulette Yves Rufino, Elba Lúcia C. de Amorim, Emanuel Souto da Mota Silveira, José Dias dos Santos, José Wellington Rocha Tabosa, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Lívia Suassuna, Marcos Gilson Gomes Feitosa, Marlos de Barros Pessoa, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque

Suplentes: Alexandre Simão de Freitas, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Augusto César Pessoa Santiago, Bruno César Machado Galindo, Carlos Alberto Cunha Miranda, Carlos Sandroni, Ivandro da Costa Sales, José Gildo de Lima, Luiz Carlos Miranda, Vera Lúcia Menezes Lima, Zanoni Carvalho da Silva

Editores Executivos: Antonio Paulo de Moraes Rezende, José Rodrigues de Paiva

Créditos

Capa e Projeto Gráfico: Wilton Pontes

Revisão: o autor

Montagem

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE | CEP: 50.740-530

Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

Editora associada

*Catalogação na fonte*

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

U58 UFPE : Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores /
organizador Evson Malaquias de Moraes Santos. – Recife :
Ed. Universitária da UFPE, 2012.
268 p. : il., retrs.

ISBN (enc.)

1. Universidades e faculdades – Administração. 2.
Universidade Federal de Pernambuco – Administração
– História. 3. Professores universitários – Entrevistas. 4.
Administradores de universidades – Entrevistas. I. Santos,
Evson Malaquias de Moraes (Org.)

378.101

CDD (22.ed.)

UFPE (BC2011-172)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Para ISBN: ver capa.

UFPE - Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores

Evson Malaquias de Moraes Santos
(Organizador)

Editora  **Universitária** **UFPE**

Recife
2012

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à PROPESQ, que nos disponibilizou bolsistas e, através do Programa Emergencial, também materiais de consumo e equipamento, possibilitando um melhor andamento da pesquisa.

Esta pesquisa não teria se concretizado sem a gentileza e a disponibilidade dos entrevistados e dos estudantes Clodoaldo Marques, Talita Maria Soares da Silva e Shenia Santos. A última transcreveu a entrevista de Maria Antonia Amazonas e Clodoaldo marques, as demais, com exceção da de Rômulo Maciel. Além disso, Clodoaldo Marques e Talita Maria Soares da Silva tiveram participação nas entrevistas de Jônio Iemos, assim como esta última, também participou da entrevista de Palhares Moreira Reis.

Especialmente, gostaríamos de agradecer ao senhor professor Anísio Brasileiro de Freitas Dourado, por, desde o início do projeto, ter estimulado e apoiado, efetivamente, a pesquisa e as publicações decorrentes dessa.

PREFÁCIO

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a sua Editora Universitária, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, têm a honra e a satisfação de apresentar à Sociedade o livro **UFPE – Instituição, Gestão, Política e seus bastidores**. Sob a competente coordenação do Professor Evson Malaquias de Moraes Santos e equipe de estudantes pesquisadores, o livro se insere em um projeto de pesquisa sobre a memória e a história da Universidade, cujo rigoroso teor metodológico debruça-se na análise das atas dos Conselhos Universitários dos reitorados de Joaquim Amazonas e João Alfredo.

Essa pesquisa fornece, pois, elementos indispensáveis para a compreensão da cultura institucional e de fatos históricos que marcaram a vida da UFPE. Trata-se de uma relevante contribuição, principalmente quando a instituição vive momento crucial da sua existência, com a instalação do processo de construção do seu novo Estatuto e dos Regimentos, a fim de dotá-la de instrumentos capazes de dar conta dos novos desafios à gestão do conhecimento no mundo contemporâneo.

Em particular, o presente livro apresenta valor histórico inestimável. Trata de riquíssimas entrevistas com professores que, em épocas passadas e recentes, tiveram papel de grande importância nas tomadas de decisão institucionais. Recebi, assim, com honra a tarefa de escrever esse prefácio, o que faço com muito prazer. Espero ter a capacidade de aprender com os ensinamentos desses mestres, de modo a vir a estar à altura da instituição e dos seus dirigentes históricos no reitorado que ora inicio juntamente com Silvio Romero Marques. O que aprendi com a leitura das entrevistas que fiz entre natal e ano novo de 2011 e nas minhas férias de 2012 ?

Primeiro, que estamos diante de professores, como todos fizeram questão de frisar, que possuem imenso amor pela UFPE, que dedicaram a ela os melhores momentos de suas vidas, muitas vezes subtraídos dos convívios familiares e dos amigos, que tiveram sempre posturas democráticas, protegendo a instituição e a autonomia universitária, nas épocas mais difíceis, quando predominava o autoritarismo no País. Esses professores lutaram com todas as suas energias e vigor para que a UFPE viesse a ser o que é hoje: uma instituição reconhecida nacionalmente pela qualidade de suas atividades acadêmicas e pelo zelo com que trata os procedimentos de serviço público.

Segundo, que estamos diante de intelectuais que se afirmaram profissionalmente através do mérito, oriundo de profunda dedicação aos estudos, como mostra suas formações à pesquisa e ao ensino, bem como através de suas interações com pesquisadores de renomadas universidades do Brasil e do exterior. Chamaram-me atenção a sinceridade e a simplicidade com que narraram suas vidas pessoais, profundamente inseridas em suas vidas familiares e profissionais. São exemplos de vida para as gerações atuais e futuras da Universidade.

Eu teria muito mais a dizer, mas contento-me, por fim, em citar algumas das muitas ações concretas em que foram atores de primeira linha, a saber, a própria criação da Universidade, resultante do agrupamento de escolas, faculdades e institutos; os primeiros cursos de graduação, tendo sido todos eles professores de centenas de jovens que fizeram o Brasil; a reforma de 1968, com a criação das estruturas departamentais, a extinção das cátedras, a realocação do pessoal docente e técnico-administrativo em função de áreas de conhecimento; o estatuto e o regimento geral da Universidade, concluídos em meados dos anos 1975; o vestibular unificado, a passagem do regime seriado para créditos, o ciclo geral e a criação das áreas básicas; o surgimento da pesquisa e da pós-graduação e, não menos importantes, as estruturas físicas que moldaram o campus da UFPE em Recife.

Todavia, mais importantes que todas as inúmeras ações que firmaram a UFPE de qualidade e democrática que temos hoje são as lições de vida, de ética, cidadania, compromisso social e com os saberes universitários que Maria Antonia Amazonas Mac Dowell, George Browne do Rego, Jônio Santos Pereira de Lemos e Antonio Carlos Palihares Moreira Reis deixam para a juventude brasileira e da UFPE. Somos profundamente gratos a vocês. A UFPE reconhece suas histórias, louva-as e orgulha-se de tê-los em seu quadro docente. Muito obrigado a vocês. Valeu a pena.

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Reitor

APRESENTAÇÃO

A memória institucional da Universidade Federal de Pernambuco ganha significativo alento com a publicação deste volume, intitulado UFPE - Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores; sem dúvida, um trabalho meticuloso, competentemente organizado e coordenado pelo colega Evson Malaquias de Moraes Santos. Com a edição deste livro, Evson dá continuidade ao trabalho de preservação da história da UFPE, na esteira do que já empreendera anteriormente com o objetivo de prospectar, revisitar e preservar a memória institucional da nossa universidade federal. Refiro-me aos três volumes que vêm de ser publicados pela Editora Universitária, organizados por Evson e intitulados: O reitorado de Joaquim Amazonas através das Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife: 1946-1959, editado em 2009 e, mais recentemente, no ano de 2010, em sequência, Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do Reitorado de João Alfredo e Vice-Reitorado de Newton Maia, da Universidade do Recife: junho de 1959 a agosto de 1964; o terceiro volume, também publicado ainda em 2010, se debruça sobre A Primeira Greve Estudantil da UFPE: 09 a 19 de setembro de 1947. Insisto em dizer da importância que um trabalho de tal monta representa para a consolidação do que chamamos de “cultura de memória institucional” numa universidade com a envergadura e o legado protagonista da UFPE. É muito bom e bastante significativo para a instituição que um trabalho dessa natureza tenha começado, pois sabemos que simbolicamente o esquecimento aponta para morte, conforme nos ensinaram os pais da História. As instituições vivem e sobrevivem nas pessoas, no seu labor, nas suas escolhas, nos seus feitos, nos seus sonhos e nas frustrações. Como a condição humana é portadora da inexorável circunstância da mortalidade, buscamos sobreviver nos eternizando nessa preservação da memória. Se relevante é para a UFPE que este trabalho, levado a cabo por Evson, tenha começado e continue de velas ao vento, mais reconfortante ainda é perceber que ele vem tendo a acolhida que merece, seja por parte dos dirigentes – que vêm oferecendo o indispensável apoio e incentivo -, seja, pela acolhida ao mesmo tempo entusiasta e generosa, por parte das numerosas pessoas que, na qualidade de educadores e gestores institucionais, fizeram e fazem o dia adia da instituição, subsidiando suas atividades primaciais voltadas para a geração e transmissão de saberes. É assim que vemos e destacamos neste livro a participação dos cinco

entrevistados.

UFPE - Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores é constituído por um conjunto de quatro entrevistas feitas com professores e dirigentes em diferentes áreas; de distintos cargos e encargos na administração superior da UFPE. Funções exercidas em vários momentos institucionais. Folheando o livro, três particularidades chamam a minha atenção enquanto leitor: de um lado, a disponibilidade de todos e cada um deles em responder de bom grado, com total sinceridade e isenção de ânimo, as questões postas pelo entrevistador; cada um com seu estilo próprio de mergulhar no passado de suas vivências e de se posicionar diante desses fatos, agora representados sob o signo de um tempo pretérito. Essa representação do passado, insistimos, é algo crucial para o tecido da memória institucional e a narrativa da história que têm no conceito de tempo sua matéria prima, conforme nos ensinam Paul Ricoeur e Michel Certeau. Noutro aspecto – o segundo -, não é difícil perceber que cada entrevistado se assume plenamente como sujeito dessa memória institucional, alicerçando uma narrativa em que não negam suas simpatias, afeições, atribulações, frustrações, alegrias e até mesmo antipatias. Portanto, não se escondem dos outros e nem de si mesmos. Em vários momentos dessas diferentes entrevistas a sinceridade é cortante. Mais uma vez, cabe enfatizar que isso importa e tem tudo a ver com a alma da instituição, pois, não esqueçamos, foi no singular e na primeira pessoa que falou Heródoto de Halicarnassos, o “pai da História”, quando narrava a batalha dos Persas. Finalmente – o terceiro aspecto -, quando instados a falar de seu pertencimento institucional, todos os entrevistados foram unâimes em se declarar professores, e isso com muita ênfase e convicção. Concebendo a docência como um sacerdócio a que se entregaram e se dedicam de corpo e alma, o livro de Evson confirma algo relevante na caracterização da história institucional da UFPE, a saber, que a memória de uma instituição universitária tem como marca e diferencial a mística que aponta para o professor como um educador de gerações. Todos os entrevistados se dizem realizados como educadores, a despeito de terem ocupado, por largo tempo de sua lide acadêmica, cargos e funções administrativo-gerenciais; aliás, os mais altos da hierarquia: reitores, vice-reitores, pró-reitores, diretores, presidentes e integrantes de conselhos, etc. Todos se consideram professores, integral e permanentemente.

Diríamos ao leitor que o presente livro do Prof. Evson Malaquias é constituído pelas entrevistas feitas com respeitáveis figuras e gestores da UFPE. A primeira delas, em ordem alfabética, foi realizada com o professor Antônio Carlos Palhares Moreira Reis (pró-reitor de 1981 a abril de 1983), ou simplesmente Palhares, como o chamamos na intimidade de colegas. Professor assistente de Ciência Política já no ano de 1954, anos depois se tornaria professor assistente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Recife. Ingressou na Universidade exercendo as funções de secretário na Escola Superior de Química e no Instituto de Antibióticos. Em seguida foi assessor de Gabinete do reitor Murilo Guimarães e, logo depois, dirigiu a Divisão de Pessoal desse reitorado e a Rádio Universitária. No reitorado do professor Geraldo Lafayette, foi assessor e pró-reitor, funções essas, especialmente as de assessoria, que viriam a ser ocupadas nos reitorados restantes dos professores Geraldo Lapenda, Edinaldo Bastos e Éfrem Maranhão. Palhares Moreira Reis, talvez por ter ocupado uma Diretoria de Pessoal no reitorado de Murilo Guimarães, na sua entrevista demonstra que conhece bastante as

pessoas que fazem a Universidade, especialmente seus mestres e colegas com quem conviveu. Fala com minudência de detalhes sobre a relação aluno e professor na Faculdade de Direito do Recife: os mais chegados e os mais arredios ao contato com os estudantes, sobressaindo, nesse particular, o que ele sabia do professor João Alfredo, primeiro reitor da instituição e seu fundador. Oferece dados interessantes sobre os difíceis tempos em que a instituição teve que conviver com o autoritarismo do golpe militar de 64, evidenciando que os delatores também existiam dentro da própria universidade e que ele próprio se orgulha de ter sido, além de professor, advogado de vários indiciados e de presos políticos.

O segundo entrevistado é o professor George Browne do Rego (pró-reitor Acadêmico de 1979 a 1983, reitor, de 1983 a 1987), o único deles que exerceu o cargo de Reitor e dirigente maior da instituição. É uma longa entrevista e, lendo nas suas linhas e entrelinhas, tem-se a impressão de uma contrita confissão, em que transborda a alma do professor-sonhador, do político-conciliador e do servidor-ético. A sua alocução derradeira ao Conselho Universitário, encerrando o mandato, é a prova mais cabal – talvez valesse mesmo dizer contundente – do seu confiteor enquanto educador e gestor. Vale a pena o leitor conferir, *ipsis litteris*, esse grande momento de sua entrevista. Praticamente criado na Universidade, onde começou a trabalhar como auxiliar de contabilidade tornase, posteriormente, auxiliar de Gabinete do reitor que sucedeu a João Alfredo, no caso, Murilo Humberto Guimarães, e, logo em seguida, Secretário Geral da Universidade que, naquele tempo, tinha ainda a Reitoria funcionando no Parque Treze de Maio. Lecionou Filosofia do Direito, na Faculdade de Direito, onde se formara; cursaria, depois, Filosofia na Universidade Católica. Posteriormente, assumiu a cadeira de Filosofia da Educação no Centro de Educação. A convite do reitor Marcionilo de Barros Lins, assume o cargo de coordenador do Controle Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica, chefiada na época pela professora Maria Antônia Mac Dowell. No Departamento de Filosofia do CFCH exercerá a função de coordenador do Curso de Pós-Graduação em Filosofia, de onde se transferiu em definitivo para a Faculdade de Direito, até hoje. No reitorado de Geraldo Lafayette foi convidado para ocupar a Pró-Reitoria Acadêmica, após o que se tornaria reitor da UFPE no difícil período em que o País fazia a transição do autoritarismo militar para o Estado democrático de direito. Durante o reitorado do professor Mozart Neves Ramos foi diretor da COVEST-UFPE. Podemos dizer que a entrevista do professor George é emblemática para a memória institucional da UFPE na medida em que narra sem subterfúgios o dia a dia do reitor e, mais ainda, como os demais entrevistados enfatizariam, quanto jogo de cintura e habilidade política se exigem de um dirigente máximo da Universidade! Dessa entrevista, portanto, ficam um legado para a memória institucional da UFPE e, de igual modo, a contundente lição da enorme distância que permeia as gestões de uma universidade e uma empresa. Além disso, no caso da história da UFPE, George Browne joga luz sobre certas sombras institucionais, narrando com precisão e em detalhes, por vezes até citando nomes, o esforço que se empreendeu para evoluir internamente no sentido de caminhar para a qualidade de uma cultura administrativa da Universidade: menos pesada, mais ágil, mais profissional. Diga-se o mesmo para o recorte acadêmico-pedagógico, demandando o equilíbrio conciliador e a coragem dosada de sua gestão.

O terceiro professor aqui entrevistado é Jônio Santos Pereira de Lemos (vice-

reitor de 1964 a 1967; de 1967 a 1970), professor catedrático da antiga Faculdade de Arquitetura e de Matemática, na então Faculdade de Filosofia, as quais viriam, posteriormente, integrar a recém-criada Universidade do Recife, futura Universidade Federal de Pernambuco. Jônio de Lemos exerceu a função de vice-reitor no reitorado de Murilo Guimarães que, por sua vez, assumira o cargo após lamentável “destituição” do reitor João Alfredo, sucessor de João Amazonas – primeiro reitor da nova universidade. O fato é que João Alfredo foi tragado pelas forças reacionárias de Pernambuco, frondosas e vicejantes no clima de delação com que se locupletou a ditadura militar que dominou no país a partir de março de 1964. Respeitado professor de Matemática, a entrevista de Jônio de Lemos sinaliza com muita clareza os cenários de disputas políticas internas e suas alianças externas quando se trata da provisão para os postos máximos da administração superior da então nascente Universidade Federal de Pernambuco. É, pois, uma falácia dizer-se – como muitos disseram – que na Universidade não se faz política. A sua entrevista, igualmente, reitera de modo magistral aquele sentimento de afinidade da sua pessoa com a vocação para a docência. Começou a ensinar quando ainda era adolescente. Em certa altura da entrevista, quando revisita o conceito que dele faziam como bom professor, a característica dessa “bondade professoral” leva-o às lágrimas...

Maria Antônia Amazonas Mac Dowell (pró-reitora da PROACAD, 1 de junho de 70 a setembro de 1975; vice-reitora, no reitorado de George Browne, 8 de abril de 1984 a 7 de abril de 1988) integra a quarta entrevista feita pelo Prof. Evson. Quem conhece a história da UFPE, sabe da contribuição relevante da referida professora para a consolidação do perfil acadêmico da Universidade, tal como ele se apresenta nos dias de hoje. Convidada pelo avô, professor Joaquim Amazonas, primeiro reitor da Universidade Federal de Pernambuco, em 1952 ela é indicada para a Cátedra de Didática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Pernambuco (FAFIPE), lecionando até 1970, ocasião em que passou a exercer atividades administrativas na Pró-Reitoria de Graduação, no reitorado do Prof. Marcionilo Lins, pessoa de sua maior admiração. Em 1975, retoma suas atividades docentes, ministrando a disciplina Filosofia da Educação no curso de Pedagogia do Centro de Educação, onde continuou até o ano de 1984, tendo sido chamada para a função de vice-reitora, na gestão do professor George Browne, após curto período na Pró-Reitoria do Ensino de graduação. Sua aposentadoria coincide com o final desse reitorado. Continuou oferecendo assessoria aos três reitores subsequentes, a saber: Edinaldo Bastos, Éfrem Maranhão e Mozart Ramos. A professora Mac Dowell dedicou cinquenta e um anos de sua vida à Universidade Federal de Pernambuco e, nas suas palavras, “foram anos muito gratificantes”. Dois pontos nodais se destacam na entrevista concedida pela professora Mac Dowell e que têm uma reverberação permanente nos índices do incremento acadêmico-institucional da UFPE de hoje, seja do ponto de vista quantitativo, seja qualitativo. Desse modo, eles se tornam relevantes para a memória da instituição, tal como pode ser inferido nos interstícios de sua bem formatada entrevista. Com efeito, Maria Antônia ressalta que o grande salto qualitativo da UFPE foi a consolidação que nela se operou, evoluindo de um patamar de unidades meramente repassadoras de aulas para um ambiente integrado, marcado pela vitalidade que se reproduz na relação entre o ensino e a pesquisa. Segundo ela, com raras exceções, na nascente Universidade do Recife predominava o isolacionismo das Faculdades e Escolas, onde

não existia uma vida acadêmica que permitisse aos docentes interagir com os alunos e muito menos atividades de pesquisa que subsidiassem a renovação dos conteúdos repassados nas salas de aula dessas unidades atomizadas. Uma vitalidade que teria seus desdobramentos na indissociabilidade com um terceiro elemento que forma um tripé com o ensino e a pesquisa, a extensão universitária; noutros termos, a necessidade de a universidade interagir com a sociedade em que ela se insere, respondendo aos desafios do seu tempo. O segundo aspecto que emerge com muita força dessa entrevista concedida pela professora Mac Dowell é a possibilidade que ela ofereceu de bandeja à memória da instituição de se historicizar o dia a dia de uma Pró-Reitoria, tal como George Browne narrara o cotidiano de uma Reitoria. E nós sabemos que uma se explicita na outra. A memória da Universidade necessita desse somatório de coisas miúdas constituintes do seu tecido institucional. Sob esse ponto de vista, sua entrevista é de uma grande riqueza narrativa, prendendo-se à informalidade da gestão acadêmico-pedagógica dos Centros, Departamentos e Cursos, às armadilhas dos formalismos da legislação do ensino, às estratégias de sobreviver às discriminações políticas, ministeriais e regionais, aos estratagemas do autoritarismo dos anos de chumbo da ditadura militar... A professora nos ofereceu a cartografia dos “bastidores da administração” que vai do chefe de Departamento ao Reitor.

Finalizo esta Apresentação falando na primeira pessoa, talvez fugindo ao estilo que constitui a apresentação de um livro para os seus futuros leitores. É que, lendo e relendo essas entrevistas, fiquei deveras emocionado pela rememoração de alguns fatos que também me concernem enquanto professor e integrante do corpo funcional da mesma instituição do colega Evson e dos entrevistados, a nossa UFPE. Imagino que os entrevistados, eles também, tenham sido tomados dessa emoção com que são acometidos aqueles que se fazem artesãos do tempo. Especialmente quando se trata do tempo pretérito. Ingressei na instituição em março de 1971, como professor assistente, lecionando Sociologia na recém-inaugurada Área I, do Ciclo Geral, cuja memória nos foi tão bem narrada por Maria Antônia. Hoje estou aposentado, mas continuo lecionando com muito prazer; não diria por puro prazer. Essas entrevistas do livro me permitiram confrontar memórias e povoar de vivas lembranças alguns fatos que eu tinha como perdidos nos desvãos do esquecimento e que, como dizia no início desta Apresentação, frequentemente traveste com adereços de ambiguidade nossa finitude de humanos. Ator do presente, lendo essas entrevistas – repito –, mergulhei no passado de minhas lembranças, algumas apagadas e meio fugidias. Acho que essa imersão, embora ambígua e sem deixar de ser paradoxal, me oferece condições de melhor enfrentar o futuro. De igual maneira, creio que isso vale também para o futuro de nossa Universidade. Entendendo que o leitor de um livro sempre tem razão na leitura e interpretação do seu texto, espero que, ainda assim, concorde comigo nessas considerações de ordem afetiva e pessoal. Parabéns aos colegas entrevistados, parabéns ao organizador do livro, parabéns à UFPE.

Antônio Jorge Siqueira
antonio_jorge_siqueira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Prezado(a) leitor(a), temos o maior prazer de presenteá-lo(la) com este livro de entrevistas com ex-dirigentes da administração central da Universidade do Recife/UFPE: reitores, vice-reitores e pró-reitores. Este livro, como parte de uma pesquisa maior sobre memória e história da UFPE, vem completar os documentos escritos, administrativos, que alguns já foram impressos por nossa Editora: “O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário”, de autoria de Evson Malaquias de Moraes Santos e Talita Maria Soares da Silva, 2009; “Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e vice-reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife. Junho de 1959 a agosto de 1964”, de Edelson Albuquerque Silva Júnior, Natanael Luna Silva e Talita Maria Soares da Silva, 2010; e, por último, “A primeira greve estudantil da UFPE – 9 a 19 de setembro de 1947. Da tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia”, 2010, de autoria de Evson Malaquias de Moraes Santos.

A exposição em livro dessas memórias, com o apoio total de seus autores, possibilitará socializar e difundir ideias, conhecimentos e valores que nos ajudarão a conhecer um pouco a instituição sexagenária, UFPE, seus personagens dirigentes e o tempo histórico de que eles são produtos e sujeitos.

Esse conjunto de entrevistas, que apresentamos aqui, iniciou-se em outubro de 2009. Dois anos após, conseguimos apresentá-lo de forma satisfatória ao leitor.

O leitor-pesquisador, jornalístico ou científico, tomará em suas mãos assuntos dos mais relevantes pelos principais personagens que representam a instituição UFPE: Antônio Carlos Palhares Moreira Reis, Maria Antonia Amazonas Mac Dowell, George Browne Rego e Jonio Santos Pereira de Lemos

Ao tomarmos contato com as entrevistas, diversos temas e assuntos são abordados, vindo à tona uma agenda de pesquisa. As várias entrevistas nos colocam, imediatamente, as questões que poderiam ser investigadas. Apresentaremos algumas a partir da nossa perspectiva teórica e de preocupações histórico-político-educacionais.

Procuramos apresentá-los não apenas como administradores de ofício, mas buscamos apreendê-los em sua complexidade, pelos laços sociais e familiares, religio-

sos, educacionais, políticos e administrativos – com forte preocupação antropológica, sociológica, histórica e política. A leitura dessas entrevistas abrirá um panorama não sómente sobre os personagens, sobre a instituição UFPE, mas quanto às cidades de sua nascença e aos valores de sua época. As humanidades estão agraciadas com essas entrevistas. Belém do Pará (Maria Antonia Amazonas), Olinda (Palhares Reis) e Recife (Jônio Lemos e George Browne) são as cidades que receberam, acolheram nossos dirigentes da UFPE.

Assim, o leitor irá descobrir o papel da infância e a importância da mãe, para alguns dos entrevistados, e do pai na formação espiritual e ética de nossos dirigentes máximos, da estrutura hierárquico-administrativa. Festa da Mocidade e futebol eram algumas das diversões dos entrevistados na juventude. Os ambientes sociais-culturais da juventude e uma cultura de massa já existente na nossa cidade, Recife – com filmes americanos, culto ao cigarro e ao futebol –, foram marcantes na formação deles; eles sofreram a influência e a formação do capitalismo vigente.

Todos tiveram forte influência religiosa. A formação cristã perpassa a formação moral desses dirigentes. Tema caro à sociologia, à antropologia... e ao debate da instituição Brasil, o discurso de religiosidade na formação social brasileira se coloca na face deste País, confundido-se com sua própria história. Urge realizar pesquisas sobre significações religiosas na instituição pública – e particularmente, a educacional superior. A discussão sobre democracia (sua concretude e/ou sua dificuldade), participação, hierarquia e dádivas de favores, articulada com os estudos do universo religioso, traria, certamente, grandes contribuições ao conhecimento científico sobre os limites da laicidade e à democracia brasileira nas instituições públicas.

A origem social dos gestores está presente nessas entrevistas. Traz informações importantes sobre a sobrevivência e a posição social de alguns deles, de suas famílias, no mundo do trabalho. Quanto aos pais, uns são professores universitários (Palhares Reis e Maria Antonia Amazonas), outros desempenham ações em empresas privadas (os de George Browne e Jônio Lemos). No que se refere às mães, umas são domésticas (as de Palhares Reis, George Browne, Maria Antonia Amazonas), outra é professora, que abandonou o ofício quando casou-se (Jônio Lemos). A mobilidade social, através dos estudos, parece-nos que possibilitou a ascensão social de parte dos entrevistados. Contudo, é importante registrar o papel da família na ascensão social de alguns deles. O estudo da parentela já foi bastante desenvolvido na sociologia brasileira, mas no ensino superior público, ainda falta realizá-lo. Temos, aqui, um vasto material que pode dar início à construção de um bom objeto de pesquisa.

A fundação da Universidade do Recife, hoje UFPE, é um outro assunto tratado nas entrevistas por alguns dos entrevistados (Jônio Lemos e Palhares Reis). A docência e os docentes, o ensino, as avaliações, os rituais educacionais são outros assuntos tratados nas entrevistas na fase infantil, na juventude e na fase de curso de nível superior dos entrevistados. As dificuldades de sobrevivência no mundo dos docentes são tratadas também. Nessas entrevistas, destacam-se a admiração que os entrevistados devotam aos docentes, bem como a importância destes em sua formação educacional e ética. A afeição, o carinho e o respeito intelectual por alguns

dos seus mestres são uma das homenagens que os entrevistados fazem aqui também. Os estudiosos do currículo e da história da formação docente terão informações riquíssimas sobre esses processos educacionais.

Os chamados órgãos suplementares, TVU e Rádio, são tratados nas entrevistas da professora Maria Antonia Amazonas e de Jonio Lemos; os do HC, intensivamente tratados por George Browne e, parcialmente, por Maria Antonia Amazonas.

O Colégio de Aplicação é abordado com bastante destaque pela professora Maria Antonia Amazonas: concepção, criação, docentes, estrutura pedagógico-administrativa.

A militância política dos entrevistados e o movimento estudantil de sua época são outros tópicos encarados com muita franqueza. Jonio Lemos chega a liderar, como vice-presidente do D.A. de Engenharia, a primeira greve estudantil da Universidade¹¹ – na entrevista se coloca como um estudante que se interessava apenas pelo estudo da matemática, desprezando a importância da greve. Na verdade, os entrevistados não se colocaram como membros militantes, apesar de alguns terem participado dos diretórios acadêmicos, como foi o caso de Jonio Lemos e Palhares Reis. No discurso de todos não há valorização da política; alguns, como George Browne, fazem duras críticas à política como politicagem. Outros, Jonio Lemos, por exemplo, inconsistentemente, chegam até a se colocar como apolíticos.

As sucessões e as formas de escolha dos entrevistados para assumirem os cargos de reitor, vice-reitor e pró-reitor são tratadas com certa minúcia, assim como as disputas entre os grupos no Conselho Universitário. Os termos, direita, esquerda e centro são utilizados pelos entrevistadores para classificar os grupos entre si – por sinal, alguns deles apresentaram que faziam parte de grupos distintos e divergentes. Nenhum deles se autoclassificou de esquerda nem de direita.

Outro assunto relevante nas entrevistas foi o afastamento do reitor João Alfredo (anunciada na ata do Conselho Universitário de 12 de junho de 1964). No tocante à sua sucessão, Jonio Lemos, Maria Antonia Amazonas e Palhares Reis se dedicam a esclarecer-nos a escolha de Murilo Guimarães pelo Conselho Universitário para substituí-lo. As articulações feitas em Pernambuco e em Brasília e o interesse dos militares em indicar o médico Barros Lima são tratados nessas entrevistas.

Maria Antonia Amazonas conta-nos sobre alguns confrontamentos que teve com os militares quando da sua (deles) tentativa de ingerência e George Browne, sobre o primeiro dia do golpe quando militares cercaram a UFPE – ele se encontrava como secretário geral da Universidade do Recife. Palhares nos informa sobre o uso de salas do SNI (e outros órgãos de repressão) no prédio da reitoria – modestamente, diz-nos, que utilizou seus conhecimentos de advocacia para defender perseguidos pelos militares. Jonio Lemos conta-nos que foi investigado pelos militares – apesar de afirmarem não ter nada contra ele. George Browne e Maria Antonia Amazonas informam-nos sobre a sindicância aberta pelos militares sobre a ocupação da reitoria pelos estudantes e o “sequestro” do reitor, e sobre as posturas de George Browne e do reitor Murilo Guimarães diante dos militares, quando pressionados a identificá-los.

¹¹ SANTOS, Evson Malaquias de M. *Primeira greve estudantil da UFPE - 9 a 19 de setembro de 1947. Da tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia*. EDUFPE, 2010. 178p.

O sindicato dos docentes, a ADUFEPE, é tema, também, das entrevistas. George Browne responde às questões referentes a este sindicato, à sua relação com ele e aos conflitos existentes.

Um dos entrevistados, Maria Antonia Amazonas, traz-nos informações riquíssimas e detalhadas acerca da reforma do ensino superior, de seus obstáculos e resistências. Conta-nos, também, sobre a desinformação institucional da UFPE no que tange a dados sobre recursos humanos e da ação para constituí-los. Outro, Palhares Reis, informa-nos de seus objetivos administrativos na Pró-Reitoria de Administração e dos objetivos alcançados. George Browne relata-nos suas ações para a mudança da cultura organizacional e sua política de internacionalização da UFPE.

Os reitorados de Joaquim Amazonas, João Alfredo e Murilo Guimarães são expostos pelos professores Maria Antonia Amazonas, Palhares Reis e Jonio Lemos. O reitorado de Marcionilo Lins é tratado por Palhares Reis e Jonio Lemos, enquanto o de Geraldo Lafayete é exposto pela professora Maria Antonia Amazonas e pelo professor Palhares Reis.

A figura de Paulo Freire é tema, também, nas entrevistas de Maria Antonia Amazonas e George Browne.

Há mais assuntos abordados nas entrevistas, mas o próprio leitor pode vir a descobri-los e ampliar o leque aqui exposto.

Boa leitura!

Evson Malaquias de Moraes Santos

METODOLOGIA

A ideia inicial deste livro, constituir memória institucional através de entrevistas com ex-dirigentes da reitoria da UFPE, era entrevistar os reitores que compunham o reitorado nos seus primórdios. Contudo, por oito deles já terem falecido (Joaquim Amazônas, João Alfredo, Newton Maia, Murilo Guimarães, Marcionilo Lins, Paulo Frederico do Rego Maciel, Geraldo Lafayete, Geraldo Lapenda), terminamos por tomar como critério não mais o seu primórdio, mas o período de “transição” da redemocratização, com os vice-reitores e pró-reitores.

Através de indicações dos entrevistados, tendo iniciado com Jonio de Lemos, compusemos quatro entrevistas com: Jonio de Lemos (vice-reitor, no reitorado de Murilo Guimarães, agosto de 1971 a agosto de 1975); Palhares Moreira Reis (pró-reitor, no reitorado de Geraldo Lafayete, de 1981 a abril de 1983); Maria Antonia MaC Dowell (pró-reitora da PROACAD, 1 de junho de 70 a setembro de 1975; vice-reitora, no reitorado de George Browne, 8 de abril de 1984 a 7 de abril de 1988); e George Browne (reitor de 1983 a 1987).

Pretendemos, ainda, continuar o processo de entrevistas com vice-reitores e pró-reitores deste período estabelecido anteriormente; com efeito, ainda está sendo constituída uma lista dos que serão entrevistados.

Dos entrevistados, três concederam as entrevistas em suas residências: Jonio de Lemos, na Ilha do Leite; Palhares Moreira Reis, em Boa Viagem; Maria Antonia MaC Dowell, em Camaragibe. O professor George Browne recebeu-nos em seu escritório de Advocacia, no Derby.

As entrevistas, com cada entrevistado, duraram, em média, duas horas. As realizadas com os senhores Jonio de Lemos e George Browne foram efetivadas em dois encontros; no caso, a segunda entrevista teve a finalidade de esclarecer lacunas observadas nas entrevistas e trazer novos pontos a serem comentados. Infelizmente, por problemas operacionais na equipe de trabalho, não conseguimos retornar pessoalmente

aos entrevistados, o que ocorreu com a Sra. Maria Antonia Amazonas Mac Dowell e com o Sr. Palhares Moreira Reis, com os quais foi realizada apenas uma entrevista – sendo enviadas por e-mail, novas questões para esclarecimentos. Aproximadamente, contamos com 12 horas de entrevistas feitas com os quatro entrevistados.

Foram feitas pesquisas em jornais, via internet (particularmente no arquivo digital do Diario de Pernambuco e Jornal do Commercio), sobre todos os entrevistados, no que se refere às experiências administrativas na UFPE, visando orientar o entrevistador no processo de entrevista. Participaram do processo de entrevistas os estudantes Clodoaldo (a segunda entrevista com Jonio de Lemos) e Talita Maria Soares da Silva (a primeira entrevista com Jonio de Lemos e Palhares Reis). No momento das entrevistas, os estudantes contribuíram fotografando os materiais disponibilizados pelos entrevistados e com algumas questões. Todas as entrevistas foram realizadas pelo pesquisador Evson Malaquias de Moraes Santos.

As entrevistas realizadas obedeceram a um roteiro flexível, pré-estabelecido, estruturado em blocos: familiares/pessoais (a cidade em que habitaram e nasceram - cultura e urbanismo); formação educacional (acesso à Universidade, atividades de docência (currículo oculto)); político-administrativas (Universidade e sucessão eleitoral; o golpe militar e a Universidade - contexto histórico e personagens). No transcorrer das entrevistas, novas questões foram acrescidas quando se constatou serem necessárias.

Esse roteiro buscou satisfazer questões não apenas de interesse político-administrativo, mas sociais, culturais, não apenas dos entrevistados, mas do seu meio social. Pois, assim procedendo, enriquecer-nos-iam de informações do “espírito da época” que compartilhavam os entrevistados. Temas aparentemente banais, como brincadeiras, jogos e lazer das crianças e dos jovens na vida dos entrevistados, nos ajudam a constituir um “perfil” desse tempo (valores sociais, de gênero, familiar) e o nível social dos entrevistados.

Procuramos intervir nas entrevistas, o mínimo possível, apenas para solicitar esclarecimentos ou incitar a continuidade da entrevista sobre determinado assunto. Mas ficávamos atentos para que as questões constitutivas dos blocos de questões fossem tratadas. Assim, os assuntos dos blocos não encerrados eram retomados em ulteriores questões durante o processo de entrevista, tendo em vista que o entrevistado, às vezes, fugia do eixo da questão posta e introduzia novos temas e questões. No método de exposição das entrevistas, mantivemos a dinâmica desse ponto, mesmo que o assunto pudesse surgir no início da entrevista e retornar no meado da mesma.

As entrevistas foram feitas com gravador digital. As transcrições das gravações foram realizadas pelos estudantes de Pedagogia Clodoaldo Marques Gomes (Jonio de Lemos, Palhares Moreira Reis e George Browne) e Shenia Santos (Maria Antonia MC Dowell). Eles receberam a orientação de transcrever literalmente o que se ouvia, inclusive balbucio, risos, silêncios, tosses, expressões coloquiais, vícios de linguagem, etc. Contudo, para a publicação desse material, procedemos a revisões ortográficas, gramaticais e de conteúdo, feitas pelos próprios entrevistados e, posteriormente, pelo revisor contratado – após essa realização por parte do revisor, retornamos, novamente, aos entrevistados, para que nos dessem autorização definitiva para a publicação.

Todos os entrevistados receberam por escrito, impressas em papel, as entrevistas

realizadas. Sendo que o Sr. Palhares Moreira Reis, George Browne e Maria Antonia MC Dowell recorreram à internet e ao programa word, via o veículo do e-mail, para enviar suas revisões. As correções realizadas pelos outros dois entrevistados (e pelo revisor) no papel impresso foram feitas pelo pesquisador Evson Malaquias de Moraes Santos para, logo em seguida, reenviá-las aos entrevistados. Procuramos deixar um texto de fácil entendimento ao leitor, respeitando o discurso dos entrevistados e mantendo, também, o espírito do trabalho: a espontaneidade da entrevista (inclusive identificando risos, interrupções para lanches e comentários paralelos).

Após indas e vindas dos textos, corrigidos e modificados, uns parcialmente, outros bastante, pelos entrevistados, apresentamos ao leitor o resultado final.

É bom registrar que fomos muito bem recebidos por todos os entrevistados que, prontamente, se dispuseram a colaborar com as entrevistas.

**PROFESSOR DR.
ANTONIO CARLOS PALHARES MOREIRA REIS**

Foto: Arquivo Pessoal



Cerimônia da entrega da Medalha do Mérito da Faculdade de Direito do Recife, da UFPE.

Foto: Arquivo Pessoal



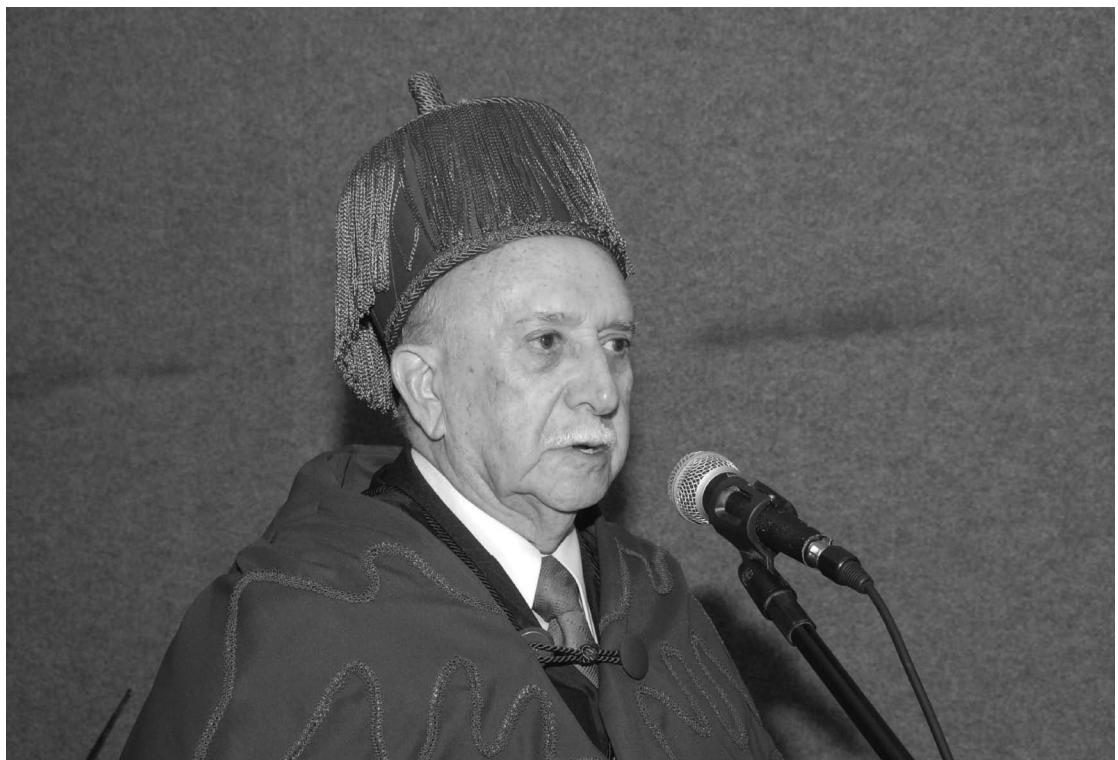
As insignias de doutor da UFPE.

Foto: Arquivo Pessoal



Professor Emerito da UFPE, conferida pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Foto: Arquivo Pessoal



Entrega do título de Professor Emérito da UFPE.

PRIMEIRA ENTREVISTA COM O PROFESSOR DR. ANTONIO CARLOS PALHARES MOREIRA REIS

O senhor Palhares Moreira Reis, como é mais conhecido, nasceu em Olinda, em novembro de 1930. Seu pai, Nestor Moreira Reis, era engenheiro civil e foi professor da Escola de Engenharia e um dos fundadores da Escola de Belas Artes. Estudou no Grupo Escolar Duarte Coelho, na Escola Experimental, no Colégio Oswaldo Cruz e, posteriormente, no Colégio Estadual de Pernambuco, conhecido hoje pelo nome antigo de Ginásio Pernambucano. Sua graduação a fez na Faculdade de Direito do Recife e na Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Fez doutorado no Recife, e cursos de especialização na Holanda, na Suécia e na França. Em 1950 foi membro do Diretório Acadêmico de Filosofia. Em 1954 foi nomeado professor assistente de Ciência Política, e, após de dez anos, passou a ser também professor Assistente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Recife. Foi escrevente datilógrafo no Instituto de Antibióticos e secretário na Escola Superior de Química. No Reitorado Murilo Guimarães, e na qualidade de Professor especialista temporário e depois Auxiliar de Ensino, foi posto à disposição da Reitoria para ser “Assessor do Reitor para assuntos de ensino, pesquisa e administração”. Depois, em 1969, passou a responder pela Diretoria da Divisão de Pessoal (que hoje se chama departamento de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida). Foi designado, também, para o cargo de diretor da Rádio Universitaria, quando esta deixou de ser ligada à Imprensa Universitária (hoje Editora Universitária) e se vinculou à Televisão Universitaria, indo fisicamente para o prédio da Avenida Norte. Foi membro do Conselho de Curadores da UFPE por 12 anos consecutivos, seu presidente por dois mandatos e vice-presidente uma vez.. Em 1981, passou a ser pró-reitor de Apoio Administrativo. Nesta época assumiu a Coordenação de Estudos de Problemas Brasileiros e depois de Gerente do Projeto Editorial MEC-UFPE. Ficou na Pró-Reitoria até o término do mandato Lafayette/Lapenda, pois o reitor Geraldo Lafayette faleceu, em 1983. Recebeu nessa época as condecorações da Universidade, a medalha Marquês de Olinda do Mérito Uni-

versitário, a Medalha da Universidade Federal de Pernambuco por serviços relevantes e a Medalha Joaquim Amazonas pela competência e dedicação ao trabalho por mais de 30 anos consecutivos. Deixou o cargo no início do Reitorado de George Browne Rego. Foi depois assessor do Governo do Estado de Pernambuco em 1986 (Gustavo Krause) e da Comissão de Sistematização da Assembléia Estadual Constituinte de Pernambuco (1989), além de assessor do Ministério da Educação (Carlos Chiarelli) em 1991. Voltou a ser assessor do Reitor da UFPE nos reitorados de Edinaldo Bastos e Éfrem Maranhão. Também foi professor da pós graduação em Direito (especialização, mestrado e doutorado) em Direito Eleitoral e em Direito da Cidadania. Recebeu a Medalha do Mérito da Faculdade de Direito do Recife pela obra de notável valor jurídico e pelos relevantes serviços prestados à Universidade. A Assembleia Legislativa de Pernambuco lhe conferiu a Medalha Gilberto Freyre do Mérito Cultural do Estado de Pernambuco. Recebeu, por proposta do Centro de Filosofia e Ciências Humanas o título de Professor Emérito da UFPE. É autor de mais de 30 livros, e 315 títulos entre capítulos de obras coletivas, artigos em revistas científicas de Direito e de Ciência Política e folhetos.

Cenas e cenários da entrevista

Infância – Família – brincadeiras e jogos – formação educacional: Recife e Olinda – Faculdade de Direito e a UNE – curso de Filosofia - cinema, campo de futebol e a Festa da Juventude – formação religiosa - vestibular – ensino superior e a juventude – criação da Universidade do Recife – organização pedagógica e relação professor aluno na Faculdade de Direito – caracterização dos docentes e de Joaquim Amazonas – vínculo como servidor a Universidade (Escola de Química) e na docência – reprovações estudantis – Assessor de Murilo Guimarães – bastidores da eleição de Murilo Guimarães – currículo administrativo na Universidade do Recife/UFPE – reitorado de João Alfredo - sentimento docente e os militares - Palhares Reis como pró-reitor – indicação a reitor – regimento do DCE

Evson Malaquias: Bem, hoje é 24 de maio de 2010. Estamos na residência do Prof. Dr. Antonio Carlos Palhares Moreira Reis e vamos dar início ao resgate da história da Universidade. Inicialmente, gostaríamos de ter mais informações sobre a sua vida particular. Particular e familiar. O senhor nasceu onde?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Nasci em Olinda.

Evson Malaquias: Em que ano?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Em 1930.

Evson Malaquias: Em que bairro?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Em 03 de novembro de 1930, no Carmo, ali na Rua do Bonfim.

Evson Malaquias: E... toda a sua família é de Olinda?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, apenas eu e meus dois irmãos. Todos de Olinda. Papai era do Recife, mamãe era de Barbacena, Minas Gerais, e minha irmã mais velha nasceu no Recife.

Evson Malaquias: Ah, de Minas Gerais? E como é que foi a sua infância?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Foi normal como a de qualquer criança da minha faixa etária e da minha condição socioeconômica. Papai, Nestor Moreira Reis, era engenheiro civil e foi professor da Escola de Engenharia e um dos fundadores da Escola de Belas Artes. Mamãe, Sylvia Palhares Moreira Reis, era dona de casa. Éramos quatro filhos: minha irmã Argemira, meu irmão Leonardo, eu e meu irmão Sylvio. Os dois mais velhos já morreram; restamos eu e meu irmão Sylvio.

Evson Malaquias: *Na época da infância, de que o senhor se lembra? Quais eram as atividades das crianças no seu tempo? Faziam normalmente o quê?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Normalmente a gente ia à praia do Carmo. Brincávamos no Jardim da Liberdade. Era assim. Estamos falando de um tempo distante de nós quase 80 anos. Não tínhamos as preocupações de hoje, naquela época.

Talita Maria: *Dante das condições financeiras dos seus pais, a sua condição social, em relação aos outros meninos, era privilegiada?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Eram todos a mesma coisa. Todos ali era mais ou menos do mesmo nível. Classe média. Quase todos da redondeza moravam em casas alugadas

Evson Malaquias: *As brincadeiras, no caso das crianças, eram o quê? Em casa? Na rua? Jogos?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Em casa. Na rua mesmo. Havia os jogos normais de criança daquela época: pião, papagaio. E, com quase sete anos, eu vim pro Recife. Com seis anos e pouco. Moramos nos Aflitos.

Evson Malaquias: *O senhor com a família toda?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: - Com papai, mamãe e meus irmãos, mudamos pra cá. A família toda.

Evson Malaquias: *O senhor estudou onde?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Em Olinda eu comecei a estudar no Grupo Escolar Duarte Coelho, que era na mesma rua onde eu morava. Depois, já no Recife, fui pra Escola Experimental. Depois fui para o Colégio Oswaldo Cruz e, posteriormente, para o Colégio Estadual de Pernambuco, conhecido hoje pelo nome antigo de Ginásio Pernambucano. Depois, a Faculdade de Direito do Recife e a Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Após terminar a graduação nas duas faculdades citadas, fiz dois cursos de especialização e o doutorado no Recife, sem falar nos cursos de especialização na Holanda, na Suécia e na França.

Evson Malaquias: *E, no caso da escola, qual é a lembrança que o senhor tem dessa escola? O senhor tem boas lembranças? ou...*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Lembranças boas eu tenho de todas elas. E a melhor tem a ver com os três anos que eu passei no Colégio Estadual de Pernambuco, o antigo Ginásio Pernambucano. Foi o que marcou mais.

Evson Malaquias: *Qual a idade nessa época?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Era de dezesseis pra dezessete anos.

Talita Maria: - Por que marcou mais?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Porque, no início, era um grupo de sete alunos, muito coeso, que, no ano seguinte, passou para cinco. E, no último ano, só éramos dois. E uma turma de dois alunos é muito diferente de uma turma de quatrocentos.

Evson Malaquias: Formou-se com... Só duas pessoas se formaram?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Isso foi no tempo do Colégio Estadual. Não era na Faculdade. Terminei o colégio, fui fazer vestibular. Fiz o vestibular em 1949 e passei pra Faculdade de Direito. Fiquei estudando na Faculdade de Direito de 1949 a 1953, quando me formei em Direito. A gente fazia excursões culturais, apoiadas estas pela Universidade e sempre com o apoio dos professores das disciplinas. Assim, uma parte da turma, 22 alunos, foi para Paulo Afonso com os profs. Arnóbio Graça e Gláucio Veiga, no 1º ano; no 3º ano, para o Sul do País (Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). O grupo era de 10 estudantes e foi selecionado, através de um concurso interno de Direito Penal, para visitar as Penitenciárias das cidades referidas. E, de lá, um grupo de 4 estudantes foi até Buenos Aires. Depois, com mais 3 colegas, fui pra Europa estudar na Academia de Direito Internacional de Haia. Quando já estava no 5º ano, fui pro congresso da UNE, em Goiânia. A cidade ainda era muito nova, somente tinha a Avenida dos Bandeirantes pavimentada. E essa era a única avenida de Goiânia que era iluminada em 1953. Ano retrasado eu estive lá, vi quanto a cidade cresceu e se modernizou, mas essa já é outra história.

Evson Malaquias: Já é outra realidade?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Já é outra realidade. Se bem que essa nova visita ocorreu mais de cinquenta anos depois.

Evson Malaquias: Como era a rotina dos estudos da época da sua faixa de criança para a adolescência?
Como era a rotina propriamente dita das atividades?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Ir para a escola primária, depois, na época do colégio, assistir às aulas, voltar pra casa pra fazer os chamados deveres de casa. Na época não se tinha, e eu nunca tive, judô, ballet, futebol, basquetebol, não sei o quê. Não tive aula de inglês. Não tive nada disso. Era somente o ensino regular. Aliás, ninguém tinha, não era normal esse ensino complementar fora do colégio. Só vim a estudar línguas fora do colégio depois de entrar na Faculdade: inglês e francês".

“Na época não se tinha, e eu nunca tive, judô, ballet, futebol, basquetebol, não sei o quê. Não tive aula de inglês. Não tive nada disso. Era somente o ensino regular. Aliás, ninguém tinha, não era normal esse ensino complementar fora do colégio. Só vim a estudar línguas fora do colégio depois de entrar na Faculdade: inglês e francês”.

Evson Malaquias: - Seus pais cobravam as tarefas de casa ou o senhor se auto-disciplinava?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, não. Não tinha nenhuma situação excepcional não. Havia uma disciplina normal dentro de casa, porque papai também era professor da Universidade e engenheiro. As condições se modificavam com o passar dos tempos e, assim, as situações eram diferentes. Com a idade com que meu irmão mais novo entrou na faculdade - ele tinha vinte e três anos -, eu me formei em Direito, em dezembro. E já em outubro de 1954, com vinte e quatro anos, eu comecei a ensinar como professor assistente na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, na cadeira de Ciência Política, cujo catedrático era o professor Gláucio Veiga. A FAFIPE foi o embrião do atual Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE. E, na Faculdade de Direito do Recife, iniciei o magistério em 1964, na cátedra de Direito Constitucional do professor Pinto Ferreira.

Evson Malaquias: Na sua faixa de...

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Devo dizer que fiz também Filosofia depois. Terminei Filosofia em 1955. Em 1950, eu e vários colegas nos matriculamos em diversos cursos da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, já incorporada à Universidade do Recife (que hoje se chama UFPE). Como fizemos campanha contra o vitaliciamento dos professores catedráticos sem concurso, a direção cancelou nossas matrículas, e terminamos indo discutir o assunto na Justiça. Terminamos voltando para a Faculdade. Mas o processo demorou a ser decidido e assim perdeu o sentido. A gente já tinha terminado o curso de Direito. Então, como já tínhamos sido integrantes do Diretório Acadêmico em 1950, ao regressarmos, voltamos a participar da política estudantil. No primeiro ano do curso, o presidente do Diretório era José Adolfo Pereira Neves, que depois foi professor de Economia na Universidade, hoje falecido, em disciplina que era de Ciências Sociais e que, depois da reforma, passou para a Faculdade de Ciências Econômicas, hoje Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Eu fui secretário do Diretório. Depois fui nomeado para professor assistente de Ciência Política, em 1954, e, após de dez anos, passei a ser também professor Assistente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Recife. A minha turma toda, ou quase toda, participava da política estudantil, e detínhamos a representação da Faculdade na UEP, no DCE e na UNE. O presidente da Associação Atlética Acadêmica era Justino Vaz, e o representante na UNE era Joaquim Correia, que mais tarde foi procurador do Estado e presidente da Ordem dos Advogados em Pernambuco. Ou seja, o nosso grupo nunca postulou cargos no Diretório Acadêmico de Direito, mas controlava o da Faculdade de Filosofia. **Evson Malaquias:** - Jônio de Lemos, na entrevista que fizemos com ele, fala da importância do cinema pra juventude. Os jogos, às vezes...

“A minha turma toda, ou quase toda, participava da política estudantil, e detínhamos a representação da Faculdade na UEP, no DCE e na UNE. O presidente da Associação Atlética Acadêmica era Justino Vaz, e o representante na UNE era Joaquim Correia, que mais tarde foi procurador do Estado e presidente da Ordem dos Advogados em Pernambuco. Ou seja, o nosso grupo nunca postulou cargos no Diretório Acadêmico de Direito, mas controlava o da Faculdade de Filosofia”.

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Porque, na verdade, o que se tinha naquela época era o cinema.

Jogos, muito poucos, porque não havia o hábito, salvo as peladas em terrenos baldios ou fundos de quintais. No Recife, nem grandes estádios havia então. Apenas tinha o campo do Tramways, que era na esquina da Avenida Malaquias. E tinha o campo do América, que era por ali também, pela Avenida Rosa e Silva. Eram os dois. O campo do América e o campo do Tramways. Tinha jogo de futebol. Não havia arquibancada, nem iluminação, não tinha nada disso. A limitação do campo em relação aos torcedores era uma cerca com uma tábua em cima. E a turma jogava ali; os torcedores eram disciplinados e torciam sem jogar garrafa, sem bater em ninguém. Sem matar a ninguém. Nada dessas coisas. Normal. Assistir ao jogo. Mais tarde, com a vida universitária se desenvolvendo e surgindo as associações atléticas, passaram a ser cultivados diversos desportos, como o futebol, o voleibol, o basquetebol e o atletismo, em diversas modalidades, muitos estudantes se destacaram como praticantes dos esportes e se tornaram profissionais nas carreiras acadêmicas escolhidas.

Evson Malaquias: E as festas eram as atividades mais assim? Existiam...

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Todos os anos os moradores da Casa do Estudante de Pernambuco promoviam a Festa da Mocidade. Eu morava nos Aflitos, do lado direito da Avenida Rosa e Silva, onde existe aquela igrejinha nos Aflitos, ali na Avenida Rosa e Silva. No fim da Rua Amélia, na Vila dos Bancários, que ainda hoje existe, atrás existia um descampado onde se fazia a Festa dos Bancários. Hoje é tudo ali utilizado, e na esquina com a Avenida Rui Barbosa está o Colégio São Luiz dos irmãos maristas. A Festa da Mocidade era no Parque 13 de Maio, na Boa Vista. Depois, com outros colegas, criamos o Clube Universitário, na Praça do Entroncamento. Nessa época, o grupo foi ampliado com colegas mais novos, como Marcos Freire, Fernando Coelho, que se destacaram na política, e Heleno Gouveia, da Folha da Manhã.

Evson Malaquias: Sua família era muito religiosa?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: - Mamãe era muito religiosa. Mamãe era católica e vinculada a irmandades religiosas, e meu pai era espírita, mas nunca interferiu na nossa formação religiosa católica romana. Todos fomos batizados, fizemos primeira comunhão e casamos na Igreja católica, menos minha irmã, que morreu solteira.

Evson Malaquias: O senhor assimilou esses valores religiosos?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: - Sim!

Evson Malaquias: Na sua formação? O senhor frequenta constantemente, ou freqüentava?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Minha mulher é também muito católica e, assim, todo domingo vamos para a missa de manhã. Antes era nos Aflitos ou no Espinheiro e, depois de casados, no Engenho do Meio, pois morávamos na Cidade Universitária. Agora, eu estou indo aqui, no Convento dos Capuchinhos, do Encanta Moça, dia de domingo. Ou aqui em Boa Viagem. Agora não estamos indo aos Capuchinhos por causa do aniversário da morte de Frei Damião. A gente não passa nem perto, porque não dá pra entrar. Se a gente tentar entrar com o carro, é muito difícil. Na última vez em que a gente tentou, havia

uns vinte ônibus de romeiros. Isso num dia comum. Agora, na festa de Frei Damião, não vão ser uns vinte, vão ser uns sessenta ou oitenta, sei lá. Ou mais. Porque a parte de trás ali do Aero Clube, toda aquela parte de trás, fora da pista do Aero Clube, é usada como estacionamento. Lá da área da igreja, do convento até ali. Tem pátio de igreja em que cabem sessenta automóveis e os ônibus ficam na rua. A única igreja do Brasil em que cabem entre cento e oitenta e duzentos ônibus é a de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo. Que tem, inclusive, uma passarela pra ir do estacionamento para a igreja. De tão grande que é a coisa. É a segunda maior igreja do mundo. A primeira é a Basílica de São Pedro. A segunda é Aparecida. Que eu não conheço.

Evson Malaquias: É... fale um pouco sobre... a sua formação já na Universidade. A sua formação, não, a sua entrada, o seu acesso, a seleção ao ensino superior.

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: No vestibular?

Evson Malaquias: É!

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Sobre o vestibular, tenho a dizer o seguinte. Naquela época, eu vinha ao Ginásio Pernambucano com apenas um colega, José Luiz de Almeida Guimarães. Os outros da turma do Ginásio Pernambucano tinham saído e tinham se preparado para o vestibular em outros colégios. Só tinha uma entrada no início do ano, e todos os antigos alunos do Ginásio entraram para a Faculdade de Direito. Um dos colegas, o paraibano Antonio Torreão Braz, depois de formado, entrou para o Ministério Público. Mais tarde foi nomeado para o Superior Tribunal de Justiça pelo quinto constitucional e chegou a ser o presidente da Corte. E José Luiz de Almeida Guimarães foi o único que ficou comigo no Colégio Estadual. Depois entramos na Faculdade de Direito nós dois, juntos. Só nós dois. Terminou o vestibular, nós entramos na Universidade. Naquela época, era comum os estudantes se prepararem para o vestibular fazendo um ano de cursinho. Nem José Luiz, nem Torreão, nem eu fizemos cursinho e entramos direto, na primeira época. E ele também. Uns dois lugares acima de mim. Quem tirou nota mais alta, passou um ano se preparando. Nós dois terminamos o colégio em dezembro de 1948 e, em janeiro de 1949, fizemos o vestibular. A gente não teve essa coisa de cursinho. A gente não precisava de cursinho".

Evson Malaquias: Em que ano foi isso?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Em 1949.

Talita Maria: - Mas o senhor comentou que teve um contrato antes, não foi? Na Universidade? Que já

trabalhava lá como datilógrafo?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Mas isso foi depois, já depois da metade dos anos 50. Eu disse que, em mil novecentos e quarenta e seis, eu tinha quinze anos e assisti à solenidade de instalação da Universidade, que foi no Teatro Santa Isabel. Portanto, não poderia ter trabalhado numa universidade que ainda estava se instalando.

Evson Malaquias: Diga-me uma coisa: como era o processo de seleção para o vestibular?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: O vestibular de Direito era composto pelas matérias seguintes: Português, Latim, Francês e Inglês, podendo o candidato optar por uma dessas duas línguas. Eu escolhi Português, Latim e Francês. Eram duas provas, a prova escrita e a prova oral.

Evson Malaquias: - E quanto tempo era dado pra responder?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Eram duas horas para a prova escrita e vinte minutos para a oral, no máximo.

Evson Malaquias: Duas horas? E era feito uma semana, um dia, dois dias? Qual era o período?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, a prova escrita era todo mundo na mesma hora. E a oral, dependia da quantidade dos candidatos. Era física e materialmente impossível fazer a prova de todos numa turma só. O que se fazia era dividir a turma. Uns faziam Francês, outros faziam Inglês. Português e Latim eram disciplinas obrigatórias. E com turma como a minha, de mais de 100 alunos, não era possível fazer a prova oral de todos num mesmo dia. Não podia. Materialmente, era impossível. Demorava.

Evson Malaquias: Como era, pra juventude, o acesso ao ensino superior? Como é que a juventude via? Era uma ascensão? Já existia essa ideia de ascender?

“Não havia essa ideia de racismo na admissão de estudantes (...). Essa coisa de cota pra negro, isso é agora, do governo de Fernando Henrique pra cá (...) Esse negócio de cor de pele, de dinheiro, são questões paralelas a serem examinadas em separado. Quem tinha mais dinheiro tinha maiores possibilidades de ter um preparo melhor, com a matrícula em colégios particulares e cursinhos. Mas não era o caso da Universidade, porque a universidade era de graça, por ser pública, federal.”

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, a questão não era apresentada nesses termos, pois a demanda estudantil de vagas nas universidades era pequena. Depois, com o crescimento da demanda, é que surgiram os problemas dos excedentes, ou seja, estudantes que eram aprovados além do limite das vagas oferecidas e não entravam. Não havia discriminação racial. Se não entravam muitos negros ou mulatos era porque não estavam preparados. Não havia essa ideia de racismo na admissão de estudantes e, portanto, não havia a questão; e, na Universidade, por suposto teórico, ela não existe. Essa coisa de cota pra negro, isso é agora, do governo de Fernando Henrique pra cá. Não tinha nada disso, não, entendeu? Esse negócio de cor de

pele, de dinheiro, são questões paralelas a serem examinadas em separado. Quem tinha mais dinheiro tinha maiores possibilidades de ter um preparo melhor, com a matrícula em colégios particulares e cursinhos. Mas não era o caso da Universidade, porque a universidade era de graça, por ser pública, federal. No Recife, naquela época, somente existia a Universidade do Recife, que era federal. Depois vieram a Universidade Católica de Pernambuco, dos padres jesuítas, particular e confessional, e, finalmente, a Universidade de Pernambuco, que se chamava Fundação Estadual de Ensino Superior - FESP, hoje a UPE. Já no fim do Século XX é que foram surgindo, em grande quantidade, as faculdades particulares, inclusive no interior do Estado, em Caruaru, primeiro, e, depois, em Arcoverde, em Vitória de Santo Antão, Petrolina e o mais. E agora existem os campi avançados da UFPE.

Evson Malaquias: - Na época dos seus 15 anos, como foi a instalação da Universidade? O senhor tem bem lembrança?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis Total. Lembro-me perfeitamente da cerimônia. O reitor era o professor Joaquim Inácio de Almeida Amazonas, que tinha sido diretor da Faculdade de Direito do Recife, então a única escola federal do Estado. Na cerimônia estiveram presentes os reitores das outras Universidades. Vieram Pedro Calmon, do Rio de Janeiro, Antônio Martins, do Ceará, Edgar Santos, da Universidade da Bahia, e os de Alagoas e de São Paulo.

Evson Malaquias: Existia um clima de euforia?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Veja bem, a luta pela Universidade, toda a história da criação de uma universidade em nosso país, sempre foi muito antiga, começando antes mesmo da independência a propagação da ideia de universidade. Escrevi um artigo sobre as origens históricas da Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco, desde a Colônia até a instauração da Universidade do Recife. Foi publicado na Revista de Informação Legislativa do Senado Federal. Tem todos os projetos de criação de Faculdades discutidos na Assembleia Geral do Império, desde o tempo de Pedro I até a criação da Universidade do Recife, em 1946. Do Rio de Janeiro, daqui, de São Paulo. Por quê? A luta era para não colocar a universidade em Olinda. E o argumento que o pessoal apresentava era: “Olinda é o Jardim do Éden.”. E aí os do Sul diziam: “No Nordeste existe a seca, que não permitirá o desenvolvimento da sociedade”. Aliás, não se falava em Nordeste, não. Do Rio pra cima, era Norte. Até na Constituição de 1934 se falava “a seca do Norte”. Do Rio pra cima, era Norte. O topo de Minas Gerais, já está situado no polígono da seca. Montes Claros, por exemplo, já está no é polígono da seca. Dentro da área do Banco do Nordeste. Da SUDENE. Da velha SUDENE. E, então..., o que havia era isso. Foi quando o ministro Ernesto de Souza Campos, da Educação, chamou o professor Joaquim Amazonas, que era o diretor da Faculdade de Direito do Recife, e seu professor de Direito Comercial, para implantar a Universidade em junho de 1946. O Decreto-Lei do presidente Eurico Dutra, n.º 9.788,

“A luta era para não colocar a universidade em Olinda. E o argumento que o pessoal apresentava era: “Olinda é o Jardim do Éden.”. E aí os do Sul diziam: “No Nordeste existe a seca, que não permitirá o desenvolvimento da sociedade.”

é de 20 de junho de 1946. A sessão de instalação foi marcada para 11 de agosto de 1946 porque era o aniversário da criação dos Cursos Jurídicos de Olinda e de São Paulo. A cerimônia de instalação foi no Teatro Santa Isabel. Chegou o reitor Amazonas, chegaram os outros reitores, convidados da Universidade e os professores das cinco faculdades: Direito, Engenharia, Medicina, com os cursos de Farmácia e Odontologia, Belas Artes e Filosofia do Recife. Sentaram dos dois lados do palco. Na mesa principal estavam o general Demerval Peixoto, que era o Interventor Federal do Estado, Joaquim Amazonas presidindo-a, como reitor. E estavam lá, igualmente, alguns desembargadores do Tribunal de Justiça. A Assembleia Legislativa ainda não estava funcionando. Tinha sido dissolvida pelo Golpe de 1937 e ainda não estava reinstalada. Não havia Assembleia. Estava fechada desde o golpe de Getúlio. Pela Universidade, Amazonas fez o discurso de abertura. Também discursou Edgar Altino, que era professor de duas Faculdades, a de Medicina e a de Direito. Na época, ele era professor de Medicina Legal, na Faculdade de Direito. E de doenças infecciosas e parasitárias, em Medicina. Mais tarde ele passou a ser professor de Medicina Legal nas duas. É claro, não precisava de dois professores diferentes pra uma disciplina só. Então, em Direito, ele ensinava Medicina Legal e passou a ensinar a mesma matéria também em Medicina. Como sempre, a sua saudação foi brilhante. A conferência de instalação foi proferida pelo reitor Pedro Calmon de Moniz Bitencourt, que era da Universidade do Brasil e hoje se chama Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Evson Malaquias: *Eu li uma matéria no jornal Diário de Pernambuco segundo a qual existia uma recepção um pouco cuidadosa por parte dos estudantes que não faziam parte da futura Universidade, porque eles achavam que existiria a Universidade, e o resto era o resto. Esse entendimento existia mesmo?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Isso é coisa de jornalista. Naquela época, a gente tinha Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia, Belas Artes e a Faculdade de Filosofia do Recife, a FAFIRE, das religiosas de Santa Doroteia. E tinha a Universidade Rural de Pernambuco, que era estadual, com os cursos de Agronomia e Química. Lá na Rural ainda não existiam esses outros cursos que hoje existem, não tinha o resto. Nem Veterinária. E, depois, a Faculdade de Filosofia e Letras. Ciências e Letras, dos jesuítas. Não era ainda a Universidade Católica. Era só a Faculdade de Filosofia. Depois foi que vieram Direito e o resto todo. Aí foi que criaram a Universidade Católica. E cá, então..., aquelas outras, Ciências Econômicas. E aí, com o desenvolvimento, em 1946 entraram essas cinco a que eu me referi. Deve-se registrar que a Faculdade Estadual de Filosofia, depois Faculdade de Filosofia de Pernambuco, e que hoje é o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, ainda estava no papel, porém já prevista para integrar a estrutura da Universidade do Recife, quando fosse instalada, porque, pelo Decreto n.º 19.351, de 11 de abril de 1931, para se poder criar uma Universidade, era preciso reunir pelo menos três Escolas: a de Filosofia, Ciências e Letras e mais duas outras, escolhidas dentre as de Direito, Engenharia ou Medicina. Então, aqui, a gente tinha Direito, Engenharia e Medicina. E tinha a Faculdade de Filosofia das Doroteias, que entrou no Decreto-Lei de criação, porém mais tarde ficou como agregada, e não incorporada, porque era confessional. Por isso foi previsto que a Faculdade de Filosofia de Pernambuco, também chamada de Faculdade Estadual de Fi-

Iosofia, que estava no papel, passaria a integrar a Universidade quando fosse instalada. A Universidade foi instalada em 1946, mas a Faculdade de Filosofia só foi instalada em 1950. Então o Conselho da Universidade era composto pelo reitor, pelo vice-reitor, pelo diretor e representante de cada uma dessas cinco Faculdades. Depois foram incorporadas a Escola de Química, antigo Curso de Química da Universidade Rural, e a Faculdade de Ciências Econômicas. Depois... ocorreram duas reformas universitárias, já no tempo do Governo Militar, quando, pelos Decretos-Leis 53 e 252, foi vedada a existência de atividades idênticas ou equivalentes entre as diversas instituições universitárias, e as instituições foram fundidas em Faculdades e Escolas profissionalizantes e Institutos de pesquisa e, numa outra etapa, em Centros Acadêmicos, tal como existem ainda hoje.

Evson Malaquias: *Como era a dinâmica do ensino?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Dependia do tipo de curso, porque em Engenharia e na área de Saúde (Medicina, Odontologia e Farmácia) existiam muitas aulas práticas. Mas, nas outras, o ensino era substancialmente preacional. Aula por preleção. O professor subia na cátedra e praticamente fazia uma conferência - muitas delas, brilhantes; outras, mais práticas-, isso tanto em Direito como em Filosofia.

Evson Malaquias: *- Quanto tempo? Uns quarenta, cinqüenta minutos? O aluno podia fazer perguntas?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Dependia da matéria e também do professor. Normalmente a aula durava cerca de 50 minutos. Durante a exposição do professor, este não era interrompido, mas, depois de terminada esta, os alunos interessados iam até a cátedra para fazer indagações, tirar dúvidas. Tinha professor que não falava nem com o estudante. Já outros até tiravam brincadeiras. Outros confraternizavam com os alunos, ao ponto de tomarem uísque juntos? Joaquim Amazonas, por exemplo, como comentavam os antigos, não falava com estudante. É o que diziam dele, pois eu não fui seu aluno. Aliás, a última aula dele foi na minha turma, no dia 7 de abril de 1949, quando ele completou 70 anos e se aposentou pela compulsória.

Evson Malaquias: *Não falava?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: De jeito nenhum. Pra você ver, quando papai morreu, ele veio do aeroporto direto lá pra casa. Ele falou com mamãe, falou com minha irmã, falou com meus dois irmãos e não falou comigo porque eu era estudante da Universidade. Já o Reitor João Alfredo, não. João Alfredo era simpático, cordial mesmo. Muito diferente. Falava com todo mundo. Diferente era o reitor Murilo Guimarães, que apareava ser

“Normalmente a aula durava cerca de 50 minutos. Durante a exposição do professor, este não era interrompido, mas, depois de terminada esta, os alunos interessados iam até a cátedra para fazer indagações, tirar dúvidas. Tinha professor que não falava nem com o estudante. Já outros até tiravam brincadeiras. Outros confraternizavam com os alunos, ao ponto de tomarem uísque juntos? Joaquim Amazonas, por exemplo, como comentavam os antigos, não falava com estudante”.

uma pessoa muito seca, porém era muito humano e cordial. Ademais, era meu amigo também e, quando foi reitor, me chamou para trabalhar com ele no gabinete e, depois, como diretor da Divisão de Pessoal e como diretor da Rádio Universitária.

Evson Malaquias: Quem era sua referência na sua formação na Faculdade?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Em primeiro lugar, o professor Abgar Soriano, que era um dos catedráticos de Direito Civil (eram 4 cadeiras).. Era o professor com quem eu tinha mais ligação, se bem que eu não fosse da área dele. Em seguida, os professores Murilo Guimarães, de Direito Comercial, Arnóbio Graça, de Economia Política, e Luiz Delgado, de Direito Administrativo. Minha área é Direito Constitucional. Eu sou professor Dr. de Direito Constitucional. Pra você ver uma coisa... Esta aqui é a minha tese de doutoramento. Os dois volumes. É o único estudo brasileiro sobre as Eleições Indiretas no Brasil. Ela foi aprovada por todos os membros da banca examinadora, com distinção e nota dez.

Talita Maria: Meu Deus!

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Tem mais de oitocentas páginas.

Evson Malaquias: Ele está novo, não está?

Talita Maria: Está supernovo.

(Seguiu o breve comentário a respeito dos livros e sobre a atual situação das publicações dos doutorados).

Evson Malaquias: Diga-me o seguinte: então Abgar Soriano é uma referência na sua vida acadêmica? Como era a vida? Como era a Faculdade de Direito? Como era a formação de vocês? Porque há uma participação importante também na Política. Na formação intelectual dos governantes. Era bem dinâmica a participação dos estudantes também na vida social e cultural de Pernambuco.

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Enorme, enorme. Um professor da Faculdade de Direito foi presidente da República. Foi Epitácio Pessoa, paraibano de Umbuzeiro, que teve uma infância muito pobre e com muito esforço conseguiu se formar em Direito, tornou-se professor da Faculdade de Direito e seguiu para o Rio de Janeiro. Foi senador pela Paraíba em 1911, foi para a Europa, e, com a morte de Rodrigues Alves, foi indicado candidato a presidente quando representava o Brasil na Conferência de Versalhes. Nas eleições de 1919, Epitácio venceu as eleições contra Rui Barbosa, sem ao menos ter saído

“Você conhece a Faculdade de Direito. Aquele pátio, que tem aquela parede cinzenta, aquilo era uma parede de um vermelho bem escuro. E a geração anterior a mim e, depois, a minha, até o segundo, terceiro ano, faziam versos. Poemas. Os estudantes escreviam e desenhavam a giz naquele quadro vermelho enorme, nas paredes que davam voltas no pátio da Faculdade toda, somente interrompidas pelas portas das salas. Tinha aqueles bancos. Ninguém sentava embaixo, no assento, só no encosto. Quem sentasse embaixo levava uma vaia”.

da França. Mas isso não é do meu tempo. Conheço porque sempre me interessei pela história da Universidade. A política que excitava a turma da Faculdade era a acadêmica propriamente dita. Você conhece a Faculdade de Direito. Aquele pátio, que tem aquela parede cinzenta, aquilo era uma parede de um vermelho bem escuro. E a geração anterior a mim e, depois, a minha, até o segundo, terceiro ano, faziam versos. Poemas. Os estudantes escreviam e desenhavam a giz naquele quadro vermelho enorme, nas paredes que davam voltas no pátio da Faculdade toda, somente interrompidas pelas portas das salas. Tinha aqueles bancos. Ninguém sentava embaixo, no assento, só no encosto. Quem sentasse embaixo levava uma vaia. Aluno da Faculdade não sentava no banco, só sentava no encosto do banco. Amazonas chegou lá, viu os estudantes sentados no encosto dos bancos e mandou botá-los pra fora. Como os estudantes não obedeceram e continuaram sentando no encosto, ele mandou botar uma talisca triangular de quina, uma ripa, pra ninguém sentar. E mandou apagar tudo aquilo que a turma tinha riscado de nome. Mandou botar chapisco, daquele chapisco grosso de vassoura, para ninguém poder escrever.

Evson Malaquias: O senhor era inquieto como aluno?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não.

Evson Malaquias: Fazia parte dos alunos que gostavam de questionar a Universidade?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, a nossa época era outra. Eu trabalhava naquela época. Eu fazia as apostilas do curso. As aulas de Introdução à Ciência do Direito e de Economia Política eram gravadas, e nós duplicávamos os textos para os colegas. Eu e meu colega Mauro Almeida. Ele já morreu. Depois de formado, não foi profissional de Direito e, sim, jornalista, inclusive com livros publicados.

Evson Malaquias: Quais eram as principais “brincadeiras” que os estudantes aprontavam na Universidade?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Nada de especial. Não tinha todas essas coisas. Brincadeiras dentro da Faculdade, não. Tinha-se o trote nos calouros (os feras, como eram chamados), porém sem agressões físicas nem procedimentos de humilhação aos futuros colegas. E muitos estudantes se destacavam nas letras e não no direito. Seriam mais tarde escritores, poetas, autores e atores teatrais e mesmo de televisão. Um colega da minha turma é ator da Globo.

Evson Malaquias: E esses escritos das paredes? Eram o quê? Eram dos alunos?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Eram textos românticos. Os alunos românticos escreviam poemas para as colegas, para as namoradas. E havia muito poucas alunas na Faculdade.

“Naquela época, somente existiam os professores catedráticos, selecionados por concurso público, e alguns substitutos, interinos, que estavam aguardando a abertura do concurso respectivo. (...) Não se cultivava esse hábito de escrever livros. Outros, ao contrário, publicavam livros ou davam pareceres, que depois eram publicados”.

Evson Malaquias: *Mas a direção também não gostava, não é?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, a prática durou muitos anos, porque era absolutamente inofensiva. Não era nada de mais. O que a direção da Universidade entendia é que a prática sujava as paredes, porque não havia panfletagem nem política de qualquer outra natureza. O diretor da Faculdade era o professor Edgar Altino. Uma boa conversa. E o vice-diretor era o professor Genaro Guimarães, catedrático de Direito Processual Penal. Este era Edgar Altino, de quem já falei, e que era um cara abertíssimo. Brincava também. Naquela época, somente existiam os professores catedráticos, selecionados por concurso público, e alguns substitutos, interinos, que estavam aguardando a abertura do concurso respectivo. Todos estes entre bons e excelentes, porém de pouca produção intelectual escrita, muitos deles bons expositores e bons profissionais, mas que não escreviam. Não se cultivava esse hábito de escrever livros. Outros, ao contrário, publicavam livros ou davam pareceres, que depois eram publicados. Um bom exemplo disso é o professor de Direito Civil, Soriano Neto. Outro grande professor, este de Direito Penal, que não ensinou na minha turma, foi o velho Barreto Campelo, o avô desses novos que estão aí. Um bigodão bem grande. Amarelo de tanto cigarro. O comportamento dele era diferente. Ele não abria, não. Não queria conversa.

Já o outro professor de Direito Penal, Aníbal Bruno, ao contrário, era uma camarada que tinha, além do ensino de Direito Penal, o de Português, e seus livros eram usados no Brasil inteiro, com sucesso. Todos os professores, por serem advogados ou juízes, tinham uma produção, mesmo pequena, pois não se tinha o hábito de publicar, mas sabiam falar muito bem, e alguns deles falavam maravilhosamente, faziam discursos bonitos, muitos deles inflamados. Os dois professores que falavam melhor na Faculdade, no meu tempo, eram Edgar Altino, de Medicina Legal, que era médico, e Aníbal Bruno, que era professor de Direito Penal. Aníbal Bruno conseguia dar uma aula de Direito Penal sobre crimes em espécie, com uma exposição bonita, agradável, mesmo sendo muito técnica. Falava sobre homicídio, atenuante de homicídio, agravante em homicídio, motivo fútil, emboscada, essa coisa toda. Quer dizer, era só assunto chato. Quantos anos o camarada pega se for assim. Quantos anos se for não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê. Se fez isso, se fez aquilo. A parte geral é bonita. Sobre a definição da pena. O conflito da lei no tempo ou conflito de leis no espaço. Mas a parte técnica não é bonita. É como discutir título de crédito. É como discutir investigação de paternidade. Tem nada de bonito, tem? É absolutamente técnico. Mas ele conseguia dar uma aula bonita, de Direito Penal, mesmo no Direito Penal Especial, e, mais ainda, na parte geral. A exemplo das outras que tinham um fundo filosófico e cultural. Vários professores tinham uma exposição mais didática, enquanto outros faziam verdadeiras conferências na aula. Havia ainda um cuja aula era pesada e maçante. Mas, quando escrevia, era genial. O texto dele era uma maravilha. Agora, a aula dele ninguém

**“Ele, [Joaquim Amazonas],
não gostava de estudante!”**

Ele não se aproximava de estudante, nem deixava que estes se aproximasse dele.

Mas isso não quer dizer que ele não era bom. Era um sujeito brilhante. Um grande administrador”

aguentava. A exposição oral dele era muito repetitiva, mas o texto escrito era de ninguém botar defeito.

Evson Malaquias: *E as aulas de Joaquim Amazonas?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não sei! Ele se afastou do ensino quando assumiu a Reitoria, em 1946. Eu entrei em março de 1949, ele se aposentou em sete de abril do mesmo ano e já estava afastado do exercício da cátedra por estar como reitor. De qualquer modo, ele era professor no 3º ano, e a minha turma acabava de entrar no primeiro.

Evson Malaquias: *Mas o senhor ouvia algum comentário?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Sim, todos negativos no que se refere ao relacionamento com os estudantes. Ninguém gostava dele. Ninguém gostava do velho.

Evson Malaquias: *Ah, é?!*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Ele não gostava de estudante! Ele não se aproximava de estudante, nem deixava que estes se aproximassem dele. Mas isso não quer dizer que ele não era bom. Era um sujeito brilhante. Um grande administrador. Foi o primeiro presidente da Ordem dos Advogados em Pernambuco e primeiro reitor da Universidade, tendo sido renomeado para três mandatos, e morreu, com mais de 80 anos, no exercício do cargo de reitor. A Ordem dos Advogados estava começando e eram poucos os advogados. Instalou-se em 1931; eu terminei meu curso em 1953, e minha inscrição foi em 1956, sob o numero 1453. E, quando um advogado se desliga da OAB, porque faleceu, mudou-se para outro estado definitivamente ou simplesmente deixou de advogar, o seu número permanece em aberto, ninguém ocupa sua vaga. Hoje são mais de vinte e sete mil em Pernambuco, pois temos cerca de vinte e cinco Faculdades de Direito no Estado. Quando o sujeito morre, ou deixa de advogar, porque vai pra Brasília, ou pra Paraíba - por exemplo, se ele passa a advogar na Paraíba -, ele tem que entrar na OAB da Paraíba, mesmo já sendo inscrito na OAB de Pernambuco. A não ser que ele peça para ser inscrito aqui e lá. É chamada de inscrição complementar. Eu, por exemplo, sou advogado aqui. Se eu fosse advogar na Paraíba, só poderia fazê-lo até cinco processos, sem precisar me inscrever lá.. No sexto, eu já teria que me inscrever lá na Paraíba. Já o pai de Murilo Guimarães, que foi catedrático de Direito Comercial, diretor da Faculdade e reitor da Universidade, o velho Genaro Guimarães, que foi vice-diretor no meu tempo, não podia ser mais aberto, brincalhão, gozador, contador de anedotas.

Evson Malaquias: *E ele com seus colegas de trabalho? Também era do mesmo jeito? Ele era fechado assim? Introspectivo?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Quem? Joaquim Amazonas?

Evson Malaquias: *Sim.*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, ele era muito chato. Mas ele falava com todo mundo. E outra coisa...

Inah Cézar Palhares Moreira Reis: Deixe de falar de Dr. Amazonas. Porque, com certeza, ele vai

procurar outra pessoa.

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Só se for a professora Maria Antonia Mac Dowell, que é a neta dele.

Inah Cézar Palhares Moreira Reis: Então não tem nada a ver você...

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Ele, por exemplo, quando precisava de fazer uma ponta de lápis, não tocava na campanha pra chamar o secretário, não. Ele chegava lá e fazia. Era assim. Quando eu me formei, meu diploma foi para o Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, pra registrar. Ele não era registrado aqui. Era no Rio, no Ministério da Educação. Mas meu tio Ruy Moreira Reis, que era o diretor de Obras do Ministério da Educação, era brigado com o diretor de Ensino Superior. Então o meu diploma não veio. Vieram os dos outros alunos concluintes, e o meu ficou lá. Só veio em 1956. Formei-me em 12 de dezembro de 1953. Os dos outros alunos vieram em 1955. O meu e o de alguns outros, que não foram dados logo, só vieram em 1956.

Então eu fui à Reitoria. Era o reitor Amazonas mesmo quem levava e trazia os diplomas. Enchia as pastas com os processos de diplomas e os entregava, lá, ao serviço de secretaria do gabinete. Aí eu ia lá ver quais os que tinham voltado do Rio de Janeiro, para saber se o meu tinha sido registrado e voltado, o que não aconteceu por muito tempo. Um dia, quando eu estava na secretaria, o reitor Amazonas chegou e disse assim: “O que é isso? O que foi que aconteceu?”. Eu disse: “Doutor Amazonas, por que o meu diploma não veio?” Então ele mandou que a secretaria anotasse o meu nome e o número do processo do meu diploma. Aí ele disse: “É, o dele não veio.” E mandou anotar. E foi pro Rio de Janeiro no dia seguinte. Quando regressou, trouxe o meu diploma, mas isso já foi em 1956.

Evson Malaquias: O senhor se formou em que ano?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Em 1953.

Evson Malaquias: 53. Após sua formatura, como é que foi o seu desenvolvimento? Começou logo a advogar?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Eu já estava advogando desde 1952. Eu fui solicitador de causas, como se chamava então, e os alunos do 4º ano de bacharelado já podiam se inscrever. Era como um estágio. Eu era estagiário. Eu atendia a “x” solicitações. A gente podia fazer quase todos os atos que um advogado podia. Não podia, por exemplo, assinar petição inicial ou recorrer. No caso, éramos eu, um colega ainda estudante e mais um outro, que já era advogado.

“Era muito comum. Nessa época, como havia dificuldade de nomeação, os jovens trabalhavam sem que houvesse a paga, a remuneração de alguns docentes. Hoje não há estímulo para recrutar, como muitos dos mais velhos o foram, os heróicos “assistentes voluntários”, como eu mesmo, durante 5 anos, trabalhando de graça”.

Evson Malaquias: Em que ano o senhor entrou como servidor da Universidade?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Em 1957

Evson Malaquias: Como é que foi a sua ligação com a Universidade?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Minha ligação com a Universidade foi que, quando cheguei da Europa, onde estive estudando na Suécia e na França como bolsista da Fundação Rotária do Rotary International, eu era ligado a Osvaldo Gonçalves de Lima e a Alberto Moreira, da Escola de Química. Como estava havendo problemas no Instituto de Antibióticos, ele me chamou pra trabalhar lá. E, na Escola de Química, o secretário tinha tirado licença-prêmio e eu fui designado para ser o secretário da Escola, quando esta mudou de nome para Escola Superior de Química. Depois o secretário voltou, eu saí da secretaria e fiquei como funcionário. Mas, no ano de 1959, eu entrei no corpo docente como professor assistente de Ciência Política, na Faculdade de Filosofia, e deixei de ser funcionário comum.

Evson Malaquias: Então seu vínculo foi com a Escola de Química? Não foi com a Reitoria, não?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis. Não, foi com a Escola de Química e no Instituto de Antibióticos.

Evson Malaquias: Quanto tempo o senhor trabalhou?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Trabalhei uns dois anos. Em torno disso. Depois passei pro corpo docente.

Evson Malaquias: Trabalhava com documentação...

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Eu era o secretário da Escola.

Evson Malaquias: Mas o senhor exercia ainda o Direito?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Sim. Não impedia, não, porque o expediente era só de seis horas. Eu trabalhava de manhã. Dava tranquilo. Eu era solteiro. Já tinha voltado da pós-graduação na França e na Suécia. Mas, antes mesmo de viajar com a bolsa do Rotary, eu já era docente.

Evson Malaquias: Aí já era docente? Como é que foi a entrada como docente?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Foi um caso de indicação mesmo.

Evson Malaquias: No caso do senhor, quem o indicou?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: O professor Gláucio Veiga, que era catedrático de Ciência Política. Ele era meu compadre. Fomos colegas de escritório. Meu padrinho de casamento e, depois, meu compadre, pois foi padrinho da minha filha Sophia.

Evson Malaquias: Aí o senhor entrou como assistente?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Entrei como assistente de Ciência Política, em 1954, mas a minha nomeação não foi feita. O processo emperrou politicamente durante cinco anos.

Fiquei dando aula de graça até sair a nomeação. Levou cinco anos. O reitor Amazonas era brigado com Gláucio e disse que não nomearia assistente para ele. Em 1957, quando eu estava estudando na Europa, entrou uma leva muito grande de assistentes em toda a Universidade. Só na Faculdade de Filosofia foram 23. E eu não fui nomeado porque estava na Europa fazendo a pós-graduação. Só vim a ser nomeado assistente depois que Joaquim Amazonas morreu, quando João Alfredo assumiu a Reitoria.

Evson Malaquias: Cinco anos?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Exatamente, de 1954 a 1959.

Evson Malaquias: E o senhor trabalhou cinco anos sem receber?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Era muito comum. Nessa época, como havia dificuldade de nomeação, os jovens trabalhavam sem que houvesse a paga, a remuneração de alguns docentes. Hoje não há estímulo para recrutar, como muitos dos mais velhos o foram, os heróicos “assistentes voluntários”, como eu mesmo, durante 5 anos, trabalhando de graça. Mas, com o ganho indireto, convivendo com os alunos, angariando conhecimento para transmitir às novas gerações. Era um modo de investir em mim mesmo. O pagamento não financeiro estava ali. E o grupo desses assistentes voluntários era bastante grande, especialmente na área da Saúde, muitos deles, hoje, nomes nacionalmente consagrados.

Evson Malaquias: Os professores trabalhando sem receber?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não! Era voluntário. Ninguém era obrigado a trabalhar. Era diferente. Ninguém estava sendo compelido a trabalhar de graça. Era um status trabalhar na Universidade.

Evson Malaquias: Aí, depois disso, depois de cinco anos, o senhor chegou a ser catedrático?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, nunca quis. Quando o professor Pinto Ferreira se aposentou, o professor Ivo Dantas veio me perguntar se eu iria disputar a cátedra, ao que respondi que não, que estava perto de me aposentar e que ele, então, deveria se apresentar, e ele o fez, tendo sido aprovado com distinção; mais tarde foi diretor da Faculdade.

Evson Malaquias: A reprovação de estudantes na Faculdade de Direito era grande?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não!

Evson Malaquias: Porque na Engenharia sempre teve um...

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: A Engenharia reprovava. A Engenharia reprovava na parte básica: na Matemática, no Cálculo, na Mecânica. Essas coisas. Daí pra cima não reprovava tanto, não.

“A Engenharia reprovava. A Engenharia reprovava na parte básica: na Matemática, no Cálculo, na Mecânica. Essas coisas. Daí pra cima não reprovava tanto, não. Não era nada disso tudo, não. Em Direito, também havia a reprovação em Introdução à Ciência do Direito, Direito Romano, Teoria do Estado e Economia, que eram as disciplinas do 1º ano do curso. Depois, ficava mais manso”.

va tanto, não. Não era nada disso tudo, não. Em Direito, também havia a reprovação em Introdução à Ciência do Direito, Direito Romano, Teoria do Estado e Economia, que eram as disciplinas do 1º ano do curso. Depois, ficava mais manso. E os estudantes, mais maduros, levando o trabalho mais a sério. É muito comum a reprovação de estudantes de primeiro ano, de primeiro período, porque eles não estão habituados à vida na Universidade, que não cobra as atividades durante o ano inteiro, como nos colégios. Então, depois das primeiras pancadas, os estudantes se aprimoravam mais no curso. Também não quer dizer que todo mundo passava. Quero dizer que não era uma coisa de ser ameaçadora.

Evson Malaquias: Alarmante?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: - Não, não era alarmante, não.

Evson Malaquias: *E a sua experiência na Reitoria? Quando foi que o senhor assumiu lá na Reitoria.*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Foi quando o professor Murilo Guimarães foi nomeado reitor e, ao assumir, me convidou para trabalhar lá.

Evson Malaquias: Ah, foi na gestão já de Murilo?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Foi.

Evson Malaquias: O senhor trabalhou em toda a gestão dele?
No mandato dele? No reitorado dele?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Em todos os dois períodos, durante os sete anos. Até ele sair.

Evson Malaquias: E retornou depois?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Sim!

Evson Malaquias: Em qual gestão?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Trabalhei com Geraldo Lafayette, como assessor e como pró-reitor. Também com Geraldo Lapenda, que era vice-reitor e assumiu quando Lafayette morreu, e, novamente, como assessor, com Edinaldo Bastos e com Éfrem Maranhão.

Evson Malaquias: Ah! Como é que foi a chegada de Murilo? Ele estava na Europa, não é?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Foi!

Evson Malaquias: Como é que foi esse processo da escolha dele?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: O que aconteceu foi o seguinte: João Alfredo era o reitor. Ele foi eleito e nomeado reitor logo que Amazonas morreu. E, na vez seguinte, foi reeleito. Porque, na época, o mandato era de três anos. Foi na época do governo de Jango, do presidente João Goulart, o presidente da época. Só que, quando João Goulart foi deposto, aí

“O professor Murilo Guimarães estava na Suécia. Passaram um telegrama pra ele dizendo que ele tinha sido escolhido para figurar na lista tríplice para reitor, que ele estava na cabeça da lista e perguntando se ele autorizava a campanha. Ele passou um telegrama muito bonito, muito de seu estilo. Muito bonito mesmo: “Aceito e agradeço. Murilo.” Ele era muito seco no trato com as pessoas, mas sempre muito educado, muito fino.”

resolveram fazer uma campanha para tirar todos aqueles que não eram ligados ao novo esquema político, obrigando-o a renunciar sob a acusação de envolvimento com forças esquerdistas contrárias à “revolução”. Foi no tempo do presidente Castelo Branco.

E, então, o professor Newton Maia, que era o vice-reitor, assumiu e começou a administrar a Universidade. E convocou o Conselho Universitário para eleger o novo reitor. Então começaram as negociações pra saber quem seria. O professor Murilo Guimarães estava na Suécia. Passaram um telegrama pra ele dizendo que ele tinha sido escolhido para figurar na lista tríplice para reitor, que ele estava na cabeça da lista e perguntando se ele autorizava a campanha. Ele passou um telegrama muito bonito, muito de seu estilo. Muito bonito mesmo: “Aceito e agradeço. Murilo.” Ele era muito seco no trato com as pessoas, mas sempre muito educado, muito fino. Tinha uma palavra brilhante e escrevia maravilhosamente bem. Não era de muita conversa, de amizade, essa coisa toda. Não havia dois anos que o mesmo colegiado pressionara o Dr. João Alfredo a renunciar sob a acusação de envolvimento com forças esquerdistas contrárias à “revolução”, do que se intui que o pensamento do ora escolhido reitor estava em plena sintonia com o regime vigente, ou que a escolha recaía sobre um jurista capaz de enfrentar com moderação o sistema.

Evson Malaquias: Pelo que Jonio Lemos nos contou, foi apresentado outro candidato..., Barros Lima, se não me engano. Era de Medicina... Houve uma insatisfação dos conselheiros, que, por acharam que ele tivera o apoio dos militares, procuraram Murilo. Foi quando entraram em contato...

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Eles chamaram a Murilo pra se candidatar. E, quando Murilo foi escolhido, antes de ser nomeado, foi ao gabinete do presidente Castelo Branco para condicionar a aceitação da sua nomeação a que não houvesse perseguições na Universidade. E, de fato, não houve qualquer cassação, qualquer aposentadoria, pois a aposentadoria de Pelópidas Silveira e Antonio Baltar, da Engenharia, ocorreu antes da posse de Murilo como reitor. Então o presidente Castelo Branco se comprometeu com todos os problemas da Universidade. Dois outros professores, que estavam sendo perseguidos, Manoel Correia de Andrade e José Adolfo Pereira Neves, foram autorizados a deixar o País e não foram afastados dos seus cargos. Eles foram estudar na França. Ambos.

Evson Malaquias: E como é que estava, nessa época, o clima na Universidade? Como era...?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Tinha um grupo de estudantes e funcionários que informava do

“Tinha um grupo de estudantes e funcionários que informava do que se passava na Universidade os militares do IV Exército. Essa coisa toda. Na verdade, no reitorado de Murilo Guimarães nunca houve muito esse negócio, não. Havia mais nas outras universidades. E tinha uma turma que era muito ostensiva, que fazia questão de mostrar que tinha relações com os militares. Depois do reitorado de Murilo, já no reitorado de Marcionilo Lins, passou a existir na Reitoria uma Assessoria de Segurança e Informação.”

que se passava na Universidade os militares do IV Exército. Essa coisa toda. Na verdade, no reitorado de Murilo Guimarães nunca houve muito esse negócio, não. Havia mais nas outras universidades. E tinha uma turma que era muito ostensiva, que fazia questão de mostrar que tinha relações com os militares. Depois do reitorado de Murilo, já no reitorado de Marcionilo Lins, passou a existir na Reitoria uma Assessoria de Segurança e Informação. No fim do corredor do segundo andar, onde tinha a sala de acesso reservado; e, dentro dessa sala reservada, havia a sala secreta, na qual ninguém podia entrar.

Evson Malaquias: Onde era?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Na reitoria, no segundo andar, do lado que dá para o prédio da SUDENE. Lá em cima, na Cidade Universitária já. A reitoria, inicialmente, foi dentro do prédio da Faculdade de Direito, no tempo de Joaquim Amazonas, depois passou para o prédio da Rua Sete de Setembro, que mais tarde foi a Sociedade Brasil-Estados Unidos, e, depois, para a Rua do Hospício, ficando lá durante o resto do reitorado Amazonas e durante o de João Alfredo e o de Murilo Guimarães. Foi este quem providenciou a construção e a mudança da reitoria da Rua do Hospício para a Cidade Universitária, já no início dos anos 70. Depois, o prédio da Rua do Hospício abrigou a Delegacia do MEC e, em seguida, parte das aulas da Faculdade de Direito.

Evson Malaquias: Como era entre os docentes essa nova época do Brasil? Como foi o clima entre os docentes?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Nada de especial. Claro que havia um grupo a favor do governo, outro contra, e a maioria se posicionava indiferentemente, cuidando de sua vida na Universidade e, lá fora, profissionalmente. O mesmo acontecia com os estudantes, muitos deles sendo até informantes do IV Exército e outros, do outro lado, engajados na luta contra o governo.

Evson Malaquias: Porque há sempre grupos entre os docentes que impulsionam o momento político, não é?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: É claro! Não se deve esquecer que uma universidade é sempre formadora de opinião, para um lado ou para o outro. Ninguém ia discutir essas coisas dentro da Universidade. Cada um cuidava da sua vida, fazendo a militância política fora do campus. Mas havia dois grupos pequenos que se posicionavam de um lado ou de outro. Eu, por exemplo, fui colega e advogado de presos políticos. Muitas e muitas vezes. No Recife, em Paulista. Na Auditoria Militar, que funcionava na Avenida Conde da Boa Vista.

Evson Malaquias: Como foi que João Alfredo saiu? Ele pediu exoneração?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: - Não, ele renunciou ao cargo de reitor.

Evson Malaquias: Renunciou. Desculpe-me, desculpe-me!

“Eu, por exemplo, fui colega e advogado de presos políticos. Muitas e muitas vezes. No Recife, em Paulista. Na Auditoria Militar, que funcionava na Avenida Conde da Boa Vista.”

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: E se aposentou como professor da Escola de Belas Artes.

Evson Malaquias: Certo. E como é que foi essa situação? Qual era o sentimento do grupo? Foi um ato dele, individual, ou uma...?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não! Houve uma campanha contra ele. O problema, a rigor, começou, em junho de 64, com vários artigos de Gilberto Freyre. E também artigos de outros camaradas ligados ao governo. Eu tinha ligação com Gilberto Freyre muito especial, não política, pois nunca participei do grupo dele. Tanto assim que, no ano passado, eu recebi a medalha de honra ao mérito cultural Gilberto Freyre, do Estado de Pernambuco, que me foi concedida pela unanimidade da Assembleia Legislativa. Inclusive, no discurso que eu fiz, cito que Gilberto Freyre me ofereceu um livro e, na dedicatória, me chamou de “colega”.

Evson Malaquias: Por que esse sentimento de Gilberto Freyre?

Talita Maria: Deixe-o trazer o livro pra gente tirar foto!

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Esse aqui é um conjunto de fotografias. Estas aqui foram feitas na Câmara Municipal do Recife, quando recebi o título de Cidadão do Recife.

Evson Malaquias: Em que ano?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Foi em 2007.

Evson Malaquias: Ah, foi agora!

Talita Maria: Esse livro com que o senhor está é o quê?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Isso aqui é uma coletânea de estudos já publicados. Neste outro, estão três homenagens que recebi. Os discursos que foram pronunciados.

Talita Maria: É a mesma capa do outro.

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: São todos com a mesma capa, apenas mudam as imagens, a da Justiça na capa e a minha foto, no fim.

Evson Malaquias: Padronizado?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Sim. Já são oito volumes, e o nono está entregue para a publicação. Neste outro estão as três homenagens que recebi. E, no fim, as fotos respectivas. A primeira, quando recebi o título de Cidadão Honorário do Recife. E as fotos. Na Câmara Municipal do Recife, a mesa que presidiu a reunião. O Plenário. O vereador João Arraes. Eu com o diploma. Aqui, eu falando. E, aqui, eu com a minha família. Em seguida, na Assembleia Legislativa, quando recebi a Medalha do Mérito Cultural de Pernambuco Gilberto Freyre. Nesta, o deputado Geraldo Coelho e eu. Aqui todos os homenageados naquela tarde. O deputado Geraldo Coelho na Tribuna. O presidente da Assembleia, Guilherme Uchôa, colocando a medalha em mim. Aqui, os três: os deputados Guilherme Uchôa, Geraldo Coelho e eu. Aqui, eu falando. Finalmente, a foto do autógrafo do livro: “Para Palhares Moreira, do colega e admirador, Gilberto Freyre. 1979.”

Evson Malaquias: Por que Gilberto Freyre, sistematicamente pedia a renúncia do reitor? Ele tinha algum nome pra indicar para a Universidade, ou ele simplesmente não queria João Alfredo?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, era uma questão política. Não esqueça que estávamos em 1964, logo no início do governo Castello Branco, que tomou posse em abril, e esses acontecimentos foram em junho. João Alfredo representava o outro lado. João Alfredo tinha sido nomeado no governo de Jango. E essas fotos aqui, quando eu recebi o título de Professor Emérito da Universidade. Aqui está a Comissão de Honra: Nilzardo Carneiro Leão, da Faculdade de Direito, onde estudei e fui professor; Cristina Figueiredo, do Departamento de Ciências Sociais, onde também fui Professor; Lenita Amaral, pró-reitora, representando o Departamento de Pessoal, do qual fui diretor - depois fui pró-reitor de Apoio Administrativo; o professor emérito Décio Lyra, do Instituto de Antibióticos; em seguida, o prof. Washington Martins, que é do Departamento de Filosofia, autor da proposta de concessão, e onde eu também me formei; e, finalmente, Hugo Martins, da Rádio Universitária.

Talita Maria: O senhor ainda tem contato com essas pessoas?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Total. Nilzardo é rotariano, do mesmo clube que eu, e, assim, com ele almoço toda terça-feira. Cristina é minha comadre, pois sou padrinho de seu filho, Tales, que é procurador federal. Lenita, Washington e Décio são meus clientes, sou advogado deles. E Hugo, eu continuo ouvindo os seus programas da Rádio Universitária. E quanto a essas outras fotos: esta aqui foi quando eu recebi o Título de Professor Emérito. Essas fotos são de quando eu recebi o anel na formatura da Faculdade de Direito, com minha mãe; e esta outra, quando recebi o anel na formatura na Faculdade de Filosofia, com a minha irmã e madrinha. É bom frisar que eu já recebi diversas homenagens da Universidade, como a Medalha Marquês de Olinda do Mérito Universitário, a Medalha da Universidade Federal de Pernambuco, por serviços relevantes, e a Medalha Joaquim Amazonas, pela competência e dedicação ao trabalho por mais de 30 anos, sem faltas nem licenças.

Evson Malaquias: O Exército teve interferência na Universidade?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não. Ou melhor, muito pouca e durante muito pouco tempo. Logo depois do início do governo do triunvirato de Costa e Silva e antes da posse de Castello Branco, teve um coronel do Exército que andava pela reitoria controlando certas atividades. Mas só isso. Não teve maior interferência, não. Nem muita gente presa.

Evson Malaquias: Pelo que eu conversei com Jônio, parecia que existia um espírito assim... de Instituição. As pessoas se sentiam ameaçadas.

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Atacadas?

Evson Malaquias: Sim. E esse espírito criava uma unidade entre os docentes. É isso mesmo?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Veja bem, dentro da Universidade havia professores, funcionários e estudantes que eram informantes. Em Direito, em Odontologia, na Administração. Depois, a exacerbação terminou e somente ficou a Assessoria de Segurança e Informações, ou seja, a coisa se institucionalizou. Para a admissão de qualquer docente

ou servidor, era preenchida uma ficha de segurança para examinar os antecedentes políticos de quem estava sendo cogitado para ocupar algum cargo ou emprego. A ficha usava mesmo a palavra cogitado.

Evson Malaquias: *O senhor assumiu a Pró-Reitoria. Fale como é que foi a sua experiência.*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: A Pró-Reitoria tem que ter uma atividade completamente diferente. Foi no reitorado de Geraldo Lafayette Bezerra, a quem eu era muito ligado, e ele também era muito ligado à minha mulher, porque eram conterrâneos e, em Monteiro, Paraíba, as duas famílias deles eram muito aproximadas. Foram meninos juntos, fizeram a primeira comunhão juntos. Ele era padrinho de crisma do meu filho. Tínhamos sido alunos e éramos professores da mesma Faculdade.

Ele era professor do Departamento de Filosofia e eu, do Departamento de Ciências Sociais, e ambos éramos formados em Direito e em Filosofia. Quando ele veio estudar aqui, na Universidade, a primeira pessoa com quem ele se encontrou fui eu, no dia da posse do Arcebispo Dom Antônio José de Almeida Moraes Júnior, e o relacionamento aumentou, com a política estudantil, na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, quando ainda era na Soledade. Então, desde aí ficamos muito ligados, mesmo que, quando estudantes, estivéssemos em campos opostos. Você conhece o prédio do CFCH, ali junto, na Cidade Universitária? No estacionamento, na parte não pavimentada, tinha uma árvore lá no canto, perto do Centro de Artes. Ali debaixo da árvore, a gente ia pra lá, e ficávamos conversando sobre a política da Universidade nos fins de tarde, para não conversar lá dentro, pra não sermos incomodados e nem sermos ouvidos por pessoas indiscretas. Ficávamos, então, os dois conversando embaixo da árvore. Foi ali que ele se mostrou interessado na sua candidatura a vice-reitor, quando da eleição na qual foi eleito reitor o professor Paulo Maciel; e, para o reitorado seguinte a candidatura dele pra reitor. Ele foi candidato a reitor e foi eleito. E eu estava sempre muito junto a ele. Inclusive, quando ele, já nomeado, estava para assumir o cargo de reitor, telefonava me chamando e íamos para a casa dele acertar os nomes da equipe, então eu telefonava, em seu nome, para as pessoas escolhidas confirmando algumas nos respectivos cargos e chamando outras para que assumissem outros. Eu telefonava pra dizer: “você fica. É você que está sendo candidato, pra ficar em tal lugar.”. Era uma conversa nesse nível. E quanto à minha participação, eu disse a ele: “Você tem seus compromissos. Você tem que cumpri-los. Você monta a sua equipe do jeito que você quiser. E eu faço o seguinte: uma parte do meu tempo de magistério em Ciências Sociais, que é de quarenta horas, eu passarei a dar vinte horas na Faculdade e vinte no gabinete, com você, informalmente. Dentro da carga horária docente. Sem alterar o contrato para a Faculdade de Direito onde eu ensinava à noite. Sem exercer cargo na administração. Nem mesmo de asses-

“Então Lafayette tirou Marcos da Pró-Reitoria de Administração e o passou para a de Planejamento. Uma noite, ele foi lá ao meu apartamento da praia e, conversando, disse: “Está resolvida a situação. Marcos vai pra Planejamento e Palhares vai pra Administração.” Então eu perguntei: “é assim, tão simples? Marcos já sabe?” Ele disse: “É assim!”. ”

sor, informal, como disse. Era apenas um professor dando minhas sugestões para a administração, ali dentro. Falando com ele. Como pró-reitor Administrativo, ele nomeou o cunhado, Marcos Domingues, que era professor da Arquitetura. E o pró-reitor de Planejamento era Sebastião Jorge Jatobá, da Economia. Então, o professor Jatobá foi chamado pelo ministro Murilo Macedo pra ir ser assessor do gabinete do ministro do Trabalho, em Brasília, e se afastou. Então Lafayette tirou Marcos da Pró-Reitoria de Administração e o passou para a de Planejamento. Uma noite, ele foi lá ao meu apartamento da praia e, conversando, disse: “Está resolvida a situação. Marcos vai pra Planejamento e Palhares vai pra Administração.” Então eu perguntei: “é assim, tão simples? Marcos já sabe?” Ele disse: “É assim!”. Aí ligou para Marcos, e este retrucou: “Mas, Geraldo, você não disse que ia me dar uma semana pra eu pensar?”. Ele: “Sim, faça de conta que a semana acabou agora.”. Só foi isso.

Evson Malaquias: *E a experiência como pró-reitor na Administração?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Era a mesma coisa que acontecia quando eu fui diretor de Pessoal, agora num nível acima.

Evson Malaquias: *Como era o dia a dia de um professor pró-reitor?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: O dia a dia era relativo, pois dependíamos muito do que vinha de Brasília, especialmente de verbas. Porque, quando eu assumi, reuni todos os chefes de serviço da área, desde diretores de departamentos, chefes de divisão, chefes de seção e de serviço, no Auditório João Alfredo e disse: “a minha orientação é trabalhar baseado em três pontos principais: atualizar os registros cadastrais, simplificar as rotinas de serviço e enfatizar o processamento de dados. Mas eu não vou tirar ninguém de nenhum cargo ou função. Fica todo mundo nos seus lugares. Não vou tirar ninguém. Agora..., vou examinar o trabalho de vocês. Quem quiser continuar, terá de trabalhar duro, mostrar serviço. Quem não quiser, ou pede pra sair, ou eu tiro. É claro que todo mundo mostrou serviço. Não dei motivo, portanto não saiu ninguém até o fim do mandato de Lafayette/Lapenda. Só uma pessoa pediu pra sair, porque o marido ia viajar. Mas aí não tem nada a ver com a minha administração. Foi problema dela, pessoal.

Evson Malaquias: *Como era sua equipe de trabalho? Era grande?*

“... quando eu assumi, reuni todos os chefes de serviço da área, desde diretores de departamentos, chefes de divisão, chefes de seção e de serviço, no Auditório João Alfredo e disse: “a minha orientação é trabalhar baseado em três pontos principais: atualizar os registros cadastrais, simplificar as rotinas de serviço e enfatizar o processamento de dados. Mas eu não vou tirar ninguém de nenhum cargo ou função. Fica todo mundo nos seus lugares. Não vou tirar ninguém. Agora..., vou examinar o trabalho de vocês. Quem quiser continuar, terá de trabalhar duro, mostrar serviço. Quem não quiser, ou pede pra sair, ou eu tiro.”

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não era muito pequena, porque englobava o Departamento de Pessoal, que hoje é o Departamento de Gestão de Pessoas. O Departamento de Contabilidade e Finanças. O Departamento de Administração, com os serviços de comunicação, com licitação, com material. E também o Núcleo de Processamento de dados, que foi trocado pela Prefeitura da Cidade Universitária. Necessariamente, só isso aí.

Evson Malaquias: Mais ou menos quantos servidores? O senhor sabe?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Era muita gente. Eram em torno de cento e vinte servidores. Também não podia ser pequeno com tantas atividades. Era a Pró-Reitoria mais diversificada. A Pró-Reitoria Acadêmica é muito destacada em volume, pela quantidade de alunos e de professores, mas as situações diferenciadas são poucas, em tese. Mas eu reorganizei os serviços e consegui dispensar muitos funcionários que passei para os departamentos mais carentes, pois havia departamentos acadêmicos que tinham um funcionário.

Evson Malaquias: Por qual grande realização o senhor acha importante ser lembrado em vida?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Como professor, dar boas aulas e produzir trabalhos científicos e livros. Como administrador, na equipe superior da Universidade, a minha proposta administrativa foi sempre a mesma, baseada em três coisas: na desburocratização, na atuação de registros e na ênfase no processamento de dados, para dar mais rapidez às ações administrativas, porque ninguém gosta de ficar esperando que a Administração resolva sobre os seus pedidos. Eu centrei as minhas atividades de pró-reitor nessas três áreas. Eu, normalmente, não despachava na minha sala, ia despachar nas salas dos diretores de departamento, para acompanhar o andamento dos trabalhos, e, assim, fazia uma verificação de rotina. O processo foi dessa natureza. Com um ano de pró-reitor, editei um boletim, e anexei-o ao contracheque, dizendo o que se tinha feito. No ano seguinte, eu botei outro boletim, atualizando as informações sobre o que se tinha feito e, aí, já disseram: “Estão vendo? É candidato a reitor”. Eu não queria ser reitor coisa nenhuma. Disseram logo que eu era candidato a reitor. Saiu até retrato meu no jornal. Dos possíveis candidatos a reitor. Uma vez um professor antigo olhou para mim e disse: “Mas você não tem interesse de ser reitor?”. Eu disse: “Claro que não. A luta política que eu vou fazer para ser reitor é a mesma que faria para ser ministro da Educação. Como eu não quero, não vou botar nome na disputa”.

“Com um ano de pró-reitor, editei um boletim, e anexei-o ao contracheque, dizendo o que se tinha feito. No ano seguinte, eu botei outro boletim, atualizando as informações sobre o que se tinha feito e, aí, já disseram: “Estão vendo? É candidato a reitor”. Eu não queria ser reitor coisa nenhuma. Disseram logo que eu era candidato a reitor. Saiu até retrato meu no jornal.”

Evson Malaquias: Mas seu nome já chegou a ser mencionado?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Com retrato e tudo. Foi em 1983. Geraldo ia terminar o mandato, então tinha que se eleger outro candidato. E aí..., se não me engano, os nomes que apareceram foram os de George Browne, o meu, o de Jatobá, o de Pinto Ferreira. Eram

uns seis ou oito. Não era um dado da estatística. Era especulação do jornal. Tinha até nossos retratos numa reportagem, e o meu era o segundo de cima para baixo.

Evson Malaquias: Eu vi, na Biblioteca Central, um... Regimento do DCE. Foi o senhor que o fez?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Regimento dos Diretórios Acadêmicos!

Evson Malaquias: Dos Diretórios Centrais. É.

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Foi dos Acadêmicos.

Evson Malaquias: Acadêmicos, não é? O senhor foi solicitado para contribuir?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não, além de ser assessor do reitor, eu tinha sido eleito membro do Conselho Universitário, representando os professores assistentes, com quase 70% da votação, e fui designado para integrar a comissão especial de revisão dos Regimentos das Faculdades, Escolas, Órgãos Suplementares e Diretórios Acadêmicos e do DCE. O trabalho que dava à Comissão para consertar aquelas coisas todas era muito grande. Os meninos de Química sabem lá fazer Regimento? Os meninos de Educação Física sabem lá fazer Regimento? Aí eu fiz uma sugestão, um regimento padrão e disse: “Está aí. Quem quiser usar, use.”.

“Os meninos de Química sabem lá fazer Regimento? Os meninos de Educação Física sabem lá fazer Regimento? Aí eu fiz uma sugestão, um regimento padrão e disse: ‘Está aí. Quem quiser usar, use’.”

Evson Malaquias: E precisava ser aprovado pelo Conselho?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Todos os dispositivos normativos da Universidade tinham de ser aprovados pelo Conselho Universitário: o Estatuto, o Regimento Geral e os outros todos, como já disse. Os dos Diretórios Acadêmicos e do DCE também, o que dava um trabalho danado, porque eles não tinham condições de fazer um serviço adequado. Nos textos havia coisas até ilegais. Um estudante, digamos, de Ciências Biológicas, um estudante de Farmácia, vai saber, detalhadamente, o que é legalidade ou o que é ilegalidade? Um estudante do segundo ou do terceiro ano? Não vai saber mesmo. Então eu fiz aquele texto básico, seguindo as normas legais e as da Universidade, para servir de base aos trabalhos dos estudantes. Como é que eles iriam saber se estava certo ou errado? Somente se a gente dissesse. Com a experiência dos mais antigos. Aí eu fiz esse texto.

Evson Malaquias: Bom, eu queria lhe agradecer. Espero que goste do trabalho final a ser publicado. Muito obrigado mesmo pela sua recepção e gentileza. Obrigado.

PROFESSOR DR. ANTONIO CARLOS PALHARES MOREIRA REIS

Foto: Arquivo Pessoal



Cerimônia de entrega de Cidadão recifense honorário pela Câmara Municipal do Recife.

Foto: Arquivo Pessoal



Cerimônia de entrega de Cidadão recifense honorário pela Câmara Municipal do Recife.

Foto: Arquivo Pessoal



Entrega da Medalha do Mérito Cultural Gilberto Freyre, conferida pela Assembléia Legislativa de Pernambuco

Foto: Arquivo Pessoal



Missa comemorativa do 80º aniversário, acompanhado de sua esposa Inah Cézar Palhares Moreira Reis

Foto: Arquivo Pessoal



Visita ao Institut d'Etudes Politiques da Universidade de Paris, onde estudou em 1956-1957

SEGUNDA ENTREVISTA COM O PROFESSOR DR. ANTONIO CARLOS PALHARES MOREIRA REIS.

Cenas e cenários da entrevista

Vitaliciamento – dirigente do D.A. de Filosofia – disciplina de religião e a educação – reitorado de João Alfredo e financiamento – o SEC foi incompreendido – reforma universitária e o reitorado de Murilo Guimarães – o golpe militar e os docentes – ADUFEPE e o reitorado de Geraldo Lafayette.

Evson Malaquias: Comente com mais detalhe sobre a “campanha contra o vitaliciamento”. Como foi feita, quem participou, como reagiram os catedráticos? Qual a lição e o desdobramento político que o senhor tira deste acontecimento.

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: O início da história da Faculdade Estadual de Filosofia deve ser registrado para que se compreenda o movimento dos estudantes. A Faculdade, como disse antes, quando a Universidade do Recife foi criada, era apenas uma ideia numa lei estadual, em 1946. Quando, em 1950, foi instalada no governo Barbosa Lima Sobrinho, por especial esforço de Luiz Magalhães Melo, que foi deputado estadual, secretário de Educação e, depois, deputado federal e presidente da Academia Pernambucana de Letras. Quando ela foi incorporada à Universidade do Recife, os professores catedráticos e assistentes eram nomeados interinamente, pois nem os quadros de pessoal tinham sido criados, o que somente ocorreu em 1950, no fim do ano. Então, estes buscaram se efetivar nos cargos docentes sem a realização do concurso exigido pela Constituição de 1946, e os estudantes, liderados pelo Diretório Acadêmico, começaram uma campanha contra esta ideia de torná-los efetivos sem concurso.

“O D.A. não fazia qualquer movimento de cunho político-partidário e, portanto, não tinha qualquer orientação política. O grupo era tipicamente liberal e dele participavam estudantes de todos os matizes políticos, da direita e da esquerda.”

Não havia nada de pessoal, pois muitos dos professores eram ligados aos estudantes,

especialmente os que vinham da Faculdade de Direito. Valendo-se de um Decreto de 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras, o diretor da Faculdade não deferiu a matrícula do nosso grupo alegando que estaríamos nos matriculando em duas Faculdades ao mesmo tempo. Com a saída do grupo de estudantes de Direito, que, na maior parte, ocupava os cargos do Diretório Acadêmico, eles obtiveram a efetivação e os demais estudantes silenciaram a respeito. Quando o nosso grupo retornou, já em 1954, tudo tinha sido realizado, e os estudantes que tinham ficado não protestaram. Isso aconteceu ainda no governo constitucional de Getúlio Vargas. Foi feita uma campanha local e com memoriais ao Ministério da Educação. Os catedráticos não tiveram reação especial, pois o grupo que liderava o movimento foi afastado do convívio da Faculdade, pela negativa de renovação de matrícula. Então, tudo aconteceu naquilo que se chama da “boa paz”. E ninguém reclamou mais. Quando voltamos à Faculdade, a situação era de fato consumado. A lição que se tira é de que, naquela época, como ainda hoje, os apadrinhados políticos tinham condições de ladear as leis e obter os benefícios pessoais.

Evson Malaquias: Fale um pouco sobre sua atuação como dirigente do Diretório Acadêmico de Filosofia. Quais os seus propósitos? Seus princípios? Qual sua orientação política? Qual a sua relação com outros diretórios? Quais as campanhas que seu diretório implementou?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: No Diretório Acadêmico da FAFIPE, o nosso grupo sempre se pautou pelas ações em favor dos estudantes. No primeiro ano, o que se pretendeu e se conseguiu fazer foi o prédio para abrigar o D.A. e a Associação Atlética. O esforço maior foi de Justino Vaz, que era o presidente da A.A.A. Também a realização de cursos de férias, cursos de extensão e eventos similares, não só no primeiro momento, como também quando voltamos depois de 1954. O D.A. não fazia qualquer movimento de cunho político-partidário e, portanto, não tinha qualquer orientação política. O grupo era tipicamente liberal e dele participavam estudantes de todos os matizes políticos, da direita e da esquerda. A relação com os demais diretórios era a melhor possível, no quadro do DCE da Universidade e da União Estadual dos Estudantes (UEP), e as campanhas foram as já descritas.

“Os integrantes do grupo não se imiscuíam na política estadual, nem se atrelavam a qualquer partido político, como hoje, quando os D.As são vinculados ao PT ou ao PCdoB, com algumas situações menos nítidas.”

Evson Malaquias: O governo do Estado, na época em que o senhor estava no diretório acadêmico, era Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Posteriormente, Agamenon Magalhães. Qual a avaliação que o seu diretório fazia sobre esses governos? Ou que o senhor mesmo fazia deles?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Os integrantes do grupo não se imiscuíam na política estadual, nem se atrelavam a qualquer partido político, como hoje, quando os D.As são vinculados ao PT ou ao PCdoB, com algumas situações menos nítidas.

Evson Malaquias: Qual a importância dos estudos religiosos para a formação educacional das crianças e dos adolescentes? O senhor defende hoje que este ensino retorne hoje às escolas públicas?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Esta é uma questão que não tem a menor relação com a história da Universidade. Não se esqueça de que estou respondendo a indagações relacionadas ao resgate da história da Universidade, como ficou claro na primeira vez em que estivemos juntos no terraço do meu apartamento. Por isso, faço muita questão de me identificar como professor doutor aposentado da Universidade, e não como uma pessoa qualquer, analisando a história política e educacional de Pernambuco ou do Brasil, o que justificaria essas análises. Não creio que o ensino religioso nas escolas públicas tenha qualquer interferência na história da Universidade Federal de Pernambuco. Esta é uma posição sobre o futuro da educação brasileira e não sobre o passado de uma instituição de ensino. A Universidade Federal de Pernambuco é uma instituição educacional pública, laica, portanto. Na gestão do reitor Paulo Maciel, foi criado um “Núcleo de Estudos do Sagrado”, dirigido pelo Padre Romeu Peréa, professor de espanhol na Universidade e meu antigo professor de Espanhol no Colégio Estadual (o tradicional Ginásio Pernambucano). Com a mudança do reitorado e, mais tarde, com a saída do padre da Universidade, aquela unidade deixou de funcionar. Sempre me posicionei, quando fazia e faço pesquisas de Ciência Política e de Direito Público (e mesmo na atividade profissional de advogado), em delimitar o tema, e não começar a patinar sobre o gelo de outros temas que nenhuma ligação têm com o objeto central da pesquisa. No entanto, se houver interesse de sua parte em saber minha opinião sobre este ou outros temas – que nenhuma relação têm com o passado da Universidade, - ou seja, noutro contexto, continuo à sua disposição.

Evson Malaquias: Qual a sua avaliação sobre o reitorado de João Alfredo no que se refere às suas políticas de administração, organização e pedagógica?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: É preciso notar que uma Universidade Pública tem suas limitações de ordem administrativa, burocrática e orçamentário-financeira. Antigamente, o dinheiro que vinha do orçamento da União era, todo ele, amarrado em rubricas específicas: verba para a construção da nova Faculdade de Medicina, ou do Hospital das Clínicas. Então, o reitor não poderia desviar um centavo de tais recursos, sob pena de ser responsabilizado administrativa e criminalmente. Assim, ele fez o que era possível, dentro de tais limitações, como antes tinha feito Joaquim Amazonas. A situação somente mudou no segundo reitorado de Murilo Guimarães, quando se conseguiu do Governo uma política mais flexível, com as verbas orçamentárias vindo globais em cada área específica. Ou seja, verbas para obras (globais), que a Universidade destinava de acordo com a sua conveniência, fixada num plano prévio. Verbas para equipamentos (também globais). Mesmo assim, no reitorado de João Alfredo houve um grande impulso em algumas áreas, como o Serviço Central de Bibliotecas, a criação de diversos cursos na área de Artes (Artes Cênicas e Artes Musicais), ao lado das tradicionais de Pintura, Escultura e Gravura. O que levou o curso de Arquitetura a se separar da Escola de Belas Artes e se constituir unidade autônoma, funcionando no Seminário de Olinda. João Alfredo foi um reitor que muito desenvolveu na área de artes e na comunicação. Enfatizou a Rádio e a Imprensa Universitárias, passando esta a publicar livros e revistas ao lado de todo o material de expediente para toda a Universidade.

Evson Malaquias: Avalie, também, o significado da criação do Serviço de Extensão e Cultura (SEC) no

reitorado de João Alfredo.

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: a Reitoria, criou o Serviço de Extensão Cultural, que foi muito mal compreendido, por se entender que era um foco de doutrinação de esquerda e apenas isso, quando, na verdade, o trabalho era bem mais amplo e voltado para a comunidade circundante e não apenas para dentro da Universidade do Recife.

Evson Malaquias: *Qual a sua avaliação sobre o reitorado de Murilo Guimarães no que se refere às suas políticas de administração, organização e pedagógica?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: O reitorado de Murilo Guimarães teve um começo difícil, como frisei antes, com relação às perseguições a seus docentes, que vinham do tempo do reitorado anterior (não da Reitoria anterior, mas do momento crítico do início de 1964). Ele ampliou os cursos de graduação e de pós graduação; foi na sua época que se fez a reforma universitária determinada pelo acordo MEC-USAID, no tempo do governo Castelo Branco. A primeira reforma universitária foi seguida de uma segunda, criando a estrutura de Centros e Departamentos que ainda hoje persiste, apenas aumentada em números. Muitos cursos de graduação foram incentivados, os de pós foram aumentados em números, especialmente os mestrados. Criou-se a Televisão Universitária, e sua instalação gerou diversas crises, uma com as demais emissoras de TV, que não entendiam que a TV-U não seria uma competidora, pela sua própria estrutura. A Televisão Universitária teve todo o seu equipamento comprado a uma só produtora, a Toshiba, e teria de ser montada fora do campus do Engenho do Meio, por causa de sua torre de emissão do sinal que, assim, ficaria no cone de pouso do aeroporto e da Base Aérea. Tanto assim é que a Rádio Universitária tinha sua estação na Cidade Universitária, mas numa área que não interferia no cone de pouso das aeronaves; e, quando mais tarde se pretendeu tirá-la das proximidades do Centro de Tecnologia para a parte posterior da Reitoria, o Brigadeiro comandante do 2º Comar teve de interferir no que concernia à localização da antena.

Evson Malaquias: *Qual a sua avaliação sobre o reitorado de Marcionilo Lins no que se refere às suas políticas de administração, organização e pedagógica?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não participei do reitorado de Marcionilo Lins, senão nos primeiros meses, pois era, como disse, diretor da Rádio Universitária, tendo sido exonerado de uma forma digna do teatro de Brecht, que me dispenso de comentar. Então continuei, como professor, nas duas Faculdades.

Evson Malaquias: *Com o golpe militar de 1964, como os docentes o receberam? E o senhor?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não se deve considerar a situação dos docentes como um todo, senão através de diversos segmentos. Como é natural, tinha a Universidade professores politicamente de direita e de esquerda, mais ou menos atuantes em atividades políticas, porém não era comum se fazer proselitismo dentro das salas de aula. Note-se que o vice-governador de Miguel Arraes era o professor Pelópidas Silveira, grande mestre, amigo de minha família e meu padrinho de casamento. Quando ele foi cassado, igualmente o foi Antonio Baltar, ambos da Escola de Engenharia. Muitos professores que tinham atividades políticas foram presos, e eu fui advogado de alguns deles, e bem assim de ou-

tos políticos igualmente punidos politicamente. Devo deixar claro que todos os meus clientes foram soltos e, depois, absolvidos pelo Supremo Tribunal Federal. É bom ressaltar que os processos sobre crimes políticos tinham, pela Constituição de 1946, o mesmo que existe na Constituição de 1988: no caso de crime político, o recurso era o ordinário, do juiz de primeiro grau diretamente para o Supremo Tribunal Federal. Essa competência passou, parcialmente, para o Superior Tribunal Militar pelo Ato Institucional n.º 2, de 1965, sob o argumento de que “o Supremo estava dando habeas corpus demais”. Os crimes políticos continuavam sendo julgados pelos juízes comuns, porém o foro especial dos crimes contra a segurança nacional passou a ser estendido aos civis, e passando para a Justiça Militar. E mesmo nos grandes processos da Auditoria Militar, que funcionava na Avenida Conde da Boa Vista, eu atuei em favor de presos políticos, em reuniões do Conselho do Exército presididas pelos coronéis Ivan Rui e Vilocq. Lembro-me bem de uma reunião, em 1987, em que se discutiam os parâmetros para a nova Constituição, de um fato que registrei anteriormente: um estudante, numa reunião em que se discutiam os temas da Constituição com o então deputado Egídio Ferreira Lima, sabendo que eu era do Conselho Consultivo do PFL, veio me provocar perguntando o que eu estava fazendo em 1964, com relação ao Governo Militar, e eu respondi que estava advogando e libertando presos políticos. Do outro lado, existiam muitos professores de direita e de extrema-direita, que se engajaram na nova ordem política, ocupando cargos de relevo na nova administração estadual e em diversas prefeituras, inclusive na do Recife.

“em conversa com a professora Silke Weber, que era dirigente da ADUFEPE, no tempo da presidência de Maria Luiza Aléssio (Malu), tentamos, Silke e eu, estabelecer um canal de comunicação entre a ADUFEPE e a Reitoria, porém a diretoria da Associação pretendeu burocratizar demais a coisa, ao que me parece, para criar obstáculos a situações que poderiam ser contornadas e, portanto, desarmar a bomba política interna da Universidade, o que a ela não convinha.”

Evson Malaquias: Qual o papel desempenhado por Newton Sucupira, no interior da Universidade, na implementação das reformas educacionais dos militares? Quais as suas opiniões sobre elas? Indique as positivas e as negativas?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Prefiro não tratar do tema envolvendo o professor Newton Sucupira.

Evson Malaquias: O senhor assumiu a Pró-Reitoria no reitorado do senhor Geraldo Lafayette, momento em que surgiu a ADUFEPE, associação docente, fazendo críticas às políticas dos governos militares. Qual a sua participação na criação desta associação e qual a relação do reitorado com ela?

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não participei da criação da ADUFEPE, nem mesmo a ela me associei nos primeiros momentos. A minha posição política estava perfeitamente demonstrada com a minha atividade profissional em favor de pessoas que estavam sendo perseguidas pelo Governo Militar, dentro e fora do Recife, tendo sido advogado de várias

delas. Todavia, ao passar a ocupar cargo de confiança em órgão de governo, senti que as atividades eram incompatíveis e afastei-me da lide política de advogado para ficar na assessoria do reitor Murilo Guimarães, primeiro, e de Geraldo Lafayette, depois.

Evson Malaquias: *Quais os principais conflitos que surgiram com esta associação no Reitorado de Geraldo Lafayette?*

Prof. Dr. Palhares Moreira Reis: Não poderiam deixar de existir pontos de atrito entre um órgão de governo, de um Governo Militar, com liberdades restrinidas pelos Atos Institucionais e uma associação docente que estava, exatamente, do outro lado do espectro. Todavia, em conversa com a professora Silke Weber, que era dirigente da ADUFEPE, no tempo da presidência de Maria Luiza Aléssio (Malu), tentamos, Silke e eu, estabelecer um canal de comunicação entre a ADUFEPE e a Reitoria, porém a diretoria da Associação pretendeu burocratizar demais a coisa, ao que me parece, para criar obstáculos a situações que poderiam ser contornadas e, portanto, desarmar a bomba política interna da Universidade, o que a ela não convinha. Os demais conflitos eram os de sempre, não só com professores, como com estudantes e, em menor dimensão, com funcionários. Mas não houve nenhuma radicalização, nem de um lado, nem de outro. Foram criadas situações folclóricas, quando eu já era pró-reitor administrativo. Uma primeira era decorrente da exigência de que a Polícia não deveria entrar no campus, para perseguir os docentes, estudantes e servidores. Tal se conseguiu, e a Reitoria, em nenhum momento chamou a Polícia (civil ou militar) para participar de problemas do relacionamento, sobretudo com estudantes. Na época, na Casa do Estudante havia um número enorme de residentes clandestinos, como estudantes secundaristas que não eram do Colégio de Aplicação, o que refletia no mau uso dos espaços da Casa e no uso irregular do restaurante. Tinha um “residente-clandestino-carente”, que precisava de um teto e de refeições gratuitas, mas tinha um carro, um Volkswagen, que estacionava debaixo dos pilotis da Casa. Este carro foi roubado e ele veio pedir providências, inclusive policiais, à Reitoria, que se negou a discutir o assunto, para evitar que se dissesse que a Polícia estava sendo chamada para o campus. E ele então tomou suas providências sozinho. Também, num determinado dia, um grupo de estudantes veio fazer um “bandejaço” nos corredores da reitoria, isto é, batendo com colheres nas bandejas metálicas do restaurante, de modo que o estrépito por todos os corredores do prédio – e eram muitos os estudantes – não deixava ninguém trabalhar direito. Instado tomar providências, o reitor Lafayette preferiu aguardar mais alguns minutos, pois chegaria o horário do almoço e os estudantes se retirariam para não perder a refeição. E assim aconteceu. Tudo acabou, eles foram embora, sem nada reivindicar, apenas fazendo barulho, e tudo voltou ao normal e ao silêncio. Mais adiante, Geraldo Lafayette teve um problema vascular, foi hospitalizado, vindo a falecer, e a Reitoria passou a ser exercida pelo vice-reitor, Geraldo Lapenda.

PROFESSOR GEORGE BROWNE REGO

Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal

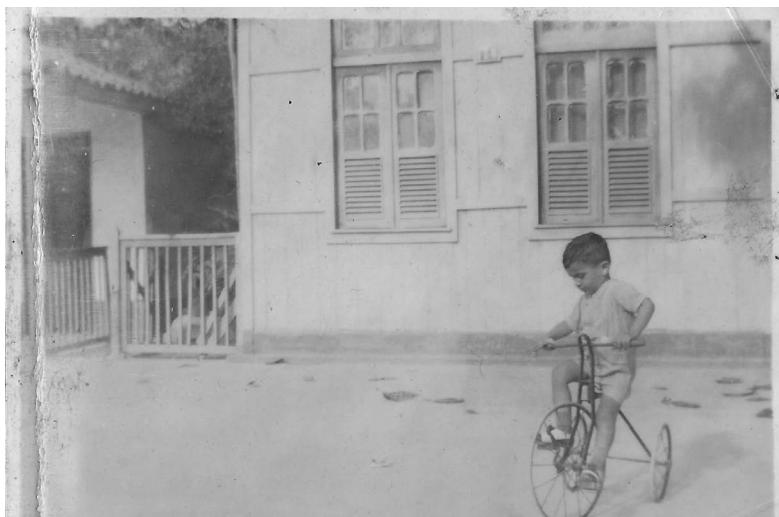


Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal



PRIMEIRA ENTREVISTA COM O PROFESSOR GEORGE BROWNE REGO

O senhor George Browne nasceu em 12 de dezembro de 1937, na cidade de Recife, e, parte de sua infância, foi vivida nos bairros do Pina e do Rosarinho. Seus pais, conforme o entrevistado, de família humilde, chamavam-se Nelson Pereira do Rego e Olga Browne Rego. Sua formação educacional deu-se no Grupo Escolar Regueira Costa, na escola de Aplicação e no Colégio Americano Batista. No reitorado de Murilo Guimarães, ainda jovem, assumiu o cargo de Secretário Geral da Universidade. No reitorado de Geraldo Lafayette Bezerra assumiu a PROACAD. Após o falecimento de Geraldo Lafayette, George Browne é escolhido reitor pelo Conselho Universitário. Foi Professor Visitante na Universidade de Londres, onde havia feito o pós-doutoramento. Após o término de seu mandato, é convidado a assumir uma cadeira na Universidade Oxford como professor visitante. Após dois anos, se dirige a uma Universidade da Alemanha e fica um ano por lá. Em seu retorno ao Brasil, assume por mais de um ano, a Secretaria Política do Ensino Superior do MEC. Foi professor na graduação da Faculdade de Direito, e, na Pós-graduação, até hoje, ensina a disciplina epistemologia do direito. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e por sete anos foi presidente da COVEST. Ainda ensina numa Instituição internacional, ensino à distância pela internet, num curso de Direito, americano. A sede é nos Estados Unidos. Ensina na Maurício de Nassau; nas Damas, Vitória e Belém exerce atividade de consultoria.

Cenas e cenários da entrevista

Infância – Família – acesso a Universidade aos 18 anos - formação pós-graduação – mestrado - Departamento Sócio-Filosófico e Maria do Carmo Tavares de Miranda – cargos na Reitoria - Marco Maciel – convite à Oxford e Alemanha – convite à Brasília: Secretaria de Ensino Superior – convite à Faculdade de Direito – convivência com Éfrem Maranhão e Mozart Neves - dia-a-dia na reitoria – o reitor mais jovem do Brasil – a UFPE no período de George Browne – membro do CRUB – Casa do Estudante e restaurante universitário – ocupação da reitoria pelos estudantes – ADUFEPE e a Reitoria – os militares – o início do golpe – prisões de docentes e audiência Militar.

Evson Malaquias: São nove de fevereiro de 2010. Eu me encontro no escritório do professor George Browne. São nove horas e dez minutos e vamos dar início à entrevista com ele. Bom, George, vamos começar com seu lado pessoal, familiar. Diga-me onde o senhor nasceu e como é que foi a sua infância.

Professor George Browne: Veja, eu nasci no Recife, com muito orgulho. Eu gosto muito dessa cidade. Amo-a. Ela é linda, apesar de estar sendo progressivamente destruída. Mas é, reafirmo, uma cidade muito bonita. Eu espero que os poderes públicos e a população em geral sejam capazes de demonstrar, de forma concreta e inequívoca, sensibilidade para o problema e, sobretudo, interferir, seja pela via institucional, seja pela mobilização popular, de sorte a evitar o seu desmonte, preservando-a do vandalismo imobiliário e conservando o seu rico patrimônio cultural. Veja, por exemplo, a poluição visual, que é um desses aspectos graves que nos agride diuturnamente.. A ganância do capital está destruindo tradicionais mansões e monumentos para construir monstruosos prédios que impedem a visibilidade, enfeiam os bairros e impedem a ventilação. Isso não significa que se pretenda assumir uma posição radical, mas, repito, é preciso ter o mínimo de discernimento na preservação da nossa história, tão rica e variegada, no cuidado com as condições ambientais; e exatamente por não sermos tão antigos quanto os europeus é que nossa responsabilidade deveria ser mais aguda, no sentido de melhor resgatar e não deixar perecer os resíduos do nosso passado. Veja a Argentina: Buenos Aires é uma pérola tanto do ponto de vista arquitetônico quanto cultural. Mesmo os Estados Unidos, berço do capitalismo, fazem questão de preservar a sua memória. Só cidades como New York é que, não tendo outra alternativa, têm que majoritariamente crescer na verticalidade. Seria, então, em síntese, necessário manter algumas coisas que precisam ser conservadas, preservar seu patrimônio arquitetônico e suas belezas naturais... Resíduos da nossa cultura que precisam ser preservados.

Bem, eu nasci aqui em Recife. Minha infância foi um misto de fantasias e solidão. Fui filho único até os 10 anos... Eu nasci no Pina. E, depois, com cinco anos, nós nos mudamos para o Rosarinho. A minha mãe era filha de inglês, por isso o meu nome é Browne. Mas meu pai trabalhava na companhia de eletricidade, que hoje é a Celpe e naquela época chamava-se Pernambuco Tramways. Eu, mais do que meu irmão, tive uma infância, numa certa medida, feliz enquanto família (algo que, a cada dia, se torna mais problemático), mas, por outra, muito atormentada pela precariedade financeira que vivenciamos nos primeiros anos da nossa existência. ... Meu irmão teve mais sorte, veio muito tempo depois e viveu uma situação bem mais confortável. Meu pai trabalhava muito; era um homem de classe média. Meu avô foi um funcionário destacado de um banco, mas morreu prematuramente, com 36 anos, e não deixou pensão para minha vó. Diante disso, meu pai não teve chance de conduzir os seus estudos além do primeiro ano de ginásio; o seu pai faleceu quando ele tinha 11 anos, e não havendo pensão, não havia renda que desse sustentabilidade à família. Assim, meu pai, com doze anos, teve que ir trabalhar para manter minha avó e sua irmã. Mas, voltando à minha específica situação familiar, essa primeira fase da nossa vida, pelo menos até os 15 anos, foi uma fase muito difícil, como disse, do ponto de vista financeiro; papai comprou uma casa, financiada pelo sistema de habitação da época, num lugar razoável mas simples, e ali eu vivi a maior parte

da minha vida até que eu me casasse. Casei-me com 34 anos. Pois bem..., das minhas grandes recordações, boas e más, a que eu considero mais dolorosa é exatamente essa fase de carência financeira. Pois eu era um rapazinho, naturalmente tinha minhas vaidades, gostava de ir às festas, ao cinema, mas não tinha nem dinheiro nem roupa nova pra vestir. Evitava mesmo namorar, pois me sentia envergonhado de não poder ir a um cinema nem levar uma amiga para tomar um sorvete. Eu vestia as roupas de meu tio - ele morava em João Pessoa com minha tia Lourdes, eram pessoas muito boas e sempre nos deram muito apoio, mas, não obstante, isso me fazia sentir muito, sofrer muito por conta dessa carência. Mas, como todas as coisas nesse mundo, tudo tem dois lados. A luta sempre foi, para mim, o remédio para superação das situações problemáticas. Ademais, com a graça de Deus, a partir dos 14 ou 15 anos, meu pai, que era um homem muito inteligente, apesar de não ter instrução, tornou-se assessor da presidência da CELPE e, inclusive, encarregado de negociar com a ELETROBRAS os acordos sobre tarifas de energia elétrica. O diretor-presidente da CELPE era o professor da UFPE, Dr. Arnaldo Barbalho, que depois foi até ministro de Minas e Energia. E o Dr. Arnaldo gostava muito do meu pai. Admirava a sua competência contábil mas, sobretudo, o seu caráter, a sua honradez, a sua integridade. Por conta disso, tornou-se uma pessoa de extrema confiança da Presidência e de toda a Diretoria da Celpe. Meu pai era um homem extremamente rigoroso e disciplinado. Ele teve como único emprego, em toda a sua vida, a Celpe. Foi o funcionário mais antigo e, acho eu, seria difícil encontrar alguém que tivesse trabalhado tantos anos numa mesma instituição, sem férias, sem faltas, sem licenças. Ele trabalhou, exatamente, 67 anos ininterruptos naquela empresa.

“O vestibular era bem mais complicado do que hoje. (...) Eram provas feitas individualmente, de acordo com a idiossincrasia dos examinadores, com suas preferências. Naquela época, para você entrar na Faculdade de Direito, tinha que saber o português moderno e clássico, inglês, francês e até latim. É, e, nessas línguas, você tinha que saber falar, escrever, conhecer, inclusive, a literatura de cada uma delas.”

Evson Malaquias: Em que ano foi isso?

Professor George Browne: Isso foi pelos anos 50/60.

Evson Malaquias: Essa fase jovem, na qual o senhor vivenciou esse período carencial, foi nos anos 60 também?

Professor George Browne: Não, antes. É a fase que comprehende o antes e o imediatamente depois da Segunda Guerra mundial: segunda metade da década de 40 e primeira da década de 50.

Evson Malaquias: O Sr. nasceu em que ano?

Professor George Browne: Nasci em 1937.

Evson Malaquias: Estava falando sobre seu pai.

Professor George Browne: É, meu pai, como faço questão de enfatizar, era um homem extremamente decente. A minha mãe era, também, além de portadora de uma moral ilibada, uma mulher sensível e intuitiva. Sua inteligência pendia mais para as questões de natureza literária e estética. Ela tinha naturalmente essa raiz inglesa do meu avô. Apesar de também não ter muita educação formal e de ser bastante simples, era uma pessoa extremamente ligada à literatura, à arte, a línguas. Além da língua do pai, que era o inglês, ela também estudou francês, falava francês bem, e até mesmo nos motivava a falar francês em casa, em várias ocasiões. Efetivamente, isso nos deu uma boa base em literatura, em arte, e até hoje eu ainda mantendo esse gosto pelo francês. Mas, quanto a mim próprio, a minha primeira grande realização foi passar no vestibular de Direito. Naquela época, era um desafio extremamente difícil, sobretudo para alguém que não tinha uma origem aristocrática, um background familiar cultural e financeiramente sólido, poderia dizer assim, como ocorria com boa parte dos meus colegas de faculdade, filhos de grandes advogados, professores e empresários da chamada *upper class*.

Evson Malaquias: Em que ano mais ou menos?

Professor George Browne: 63! Ingressar na Faculdade de Direito do Recife era extremamente difícil, porque a concorrência era muito grande. Tentei duas vezes. Nesse ano, inscreveram-se, praticamente, 600 candidatos e apenas 55 foram aprovados. O vestibular era bem mais complicado do que hoje. Não só do ponto de vista da concorrência, mas porque ele se caracterizava como um processo muito subjetivo, em vários sentidos. Eram provas feitas individualmente, de acordo com a idiossincrasia dos examinadores, com suas preferências. Naquela época, para você entrar na Faculdade de Direito, tinha que saber o português moderno e clássico, inglês, francês e até latim. É, e, nessas línguas, você tinha que saber falar, escrever, conhecer, inclusive, a literatura de cada uma delas.

Evson Malaquias: ... Diga-me o seguinte: O senhor tinha irmão? O senhor, portanto, não é filho único?

Professor George Browne: É verdade! Não sou filho único, mas tenho, apenas, um irmão.

Evson Malaquias: Mas, é ele mais velho do que o senhor?

Professor George Browne: Não, é bem mais moço. Quase dez anos mais moço do que eu.

Evson Malaquias: Daqui a pouco nós vamos entrar nessa parte do concurso, nessa parte acadêmica.

Professor George Browne: Permita-me, ainda, em relação ao vestibular, enfatizar que, quanto ao latim, uma língua morta, também éramos obrigados a saber não apenas a língua, mas a literatura. Nós tínhamos praticamente que falar latim. Os professores José Lourenço de Lima e Mário Neves Baptista, que nos examinavam, costumavam falar latim na banca. A nossa formação, numa certa medida, se assemelhava à de um padre. Além disso, tínhamos que ter conhecimento acerca de história, filosofia, etc... Enfim, era uma parafernália.

Evson Malaquias: O senhor tinha 18 anos na época?

Professor George Browne: Eu tinha 19 anos.

Evson Malaquias: E o que é que os jovens faziam naquela época?

Professor George Browne: Eu já trabalhava na Universidade. Conceda-me dizer algo que envolve todo esse contexto. Exatamente porque, como eu disse, quando eu estava com 14, 15 anos e a situação financeira era bastante precária, então papai me arranjou um trabalho na atual COMPESA. Eu tinha 15 anos, e o meu padrinho de crisma, que era também professor da Faculdade de Engenharia e se chamava Antônio Figueiredo, gostava muito de mim. E ele me arranjou lá um trabalho bem simples, uma espécie de auxiliar de escritório. Papai praticamente obrigou-me a fazer o curso de Contabilidade, pois, na sua visão, era um curso que dava oportunidade de trabalho. Psicologicamente é explicável. Era como se ele pretendesse que eu fosse o seu continuador. Mas eu, francamente, abominava a tal contabilidade. Meu pai era um contador sem título. Um dado interessante é que, mesmo quando a Companhia de Eletricidade era Inglesa, Pernambuco Tramways, ele já exercia as funções de contador, chegando mesmo a receber um diploma de contador do estrangeiro, lavrado em inglês e proveniente da matriz inglesa. Ele tinha muito orgulho desse título e isso demonstra como o sistema educacional anglo-saxão é muito mais flexível, pragmático, que valoriza muito mais a prática e a competência profissional do que os aspectos meramente formais. Eu passei algum tempo nesse trabalho. Por coincidência, eu tinha um amigo que morava perto da minha casa, na Avenida Santos Dumont, cujo pai era o contador da Universidade Federal de PE., o Sr. Carlos Dubeaux. Então ele precisava de alguém que o ajudasse lá no Departamento de Contabilidade, que o auxiliasse na parte burocrática. Ele perguntou se eu gostaria de aproveitar essa oportunidade. Então eu aceitei, imediatamente, e fui embora pra lá. Comecei a trabalhar como auxiliar de contabilidade, coisa a que, até hoje, eu tenho uma enorme rejeição. Depois, o então reitor da Universidade, que era um médico chamado João Alfredo, demonstrou muita simpatia para comigo. Infelizmente, com o golpe militar, ele foi arbitrariamente defenestrado da Universidade. Assumiu, então, a Universidade o professor dr. Murilo Humberto de Barros Guimarães, que era Professor de Direito Comercial da Faculdade. Muito conceituado e homem de personalidade e caráter íntegros. Dr. Murilo conheceu-me na Faculdade, e como eu já era funcionário da Universidade, ele me chamou para prestar serviços no seu gabinete. Quando eu me formei, então ele me convidou para ser o secretário geral da Universidade. Era um cargo muito importante, muito bom remunerado para os padrões da época, sobretudo considerando minha idade, 27 anos. Era algo, assim, como se fosse um pró-reitor geral, com atribuições sobre diferentes áreas: administrativa e acadêmica, etc.. Essa experiência foi fundamental à minha formação e ao profundo conhecimento que tive oportunidade de adquirir acerca da Universidade Brasileira. Veja, de repente eu, praticamente um menino, tinha nas minhas mãos todo aquele complexo de problemas para administrar. Mas

“A maioria dos funcionários (do sexo feminino, diga-se de passagem) provinha das famílias influentes da cidade. Os pais só permitiam que elas trabalhassem na Reitoria. E eu era um dos poucos varões cercado dessas musas.”

se, por um lado, isso constituía um tremendo desafio, por outro, a minha obstinação, o meu entusiasmo, a convicção de que não poderia desperdiçar uma oportunidade tão valiosa foram fundamentais para o meu sucesso. Ali eu pude descobrir e consolidar a minha verdadeira vocação e constatar que sou absolutamente identificado com a Universidade; passei a amá-la com uma veneração quase que sacerdotal. A partir de então, a minha situação econômica melhorou consideravelmente, e não posso negar que esse fato também pesou na minha avaliação, mormente pelo que eu havia vivenciado no meu passado. Basta dizer que eu consegui comprar um carro pra mim, apesar de ter inclusive direito a transporte oficial. É curioso que possui um carro, antes mesmo de meu pai tê-lo feito, pois só algum tempo depois é que ele veio a adquirir o seu próprio.

Evson Malaquias: *E, para os jovens, isso era uma coisa importante...?*

Professor George Browne: É, ter um carro, sobretudo naquela época, para uma pessoa de origem humilde, era muito gratificante. Era altamente gratificante.

Evson Malaquias: *E isso, o acesso ao carro, era valorizado pela juventude do seu tempo?*

Professor George Browne: Ah, sim, com certeza! Uma expressiva parte dos meus colegas de Faculdade já dispunham desse privilégio enquanto estudantes, mas, não tenha dúvidas, era uma posição de muito destaque ter uma carteira de motorista, a qual obtive quando estava cursando o CPOR, e, além disso, ter o seu próprio carro naquela época, imagine! Além do mais, ser um funcionário de prestígio na Reitoria da Universidade, que, naquela época era uma instituição pública na qual trabalhava um estrato social diferenciado. A maioria dos funcionários (do sexo feminino, diga-se de passagem) provinha das famílias influentes da cidade. Os pais só permitiam que elas trabalhassem na Reitoria. E eu era um dos poucos varões cercado dessas musas. Eu também me graduei em Filosofia, só que na Universidade Católica, e me tornei, então, professor de Filosofia naquela instituição. Pois bem, como disse, quando terminei o curso de Direito, e estava nesse cargo, houve, então, um curso de pós-graduação lato sensu em Sociologia do Direito, promovido pelo professor Cláudio Souto, um dos mais preparados intelectuais do nosso corpo docente, que estudou Sociologia

nos Estados Unidos e, depois, na Alemanha, com Niklas Lumman.. Naquela época, o curso foi ministrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que funcionava onde é, hoje, o Restaurante Universitário, e cujo diretor era o professor José Antônio Gonsalves de Melo Neto, famoso pesquisador, especialista no estudo da presença holandesa no Brasil. Professores altamente renomados e capacitados participaram desse curso. E eu fui fazê-lo. Era um curso bem amplo, de cultura geral. Tinha tudo: História, Filosofia, Sociologia, Método de Pesquisa, Teoria Sociológica. Achei-o muito bom. Muito bom

“o que eu mais almejava era ser professor da UFPE., e não havia incompatibilidade entre ser professor e o cargo que eu tinha de secretário. Até porque as aulas do Departamento de Filosofia eram à tarde e à noite. Naquele tempo, o expediente da Reitoria era das sete às treze horas. Então eu me tornei professor de Filosofia.”

mesmo e muito proveitoso para minha futura carreira universitária!. Para ingressar no curso, tinha que se submeter a uma seleção, e a SUDENE oferecia bolsas de estudo para os classificados, além de financiar as despesas com professores, bibliografia e serviços em geral. O superintendente da SUDENE era o professor Celso Furtado.

Na verdade, Filosofia sempre foi o meu fraco. Eu realmente adoro a Filosofia. Tanto que, mais tarde, passei a ensinar, na Faculdade de Direito, a disciplina Filosofia do Direito. Até hoje ainda ensino na pós-graduação de Direito a disciplina Epistemologia do Direito, que é uma disciplina filosófica. Pois bem, nesse curso eu conheci o professor Newton Sucupira, que era um professor famoso pela sua formação clássica, sabia latim e grego e é um homem de uma cultura impressionante. Ademais, além de a Filosofia, ele era também graduado em Direito e trabalhava com os problemas de legislação educacional. Tornou-se conhecido como o pai da Pós-Graduação brasileira, a qual foi instituída no Brasil mediante um seu parecer que se tornou paradigmático, por regulamentar toda as atividades e cursos nesse nível. Dr. Newton foi também secretário de Ensino Superior do MEC e, em seguida, representante do Brasil no Bureau de Educação da UNESCO. Era um homem muito famoso e de uma cultura filosófica muito sólida. Uma das melhores cabeças do Recife e do Brasil. Então eu cursei a disciplina “Epistemologia” com ele, nesse curso. No final, apresentei uma monografia sobre Immanuel Kant. Nós éramos oito bolsistas apenas. Quando eu apresentei o meu trabalho, ele, então, na ocasião da entrega das notas, na sala de aula, disse o seguinte: “Eu quero destacar aqui o trabalho de um aluno que é simplesmente excelente; conhece e disserta sobre Kant melhor do que eu.” No caso, ele estava se referindo ao meu trabalho. Claro que havia uma dose de brincadeira e ironia nessa declaração, entretanto isso deixou-me profundamente realizado. Quando terminou a aula, ele mandou me chamar e disse: “Olhe, eu estou saindo para Brasília e depois para Paris e, portanto, vou ficar muito tempo distante da UFPE. E você vai ser o meu professor assistente.”. Claro que eu me senti muito honrado, porque o que eu mais almejava era ser professor da UFPE., e não havia incompatibilidade entre ser professor e o cargo que eu tinha de secretário. Até porque as aulas do Departamento de Filosofia eram à tarde e à noite.

Naquele tempo, o expediente da Reitoria era das sete às treze horas. Então eu me tornei professor de Filosofia. E ministrava a cadeira de “Teoria do Conhecimento” que ele até então lecionava. E, depois de uns... dois ou três anos, eu fui contemplado com uma bolsa de estudos para fazer pós-graduação nos Estados Unidos. A bolsa se destinava ao financiamento do meu mestrado. Eu já havia obtido igualmente uma bolsa do governo francês para cursar o *Troisième Cicle* na Sorbone. Um tipo de Curso, já não mais existente hoje, que era um misto de mestrado e doutorado. Mas, finalmente, optei pela bolsa americana e nessa oportunidade, me desliguei da função de secretário Geral da Universidade, que passou a ser ocupada pelo Professor Lucilo Varejão, do Departamento de Letras do CAC.

Evson Malaquias: Em que época foi isso?

Professor George Browne: Isso foi em 1969. Na verdade, eu consegui concluir o mestrado em um ano, tempo recorde naquela época, pois a média era de dois anos. Minha monogra-

fia do mestrado consistiu num estudo histórico comparativo da Filosofia de Ensino Superior no Brasil e nos Estados Unidos. O fato de ter concluído o mestrado em um ano foi, portanto, algo absolutamente fora de qualquer previsão. Fora dos padrões contextuais da época. Então voltei para o Brasil e continuei dando minhas aulas. Foi quando, então, fui convidado a assumir o cargo de Coordenador do Controle Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica. Nessa época, o reitor, professor Marcionilo Lins, por quem nutria um enorme respeito e admiração, e que se tornou meu conselheiro acadêmico e um dos meus mais caros amigos, um homem que dedicou a vida à Universidade, com quem havia trabalhado como secretário do Cosepur: Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade do Recife (essa era a primeira designação da UFPE) - do qual ele era o presidente.

Esse foi o primeiro órgão criado na Universidade institucionalmente encarregado do disciplinamento, financiamento e gestão da pesquisa e da investigação científica na âmbito da nossa universidade. Ele era um pesquisador da área da Bioquímica, nacional e internacionalmente conceituado que, eventualmente, veio a se tornar o meu sogro. Então, quando voltei dos Estados Unidos, com o mestrado, ele me convidou para colaborar com o seu reitorado, pedindo-me que ocupasse a Coordenação do Controle Acadêmico. A Pró-Reitoria Acadêmica era dirigida pela professora Maria Antônia McDowell. E foi aí que eu comecei a me relacionar com Maria Antônia, que é hoje uma amiga do coração. Pessoa seriíssima. Você a conhece, certamente. Quando fazia um ano que estava nesse cargo, o governo americano fez-me um convite para continuar meus estudos de pós-graduação naquele país, facultando-me escolher - devido ao sucesso do meu Programa de Mestrado - a instituição que reputasse mais adequada à continuidade dos meus estudos, com vista à obtenção do doutorado. E não deu outra, eu larguei tudo e fui embora para fazer o meu doutorado. Conseguir fazê-lo em quatro anos e meio. Escolhi a Universidade de Toulane, por ser a única a oferecer programas interdisciplinares de doutoramento.. Quando eu voltei, assumi a cadeira de Filosofia da Educação, tornando-me mais tarde chefe do Departamento de Fundamentos Filosóficos da Educação e, posteriormente, vice-coordenador do Mestrado em Filosofia, isso já no mandato do reitor Paulo Maciel. Na verdade, eu fui, inicialmente, nomeado para o Departamento de Filosofia, mas, como o Dr. Newton ensinava, também, Filosofia da Educação no Centro de Educação, tornei-me titular dessa disciplina lá no seu Centro, aliás no nosso centro, porque ele não deixa de ser meu também, e, por isso, fiquei, muitos anos, encarregado de dar essa disciplina lá, no Departamento de Fundamentos Sóciofilosóficos. No Departamento de Filosofia, trabalhei com uma professora extremamente competente, de renome internacional. Uma das mulheres mais competentes que eu conheço, juntamente com

“Uma das mulheres mais competentes que eu conheço (...) [é] Maria do Carmo Tavares de Miranda. (...) Ela trabalhou com Heidegger, na Alemanha, e com Jacques Maritain, em Paris. Ela tinha com ambos relações acadêmicas e de amizade extremamente pessoais. Ela chegou mesmo a frequentar a casa de Heidegger. Embora fosse uma pessoa um tanto quanto difícil de temperamento, conviver com ela era um privilégio.”

Maria Antônia, Maria do Carmo Tavares de Miranda. Sua qualificação acadêmica é indiscutível. Ela trabalhou com Heidegger, na Alemanha, e com Jacques Maritain, em Paris. Ela tinha com ambos relações acadêmicas e de amizade extremamente pessoais. Ela chegou mesmo a frequentar a casa de Heidegger. Embora fosse uma pessoa um tanto quanto difícil de temperamento, conviver com ela era um privilégio. Ela foi minha professora no Curso de Graduação em Filosofia. Ensinou-me Metafísica, e não me lembro de alguém que tenha abordado essa temática tão profunda e competentemente como ela. Pois bem, em torno de 1977, recebi um convite da Universidade de Londres pra fazer um pós-doctor. Fui embora para Londres. E passei uns seis meses por lá. Conheci, então, um professor, o qual considero quase como o meu segundo pai e ao qual dedico uma profunda veneração, mesmo hoje, apesar de ele ter falecido: o professor Brian Holmes. Físico por formação, filósofo e educador por vocação. Amigo e colaborador do grande filósofo da ciência Karl Popper, colaborou intensamente com o mesmo em trabalhos no campo da metodologia, da lógica e da filosofia.

Quando eu voltei para o Brasil, o reitor era Geraldo Lafayette, professor de História da Filosofia no CFCH. Ele logo me convidou para ser o seu pró-reitor Acadêmico. Assumi, em 1977, aquela Pró-Reitoria. Depois disso, então, o que é que acontece? Geraldo morre praticamente no término do seu mandato. Assumi o professor Geraldo Lapenda, que era o vice e que também já faleceu. Houve a eleição para reitor. Fizeram-me candidato. Apoiado pelo excelente grupo do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, liderado por Sérgio Resende, tive também o apoio da Faculdade de Medicina e de uma parte da Faculdade de Direito. A eleição não era como é hoje. Tinha realmente uma consulta ao campus, mas quem decidia mesmo era o Conselho Universitário. E, nessa conjuntura, eu fui eleito reitor da Universidade. Foi um período extremamente difícil, caracterizado pela transição entre a ditadura militar e a abertura democrática. Então aquilo era como um caldeirão que estivesse fervendo, do qual, de uma hora pra outra, a tampa poderia explodir, em função de anos acumulados de repressão, por força do regime militar. E eu no meio desse tiroteio para administrar a Universidade, que, por si mesma, já é um problema de alta complexidade e seriíssimos desafios, quanto mais num momento tão delicado como aquele. Como resolver politicamente, e de uma maneira dialógica, os problemas dos estudantes, professores e funcionários que reivindicavam não só melhorias para a Universidade, mas, sobretudo, liberdade de expressão e participação? Revoltas eclodiam de todo tipo; protestos, passeatas, invasões, o diabo a quatro. (Tosse) Foi lidando com tudo isso que eu passei quatro anos como reitor.

Evson Malaquias: Afora o cargo de reitor, já tinha assumido algum outro, alguma experiência com administração?

Professor George Browne: Não, só, como já me referi, a de pró-reitor Acadêmico. Como pró-reitor Acadêmico e como secretário Geral da Universidade.

Evson Malaquias: Sim. Em que ano o senhor foi Reitor? Em que ano foi isso?

Professor George Browne: Isso foi em 1983. Quando me tornei, reitor, a professora Maria Antônia McDowell tornou-se minha pró-reitora Acadêmica e, aproximadamente, uns seis meses depois, ela foi eleita, pelo Conselho Universitário, vice-reitora. Então assumiu a

Pró-Reitoria Acadêmica o professor Alfredo Soares, que foi, mais tarde, presidente da FADE, permanecendo ali por muito tempo. Meus pró-reitores, modéstia à parte, além da respeitabilidade acadêmica, eram professores de larga experiência profissional e administrativa na vida universitária: Maria Antônia, vice-reitora, filósofa e educadora, foi diretora do Colégio de Aplicação da UFPE e membro do Conselho Federal de Educação, hoje CNE; Alfredo Soares, pró-Reitor Acadêmico, economista, com pós-graduação nos E.U.A., Coordenador do Curso e chefe do Departamento; meu pró-reitor de Pesquisa foi o professor Ivon Fitipaldi, do Departamento de Física, um grande pesquisador de renome nacional e internacional que publicou vários trabalhos em revistas internacionais e coordenou várias pesquisas na área da Física.. Luiz Bezerra de Carvalho, professor e pesquisador da área de Ciências Biológicas, doutor pela Inglaterra, com publicações nacionais e internacionais, foi, também diretor do LICA, laboratório de pesquisa em ciências biológicas, criado no meu Reitorado, através de um convênio entre a Universidade Federal, o Governo Japonês e Jo Ageu Magalhães. Quem mais? Amilcar, que foi meu pró-reitor Comunitário, professor de Economia com vasta experiência em administração universitária, foi, inclusive, diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas; Edinaldo Bastos, PhD em Economia pela Universidade de Cornell, uma liderança genuina do Departamento de Economia, meu grande pró-reitor de Planejamento, requisitado, inclusive, pelo então governador do Estado para ocupar a Secretaria de Planejamento. Eventualmente, tornou-se o meu sucessor. E Teófilo Vasconcelos, meu pró-reitor Administrativo, professor titular do Departamento de Matemática, tendo exercido várias funções na administração acadêmica, um homem, em síntese, com profunda experiência e vasto conhecimento de administração acadêmica; Como meus assessores mais próximos, tive: Sérgio Resende, professor do Departamento de Física, liderança incontestável na área da pesquisa e da investigação científica no Brasil e no exterior; eventualmente, tornou-se o meu diretor do Centro de Ciências Exatas e da Natureza; o professor Yoni Sampaio, que foi meu vice-reitor substituto, PhD em Economia, um pesquisador do CNPq. Sênior, com várias publicações nacionais e internacionais; professora Edileuza Dourado, do Departamento de Letras, com pós-graduação stricto sensu nos E.U.A. conhecida profunda da língua e literatura inglesas. Professor Alfredo Antunes, meu chefe do Gabinete, professor de Filosofia, Português, homem cultíssimo, conhecedor de várias línguas clássicas e modernas (dominava inclusive o Mandarin) Fez um doutorado brilhante, na Universidade Clássica de Lisboa, com tese sobre a Metafísica em Fernando Pessoa. E tantos outros que ainda podia mencionar, penitenciando-me por não fazê-lo, não por falta de vontade, mas por restrições de tempo e espaço.

Bem, passaram-se esses quatro anos, entremeados por muitos tumultos mas também muitas realizações. Houve momentos, não raro, muito dolorosos do ponto de vista das

“Hábitos e práticas que fazem parte da cultura desse país durante anos a fio e que não sabemos se um dia serão removidos. Como você lidar com isso sem se prostituir? É aquilo que Dias Gomes dizia: “Há um mínimo de dignidade que você não negocia.”. Não é verdade? E esse é o meu lema. Existem coisas que eu não negocio por hipótese nenhuma.”

pressões e incompREENsões. Das angústias que eu passei. Mas não tenha dúvida de que foi uma experiência altamente rica e gratificante. Até porque, faz parte da minha própria filosofia que tudo o que você faz deve ser precedido por uma criteriosa avaliação das consequências que uma determinada decisão deve produzir e dos efeitos que possa acarretar. Aqui, a prudência como recomendava Aristóteles, é a conditio sine qua para que suas decisões se aproximem de um ideal de justiça; por essa razão, valores e princípios têm um peso fundamental nas suas atitudes. Procurei sempre, na medida das minhas limitações humanas, pautar minha conduta movido por um idealismo que me impulsionava à ação, tornando-me consciente de que, primeiramente, certas características morais devem ser preservadas, e isso já constitui pelo menos a sua gratificação interior; segundo, que essas experiências ricas e duradouras só se consolidam na medida em que você passa, frequentemente, por experiências que são dolorosas, traumáticas, mas que, no final, são potencialmente capazes de gerar frutos profícuos. O que eu aprendi acerca do ser humano nessa minha passagem foi transcendental. Aperfeiçoar a minha capacidade de tolerância para com os outros, sem perder o rumo dos meus princípios e sem, na medida do possível, deixar-me conduzir pelos ímpetos, pois estes devem ceder o passo às reflexões. De como você deve lidar com -, perdoe-me a expressão, certos hábitos e práticas políticas que agridem a sua dignidade e os seus valores sem se deixar por eles corromper. Hábitos e práticas que fazem parte da cultura desse país durante anos a fio e que não sabemos se um dia serão removidos. Como você lidar com isso sem se prostituir? É aquilo que Dias Gomes dizia: "Há um mínimo de dignidade que você não negocia.". Não é verdade? E esse é o meu lema. Existem coisas que eu não negocio por hipótese nenhuma. Claro que quando você ocupa uma posição na esfera política, e o cargo de reitor não deixa de ser, em última análise, um cargo político, há que aprender a desenvolver um certo jogo de cintura. Você tem que saber fazer certas concessões.

“Eu tive, na minha época como reitor, no Ministério da Educação, o dr. Marco Antonio Maciel, que, por coincidência, foi meu colega de faculdade. Fomos da mesma turma e nos formamos juntos. Éramos muito amigos. Enquanto estudantes, ele ia à minha casa com vários outros colegas para estudarmos juntos. (...) O fato de Marco Antônio ter-se tornado ministro foi, para mim, muito proveitoso, porque eu tinha um fácil acesso para reivindicar o que era de interesse da instituição. Ele, por seu turno, sempre foi atencioso e solícito. Todos sabem que Marco Antônio sempre foi um político de reputação ilibada e que sua passagem pela vida pública foi caracterizada pela discrição pela honradez.”

Você tem que saber ser um pouco artista. Para falar, para fundamentar, para dar subs-tância às suas solicitações, mas também, nomeadamente, para saber evitar que situações, particularmente aquelas não eticamente sustentáveis, possam vir a prosperar. Há uma coisa também bastante válida que deve ser cultivada: a capacidade de ouvir mesmo vozes insensatas, às vezes até aberrantes e estapafúrdias, sem embarcar no palavrório

oco e insubstancial a que se referia Martin Heidegger, mas utilizando-se, aqui e ali, da linguagem do silêncio que, apesar de deixar certas palavras presas à bainha das conversas, as torna apenas subtendidas, como que suscitando um chamamento a uma mais aprofundada reflexão.

Eu tive, na minha época como reitor, no Ministério da Educação, o dr. Marco Antonio Maciel, que, por coincidência, foi meu colega de faculdade. Fomos da mesma turma e nos formamos juntos. Éramos muito amigos. Enquanto estudantes, ele ia à minha casa com vários outros colegas para estudarmos juntos. Minha mãe era muito amiga da mãe dele, Da. Carmen. O fato de Marco Antônio ter-se tornado ministro foi, para mim, muito proveitoso, porque eu tinha um fácil acesso para reivindicar o que era de interesse da instituição. Ele, por seu turno, sempre foi atencioso e solícito. Todos sabem que Marco Antônio sempre foi um político de reputação ilibada e que sua passagem pela vida pública foi caracterizada pela discrição pela honradez. Embora eu não tivesse propriamente muita afinidade política – aliás, sempre procurei, por razões pessoais, ficar à margem de envolvimentos políticos - com ele, é meu dever consignar que ele sempre me respeitou e deu-me liberdade para reivindicar e mesmo criticar quando isso se fazia necessário. Por isso, tenho um dever de reconhecimento pelo modo gentil e efetivo como apreciou e atendeu a Universidade Federal de Pernambuco. Por isso reafirmo o que todo mundo sabe: Marco Antônio é um homem decente. Sua vida política é íntegra, além de ser uma pessoa educada, tratável, extremamente polida. E sabe lidar com pessoas com finura e elegância. O presidente da República, nessa época, era o Dr. Sarney.

Evson Malaquias: O senhor... foi aluno de turma, em um período histórico, com Marco Maciel?

Professor George Browne: Como assim?

Evson Malaquias: Marco Maciel foi presidente do DCE?

Professor George Browne: Foi. Ele era meu colega. Eu fui contemporâneo dele. Nós estudamos na mesma sala.

Evson Malaquias: Na mesma sala?

Professor George Browne: Sim, porque nós nos formamos juntos na mesma turma, no mesmo ano.

Evson Malaquias: O senhor nunca se interessou em entrar no Diretório Central?

Professor George Browne: Bem, por escolha dos estudantes, fui, por um período, membro do Tribunal Estadual dos Estudantes. Cargo não político, mas técnico. Tinha o propósito de verificar a legalidade das eleições estudantis e os atos dos Diretórios em geral. Afora isso, o máximo que eu fiz, do ponto de vista político stricto sensu, após insistentes pedidos, foi aceitar ser representante de turma, no último ano - quinto ano - do curso de Direito. Como era o ano do término do curso e ninguém estava interessado em assumir tão digna honraria, sobrou para mim!. Veja, eu não gosto da política na forma como ela é desenvolvida. Meus ideais políticos se inspiram, em parte, na tradição grega e, modernamente, numa postura liberal-democrática que se identifica com as ideias do

pragmatismo filosófico e jurídico, sobretudo como elas emergiram do grande filósofo americano John Dewey, sobre o qual desenvolvi a minha tese de doutoramento. Desse modo, posso dizer que nunca fui movido por ambições políticas. Não tive nenhum interesse em dar continuidade à vida de administrador, como outros o fizeram. Naquele momento, embora tenha saído vitorioso relativamente à minha sucessão na Universidade, minha meta ainda era a de dar continuidade ao meu trabalho acadêmico. Lembro-me de que, na última reunião do Conselho Universitário que presidi como reitor, fiz questão de dizer à comunidade que não tinha outra ambição senão dar prosseguimento às minhas atividades de professor e pesquisador e que a minha maior frustração tinha sido não poder cumprir tudo aquilo que prometera quando assumi o meu mandato; por isso mesmo estava me despedindo da Universidade por um período relativamente longo, ou seja, mais de dois anos, em função do convite que me foi formulado pelo Conselho Britânico para ser professor Visitante na Universidade de Oxford, contemplado com uma Senior Fellowship, uma bolsa de estudo que o governo britânico concedia, anualmente, a seis professores e pesquisadores do mundo. Mas, fiz questão de destacar naquela oportunidade, estava tranquilo, pois deixava a instituição nas mãos limpas e competentes do professor Edinaldo Bastos. Então fui embora. Passei dois anos em Oxford como professor. Quando saí de lá, eu tinha recebido um convite pra ir pra Alemanha, para a Universidade de Frankfurt, então fui para Frankfurt e passei quase um ano. Finalmente voltei.

Quando retornei, assumi minhas funções normais como professor. O fato é que nunca me deixaram em paz para fazer aquilo que correspondia à minha genuína inclinação: estudar, lecionar e pesquisar. Porque sempre tinha uma solicitação nova para mim. Desde o início, quando retornei do meu doutorado, inicialmente na CAPES, eu fui, por indicação da Universidade, durante bastante tempo, membro da comissão de entrevistadores dos candidatos a bolsistas, tanto da própria Capes como do CNPQ. Eu fui bolsista do CNPQ. Então as implicações de natureza burocrática tomavam um tempo enorme: papelada, formulários, viagens pelo País inteiro para avaliar instituições, programas de pós-graduação, entrevistar candidatos, inclusive aqueles que pretendiam participar de programas de doutorado no exterior. Era um tempo enorme que se despendia para dar conta desses compromissos. Pois bem, quando voltei da Europa, assumi as minhas funções normais de professor. E o reitor, que ainda era Ednaldo Bastos e que estava na fase final do seu mandato (ele, infelizmente, veio a falecer pouco depois da conclusão do seu reitorado), ocupava a função de presidente do Conselho de Reitores das Universidades

“Edinaldo veio me procurar com mais alguns professores e disse: “George, o que acontece é o seguinte: o cargo de secretário de Política do Ensino Superior do MEC está vago, e o ministro está procurando uma pessoa pra colocar no lugar. O Conselho de Reitores das Universidades Públicas indicou o seu nome e a sua aceitação foi unânime; (...) todos enfim acordam em que o seu nome deve ser o indicado para assumir esse negócio.” E eu respondi: “Posso ser o nome indicado pela maioria, mas eu não vou. Porque eu não gosto de Brasília.”

Públicas. Edinaldo veio me procurar com mais alguns professores e disse: “George, o que acontece é o seguinte: o cargo de secretário de Política do Ensino Superior do MEC está vago, e o ministro está procurando uma pessoa pra colocar no lugar. O Conselho de Reitores das Universidades Públicas indicou o seu nome e a sua aceitação foi unânime; principalmente no bloco do Nordeste, reitores, ex-reitores, todos enfim acordam em que o seu nome deve ser o indicado para assumir esse negócio.” E eu respondi: “Posso ser o nome indicado pela maioria, mas eu não vou. Porque eu não gosto de Brasília. Nunca gostei. Acho aquilo um lugar terrível. Terrível. Eu não gosto de Brasília, não gosto daquela politcagem, não votei nesse presidente (o presidente ainda era Collor, e eu havia votado em Leonel Brizola que, embora não o conhecesse, era o meu ideal político). Minha ex-mulher estava fazendo doutorado na Europa. Os meus três filhos estavam em casa, sendo praticamente criados por mim e uma nossa secretária doméstica, uma babá que era uma pessoa fantástica e absolutamente fascinada pelos meu filhos. E eu disse: “Como é que eu vou sair daqui?”. E eles redarguiram: “Você não pode fazer uma coisa dessas. Você está prejudicando a Universidade. Você, lá, vai nos ajudar. Vai, sobretudo, ajudar a Universidade Federal de Pernambuco, que precisa de você.”. Aí vêm aqueles apelos dramáticos; por fim, eu terminei cedendo. Lá fui eu pra Brasília.

Evson Malaquias: Ficou quanto tempo lá?

Professor George Browne: Fiquei um ano. Um ano e dois meses, se não me engano. O Ministro era do Rio Grande do Sul. Depois saiu e entrou um físico, lá de São Paulo, Goldemberg, um homem famosíssimo, grande pesquisador e ex-reitor da USP. Pois bem, eu comecei essa nova etapa da minha vida. Minha missão consistia em administrar a parte de política acadêmica no ensino superior do País. Isso demandava um esforço hércoleo. Eu trabalhava como uma máquina. Era, outrossim, uma fuga, um modo de me alienar, de não me perguntar o porquê de me encontrar ali. De, mais uma vez, refletir sobre o ter me envolvido com tais compromissos, sobretudo em Brasília, uma cidade que nunca tolerei. Então eu ficava lá no gabinete. Às vezes eu ficava até onze horas da noite. Colocaram-me num hotel, porque ainda não tinha apartamento funcional disponível. Fiquei num hotel, o Carlton, morando lá. Depois de três meses eu já não podia nem mais ver cardápio. Não aguentava mais aquela vida nômade, vindo, de vez em quando, ficar um fim de semana com os meus filhos. Até que, afinal, arranjaram um apartamento pra mim. Com efeito, Brasília foi o lugar onde tive as experiências mais dramaticamente impactantes da minha vida. Permita-me relatar um episódio que notabilizou a minha passagem naquela conjuntura. Collor já havia caído e o vice, Itamar Franco, encontrava-se no exercício da Presidência. Era sexta-feira, quase 22 horas, a minha Secretária me comunica que o presidente da República pretende falar comigo e, de imediato, passa o telefone, e uma pessoa do outro lado diz: “Olhe, aqui é do gabinete da Presidência da República, e o Presidente quer falar com o Sr., professor. Aguarde na linha, por favor.”. E eu: “Puxa! o Presidente quer falar comigo? Quem sou eu – me perguntei - para que o Presidente queira dirigir-me a palavra, exceto se alguém, contrariado com as minhas ações na Secretaria, tiver ido lá para pedir a minha cabeça, hipótese bastante sedutora? Ora, o natural era que ele se dirigisse ao Ministro. Mas o ministro estava viajando, e eu era um mero secretário. A situação, naquele momento, era a seguinte: quando o

ministro viajava, quem respondia pelo Ministério era o Secretário Geral e, na ausência deste, o secretário de Ensino Superior, o professor Paulo Tompson, com quem trabalhei, e cultivamos uma bela e sólida amizade. Ocorre que todos estavam viajando, e realmente, quando esses medalhões viajavam, restava, apenas, eu.. Ele deve ter ligado para gabinete do ministro, a chefe do Gabinete, minha amiga Margarida Cantarelli, também não se encontrava e a funcionária de plantão deve ter pedido para falar comigo. (pausa pra atender ao telefone). Pois bem, recebi esse telefonema do Presidente. Gostaria de previamente acrescentar que tinha, e até hoje tenho, uma admiração pelo hoje senador Itamar Franco. Considero-o um homem de bem, íntegro e que prestou um serviço relevante à nação. Mas, parodiando Pascal, eu diria que “Na política há razões que a própria razão desconhece.” Então ele disse: “Dr. George, tenho ouvido muitas referências elogiosas acerca do senhor.. O Ministro o elogia muito. Eu estou lhe telefonando pra lhe pedir um favor.”. E eu respondi: “Senhor Presidente, o senhor não pede favor, o senhor é o Presidente, não tem que pedir favor.”. Ele: “Não, entenda, é que eu quero que o senhor lidere um processo relativo a um curso superior no Paraná, cujo processo se encontra na sua Secretaria.. Tem muita gente importante envolvida por trás disso. É claro que os parâmetros éticos prevalecem em qualquer circunstância, mas a Presidência tem que olhar isso com olhos percuentes e avaliar em termos de perdas e ganhos o que é de fato relevante para a nação”. Eu disse: “Olhe, Presidente, eu não tenho tanta autonomia assim; não é da minha alçada decidir uma coisa dessa ordem, mas eu sei que, se o senhor quiser e achar relevante, o Ministro não hesitará em fazê-lo.” E prossegui: “Em segundo lugar, o processo passa por alguns trâmites.” Graças a Deus, eu tinha um funcionário que respondia pela Diretoria que cuidava desses processos e era extremamente rigoroso. Ele só liberava um processo de criação de um curso quando as coisas estavam certas mesmo. “Bem, Senhor Presidente – continuei - eu vou imediatamente falar com a pessoa que é encarregada disso e procurar agilizar o processo. O que eu puder fazer, o que estiver dentro dos meus limites, irei fazer, mas a decisão final compete ao Ministro. O senhor tem acesso a ele. O senhor tem autoridade sobre ele. O senhor, por obséquio, fale com ele na segunda-feira, porque eu não tenho competência para, sozinho, dar uma solução ao problema. Ele disse: “Não, tudo bem. Obrigado. Falarei com o Ministro. Boa Noite!”. Isso foi uma coisa que realmente me chocou profundamente, e eu pude avaliar o que poderia vir mais adiante. E outras tantas coisas que apareceram. Foram tantas que eu sequer tenho memória para recapitulá-las.

Não posso esquecer a situação daqueles funcionários mais simples que faziam parte da minha Secretaria e recebiam, além do mísero salário, funções gratificadas. Quando eu

“Tanto Edinaldo quanto Éfrem e Mozart tinham uma grande deferência para comigo e um reconhecimento pelo meu trabalho. Na verdade, eles me consideravam como uma espécie de orientador capaz de ajudá-los pela minha experiência vivida e acumulada ao longo dos anos de vida universitária. Perdoe-me usar uma expressão não muito elegante, mas, no bom sentido, poderia dizer que todos, numa certa medida, foram as minhas crias.”

cheguei, havia cerca de uma dúzia de cargos que eu deveria ou manter ou preencher com novos titulares. Era uma verdadeira legião de mendigos. Diziam: “Pelo amor de Deus, não me tire dessa função!. Se tirar, eu não tenho como viver e sustentar a minha família, os meus filhos menores; eu não tenho mais condições de voltar para a minha cidade.” Alguns, eu tive que tirar mesmo, com o coração partido, mas, se não o fizesse, não poderia dar conta daquilo com que me comprometeria. Choviam pedidos de todas as instâncias. Pois bem, essa foi a minha experiência.

Então, depois disso, eu voltei pra Recife. E continuei minha vida regular. Fui... para o Departamento de Filosofia, onde me tornei coordenador do Programa de Pós-graduação em Filosofia, o Mestrado. Paralelamente, os professores da Faculdade de Direito ficavam me pressionando para que eu me transferisse para lá ,uma vez que já ensinava a título de colaboração na Faculdade. Por outro lado, o nosso Departamento de Filosofia, apesar das melhorias implantadas, ainda necessitava de uma melhor estruturação e melhoria, sobretudo na área de recursos humanos . Eu sei, modéstia à parte, que fiz muita coisa. Conseguí ampliações físicas, auditório, sala pra professor. Fiz muita coisa no período que passei lá como coordenador. Mas o pessoal da Faculdade de Direito, principalmente João Maurício Deodato, que é muito amigo meu, pressionava muito para que eu me transferisse; finalmente, efetivei a minha transferência para a Faculdade de Direito. Pouco depois, assume a Reitoria o professor Mozart Neves Ramos. No tempo em que fui coordenador da Filosofia, o Reitor era Éfrem Maranhão. Tanto Edinaldo quanto Éfrem e Mozart tinham uma grande deferência para comigo e um reconhecimento pelo meu trabalho. Na verdade, eles me consideravam como uma espécie de orientador capaz de ajudá-los pela minha experiência vivida e acumulada ao longo dos anos de vida universitária. Perdoe-me usar uma expressão não muito elegante, mas, no bom sentido, poderia dizer que todos, numa certa medida, foram as minhas crias. Então, algum tempo após assumir o cargo, Mozart vai à minha casa, às 23 horas, e diz: “Olhe, meu compadre – como ele gostava de se referir a mim –, eu preciso muito de você.”. “O que posso fazer para ajudá-lo, Mozart?” - perguntei, já sabendo que mais uma peça estava sendo preparada. Ele respondeu: “Estou com um problema sério na Covest. Não dá mais para manter a atual Presidência. Já conversei com o titular e ele se dispõe a renunciar. Sendo um lugar muito delicado, sob todos os aspectos, é imprescindível que seja ocupado por um professor competente, experiente e com grande respeitabilidade da comunidade universitária e da sociedade em geral. É um cargo que, no meu entendimento, só um professor como você tem condições de assumir.”. Na verdade, a Covest já havia me convidado para integrar uma banca de Filosofia relativa a um dos seus concursos e, eventualmente, me pedia algum tipo de assessoria. Eu disse: “Mozart, não faça uma coisa dessa, não. Eu estou pretendendo dar continuidade à minha vida acadêmica e tenho uma série de projetos pessoais” Ele então disse: “Já o nomeei membro permanente da Comissão de Vestibular e, agora, vou nomeá-lo presidente da Covest.” Por favor, Mozart, me libere disso!, argumentei. Mas ele insistiu: “Não, você vai. É uma convocação pessoal e da própria Universidade”. Lá fui eu para a COVEST. Passei ali seis ou sete anos, não me lembro.

Evson Malaquias: Por que o senhor diz que, “de certa forma, eles foram crias”?

Professor George Browne: Uso essa expressão num sentido muito carinhoso, e não hierárquico, de subalternidade. Via-os assim como irmãos mais moços e sempre cultivei, em relação a eles, um carinho e uma atenção especiais; por conta disso, acho que os conquistei, e eles sempre me tiveram muita admiração. Não posso deixar de reconhecer que, de certo modo, eles incorporaram um pouco das minhas ideias sobre Universidade, mas isso, em momento nenhum, interferiu na capacidade e autonomia de cada um deles de tomar as decisões que porventura considerassem as mais pertinentes. Em síntese, eu poderia dizer que tínhamos uma intimidade muito grande, quase como se fôssemos irmãos, repito.

Evson Malaquias: Chegaram a ser alunos seus?

Professor George Browne: Não, não.

Evson Malaquias: Mozart é da área de Química e Éfrem é médico.

Professor George Browne: É verdade, mas ainda em relação a essa afinidade, vale salientar que ela se foi desenvolvendo através da nossa convivência cotidiana. Assim, eu era o reitor e Éfrem era o coordenador da Residência Médica do Hospital das Clínicas. A Faculdade de Medicina e o Hospital das Clínicas sempre foram, para mim, muito importantes. Mozart foi chefe do Departamento e coordenador. Eu tinha uma empatia e um cuidado todo especial para com todos eles. Em relação a área médica, por exemplo, ela ocupa mais de trinta por cento da Universidade. Mas não é só quantitativamente, é também qualitativamente. Ela tem um peso enorme, uma influência incalculável no contexto das nossas decisões. São pessoas inteligentes, habilidosas e realistas. Estão acostumadas a lidar com a vida e com a morte. A autoridade do antigo catedrático, do chefe de Clínica, é fundamental para o processo decisório da instituição; ela espelha uma respeitabilidade, por parte daqueles que se encontram sob a sua liderança, que não tem termos de comparação com as demais áreas do conhecimento. Na sua maioria, são pessoas altamente qualificadas, tanto acadêmica quanto profissionalmente. Foi exatamente com base nesses pressupostos que, quando fui reitor, decidi que deveria dar uma atenção especial à área médica e, particularmente, ao Hospital. Escolhia um dia da semana, quarta-feira, se não estou enganado, para dispensar toda a manhã, e, às vezes, enveredávamos pelas tardes, reunindo-me com o Conselho Técnico do Hospital, fazer visitas aos diferentes Departamentos e Clínicas. E, a partir desses encontros, as decisões eram então tomadas. Isso me deu uma sólida credibilidade junto a eles. Aliás, eles já tinham – como frisei - me apoiado durante o processo eleitoral que me alçou a reitor da Universidade. Minha credibilidade, portanto, aumentou bastante através dessa minha estratégia. É óbvio que nada é unânime nesse mundo,

“Outros Centros, Departamentos e mesmo os meus auxiliares diretos, muitas vezes, me criticavam afirmando que eu estaria dando um tratamento preferencial aos médicos, mas não é verdade. O fato é que a Faculdade de Medicina vinha de uma crise sem precedentes e estava necessitando de uma recuperação rápida e efetiva.”

certamente havia exceções, tanto internas quanto externas. Outros Centros, Departamentos e mesmo os meus auxiliares diretos, muitas vezes, me criticavam afirmando que eu estaria dando um tratamento preferencial aos médicos, mas não é verdade. O fato é que a Faculdade de Medicina vinha de uma crise sem precedentes e estava necessitando de uma recuperação rápida e efetiva. Devo aqui fazer um parêntesis, por questão de justiça, para deixar consignado que recebi, por parte das lideranças da comunidade médica da UFPE, um incondicional e substantivo apoio. Na Cardiologia, através de Carlos Moraes e Ivan Lima Cavalcanti; dois grandes autênticos e fiéis amigos. A Carlinhos, como carinhosamente gosto de chamá-lo, tenho – e ele sabe muito bem disso - uma enorme gratidão, pois, nos momentos críticos da minha eleição para reitor, ele foi de uma dedicação e desprendimento incalculáveis; professor Geraldo Gomes, meu amigo e meu diretor da Faculdade de Medicina, a quem, igualmente, muito devo; Nelson Caldas, amigo fiel e corajoso, temperamento dionisíaco e possuidor de um notável senso de humor; Marcelo Magalhães, um grande médico e um excelente pesquisador que nunca me faltou, quer nos momentos de euforia, quer nos de crise; Emmanuel Teixeira, chefe do Departamento de Clínica Médica e fiel escudeiro na defesa dos interesses da Faculdade; Márcio Lobo, infelizmente desaparecido, mas cuja Clínica Dermatológica foi um orgulho não só para Pernambuco, mas para todo o Nordeste; Esther Azoubel, minha amiga e confidente de todas as horas. Os professores Salomão e Miriam Kelner, Amaury Coutinho, Bezerra Coutinho e muitos outros, que se sintam aqui referenciados. Entretanto, não posso dizer que não dei à Faculdade de Direito, também, um tratamento reverencial. Ela dizia respeito às minhas origens acadêmicas; professor Sylvio Loreto, meu diretor, também fora meu professor no Curso de Graduação. O

mesmo se diga acerca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, altamente prestigiado pela sua excelência acadêmica e de pesquisa. Enfim, a todos eu tratei com a atenção merecida. Só que são instâncias diferentes, com características próprias, embora unidas por um mesmo propósito. Daí o nome universidade: a unidade dentro da diversidade, e acho que o meu papel, enquanto reitor, era o de tratar cada um de acordo com as suas peculiaridades, dando a cada um o que lhe é merecido; segundo a clássica máxima aristotélica de que é injusto tratar iguais de forma desigual, igualmente o é tratar desiguais de maneira igual. Assim, procurei, na medida das minhas possibilidades e em conformidade com uma política distributiva dos recursos que tinha nas minhas mãos, melhorar a conjuntura do Hospital, de há muito relegada a um plano desprezível.

“Os burocratas, o pessoal técnico-administrativo, eles não têm uma finalidade, um fim próprio. Eles não têm muito o que criar. São instrumentais. Eles têm apenas que fazer funcionar: e precisam fazer funcionar bem, caso contrário a Universidade para. Ao classificá-los assim, não estou, nem de longe, depreciando o papel e a função dos funcionários. Meios e fins não se separam, interdependem, não há um dualismo entre eles, um é imprescindível ao outro.”

Mas, voltemos, agora, ao fio condutor da nossa exposição, interrompido pelo episódio Hospital das Clínicas. Veja como História é um tipo de saber bastante complexo. Ela atua como um vai-e-vem, uma sanfona que remete quase que simultaneamente ao passado, ao presente e aponta para o futuro. Por essa razão, Paul Ricoeur dizia que a história é, ao mesmo tempo, estrutural e episódica, algo muito confuso e, não raro, contraditório. Depois que eu saí da COVEST, dei continuidade à minha vida acadêmica: ensinar, pesquisar, escrever. Aposentei-me como professor, entretanto, até hoje, continuo vinculado à Pós-Graduação de Direito. Paralelamente, também, comecei a exercer outras atividades. Atividades de consultoria acadêmica. A colaborar com outras instituições de ensino superior: Maurício de Nassau, Faculdade Damas e uma Instituição internacional, que é de ensino à distância através da internet e que ministra um curso de Direito para brasileiros e estrangeiros.. A sede é nos Estados Unidos. Eu tenho uma mente extremamente ocupada, o que é bom para mim, para minha idade. É bom, diria melhor, para minha cabeça. E, de certo modo, ajuda-me financeiramente, porque, não é brincadeira, eu tenho duas famílias, cinco filhos. E venho de uma profissão que, infelizmente, neste país, não é valorizada nem financeira nem socialmente e, por mais que você trabalhe, a retribuição financeira está aquém das suas reais necessidades. E você sabe disso.

Evson Malaquias: *Como era o seu dia a dia como reitor?*

Professor George Browne: Muito bem, eu falei muito sobre minha vida toda, agora vamos falar sobre minhas vivências e experiências enquanto reitor da UFPe.. O meu dia a dia era de ocupação e preocupação também. Eu sempre fui um aficionado de ginástica. Eu fazia cooper. Hoje ainda faço. Corria. Fazia ginástica. Eu me levantava às cinco horas da manhã e ia pra Praça de Casa Forte. E corria, às vezes, dez quilômetros. Cheguei, certa vez, a correr quinze quilômetros, pois me encontrava bastante estressado. E, na verdade, eu dizia que isso era uma coisa que me fazia sobreviver. Porque eu sabia que, quando entrasse ali, as pressões, as tensões iam ser muito altas. E, porque tinha muito almoço, muito jantar, muitas comemorações..., se eu ficasse só nisso, certamente eu teria morrido. Então eu entrava lá, de manhã, limpo. Tinha feito minha ginástica. Bem, ... havia duas partes. A Universidade tinha duas partes. A parte puramente administrativa, quando você comanda aquela máquina toda, que é muito complicada, porque..., do ponto de vista burocrático, isso é uma coisa universal onde houver administração. Os burocratas, o pessoal técnico-administrativo, eles não têm uma finalidade, um fim próprio. Eles não têm muito o que criar. São instrumentais .Eles têm apenas que fazer funcionar: e precisam fazer funcionar bem, caso contrário a Universidade para. Ao classificá-los assim, não estou, nem de longe, depreciando o papel e a função dos funcionários.

“Algumas vezes, eu mesmo me dirigia aos setores administrativos dizendo: “Olhe, pessoal, eu preciso disso agora.”. Aí respondiam: “Mas, professor... reitor, agora não dá, o processo ainda necessita de vários despachos interlocutórios.”. Eu dizia: ‘Gente, é urgente, não dá para esperar, tem que ser agora!. Não é fundamental pra mim, é para a instituição, é para a Universidade’.”

rios. Meios e fins não se separam, interdependem, não há um dualismo entre eles, um é imprescindível ao outro. Ademais, há na Universidade funcionários muito bons, como há aqueles que deixam muito a desejar, que não têm compromisso com a instituição; o mesmo, modus in rebus, pode ser dito em relação aos professores e aos alunos.

Em relação à parte administrativa, é verdade que a própria burocracia, em algumas ocasiões, desenvolveu, historicamente, nos diferentes modelos institucionais, certos cacosetes e complicadores que naturalmente embaraçavam o andamento das soluções, de sorte que a resolução de problemas muitas vezes era procrastinada. Havia entre alguns a mentalidade de que a competência se esboça como uma espécie de poder de polícia, o que faz com que, com certa frequência, o andamento dos processos seja prejudicado. Então, para sair daqui para ali, é preciso fazer a juntada de um calhamaço documental incalculável, ou, por outra, que tal coisa só pode ser resolvida, ouvida a Procuradoria, o que se afigura por vezes prescindível. Isso, comumente, cria obstáculos a uma solução mais funcional dos problemas. Mas observo que hoje, cada vez mais, os funcionários administrativos estão sendo treinados de maneira mais inteligente e eficaz, rompendo, portanto, com esses hábitos e padrões de conduta tradicionais; hábitos e padrões sobre os quais se encontram referências na própria literatura nacional e internacional (Machado de Assis e Eça de Queiroz, por exemplo, costumavam fazer referências jocosas sobre esse aspecto). Confesso que durante o reitorado me defrontei com algumas dificuldades dessa ordem. Algumas vezes, eu mesmo me dirigia aos setores administrativos dizendo: “Olhe, pessoal, eu preciso disso agora.”. Aí respondiam: “Mas, professor... reitor, agora não dá, o processo ainda necessita de vários despachos interlocutórios.”. Eu dizia: “Gente, é urgente, não dá para esperar, tem que ser agora!. Não é fundamental pra mim, é para a instituição, é para a Universidade”. Por exemplo, eu fiz um convênio com o BID para recuperar a estrutura física do campus, e boa parte daquelas construções foram resultado desse convênio que eu consegui com esse Banco Interamericano de Desenvolvimento. Então aqueles processos precisavam andar celeremente, precisavam de agilidade, caso contrário, nós perderíamos os prazos cronometrados para cada etapa, o que gerava um prejuízo incalculável para a instituição. Então os processos começavam a ficar amarrados. Não por incompetência, ou má fé, ou descaso, mas simplesmente por excesso de formalismo, de artificialismos legalistas. Quero de logo acrescentar que sempre nutri pelos funcionários não só o maior respeito como a mais alta estima. Aliás, eu próprio começara a minha vida na Universidade como funcionário administrativo. Eles eram para mim como se fossem pessoas da minha própria família; nossas relações tinham um quê de muita intimidade, muita amizade, muita cumplicidade .. Eu não era, com eles, nada formal. Costumava brincar muito com o funcionário que me servia café: Geraldo. A funcionária que fazia a limpeza, Helena, que até hoje está lá e é doida por mim. Meu motorista Valdemar, uma figura. Quer dizer, eu tratava a todo mundo como igual. Eu era considerado por alguns mais formais, um reitor que, às vezes, não se dava o devido respeito. Alguns chegavam mesmo a dizer, sobretudo em relação a esses servidores mais simples: “É que ele dá muita liberdade, o que pode resultar na perda da autoridade.”. Não tinha nenhum sentido; todos me respeitavam; é que eu sou mesmo assim. Eu sou um homem aberto.

Eu gostava de conversar com eles, de brincar. Até pra amenizar um pouco a angústia e o sofrimento dessas pessoas. São pessoas simples. O outro lado, que é bem mais difícil e complexo, é a dimensão política dos problemas. . Esse é bem mais complicado porque, veja bem, administrar uma universidade não é como administrar uma empresa. Porque o método de administrar uma empresa é mecânico. É de cima pra baixo. Você determina e os outros cumprem. Na Universidade não é assim. Na Universidade, há um grau de liberdade enorme para as pessoas, o que é extremamente salutar para o convívio democrático, mas requer a arte de saber falar e, sobretudo, ouvir, uma habilidade dialogal, retórica, pela qual só se vence quando se convence. Considerando que o nível intelectual e cultural dos integrantes da Universidade é diferenciado, isso resulta numa constante valorização da nossa capacidade argumentativa e numa convicção de que, até prova em contrário, sempre temos razão. Em outras palavras, o fato de termos uma formação superior adquirida ao longo de anos de estudos nos inclina, algumas vezes, a entrar em conflito com percepções e entendimentos diferentes dos nossos . Você sabe disso melhor do que ninguém. Então o único remédio de que você dispõe para interagir com os seus pares é o diálogo. E isso pressupõe uma habilidade, um jogo de cintura. Enfim, isso não implica que você não possa usar do princípio da autoridade, mas uma autoridade orgânica e não mecânica, com a mente e o coração sempre abertos à tolerância, mas decididamente comprometido com os princípios e os fins institucionais. Os fins não justificam os meios, como dizia Maquiavel, mas há fins que você tem necessariamente que seguir porque eles são fundamentais para sua luta.

(Segue uma pequena interrupção)

Olhe, quando eu assumi a Universidade, era, na época, de uma geração de reitores mais jovens. E eu inaugurei essa fase aqui no Brasil. Porque, até então, os reitores eram sempre seniores, pessoas na faixa etária dos sessenta que estavam culminando as suas carreiras. Eu tinha 48 anos. Então, da nova leva de reitores, eu estava entre os mais jovens. Quando assumi a Reitoria, a ministra de Educação chamava-se Ester Figueira de Ferraz. Ela disse assim: “O senhor, apesar de jovem, é muito idealista. O senhor é o reitor da esperança.”. (Risos) Aí eu fiquei conhecido como o “reitor da esperança”. Porque a Universidade tinha passado por uma fase financeira muito difícil. Muitos problemas. O Hospital das Clínicas era um dos mais terríveis, porque o ex-reitor tinha colocado lá uma pessoa extremamente autoritária e, quando eu ia ao Hospital, como pró-reitor, a coisa estava “pegando fogo”. Por isso quando fui reitor, passava – como já disse – tanto tempo lá no Hospital. Pois bem, com toda franqueza, acredito que não fiz um mau reitorado. E digo isso com o respaldo de pessoas que são meus amigos e até de alguns que não são meus amigos. Mas que reconhecem que a minha gestão foi inovadora. Mudou significativamente a face da Universidade.

“Quando assumi a Reitoria, a ministra de Educação chamava-se Ester Figueira de Ferraz. Ela disse assim: “O senhor, apesar de jovem, é muito idealista. O senhor é o reitor da esperança.”. (Risos) Aí eu fiquei conhecido como o “reitor da esperança”.”

Aqueles hábitos antigos começaram a ser superados; havia, digamos assim, por parte de um

grupo, uma falta de comprometimento com a instituição. Do ponto de vista dos docentes, alguns se abrigavam no fato de serem catedráticos, profissionais de renome, tornando-se visitantes esporádicos, ou mesmo abandonando os seus compromissos. Eu realizei, figurativamente, uma transfusão de sangue na Universidade. Nós tínhamos apenas, naquela época, cerca de 30 doutores na Universidade. Quando saí, havia duzentos e sessenta e poucos doutores. Quer dizer, foi um investimento maciço em pós-graduação. Em pesquisas, sobretudo. Essa área foi extremamente bem contemplada. A outra foi a recuperação do campus. Você não pode imaginar - você está lá desde quando? - ...

Evson Malaquias: Desde 2.000.

Professor George Browne: Ah, não sabe de nada! Pois bem, nessa época o campus era um verdadeiro caos. Caindo aos pedaços. Eu iniciei a recuperação do campus. Mas não era tarefa um só mandato. Houve toda uma continuidade, perseguida, após o meu mandato por Ednaldo e aperfeiçoada por Éfrem. Nesse particular, tanto Mozart quanto Amaro já encontraram o caminho bastante pavimentado e tiveram o mérito de mantê-lo e sofisticá-lo. Do ponto de vista das finanças, a Universidade, quando a assumi, ocupava o décimo terceiro lugar no orçamento da República. Eu a passei para terceiro. Era a terceira universidade pública federal em orçamento: em primeiro lugar estava a do Rio de Janeiro; em segundo, a de Minas Gerais; e, em terceiro, a de Pernambuco. Esses são dados objetivos dos quais você não pode dizer: "Não, você está querendo fazer média". Não, isso é verdade! Quem tiver dúvidas é só consultar os dados da época. No que tange às relações internacionais, na Universidade, eram poucas e não devidamente institucionalizadas. As existentes se deviam a iniciativas de um ou outro professor competente, por força do seu prestígio pessoal. Nós tivemos apoio da Ford Foundation. Vários projetos de pesquisas institucionais. Nós tivemos apoio do governo japonês, que fundou o Instituto Kaizo Azami, do Ageu Magalhães. O japonês veio com todo o equipamento. Equipamento que, até então, era para a época o que havia de mais moderno. E de que nenhuma outra universidade brasileira dispunha. Eles trouxeram tudo pra cá. ... Ajudaram-nos a criar esse Instituto, até porque eles tinham interesse específico: o estudo da infestação por esquistossomose, muito frequente no Japão e aqui nos trópicos; eles queriam fazer um estudo comparativo levando em conta, inclusive, as condições mesológicas envolvidas, então investiram maciçamente nesse projeto. Do mesmo modo o governo alemão, particularmente na área da Energia Nuclear. O governo inglês também contemplou a UFPE com muitos programas de pesquisas e de bolsas de estudo. Com os Estados Unidos, além da Fundação Ford e da Fullbright, convênios de cooperação foram firmados com o complexo universitário da Geórgia, estado irmão de Pernambuco. Através desses convênios foram desenvolvidos vários projetos relacionados às ciências naturais. Quer dizer, a

"Do ponto de vista das finanças, a Universidade, quando a assumi, ocupava o décimo terceiro lugar no orçamento da República. Eu a passei para terceiro. Era a terceira universidade pública federal em orçamento: em primeiro lugar estava a do Rio de Janeiro; em segundo, a de Minas Gerais; e, em terceiro, a de Pernambuco."

Universidade projetou-se internacionalmente. Até porque, sem querer ser esnobe, eu já dispunha de um certo prestígio e havia firmado um nome que transcendia os limites nacionais. Talvez eu tenha muito menos prestígio aqui, no Brasil, do que lá fora. Então, se você fizer um balanço de como foi meu reitorado, eu digo que ele foi produtivo. Foi um reitorado que alavancou a Universidade. Colocou-a num patamar diferente. Agora, se perguntar: “Você acha que você foi um reitor impecável?”, eu digo: “não”. Em uma das minhas declarações, no dia em que encerrei meu mandato, na última reunião do Conselho Universitário, está lá, gravada, eu disse: “A única coisa que eu peço a vocês, sobretudo, é perdão. Perdão por eu não ter conseguido fazer melhor do que eu fiz. Perdão por eu ter prometido coisas que eu não pude realizar. Perdão pelos meus defeitos, minhas falhas, por ter sonhado demais, por minhas intolerâncias. Afinal de contas, eu sou humano. Então eu quero nessa hora, sobretudo, me penitenciar. Pelo que eu não pude fazer. Eu não sou demagogo, nem tenho nenhum complexo de reconhecer minhas limitações. Mas também, por outro lado, não me julgo incompetente. Eu fiz o que podia fazer. Foi, como disse Ortega e Gasset ao tentar demonstrar as limitações e precariedades do ser humano: “Eu e minha circunstância.” Na minha circunstância, eu fiz o que pude fazer. Nada mais que isso.”.

Evson Malaquias: Algum acontecimento, em relação ao movimento estudantil, marcou o seu reitorado?

Professor George Browne: Ah, houve! Dê-me licença um minutinho.

(Ele atende o telefone)

Evson Malaquias: Fique à vontade.

Professor George Browne: Bem, lembrando. (Risos). Foi muito engraçado. Eu estava em Brasília. Conselho de Reitores. Existia um Conselho de Reitores. E eu era membro do Conselho Consultivo de Reitores.

Evson Malaquias: O CRUB?

Professor George Browne: Sim, exatamente, o CRUB. E, como membro do Conselho Deliberativo, eu necessitava ir com frequência a Brasília. Era uma época muito tumultuada. Era a época da abertura democrática. . Do ponto de vista da Universidade, foi a época da transição do sistema previdenciário e trabalhista para o sistema estatutário federal. O Regime Jurídico Único estava sendo concebido. Tudo isso demandava muitas reuniões em Brasília.. E como eu era parte integrante do Conselho e muito ligado ao seu presidente, professor Rodolfo Pinto da Luz, reitor de Santa Catarina, meu amigo e que depositava muita confiança na minha experiência, atribuía-me frequentemente algumas

“A professora, por seu turno, era muito temperamental, esquentava com tudo. Fez um enorme estardalhaço: “Sou uma mulher, fui empurrada pelos estudantes. Precisamos chamar a polícia pra tirar essa corja daqui de dentro.”. E ela já chegou com um ofício pronto para que Geraldo Lapenda assinasse, pedindo uma tropa policial para tirar uns 60 “marginais” da Reitoria. E o vice-reitor assinou! Uma verdadeira catástrofe, uma loucura, porque não se pode resolver na Universidade um problema dessa ordem apelando para forças policiais.”

missões, então eu viajava muito por conta desse Conselho. Um dos grandes problemas da Universidade, do ponto de vista estudantil, o seu calcanhar de Aquiles, eram a Casa e o Restaurante Universitários. Não era muita gente, mas era um pessoal que mobilizava muitos estudantes quando eles reivindicavam coisas em relação às quais ou não havia cabimento, ou, em outras hipóteses, não havia recursos para o atendimento. Mas os estudantes, invariavelmente, apoiavam todas as reivindicações oriundas dessas instâncias. Eu estava viajando. E uma pró-reitora, cujo nome não vou referir, criou um problema dentro da Universidade com os estudantes. Eles queriam conversar com ela sobre reivindicações atinentes ao Restaurante Universitário. Ela pediu para que eles aguardassem um pouco pois estava atendendo a outros compromissos. Mas os estudantes resolveram não aguardar e irromperam sala adentro. Ela pediu para que se retirassem e o clima se tornou tenso. Os estudantes chegaram mesmo a empurrá-la. Ela, então, foi ao vice-reitor, que ainda não era Maria Antônia, pois eu tinha acabado de assumir. O vice-reitor era ainda o professor Geraldo Lapenda, que estava concluindo o mandato enquanto se fazia a eleição. O Professor Geraldo Lapenda era uma pessoa boníssima, um homem muito culto, professor de grego, mas faltava-lhe a argúcia que certas situações requerem. A professora, por seu turno, era muito temperamental, esquentava com tudo. Fez um enorme estardalhaço: “Sou uma mulher, fui empurrada pelos estudantes. Precisamos chamar a polícia pra tirar essa corja daqui de dentro.”. E ela já chegou com um ofício pronto para que Geraldo Lapenda assinasse, pedindo uma tropa policial para tirar uns 60 “marginais” da Reitoria. E o vice-reitor assinou! Uma verdadeira catástrofe, uma loucura, porque não se pode resolver na Universidade um problema dessa ordem apelando para forças policiais. A autonomia da Universidade a protege de qualquer interferência externa. Sobretudo de força militar. É da história da Universidade. Só para ilustrar, veja esse episódio que envolveu a Universidade no período medieval. A propósito, a primeira universidade do mundo ocidental foi a de Bolonha, criada no século ??? Depois veio a Universidade de Paris. E o fato histórico que pretendo mencionar refere-se a essa última universidade, e se refere precisamente à mobilização estudantil. No século XIII, os estudantes fizeram um movimento de protesto em Paris, saindo às ruas em passeata; o rei mandou tropas para conter os estudantes. Então a própria Universidade e a Igreja, à qual a Universidade também estava vinculada, procuraram as autoridades reais e advertiram: “Olhem, essa atitude não é lícita. A Universidade é autônoma.”. E, com efeito, o Rei determinou a retirada da tropa. Quer dizer, é o tipo da coisa que tem um peso histórico, é parte da tradição. Como, então uma pessoa perde a cabeça e faz uma coisa dessa?s. E lá seguiu o ofício para Polícia. Lá pelas doze horas, eis que chega uma tropa de choque à Universidade. Os militares com capacete, cassetetes e armas de fogo, adentram a Reitoria. A sorte é que Maria Antônia, que era a pró-reitora Acadêmica, ia, naquele momento, entrando na Reitoria. Maria Antônia sobe as escadarias e se depara com a multidão de estudantes e a tropa policial. Então Maria Antônia perguntou: “O que foi que houve?”. O comandante respondeu: “Não, é que nós estamos aqui com uma convocação pra botar os estudantes pra fora.”. Maria Antônia disse: “Aqui, não. De jeito nenhum. Aqui não entra polícia, não.”. Tinha um sargento que bufava. Doido para dar porrada em estudante. E Maria Antônia disse: “Não senhor. O senhor pode voltar.”. Ele insistiu: “Não, mas eu estou aqui com o ofício.”. Ela: “Sim, mas o reitor não está aqui,

ele está viajando. Eu tenho certeza de que ele não autorizaria tal coisa. Eu vou falar com ele. Não pode. O senhor não pode entrar aqui". Os militares ficaram furiosos e foram embora. Foi o suficiente... Isso acumulado às constantes reclamações acerca da comida do Restaurante, que, segundo eles, não prestava, consumaram a invasão ocupando todo o rol da entrada da Reitoria. Logo chegaram colchões, violões, panelas. Começa uma batedeira de panelas infernal: tin, tin, tin, tin, tin, tin! Estava instalado o tumulto! Por outro lado, eu estava entrando na reunião do Conselho quando telefona Maria Antônia: "George, você tem que vir embora. O negócio está pegando fogo aqui. Você não pode imaginar. E contou tudo o que se passara. Eu chamei o Secretário Geral e pedi pra que ele arranjasse imediatamente uma passagem. Ele conseguiu. Telefonei para o meu motorista, pessoa...de minha inteira confiança.

Evson Malaquias: Em que ano foi isso?

Professor George Browne: Como? Foi em oitenta e quatro. Meu motorista, figura fantástica, pessoa boníssima, era funcionário da Polícia Civil e tinha sido colocado à disposição da Universidade. Ele era um agente policial, embora não tivesse qualquer inclinação para o ramo. Um rapaz ótimo. Excelente. Todo mundo gostava muito dele. Eu telefonei pra ele: "Valdemar, venha me buscar aqui no aeroporto. Estou saindo agora, daqui a duas horas e pouco estarei aí.". Ele então me disse: "Professor, não venha, não venha, não. O senhor vai correr um risco muito alto. O senhor não pode imaginar como é que está isso aqui.". Eu lhe respondi: "Valdemar, você me espere no aeroporto porque eu tenho que ir. Eu sou o reitor da Universidade. Eu não posso me omitir diante de uma situação de tal gravidade.". Enfim, saltei no aeroporto, peguei o carro e cheguei à Reitoria, pelas cinco horas da tarde, mais ou menos. A situação era realmente caótica. O pátio repleto de estudantes, jornalistas, televisão e até políticos. Parei o carro. Quando desci, foi aquela vaia rotunda. Mas desci, calmo. Para passar entre essa multidão, foi uma tarefa difícil; havia colchões por todo lado, gente deitada, dedilhar de violões, zabumbas, etc. E eu, pedindo licença, botava um pé aqui, outro acolá, até chegar à escada que conduz ao primeiro andar onde se situava o meu gabinete. O presidente do DCE, que se chamava Marcelo, era um estudante do Curso de Química. Um agitador exemplar. Sabia manipular uma massa. Magrinho, bem amarelinho, mas inteligente e atuante. Quando eu vou subindo - não sei se você já reparou, na subida da escada existe uma estátua de Joaquim Amazonas, que foi o primeiro reitor, avô de Maria Antônia, Joaquim Amazonas estava com uma peruca e a boca pintada de baton. Eu olhei, voltei e disse: "Marcelo, venha cá!". Ele estava lá no meio da turba, mas veio, e eu disse: "Olhe para isso aqui.

"Enfim, saltei no aeroporto, peguei o carro e cheguei à Reitoria, pelas cinco horas da tarde, mais ou menos. A situação era realmente caótica. O pátio repleto de estudantes, jornalistas, televisão e até políticos. Parei o carro. Quando desci, foi aquela vaia rotunda. Mas desci, calmo. Para passar entre essa multidão, foi uma tarefa difícil; havia colchões por todo lado, gente deitada, dedilhar de violões, zabumbas, etc."

Se você quer dar vaia no reitor, dar porrada no reitor, quebrar a Universidade todinha, isso é uma coisa que você decide, pode até fazer, mesmo sabendo das consequências que tais atitudes podem acarretar. Agora, você macular, achincalhar a imagem da instituição, a história da Universidade, isso eu não vou admitir, não. Você está me ouvindo? Isso eu não tolerarei. Isso é um escárnio contra esta instituição. Contra a história desta instituição. Esse homem é um símbolo para a Universidade, seu grande idealizador e que a tornou possível. Você não conhece a nossa história e parece que não tem interesse em conhecer, mas o que você não pode fazer é degradá-la, fazer escárnio das nossas tradições. Então eu vou lhe dizer uma coisa, Marcelo. Eu vou lá em cima botar minha pasta. Vou lá no meu gabinete botar minha pasta e vou descer, certo? E, quando eu descer, quero esta estátua limpa”.

Quando eu cheguei lá em cima, a confusão era tal que ninguém se entendia. Maria Antônia e todos os pró-reitores e assessores tentavam relatar as ocorrências, cada um sob um ponto de vista e sem que houvesse um fio condutor que encadeasse os relatos. Olhe, houve isso, isso e isso; e outro dizia: “mas não foi propriamente assim, ou ainda há um detalhe que você não percebeu”. Um caos, enfim. Então, eu contei o episódio da minha entrada relativamente ao busto do reitor Amazonas e disse: primeiramente, eu vou voltar para saber se a minha determinação foi cumprida. Então todos me disseram: “George, pelo amor de Deus, não vá. Você vai ficar desmoralizado.”. E eu: “Eu vou porque eu já disse que voltaria.”. Desmoralizado – pensei eu - ficaria se não voltasse. Todavia, a bem da verdade eu não acreditava que eles iriam seguir minha recomendação. Rapaz, para alívio meu, não é que a estátua estava lá limpinha! Tiraram tudo. Então retornoi ao meu gabinete e mandei chamar os Procuradores. Ato contínuo eles estavam no meu gabinete. Eram Nilton Siqueira e Aurélio da Boa Viagem. Olhem, disse-lhes eu, a situação é muito grave. Precisamos ser, ao mesmo tempo, objetivamente enérgicos, sem, contudo, criarmos confrontos pessoais, pois já basta o que houve: “Vamos determinar o que nós vamos fazer. Esse lance da Polícia, Maria Antônia conseguiu contornar, mas não restam dúvidas de que saímos chamuscados, não é? De qualquer modo, a Polícia chegou à porta da Universidade. Isso não podia ter acontecido. Bem, por outro lado, eu não posso deixar a Universidade assim ocupada. Isso não tem sentido, pois isso aqui é um prédio público, e eu sou responsável por ele. Não tem nenhum sentido que a Universidade fique assim, entregue ao vandalismo de estudantes. Logo, só tem uma saída. Não é o direito da força, mas a força do Direito. Essa saída é, portanto, a jurídica. Através exclusivamente do Direito, repito. Prédios públicos ocupados por pessoas que não estejam legalmente autorizadas para tanto é um fato que pressupõe, do ponto de vista jurídico, a ... evacuação, a retomada da posse.”

da posse. Porque, a essa altura, eu não sou mais reitor, eu não tenho controle sobre isso aqui eu estou defenestrado das minhas funções. Preciso de uma reintegração de posse. Portanto, vamos entrar com uma representação judici, na instância federal competente para pedir ao juiz que restabeleça a ordem”. Então indaguei: “Quem é o juiz que está de plantão?”. Era o Dr. Adauto. Um Juiz de excelente reputação, muito sério e respeitado por todos. Solicitei que fizessem uma ligação para ele. Tive então oportunidade de relatar todo o ocorrido. Esclareci que já não tinha nenhum controle sobre a Universidade e que se fazia necessário restabelecer imediatamente a ordem, sob pena de eu mesmo ser responsabilizado por inércia, por omissão, diante do que estava acontecendo. Perguntei-lhe qual a medida, do ponto de vista jurídico, que deveria adotar. Ele recomendou-me exatamente a reintegração : “Faça o pedido agora. Prepare. Eu vou ficar aqui na vara esperando que o Sr. me envie a peça para o competente despacho.”. Levamos mais ou menos umas duas horas para prepará-la. Apesar de ser também advogado e de ter uma certa familiaridade com problemas dessa natureza, a bem da verdade, o mérito da peça se deveu aos procuradores.. Preparamos a peça, e os dois procuradores foram imediatamente dar entrada. Nesse ínterim, eu tive que mudar o meu gabinete para um outro local, pois não havia condições de dar continuidade ao trabalho na Reitoria. Fui para o Memorial da Medicina, ali no Derby, onde funciona a COVEST. Lá fui eu, no dia seguinte para cumprir os rituais indispensáveis ao funcionamento da Universidade. Quando cheguei ao Memorial, pedi: “Ligue para juiz Adauto .”. O juiz gentilmente atendeu ao meu chamado e declarou: “A decisão Já está formalizada. Eu vou mandar o oficial de justiça citar os réus.” Estes eram, precisamente, o presidente do Diretório Central dos Estudantes, o já referido estudante de Química, Marcelo, e o presidente da Casa dos Estudantes, cujo nome não recordo agora. Havia, também, uma estudante muito atuante e inteligente, chamada Paulete, que era presidente do Diretório da Medicina. Ela era uma grande articuladora, com uma incrível capacidade de mobilização. Posteriormente tornou-se minha amiga e, na verdade, eu não só gosto dela como a admiro. Ela também parece que passou a ter uma certa simpatia para comigo. Pois bem, quando o juiz disse que ia mandar o oficial de justiça citar os réus, tão logo o telefone foi desconectado, recebi um telefonema do próprio Marcelo, o presidente do DCE. Ele foi logo antecipando: “Reitor, nós queremos negociar. Essa situação não pode continuar. Nós temos uma série de reivindicações. Ou o senhor atende ou daqui a gente não sai”. Eu lhe disse: “Eu não vou atender nenhuma reivindicação; em primeiro lugar, falei com o juiz Federal que vai citá-lo brevemente. Enquanto o prédio estiver ocupado, eu não recebo reivindicação nenhuma de vocês. E quero mais lhe

“Tinha um louco, residente da Casa do Estudante, que fazia o seguinte: ele catava tapurus no campus e os introduzia na comida, botava na bandeja e mostrava: “Olhem aqui, olhem a comida que a gente está comendo, tudo é responsabilidade desse reitor que, ao invés de estar melhorando o nosso padrão alimentar está gastando o dinheiro em reformas de laboratórios e projetos de pesquisa, enquanto os estudantes morrem de fome”.

comunicar que já ingressei na Justiça solicitando reintegração de posse . E o juiz já me informou que deferiu o pedido. Logo, vocês terão que sair daí imediatamente. Ou sairão pacificamente, como a Justiça manda, ou, então..., a força pública vai ter que retirá-los.”

Marcelo, inicialmente disse: “Não, professor, nós não vamos sair. Daqui nós só sairemos mortos.”. Eu afirmei: “Morto você não sai não, porque morto não se move. Morto só sai no caixão.”. Não passaram dois minutos, ele ligou de novo: “Professor, eu posso ir aí para negociar? Ou melhor, nós podemos ir aí pra negociar?”. Eu lhe respondi: “Podem, podem vir.”. Telefonei de imediato para o juiz e contei a ele o que havia se passado, solicitando o seguinte: “Olhe, meritíssimo, por obséquio, não mande oficial de justiça agora não. Deixe ver se consigo resolver essa situação, de forma consensual, por aqui.”. Ele falou: “Tudo bem. Se for possível chegar a uma composição, ótimo, mas, se não funcionar, telefone para mim e darei curso às providências legais.”. Pois bem, eis que chegaram eles: Marcelo, o presidente da Casa e acho eu que Paulete também os acompanhava. Eles disseram: “A gente quer saber o seguinte: se a gente sai agora, o senhor se comprometeria a sustar o andamento da ação judicial?”. E a partir daí começaram a falar uma série de loucuras que passavam nas cabeças deles. Eu então os adverti: “Olhem, eu preciso alertá-los de alguma coisa que vocês não sabem ainda. E que é importante que estejam atentos e conscientes. Um oficial de justiça vai citá-los. Vai procurá-los e vai citá-los. Se vocês não desocuparem o prédio com essa citação, a polícia vai tirá-los do prédio. A força policial. Isso, francamente, é a última coisa que honestamente eu gostaria que não acontecesse. Esse episódio já desgastou tanto a todos nós que acho que um pouco de bom-senso deve prevalecer nisso tudo. Mas, se não acontecer a força policial vai tirá-los. E continuei: “ Se fosse só isso, tudo bem. Mas vai ter um processo criminal contra vocês. Porque as pessoas ali dentro identificaram a você e o presidente da Casa como os principais responsáveis por esse tumulto. Isso significa que vocês poderão ser condenados. Irão perder as suas condições de estudantes da Universidade”. E eu – repito – não gostaria de chegar a esse impasse. Ele respirou fundo e concordou: “Não, professor, eu vou tirar o pessoal lá de dentro.”. Eu disse: “Tire sem nenhuma contrapartida.”. E ele: “Não, tudo bem, eu vou sair.”. Eu disse: “Não, agora, não. Você vai assinar aqui um documento, que eu vou solicitar ao procurador, dizendo o seguinte: que você se compromete a retirar os estudantes em uma hora de dentro da reitoria, que vai entregar a reitoria limpa, sem colchão, sem papel, sem copo, sem coisa nenhuma e que se compromete também a não mais voltar a invadir o prédio da reitoria porque isso não é método de pleitear reivindicações democráticas. Porque o método que deve prevalecer é o do diálogo, da crítica, e não da invasão.”. Ele: “Mas, professor, dá para dispensar isso?”. Eu disse: “Não, Marcelo, não dá, porque eu tenho que oferecer ao Juiz uma garantia da sua parte e essa é a condição. O juiz está esperando que eu diga a ele somente isso. O juiz está apenas esperando a minha última palavra, portanto preciso saber se você vai dar essa declaração.. Então ele afirmou: “Pode preparar.” Mandei o procurador bater, eles a assinaram. Então eu disse: “Agora vá. Eu dou uma hora para o prédio estar limpo como eu lhe pedi.”. Esse foi um momento dramático da minha vida, pois a solução da retirada pela força policial, mesmo sendo jurídica, era algo que a minha consciência repudiava.

Afinal de contas, também fui estudante. Também vivi minha época de incendiário. Mas, graças a Deus, chegamos a um final feliz!

Evson Malaquias: A ADUFEPE já existia?

Professor George Browne: Já

Evson Malaquias: Como era a relação da ADUFEPE com o Sr., se houve...?

Professor George Browne: Na relação com a Adufepe, mantivemos um diálogo não raro intercalado por situações críticas, mas não de confrontação; as coisas não foram, em relação a ela, assim tão radicais. Eu conversava sempre com eles. Uma vez, logo depois da minha posse, acertei com a Presidência da Ford Foundation que iria a New York justificar junto à direção do órgão a validade e pertinência de uma montanha de projetos, oriundos dos diversos departamentos e centros universitários, para obter financiamento daquela mesma fundação. Eu levei em torno de duzentos e tantos projetos, solicitando aprovação e financiamento. Desses todos, calculei que um terço foi aprovado. Então eu tinha que viajar no dia certo, fixado pela Fundação, pois devia estar presente no Conselho Deliberativo do órgão para apresentar a devida fundamentação. Recebi a passagem e estava tudo certo. Ocorre que, naquela oportunidade, houve uma greve de professores nas Universidades Públicas Brasileiras relacionada a reivindicações de natureza salarial. Portanto, era uma greve nacional direcionada contra o MEC e não algo localizado que se dirigisse a esse ou aquele reitor, a essa ou aquela administração. Então, quando eu estava prestes a viajar, a ADUFEPE e os estudantes pediram o meu comparecimento a uma reunião no auditório, se não estou enganado, da Faculdade de Medicina. O auditório estava cheio de gente. Disseram-me: “Professor, nós avaliamos a situação e estamos reunidos aqui para resolver uma situação grave: a reivindicação dos professores. Nós achamos que o senhor não deve viajar, não, porque o senhor tem que estar à frente dessa mesma negociação.”. Eu disse: “Em primeiro lugar, minha viagem concerne a interesses fundamentais da instituição. O meu não comparecimento resulta em prejuízos incalculáveis para os departamentos, e em detrimento de interesses sociais e programas acadêmicos e de pesquisa que transcendem as opiniões pessoais de quem quer que seja. Porque isso diz respeito ao progresso e desenvolvimento da Universidade. Em segundo lugar, eu sou o reitor, mas não sou o único responsável pela Universidade, não sou um tirano, um senhor feudal, o despota esclarecido. Eu tenho uma vice-reitora, uma pessoa extremamente competente, que todos vocês conhecem, a professora Maria Antônia. Tenho um vice-reitor substituto, uma equipe de pró-reitores e diretores da minha inteira confiança. Nesse momento, tenho, sobretudo um compromisso institucional da mais alta relevância para toda a comunidade universitária, do qual não posso nem devo declinar. Então eu tenho que ir.”. Eles ainda persistiram: “Não, mas o senhor não pode nos abandonar num momento como esse.”

(devido aos toques do celular, a entrevista foi interrompida temporariamente).

E continuaram insistindo até que eu afirmei: “Olhem, isso está me parecendo meio freudiano, sabiam? Eu não sou nem psicanalista de vocês e nem a nossa relação é de paternidade. Vocês são autônomos, professores universitários, pessoas extremamente

inteligentes, e não venham com essa de dependência, porque eu não vou alimentar dependência. E vocês já demonstraram sobejamente que sabem exercer essa autonomia” Houve muitos risos e tudo terminou num clima tranquilo. Eu viajei mesmo, porque tinha que viajar. Depois disso, que venha a minha lembrança, houve mais um episódio pontual por parte de um estudante que invadiu o meu gabinete, reclamando da comida do Restaurante Universitário. Esse Restaurante gerava cenas psicodélicas. Tinha um louco, residente da Casa do Estudante, que fazia o seguinte: ele catava tapurus no campus e os introduzia na comida, botava na bandeja e mostrava: “Olhem aqui, olhem a comida que a gente está comendo, tudo é responsabilidade desse reitor que, ao invés de estar melhorando o nosso padrão alimentar está gastando o dinheiro em reformas de laboratórios e projetos de pesquisa, enquanto os estudantes morrem de fome”. Aí eu disse: “Rapaz, a comida é orientada por nutricionista. Como é que você pode dizer tal coisa, como é que uma nutricionista profissional de nível superior, funcionária da Universidade, iria deixar que tapurus estivessem presentes na alimentação dos estudantes? Você certamente pegou isso aí no campus e introduziu no seu prato, não foi?”. E ele: “Reitor, Isso é um protesto e o senhor terá que tomar as providências Além de tudo professor, uma comida dessas não dá para mim, porque, olhe, .”. Era o café da manhã, e tinha cuscuz, pão... com ovo frito, uma fruta, tal”. Ele: “Porque.., olhe, para encher a barriguinha aqui do papai tem que ter uns dez ovos, uns seis pães, no mínimo.”. Eu disse: “Meu amigo, desse jeito você vai entupir as suas veias e morre de colesterol. Você comer dez ovos por dia”. Então eram coisas dessa ordem, hilariantes, mas trabalhosas e desgastantes. Coisas corriqueiras que aconteceram com todos nós, comigo, com Mozart, com Éfrem, com Amaro. Nada de excepcional.

“A única força em que acredito é a força da inteligência, dos argumentos. Nessa eu acredito. É claro que isso parece, à primeira vista, meio utópico. Há momentos em que o diálogo não funciona mais. E, dependendo das circunstâncias, se o que está em jogo são valores, muitas vezes você tem que apelar para outros tipos de argumento.”

Evson Malaquias: Como se trabalhava a conjuntura política nacional da época? Como assumiu o reitorado já saindo do regime militar, qual o seu sentimento e qual o entendimento da época?

Professor George Browne: Veja bem, o entendimento era de uma certa euforia, porque realmente nós nos livramos daquela opressão militar que era terrível. Na verdade, desde a época em que eu fui pró-reitor, já era o general Figueiredo, era o tempo da abertura. As coisas já começavam a ficar bem mais flexíveis.

Evson Malaquias: Mas o senhor nunca chegou a ter simpatia por nenhum momento histórico do regime militar?

Professor George Browne: Não!

Evson Malaquias: Porque Marco Maciel foi um dos defensores e representantes, não foi?

Professor George Browne: Foi. Entretanto, Já me referi a Marco Antônio e acho que ele não

participou de qualquer sistema repressivo, uma vez que é um homem liberal e humanista. Veja bem, a minha avaliação filosófica é no sentido de que abomino todo e qualquer sistema que se prevalece da força para impor unilateral e mecanicamente uma vontade. A única força em que acredito é a força da inteligência, dos argumentos. Nessa eu acredito. É claro que isso parece, à primeira vista, meio utópico. Há momentos em que o diálogo não funciona mais. E, dependendo das circunstâncias, se o que está em jogo são valores, muitas vezes você tem que apelar para outros tipos de argumento. Lembre-se do episódio que relatei da invasão estudantil da reitoria. Há momentos em que a autoridade deve prevalecer. Mas isso não significa que você descambe para a violência, para o autoritarismo. Há sempre espaço para a tolerância, para a negociação. Mas isso – repito – deve ser sempre utilizado como uma última instância. Os militares – de modo geral – costumam se servir do argumento da força e têm uma grande dificuldade de adotar outras saídas. Eles foram treinados para aquilo. É a vida deles. Platão, na “República”, diz que as três grandes virtudes do homem são: a coragem, a inteligência e a capacidade de produzi-las. Então a coragem é a segunda virtude do homem. Mas a coragem, a própria coragem, diz Platão, não é apenas a coragem leão que se atira e vai à luta, independente de qualquer avaliação. É uma coragem que deve ser ponderada, ser medida, avaliada. Até onde você pode usar a força, até onde você deve recuar. A coragem é uma forma de inteligência e não uma forma de emoção pura. O próprio Maquiavel já pensara assim. Então, de certo modo, os militares, via de regra, não utilizaram esse tipo de coragem. Se bem que, objetivamente, eu vou lhe dizer, houve certas coisas que eles fizeram que o próprio governo civil, superado o golpe, não deixa de reconhecer. E não adianta não reconhecer, porque elas são objetivas e estão aí. Algumas coisas que eles fizeram e que foram positivas para o País. Positivas do ponto de vista social, digamos; vou dar um exemplo do ponto de vista da educação universitária: incentivar a saída dos professores para aperfeiçoamento em cursos de pós-graduação. Estou falando só com relação à Universidade. Eu sei que os motivos deles, em parte, talvez visassem também a outros propósitos, como reduzir a crítica dos intelectuais ao sistema. Eu, por exemplo, passei quase seis anos fora do país para fazer minha pós-graduação. Poder-se-ia até admitir que o pensamento de alguns militares fosse esse: “O professor quer sair da Universidade? Ele é inteligente, é crítico, deixe-o sair, pelo menos a gente se livra dele.”. Assim, houve uma enxurrada de gente que foi pra fora fazer a pós no exterior. Eu fui um deles. Mas, ao mesmo tempo, isso me ajudou a aumentar o meu espírito crítico. E, quando eu voltasse, ia ser mais crítico ainda do que quando saí. Mas não se pode deixar de reconhecer também que a Universidade teve um impulso fantástico do ponto de vista qualitativo com a implementação desses programas. Na Universidade, quando entrei, eram – como disse – em torno de trinta os doutores que havia.

Evson Malaquias: Jonio Lemos conta que houve uma reação da Universidade quando foi escolhido Murilo Guimarães, porque o Exército tentou interferir no processo de sucessão. E eles reagiram porque os conselheiros achavam que o candidato do Exército não atendia às normas da instituição. Não era nada contra o candidato. Vem Murilo Guimarães. A questão é a seguinte: ainda existiu algum controle, tentativa de controle ou prestação de contas do seu reitorado?

Professor George Browne: Eu gostaria de colocar isso em termos mais claros. Quando o pro-

fessor João Alfredo foi afastado, o vice-reitor era o Professor Newton da Silva Maia, da Escola de Engenharia, uma homem de uma integridade e um caráter impecáveis. Mas o Dr Newton, pouco tempo depois, também foi arrastado pela mesma esteira paranóica do militarismo autoritário que atingiu o reitor João Alfredo. O Dr. Murilo já era um professor da Faculdade de Direito, muito respeitado pela comunidade universitária. Professor Jônio Lemos, um homem íntegro e que sempre admirei, foi também escolhido vice-reitor do professor Murilo Guimarães. Nenhum deles, no meu entendimento, recebeu pressões ou foi controlado pelo regime militar. Havia um dilema: ou um professor da instituição assumiria o cargo, ou eles poderiam até nomear um interventor, mesmo um militar. Lembro-me que a Universidade Federal da Paraíba teve como reitor, o General Guilhardo Martins. Mas, no caso da UFPE, no meu entendimento, nem o professor Murilo Guimarães, nem o Professor Marcionilo Lins, nem o Professor Paulo Maciel, nem o Professor Geraldo Lafayette sofreram constrangimentos por parte dos militares. É claro que deve ter havido algumas insinuações por parte dessa ou daquela autoridade, certas intolerâncias que o sistema não toleraria, mas nunca uma interferência direta na administração universitária; repito, nunca presenciei qualquer intervenção nas decisões atinentes ao ensino, à pesquisa e à forma de administrar a Universidade durante esse período.

Evson Malaquias: *Eles não pediam informação, não?*

Professor George Browne: Olhe, que eu saiba, não ... Eu não fiz nem faço parte de nenhum serviço de inteligência. Acho que, se houve, foi uma coisa muito discreta. Mas tenho certeza de que não houve nada que interferisse na rotina da Universidade.

Evson Malaquias: *É que há um documento, logo no início do golpe de 64, que se encontra lá, na Reitoria, uma ata, que diz que o Exército solicitou todas as informações sobre as comissões de sindicância, chegando a ter conhecimento de tudo. Foi logo no início. Daí, será que o seu nome não foi também fiscalizado?*

Professor George Browne: Não sei, mas acho até que deve ter sido; não posso lhe responder sobre isso. Só sei que, no início do golpe, houve algumas sindicâncias, mas voltadas, apenas, para problemas ideológicos de alguns professores. Quanto a mim, bem, primeiramente administrei a Universidade na época da abertura democrática, logo esses problemas já não mais existiam. O que eu sei é que durante a época do golpe, 31 de Março de 1964 (eles tinham um verdadeiro horror a que se dissesse que foi em 1º de abril), eu tinha acabado de me formar. Eu me formei em dezembro e o golpe foi em fim de março e começo de abril. Eu era secretário geral da Universidade. Um cargo muito importante. Era como se eu fosse o pró-reitor para os mais diversos assuntos. Durante a minha passagem por esse cargo, nunca tomei conhecimento de qualquer ingerência interna na vida da Universidade. Houve até um lance muito engraçado. Ainda estudante, eu tinha um amigo, que era aluno de Arquitetura, chamado Geraldo. Eu não lembro o sobrenome dele. Era um marxista feroz. Um trotskista desses, terríveis. E a gente conversava muito. Eu gostava de conversar com ele, pois nunca tive preconceitos em relação a questões de natureza ideológica. E eu tinha muitos amigos assim: Carmen Chaves, Humberto Costa, Cadoca e outros. Eu não sou um homem de esquerda e nem de direita. Eu sou um inte-

lectual. Na minha vida de intelectual, é claro, eu faço minhas distinções. Tenho minhas simpatias, porque sou cidadão. Eu tenho que votar. Mas nunca me filiei a partido político nenhum. E nunca vou me filiar. Mas tive vários colegas que eram militantes de esquerda na Faculdade de Direito: Joel Câmara, um militante incrível; Fernando, um cara grandão que era da SUDENE, Sílvio e Marcos Lins, Fernando Mendonça e outros. Depois conheci esse rapaz de que há pouco falei, Geraldo, que era estudante de Arquitetura. Então ele chegou um dia ao meu gabinete para conversar comigo. Acho que faltavam uns 15 dias para o tal golpe militar. Ele disse: "Rapaz, você não sabe, mas eu fui à Cuba e trouxe uma documentação espetacular, inclusive com pronunciamentos de Fidel e de Che Guevara.". Eu tinha no meu gabinete uma maquininha de tirar xerox e lhe disse: "Homem, deixe isso aqui comigo, porque vou tirar uma xerox pra mim e, depois, eu lha devolvo.". Ele pediu: "Olhe, mas tome cuidado.". Eu disse: "Não, deixe comigo.". Botei o material lá na minha gaveta. Não é que, com as confusões e os problemas, eu me esqueci? Quando houve o golpe militar (risos), a papelada estava na minha gaveta ... O vice-reitor era o professor Newton Maia, que foi também, como já adiantei, cassado após o reitor João Alfredo, estava respondendo pela Reitoria. E Newton era um homem avançado. Era um homem de esquerda. Mas ele tinha interditado a entrada à Universidade.. Isso era ordem, certamente dos militares, expressa para que todos os prédios -não era só a Universidade – públicos ficassem, até segunda ordem, interditados. E já nas ruas reinava a confusão: protestos, passeatas, prisões. Então eu cheguei à porta da reitoria. Eu me lembro de que estava apavorado vendo aquela parafernália nas ruas e, mais ainda, apreensivo com a documentação de Geraldo dentro do meu bureau. Cheguei à porta da reitoria, tinha um vigilante chamado Paraíba, perguntei-lhe: "O que está acontecendo por aqui Paraíba?". Ele era uma figura engraçadíssima. Ele então disse: "O reitor deu ordem para não deixar ninguém entrar na Reitoria, até ordem em contrário." A Reitoria era ali, naquele prédio, defronte da Faculdade de Direito, onde funciona hoje o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade. Havia umas pessoas ao lado de Paraíba que eu não sei, mas suponho que se tratava de agentes da Polícia Civil, e Paraíba me perguntou: "Doutor?". "O que é que o senhor está fazendo aqui?". Respondi-lhe: "Eu tenho que ir ao meu gabinete apanhar uns papéis importantes relativos a problemas da Universidade." Os demais presentes olharam assim pra mim e então Paraíba falou: "Olhem, ele é o secretário geral da Universidade.". Eles então abriram o portão. Eu consegui apanhar os papéis.

Uma vez, na época de Dr. Murilo..., deu-se, também, uma outra história interessante. ... que merece ser mencionada. Houve um problema no Hospital das Clínicas, era no Hospital Pedro II, que não era ainda dentro do campus, não, ali, sabe onde é? Aí teve um problema lá terrível. Juntou-se tudo quanto era de estudante, e invadiram a reitoria, porque eles foram pedir ao governador do Estado, que era Nilo Coelho, e Nilo disse: "Eu não tenho nada que fazer porque isso não é da alçada do Estado, isso é da alçada da Universidade.". Eles: "Mas a Universidade não tem dinheiro. E o Sr., como autoridade maior do Estado, tem que resolver.". Pode e não pode. Aí eles saíram de lá e invadiram a reitoria. Chegaram lá e entraram na sala do Conselho Universitário. E eu era o secretário. Entrou a liderança, Carmem, líder estudantil. Pense numa agitadora, rapaz. Ela era presidente do Diretório de Medicina. Humberto Costa disse: "George, eu quero falar com o reitor...". Ele estava lá. Já estava tudo instalado dentro do Conselho. E entraram com

sacos de pão, de laranja, de sanduíche, essas coisas assim. Quer dizer, já vinham com o espírito pronto pra ocupar. Queriam falar com o reitor. Iriam se dar muito bem, pois era da geração dele. “Veja se você consegue, aí, dizer ao reitor que a gente está querendo falar com ele”. Eu me levantei, fui lá e disse: “Oh, Dr. Murilo, tem um grupo de estudantes aí fora que quer falar com o senhor. Da área médica, mas tem estudantes de outras áreas também. E eu aconselho o senhor a não ir, não, porque eles estão cheios de sacos de comida (risos). E eles não vieram pra conversar, não. Eles vieram pra ficar aqui dentro mesmo.”. Dr. Murilo disse: “Não.”. Dr. Murilo, conservador, disse: “Não, eu vou, porque eu sou o reitor.”. Fui com o Dr. Murilo, porque eu era o secretário dele. E entramos na sala do Conselho. Aí começou aquela conversa, que não tem pé nem cabeça nem leva a coisa nenhuma. Dr. Murilo disse que não tinha dinheiro. Eles queriam que o Dr. Murilo ligasse para o governador. O Dr. Murilo disse: “Eu não posso ligar pro governador, porque eu não tenho competência para pedir ao governador que faça nada.”. Um deles disse: “Pois bem, o Sr. está preso aqui dentro. Está certo? E o senhor só sai daqui quando resolver o problema.”. Dr. Murilo fumava que só, era acabando um e acendendo outro. Ele tinha acabado de me pedir um e logo depois pediu outro maço de cigarros. Nunca me esqueço dele assim sentado, nervoso, tremendo. Eu trouxe um copo de leite pra ele. Aquele homem nervoso. Então eu cheguei e disse: “Olhe, eu vou sair e vou pedir pra [?] [?] [?] se eu morrer?”. E disseram: “Não, George, você pode sair. Você não tem nada a ver com isso, não. Quem vai ficar preso é ele.”. Eu disse: “Olhem, eu vou sair e vou pedir apoio público.”. Eles disseram: “Não, se você quiser ir, vá, porque eu já disse que a gente não sai daqui de jeito nenhum.”. Então eu saí, fui pro meu gabinete, peguei o meu telefone e liguei pra Polícia. Pra Secretaria de Segurança Pública. A secretária disse: “Não, não tem nada a ver comigo. O senhor ligue para...”. Ela me deu o número que é o do pessoal militar. Eu liguei e o militar me disse que não tinha nada a ver com isso, que era a Polícia... Aí ficou naquele puxa pra lá, puxa pra cá. A essa altura, vem um grupo de deputados da Assembleia Legislativa. A Assembleia quase em peso. E começou o diálogo. Às quatro horas da tarde, eles resolveram abandonar. Então eles deixaram todo mundo ir embora.

Evson Malaquias: Quem eram os deputados, o senhor lembra?

Professor George Browne: Sileno Ribeiro, esse já faleceu, Nildo Carneiro Leão, os outros eu não lembro, não. Mas eram uns seis ou sete naquela ocasião. Resultado, abre-se um inquérito e o processo vai para a Justiça Federal. Mas claro que o inquérito tinha, por trás, a manipulação dos militares também. Testemunhamos, o Dr. Murilo, que era a vítima, e eu, que estava presente e tinha participado diretamente de todo o processo; um outro professor também foi ouvido, se não estou enganado, o Dr. Merval Jurema, que era chefe do gabinete e também teve acesso ao recinto. E há uma coisa que eu nunca esqueço do Dr. Murilo. Quando me chamaram para a primeira audiência, eu o procurei e disse: “Professor, eu estou com muita dificuldade, porque eu sei que esses meninos radicalizam, mas, no fundo eles são idealistas e isso é uma característica da idade. Eu não posso denunciá-los. Não tenho natureza para denunciar essas pessoas.”. E ele disse: “George, eu também estou com o mesmo sentimento. Faça o que sua consciência determinar.”. Respondi: “Está certo.”. E fui lá pra audiência. Cheguei lá,

tinha um promotor...

Evson Malaquias: *Foi onde a audiência?*

Professor George Browne: Foi na Justiça Federal, que era no centro do Recife. Tinha um promotor, da acusação, que certamente deveria ser manipulado pelos militares e que denotava um ódio extravagante pelos estudantes. O juiz iniciou a audiência e disse: “Pois, então, vamos começar. O promotor com a palavra para fazer as indagações que reputar pertinentes.”. Ele então me pediu: “Eu queria que o senhor me listasse os nomes de todas as pessoas que o sr. pode identificar e que estiveram presentes nessa invasão.”. Eu respondi: “Não me lembro de nenhuma.”. Ele disse: “Como?”. Eu: “Não me lembro de nenhuma, repeti. Era uma multidão tão grande que eu fiquei atordoado e, realmente, não consegui identificar a ninguém.”. Ele: Mas o senhor estava na sala!”. Eu: “Estava, sim, mas o senhor não imagina o que era aquele tumulto ali dentro.”. Ele reafirmou: “O senhor estava ao lado do reitor, não era? “Sim” respondi. O senhor estava do lado esquerdo ou do direito do Reitor. O senhor tem que falar, o Sr. está sob juramento e é óbvio que o Sr. está sabendo de tudo e não pode se omitir no seu depoimento, é crime, e o Sr pode sofrer sérias consequências disso.”. E eu contra-argumentei fazendo um tipo de gozação : “Olhe, primeiro eu não entendi a relevância de estar à direita ou à esquerda do reitor para efeito de esclarecer o que realmente estava ocorrendo, até porque isso é uma questão de perspectiva, depende da posição do observador. Se o senhor estivesse na porta da entrada da sala, o Sr .estaria me vendo do lado esquerdo. Mas se o senhor olhasse do fundo da sala e revertesse a sua perspectiva, então eu não estaria do lado esquerdo e, sim, do lado direito.”. O promotor ficou furioso comigo. O juiz, então, disse: “Tá, eu gostei dessa colocação! Essa pergunta que a Promotoria formulou é impertinente, eu diria mesmo que o senhor fez uma pergunta cretina” Imagine a cara desse promotor. Em síntese, terminou a audiência e eu não dedurei a ninguém. Acho mesmo que o juiz pensava do mesmo modo. Quanto a isso, tenho a minha consciência tranquila. Eu não disse nada. Depois de mim, foi Dr. Murilo. Ele, também, não fez acusação a ninguém. Aliás, o Dr. Murilo foi mais enfático: “É a minha consciência que determina. Eu não acuso a ninguém.” E o processo morreu. Lembro que a família de Bernadete Antunes foi à minha casa - para me agradecer pela minha atitude. Eu não fiz nada. O problema seria eu fazer alguma coisa ao contrário da minha consciência. Isso sim. De modo que... isso é parte da minha história. Do modo como eu vejo. Também não sou muito radical. Eu não sou nenhum radical. Eu não sou maniqueísta: aqui está o bem, aqui está o mal. Eu vejo a vida de uma forma inclusiva. Acho que o sistema autoritário é um sistema abominável pela própria natureza. Até pela minha própria formação, não posso compactuar com nada disso. Mas, também, não sou nenhum radical, nenhum ativista desvairado.

Evson Malaquias: Pronto. Eu gostaria de agradecer a sua paciência, atenção e gentileza por ter cedido o seu tempo para esse registro histórico. Muito obrigado.

Professor George Browne: Eu é que lhe agradeço Evson pela oportunidade que você me concedeu de falar sobre as minhas experiências na Universidade Federal de Pernambuco; de poder deixar para aqueles que porventura pretendam conhecer retalhos da sua história, este meu depoimento. É óbvio que muito do que foi dito aqui contém uma série de

percepções que misturam, por um lado, um relato que pretende ser lógico, objetivo; de outro, há, naturalmente, a intercorrência de meus próprios sentimentos, percepções, paixões, em síntese, da minha visão de mundo : “Lebenswelt” (como dizem os alemães) e, tudo isso, espelha o meu próprio modo de ser, o meu “ethos”. De qualquer modo Evson, fica aqui consignado a minha simpatia e o meu reconhecimento por você me ter viabilizado esses momentos de lembrança, de forçar minha memória a reviver episódios tão significativos para a minha vida e para a história da Universidade Federal de Pernambuco.. Apenas, antes de concluir, peço-lhe permissão para fazer uma breve referência a uma experiência de caráter estritamente pessoal, mas que constituiu uma das mudanças paradigmáticas no crepúsculo da minha própria existência e que, apesar da sua dimensão subjetiva e íntima, teve uma certa relevância e uma intensa repercussão positiva na maneira como, os últimos anos das minhas atividades formais na Universidade foram conduzidos de maneira mais madura, enriquecedora e tranquila, para os propósitos acadêmicos da instituição, sobretudo levando-se em conta que a proximidade da aposentadoria provoca um impacto psicológico traumático nos indivíduos. Permita-me, preliminarmente, reportar-me à década dos noventa que servirá de pano de fundo a dar maior visibilidade e consequência à parte da minha história que pretendo trazer à luz. Se a vida dos indivíduos, em cada época, está condicionada ao contexto social, político, econômico que marca as suas vivências e a sua evolução, também é verdade que, do ponto de vista da vida psicológico o impacto de novos acontecimentos que passam a circunscrever à sua vida, pode provocar efeitos na sua própria visão de mundo, seja, negativamente, pela intensificação do nível das suas frustrações, seja positivamente, abrindo-lhe novas perspectivas e estimulando-o a novas realizações e conquistas. O que pretendo propriamente com isso tudo ilustrar é que a vida oscila, como uma gangorra e que, muitas vezes, a passagem de um a outro estado de espírito ocorre inesperadamente, ora fechando a cortina aos sonhos e esperanças, ora abrindo a janela do mundo para experiências promissoras. Assim, a década de 90, por um lado, representou um período de intensas realizações profissionais e acadêmicas na minha existência, mas, por outro, uma época de muitas angústias pessoais, de muito sofrimento, sobretudo em função de nela ter experimentado um longo período de solidão. Não tão longo como, parodiando o livro de Gabriel Maria Marquez os seus “Cem Anos de Solidão” mas, metaforicamente, do ponto de vista da sua duração psicológica, proustianamente falando, haveria até uma certa proporcionalidade. Pois bem, nesse período, decidi mergulhar, profundamente, no mundo do fazer, para parar de refletir sobre o ser. Isso constitui uma contradição para alguém que pretende ser um filósofo. Como Presidente da Covest, então, passei a desenvolver intensas e extensas atividades que me tomavam uma parte substancial do meu tempo, inclusive fins de semana; isso, em parte, por força dos concursos, não apenas vestibulares, mas dos mais diversos que eventualmente nos encarregávamos de realizar; além disso, havia a própria administração do órgão, cuja natureza híbrida - um misto, uma composição de atividades públicas e privadas submetidas juridicamente, à legislação trabalhista e, paralelamente, os compromissos assumidos com as entidades públicas tudo, em síntese, acarretando compromissos e obrigações da mais alta complexidade. Além disso, dediquei-me também, academicamente, à preparação de livros e artigos; passei igualmente a prestar assessorias e consultorias acadêmicas, a participar

e coordenar programas de pesquisa e de pós-graduação locais e em diferentes Estados; a organização da Revista Estudos Universitários, igualmente se encontrava sob a minha responsabilidade com a preciosa colaboração do Professor Cesar Leal, meu grande e leal amigo. Tudo isso, enfim, compunha um cenário que me facultava, numa certa medida, fugir de mim mesmo, das minhas angústias, das minhas frustrações. Para que não viesse a sentir o peso terrível do tempo, pesando sobre os meus ombros, os anos se acumulando e o inevitável desfecho da vida a me advertir sobre o vazio dos meus psicológicos cem anos de solidão. Os fins de semana em que, raramente, me era permitido o lazer, constituíam verdadeiros pesadelos a atormentar a minha existência. Finalmente, o advento do novo milênio, trouxe para mim a mais rica e preciosa recompensa. No ano 2000, conheci a mulher que se tornou o grande amor da minha vida, Luciana; minha aluna no Mestrado Inter-Institucional de Direito em João Pessoa – Paraíba; foi ela, talvez, sem que, sequer, tomasse consciência disso – que se tornou a grande artífice da minha renovação, que conseguiu me dar condições de resgatar as minhas esperanças e de proporcionar-me uma indômita vontade de viver e de ser feliz. Casei-me com ela e tivemos dois lindos filhos: Olga e George. Meus primeiros filhos, Daniela, Fabiana e Alexandre, passaram, por conseguinte, a ter novos irmãos. Todos foram bem-vindos e a todos amo profundamente. Perdoe-me Evson, por referir-me a coisas tão pessoais; os relatos históricos não se assemelham aos da ciência cujo propósito e descrever objetivamente os fatos. Fazer história é conhecer também um pouco da intimidade dos seus personagens. Receba o meu fraternal abraço.

PROFESSOR GEORGE BROWNE REGO

Foto: Arquivo Pessoal

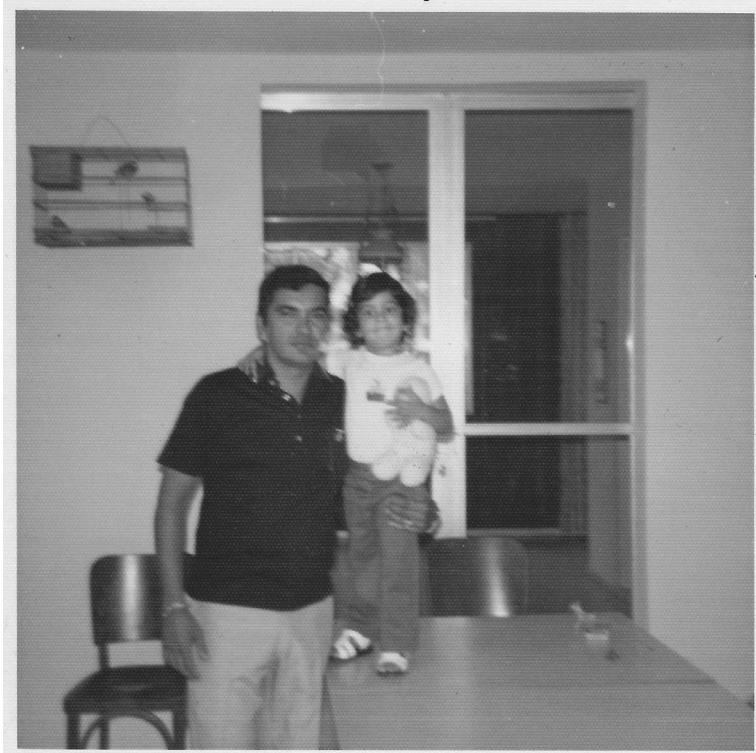


Foto: Arquivo Pessoal

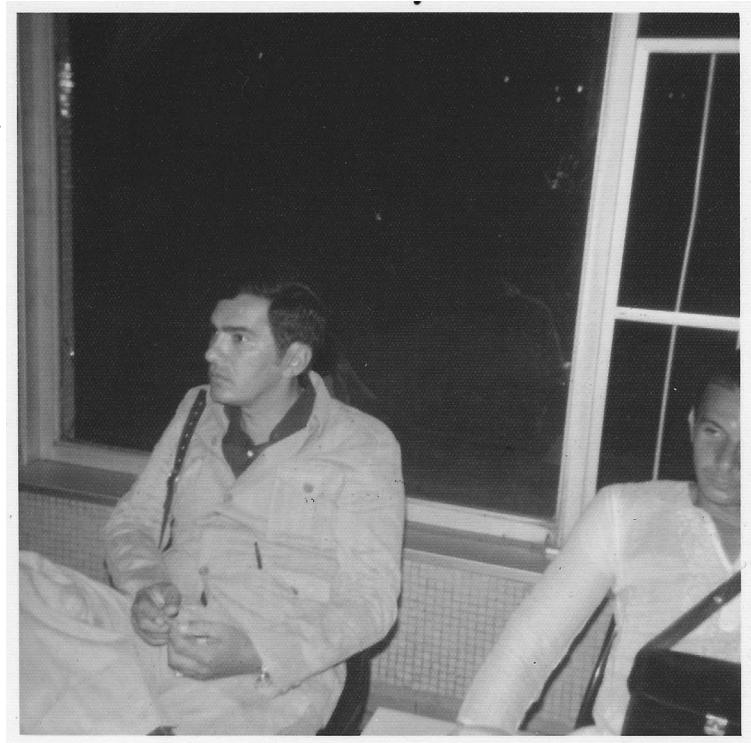


Foto: Arquivo Pessoal

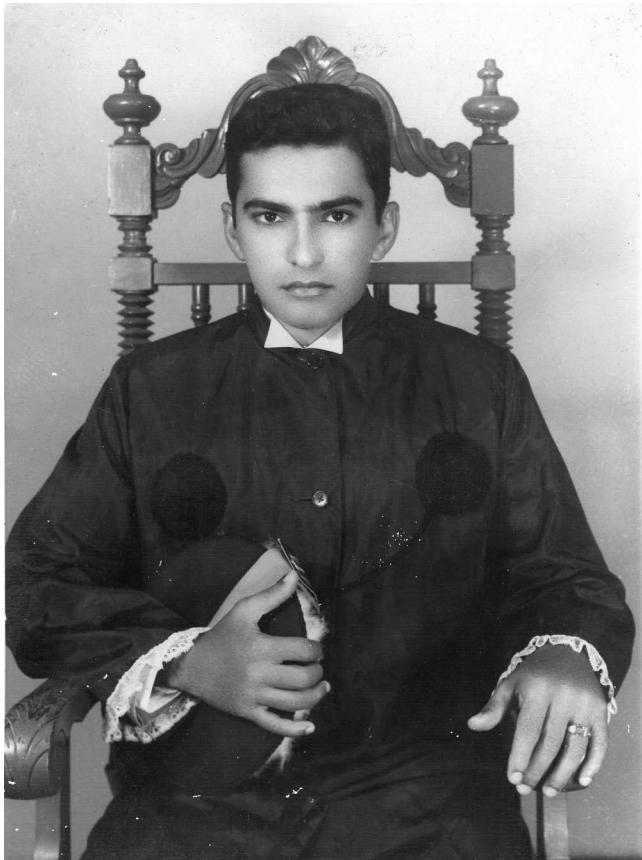


Foto: Arquivo Pessoal

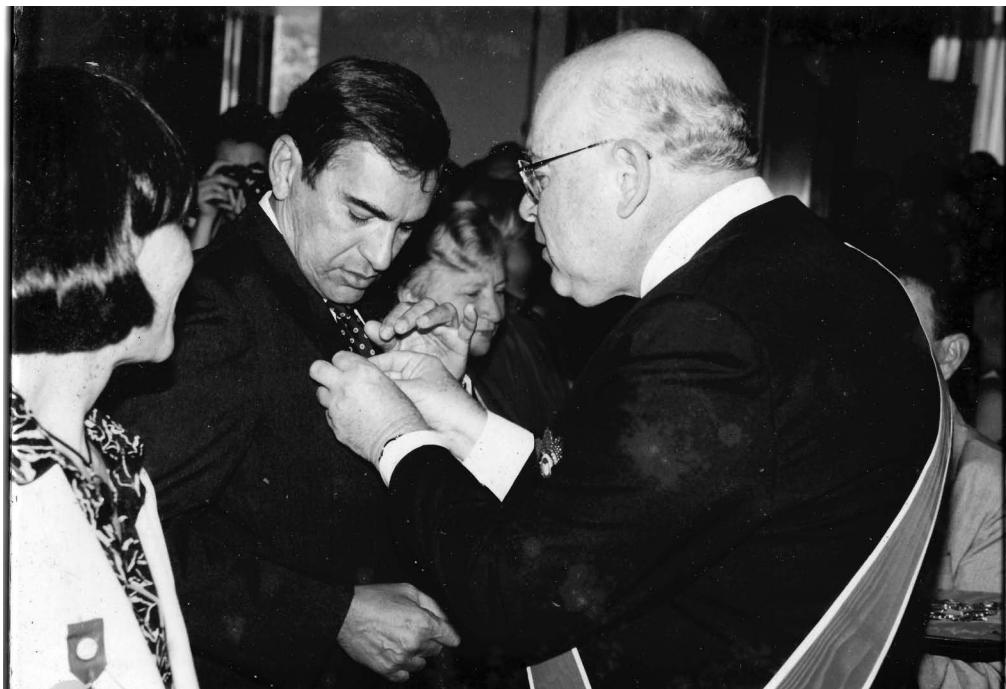


Foto: Arquivo Pessoal

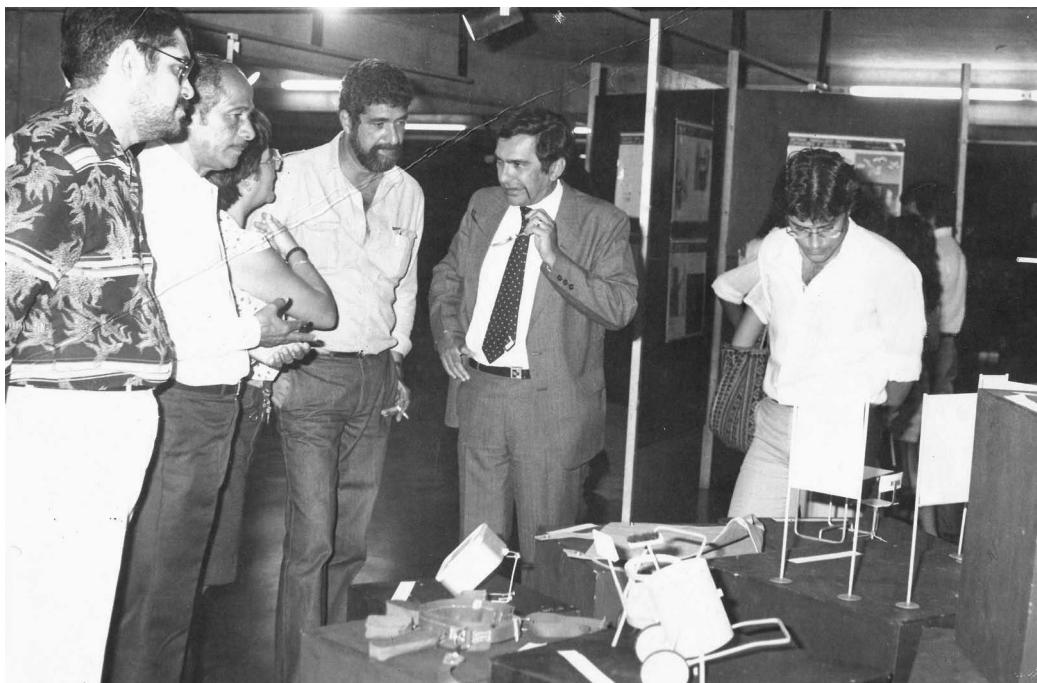


Foto: Arquivo Pessoal



SEGUNDA ENTREVISTA COM O PROFESSOR GEORGE BROWNE

Cenas e cenários

Gestão inovadora: orçamentos e relações internacionais - ontologia e história: Ortega y Gasset, Marx - Joaquim Amazonas: espírito inovador, grande artífice - João Alfredo: Médico, cirurgião plástico, homem de porte aristocrático, fino, elegante e culto - Paulo Freire: a retornar às suas funções na nossa Universidade - Murilo Guimarães: humanista intelectual - Marcionilo Lins: sólida formação acadêmica, criação da CONSEPUR - Paulo Maciel: enorme cultura filosófico-humanista - Geraldo Lafayette: enorme popularidade entre docentes e servidores - ontologia e história: Michael Sadler; hábitos tradicionais: Sérgio Buaque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto da Matta - tese de doutorado: estudo comparativo da legislação universitária no Brasil e nos Estados Unidos, à luz dos postulados filosóficos de John Dewey - cultura administrativa da UFPE: ontem e hoje - rotina administrativa: "O processo", de Kafka, apoio da comunidade médica, viagens administrativas nacionais e internacionais - equipe de gestores - fim do mandato: considerações - reitor Edinaldo Bastos - primeiro dia do golpe militar e a UFPE - Comissões de Inquéritos: Pessoa de Moraes, Vamireh Chacon - greve docentes de 1981 - grupo docentes e disputas na sucessão da reitoria - demissão de sociólogos e protestos - lançamento político de seu nome a reitor e disputas - posse do "Reitor da Esperança" - conflito com o governador Roberto Magalhães e elaboração de parcerias - as universidades hoje e a UFPE - reconhecimento: facilitador da qualificação da Universidade na pesquisa, no ensino e na Pós-Graduação.

Evson Malaquias: ... Hoje são 19 de maio de 2010. Eu me encontro no escritório do Prof.. George Browne onde faremos a segunda entrevista. Estou com onze perguntas, feitas a partir da leitura do texto anterior e de algumas pesquisas que fiz nos jornais da época. Eu fiz pesquisa pelo Diário de Pernambuco virtual. E algumas correspondem a época em que o senhor foi reitor, mas boa parte é da época em que o senhor foi pró-reitor. Queria que o senhor falasse sobre o seguinte... Bom, o senhor afirma na entrevista que fez uma gestão inovadora e que lutou contra hábitos antigos, pois faltava comprometimento de alguns integrantes da comunidade universitária com a Universidade. Fale um pouco disso! Quando o senhor falou disso, qual era a prática, a cultura administrativa da época?

Professor George Browne: Isso, isso. Veja bem, uma assertiva dessa natureza insinua uma espécie de autopromoção, o que não é o caso. Quero deixar claras duas coisas: primeiro, que não fui eu propriamente quem disse isso. Isso foi dito por muitos dos meus contemporâneos. Principalmente, os que estavam junto a mim, muito embora muitos na verdade não tenham participado da nossa administração, mas se tornaram entusiastas do nosso

processo de renovação e também tiveram o mesmo sentimento. Cito, apenas para efeito de ilustração, o professor Silvio Meira, que fazia questão de assinalar esse fato. Claro que a oposição não diria isso, diria que eu fui um tanto quanto autoritário, centralizador e tantas coisas mais; segundo, é que, independentemente do meu reitorado, a Universidade também deu saltos significativos ao longo de toda a sua história; por conseguinte, não foi apenas comigo que a Universidade evoluiu, outras administrações, tão ou mais competentes do que a minha, também tiveram um papel decisivo para o seu momento histórico. Todavia, não há dúvidas de que na nossa gestão ela se modernizou sensivelmente; essas mudanças ocorreram, inclusive - é pertinente que se dê relevo a isso -, relativamente a certos hábitos que estavam enraizados nas nossas rotinas e que contribuíam para desacelerar o nosso já tão tímido processo de evolução cultural. O fato de, na nossa administração, a UFPE, em termos orçamentários, ter dado um salto qualitativo relevante, saindo, se não estou enganado, da nova posição para ser a terceira maior universidade pública do País, já evidencia o nível do nosso progresso. E esse progresso não se deu por acaso. Ele decorreu da concentração de esforços em torno de dois parâmetros: a recuperação do campus e a qualificação dos corpos docente, discente e administrativo. Por força desses investimentos, a credibilidade da instituição aumentou sensivelmente; não apenas em relação aos recursos formais, oriundos do governo, mas também por parte dos recursos oriundos dos organismos internacionais, como já destacamos anteriormente. Mas, façamos mais algumas referências a outras administrações que, no seu devido tempo e na conjuntura social, política, econômica e cultural em que se encontravam, também prestaram relevantes serviços à instituição. Antes, porém, permita-me, “en passant”, fazer algumas reflexões acerca do homem e do processo cultural em que se encontra inserido, pois – acredito eu – isso melhor ilustraria o que se vai relatar, embora isso traga no seu bojo a maneira como filosoficamente vejo o mundo. Veja, Evson, ninguém foge da sua história, e a história do homem se manifesta para ele enquanto tempo cultural. Dentro dela, o homem é, simultaneamente, “homo sapiens” e “homo faber”, ou seja, um ente que pensa e que faz. O homem não é nem totalmente condicionado pelo meio e pelas circunstâncias, nem, muito menos, um deus do Olimpo para colocar o mundo aos seus pés. Há uma interação e também um conflito entre essas duas forças concorrentes. Uma dialética em síntese! Ortega y Gasset dizia: “eu sou eu e a minha circunstância” Procurando interpretar o sentido dessa assertiva, poderíamos dizer que, no caso, o eu, munido de seus valores e das suas crenças, na sua saga de exercitar a sua capacidade criativa, procura transformar o mundo, interferindo nele para promover adaptações e mudanças relativas aos seus interesses e necessidades. Mas, por outro lado, essa mesma realidade, exterior ao eu, também lhe impõe limitações, algumas delas impossíveis de superar. A propósito, acho que Marx, apesar do seu unilateralismo economicista, no seu texto relativo ao XVIII Brumário de Napoleão, chegou mesmo a admitir a presença dessas forças concorrentes quando afirmou que, muito embora a infraestrutura econômica condicionasse a superestrutura ideológica, não deixava de haver, por outro lado, numa determinada medida, um certo retorno desta àquela. Todavia, não obstante essas considerações acerca da potencialidade do homem de intervir no meio circundante, não se pode negar que as condições estruturais que estão em torno da sua história, em cada época, pesam como um pesadelo na deter-

minação da sua conduta. Somos, enquanto “homo sapiens”, seres criadores e não simplesmente reprodutores de cultura. É essa a razão pela qual a nossa condição de “homo faber” se distingue da dos animais inferiores, uma vez que podemos agir e fazer objetos de forma inteligente, criativa. Não nos assemelhamos, por conseguinte, às industriosas abelhas de que falava o poeta romano Virgílio, que fabricam monocórdia e monotonia-mente, há séculos, o seu mel; nem tampouco nossas condutas seguem as pegadas das laboriosas formigas a se precaverem das intempéries do inverno, através de um repetitivo processo de prévia acumulação de bens, como assinalava La Fontaine. Somos inova-dores, criativos. Com efeito, além de sermos cooperativos, somos, sobretudo, inven-tivos; todavia, a nossa capacidade de inovação, além de ser limitada pelas determinações do mundo natural, requer, como condição para atingir os seus desideratos, um estágio de aprimoramento e de adaptação que demanda tempo, esforço, persistência, perseve-rança e sacrifício e que abre as portas a novas e mais ricas possibilidades de conquistas. É à luz desse enfoque que procuro compreender a Universidade, sua função humana e social e o papel dos agentes responsáveis pelas suas ações e pelo seu desenvolvimento. Assim, o primeiro reitor da Universidade do Recife (foi essa a designação oficial atribuída à nossa Universidade no momento da sua criação) foi o professor Joaquim Amazo-nas, professor de Direito Comercial da nossa Faculdade de Direito. Ele era o avô da pro-fessora Maria Antônia Mc Dowell que nutria por ele um amor e um respeito indescritíveis. O reitor Amazonas foi o responsável pelo início da construção do nosso campus univer-sitário no Engenho do Meio. Não há dúvidas acerca do espírito inovador que caracteri-zou as suas ações numa época em que as poucas Universidades brasileiras, ainda, na sua maioria, se organizavam, de modo atomizado, em prédios nos quais prevalecia muito mais a tradição do que a funcionalidade; a autonomia isolacionista tinha mais valor do que a convivência pluralística de diferentes tipos de saber. O Reitor Amazonas, conven-cido de que tal modelo não poderia prosperar indefinidamente, teve o mérito de dar o passo inicial que abriria novos horizontes à modernização do nosso campus universitá-rio. É nesse sentido que poderíamos considerá-lo não apenas o pioneiro, mas o grande artífice e inovador da nossa Universidade, deixando, dessa forma, indelevelmente gra-vado o seu nome na história dessa instituição. O segundo foi o professor João Alfredo da Costa Lima. Foi na sua administração que ingressei na Universidade. Era ainda muito jovem, como já referi na primeira entrevista. Médico, cirurgião plástico, homem de por-te aristocrático, fino, elegante e culto. Tive por ele uma profunda admiração e respeito. Olhava-o, na minha perspectiva juvenil, como se ele fosse um deus, um oráculo que po-dia contemplar e resolver, do Olimpo do seu gabinete, os problemas cotidianos da insti-tuição. Veleidades de rapaz já tentado pelos encantos da cultura, pelo fascínio da genu-ína autoridade intelectual e moral. Adorava ouvi-lo falar sobre arte e história, coisas que ele gostava de cultivar. Foi um terrível golpe, para mim,vê-lo ser afastado da Universida-de, mercê da repressão militar. O professor João Alfredo deu à Universidade, dentre outras coisas, as condições necessárias para que o professor Paulo Freire instituísse, no Departamento de Assuntos Culturais da Reitoria, o seu projeto de alfabetização de adul-tos. Paulo Freire, também perseguido pelos militares, exilou-se do País nessa época. Apesar de ter entrado na Universidade há pouco tempo, tive o privilégio de conviver com Paulo Freire, de acompanhar o seu trabalho, juntamente com outros colaborado-

res, dentre eles Jarbas Maciel, meu amigo irmão. Graças a Deus, a Universidade Federal de Pernambuco soube, embora tardiamente, redimir-se, em parte, da sua omissão diante do episódio Paulo Freire. Foi, por sorte minha, durante o meu reitorado, por proposta do Professor João Francisco do Centro de Educação da UFPE, que o Conselho Universitário lhe atribuiu o título de Professor Emérito. Convidei-o, na oportunidade, a retornar às suas funções na nossa Universidade; ele, entretanto, agradeceu e desculpou-se, alegando já ter formalmente assumido inúmeros compromissos, tanto em São Paulo quanto no exterior. Após a concessão do título numa sexta-feira, convidei-o para, no sábado, pela manhã, ir comigo à minha casa da praia em Pau Amarelo, a fim de que pudéssemos conversar em caráter mais pessoal e, inclusive, degustarmos algumas caipirinhas de pitanga; Ele, gentilmente, aceitou o meu convite. Nunca esqueço o que ele me falou e como falou sobre sua ausência forçada do País, da sua melancolia, em parte compensada pelo reconhecimento obtido nos Estados Unidos, onde viveu algum tempo, e na Europa, onde tornou-se internacionalmente famoso; enfim, falou-me sobre os seus sucessos e as suas frustrações. Foi a última vez que estive com Paulo Freire. Viúvo de Elza, casou-se novamente em São Paulo, vindo, infelizmente, a ali falecer, deixando assim uma enorme lacuna para a educação nacional e mundial. Houve outros reitores de altíssimo gabarito, como o professor Murilo Guimarães, de quem me tornei, como já falei, secretário geral da Universidade. Um homem de uma envergadura moral impressionante. Um grande advogado, conceituadíssimo. Sua formação intelectual era muito sólida e rica. Tinha uma predileção pela língua, pela literatura e pela cultura francesa de modo geral. Mas falava também correntemente o inglês, conhecendo, inclusive, razoavelmente a sua literatura. Um episódio importante que tive a oportunidade de presenciar e que bem define o seu perfil humanístico, foi o seguinte: durante o Natal, era praxe nas instituições públicas conceder aos funcionários uma gratificação que se chamava de abono de Natal. Não existia ainda o 13º mês. Num determinado ano, não sei ao certo a razão, o fato é que não houve recursos para pagar a referida gratificação. Pois bem, o professor Murilo determinou que o Departamento de Pessoal fizesse um levantamento dos funcionários mais humildes e que recebiam os menores salários da instituição. De posse dessa relação, ele telefonou para o seu escritório e solicitou que fosse enviado um quantitativo financeiro que permitisse gratificar os aludidos funcionários. Era uma fila enorme que começava na rua (nessa época a Reitoria era no Parque 13 de maio) e se estendia até a porta de entrada do gabinete do reitor. Alí, Dr. Murilo, em pé, solenemente, entregava a cada um uma determinada quantia, apertando a mão do beneficiado e desejando-lhe um Feliz Natal. O sucessor do professor Murilo Guimarães foi o professor Marcionilo Lins: uma verdadeira e autêntica vocação universitária; professor Marcionilo vivia e respirava a Universidade. Médico, homem de sólida formação no campo da pesquisa e da investigação científica na área das ciências biológicas; formação adquirida principalmente nos anos de estudos pós-graduados nos Estados Unidos e, depois, na Inglaterra. Sua contribuição à Universidade Federal de Pernambuco foi paradigmática, mormente no desenvolvimento da pesquisa e da investigação científica. Falar sobre Marcionilo, para mim, é difícil, pois muito me emociona. Foi com ele que a minha inclinação para pesquisador realmente aflorou. Devo-lhe muito do que sou e sempre o considerei um amigo, um conselheiro, um irmão mais velho, disposto a me ajudar e a orientar os meus

passos. Quando o reitor Murilo Guimarães resolveu, de forma inovadora e corajosa, institucionalizar as atividades de pesquisa na UFPE criando um órgão intitulado COSEPUR (Comissão Superior de Pesquisa da Universidade do Recife), algo que, digamos assim, já antecipava a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, convidou o professor Marcionilo para dirigi-lo. Imediatamente, o professor Marcionilo convidou-me para ser o secretário da Comissão. E, aí, comecei a entender ainda mais de perto o valor das pesquisa e o seu papel para o conhecimento humano. Após a sua passagem pela Reitoria, Marcionilo foi convocado para ocupar vários cargos, seja na Sudene, seja como Superintendente do CNPq. no Recife. O reitor que o substituiu foi o professor Paulo do Rego Maciel. Um economista que aliava à sua formação uma enorme cultura filosófico-humanista. Já houve desempenhado vários cargos públicos: diretor do Instituto do Açúcar e do Álcool, secretário de Estado, deputado federal. Seu vice-reitor, professor Geraldo Bezerra Lafayette, foi então eleito como o próximo reitor da UFPE. Professor de Filosofia, Geraldo gozava de uma enorme popularidade entre professores e funcionários. Era um homem bom, afável, prestativo. Assumiu a Reitoria debaixo de uma tremenda crise sucessória, disputando com um funcionário, Dr Rubem de Souza, a eleição para reitor. Mas o então ministro da Educação foi bastante categórico ao afirmar que o cargo de reitor só poderia ser ocupado por um professor. Contudo, havia não só dentro da Universidade, mas fora dela, grupos, inclusive com forte sustentação política, que apostavam na candidatura do aludido funcionário. Por isso, Geraldo teve que fazer algumas composições e concessões a diferentes grupos e tendências da Universidade. Apesar disso tudo, fui o seu pró-reitor, apoiado pelo mesmo grupo que posteriormente me deu respaldo para disputar o cargo de reitor, mas, a bem da verdade, é meu dever reconhecer que ele sempre me prestigiou e, tenho a impressão de que depositava na minha pessoa muita amizade e confiança. Ademais, tenho a minha consciência tranquila de que soube retribuir tal confiança na mesma medida. Acerca dos reitores que me sucederam, já me manifestei na entrevista anterior.

Retomemos, então, agora, as suas indagações sobre as tradicionais práticas que existiam no interior da Universidade e a importância das inovações que introduzi. Inicialmente, deixe-me dizer o que penso sobre a Universidade, sua natureza, papel e funções. A Universidade é uma instituição social, um ser vivo em contínua interação com a comunidade abrangente, sofrendo o influxo das variantes histórico-culturais que a circunscrevem. Portanto, seria um erro procurar interpretá-la limitando-se ao interior dos seus muros. Há um famoso pensador inglês, Michael Sadler, que, no começo do século XX, afirmara que se conhecem muito mais as instituições, nomeadamente as educacionais, pelo que se passa fora delas do que propriamente pelo que ocorre dentro delas. O que se nota é que havia uma cultura, fruto da própria época, de certos condicionamentos históricos – a que já me referi - determinantes das condutas individuais e sócioinstitucionais. Quem quiser se familiarizar melhor com essa problemática, precisa compreender melhor a própria história dessa nação, da qual a nossa Universidade é uma reprodução em miniatura. . Precisa ler “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, ou “Os Donos do Poder” de Raymundo Faoro, Casa Grande Senzala, de Gilberto Freyre, ou ainda os ensaios antropológicos de Roberto da Matta. Só assim se entenderá melhor – enfatizo – a cultura brasileira. Cultura que, para o bem ou para o mal tinha e ainda tem uma certa funcionalida-

de, foi e é filha do seu tempo, do senhor da história. Quer dizer, criaram-se, ao longo do tempo, hábitos, como eu afirmei, arraigados nas pessoas, tradições que se estendiam de geração a geração. Ilustro tais hábitos, em nível da Universidade, como o considerar suas tarefas e funções como um apêndice de outras atividades, essas, sim, consideradas mais nobres porque indispensáveis à projeção e ao sucesso dos profissionais liberais, sobretudo médicos, advogados, engenheiros.. Não havia propriamente, a não ser com algumas exceções, professores pesquisadores, preocupados com a investigação científica. Pesquisadores que dedicassem suas vidas à Universidade. Havia, sim, mas não eram muitos. Eu posso mencionar alguns, a título de ilustração, como o professor Osvaldo Lima, o professor Chaves Batista, o professor Nelson Chaves, o professor Marcionilo de Barros Lins, o Professor Rilson Rodrigues, o professor Bezerra Coutinho, o professor Lourival Vilanova, da Faculdade de Direito, o professor Newton Sucupira, a professora Maria do Carmo Miranda, o professor José Antônio Gonsalves de Mello Neto, o professor Renê Ribeiro. Mas eu lhe digo que, na comunidade como um todo, você não tinha um número expressivo de professores que realmente vivenciassem, que vivessem o espírito universitário (e a palavra espírito aqui é usada no sentido de força cultural), que dedicassem todo o seu esforço, toda a sua vida à Universidade. Foi nesse sentido que eu quis dizer que houve uma mudança de hábitos. É provável que, na minha administração, o tempo já estivesse sazonado para que essas mudanças se fossem processando, mas não posso negar que a minha equipe deu um significativo impulso, agiu, digamos assim, como um facilitador para a introdução de novos hábitos, mais ricos e promissores para nossa evolução intelectual e científica. Talvez o fato de ser eu um professor da área da Filosofia e do Direito, um reitor jovem para o meu tempo, pois a praxe – como já referi – era que os reitores fossem personalidades importantes na vida social e profissional, pessoas já bastante amadurecidas E, no meu caso, não, eu era um homem de origem simples, com apenas quarenta e poucos anos. Com uma boa bagagem internacional, é verdade, e um fantástico empenho no sentido de mudar as coisas. Como professor de Filosofia, minha vida foi toda dedicada à Universidade. Eu não tinha outro emprego. E eu tinha muito orgulho do meu doutorado, porque ele me deu excelentes intuições, uma visão interdisciplinar do conhecimento humano. Basta dizer que fiz um doutorado envolvendo as áreas de Filosofia, Sociologia, Direito, Educação, Antropologia, quer dizer, era uma coisa extremamente ampla. Minha tese de doutorado foi um estudo comparativo da legislação universitária no Brasil e nos Estados Unidos, à luz dos postulados filosóficos do filósofo e educador americano John Dewey. E eu pensava que isso era como se o destino me houvesse conduzido a procurar compreender melhor a Universidade, seus fundamentos, sua missão. A própria designação “universidade” já carrega, hermenêuticamente, significados que filosoficamente se conflitam: unidade e diversidade. Assim, ela é uma tentativa de estabelecer um denominador comum de sorte a abrigar a diversidade dentro de uma unidade. Então era preciso que houvesse um chamamento, uma atração, um núcleo, que pudesse trazer para dentro dela todas as diferentes disciplinas, todas as ciências e métodos, atribuindo-lhes uma harmonia finalística. Por isso é que afirmo que o meu trabalho foi muito árduo e, por vezes, não devidamente reconhecido por uma parcela da comunidade que ainda se mantinha fiel às vetustas práticas do passado, sobretudo porque a tônica da nossa administração foi ampliar significativamente

o processo revolucionário de pós-graduação e de pesquisa no interior da UFPE. No meu reitorado, por conseguinte, a pós-graduação e a pesquisa tiveram – repito – um impulso significativo. Não só numericamente, mas qualitativamente. É nesse sentido que eu digo que a nossa administração teve uma tipicidade inovadora..

Evson Malaquias: *E no caso dos servidores? Existia uma cultura administrativa diferente da de hoje?*

Professor George Browne: Existia, quer dizer, do ponto de vista dos servidores, ocorriam coisas curiosas. A história do Brasil mais recente mostra que a administração que promoveu um choque, uma mudança substancial na concepção e nos hábitos do funcionalismo público, foi – por incrível que pareça - a do presidente Jânio Quadros. Seu autoritarismo era como uma arraia que picava o funcionário público, deixando-o aterrorizado, paralisado. O funcionário público era conhecido pelo paletó, pendurado na cadeira, mas, fisicamente, ele vivia praticamente ausente da repartição. Foi o louco do presidente Jânio Quadros que extirpou essa prática de uma forma mecânica. Instituiu o regime integral no serviço público. Criou um sistema de controle de frequência e horário, visitando repartições públicas e chegando mesmo a punir e afastar vários funcionários que, naquele tempo, tinham o hábito de, quando trabalhavam, o fizerem apenas em meio expediente. Isso já foi uma mudança radical. Houve protestos e tudo mais, mas as mudanças foram introduzidas e, bem ou mal, mantidas até hoje. Na minha época, os funcionários já trabalhavam dois expedientes. No entanto, nós estávamos saindo de um regime militar. E nesse regime militar não havia espaço para manifestação, diálogos, para nada. Então foi como se fosse um caldeirão não suportando mais a pressão do vapor e provocando uma grande explosão. Não só do ponto de vista da ADUFEPE, a associação dos professores, mas também do ponto de vista da Associação dos Funcionários, a mobilização era contínua, ativíssima, reivindicando e protestando diuturnamente. Então, a partir dessa nova conjuntura, as coisas começam a extravasar. E, nesse extravasamento, você há de convir, houve uma série de exageros. Havia reivindicações que eram válidas. Que, na medida do possível, foram atendidas. Mas outras referiam-se a privilégios inconcebíveis, coisas totalmente exageradas e sobretudo inexequíveis.. Coisas como, por exemplo, “horário corrido”. Era voltar o sistema a um passado sem qualquer sustentação do ponto de vista dos critérios de moralidade e funcionalidade, como, por exemplo, o funcionário querer trabalhar apenas um expediente. O que não fazia mais sentido, porque a Universidade já estava profissionalizada e precisava dos funcionários no horário corrente, dividido em dois ou três turnos. Mas eu via esses protestos com um certo ar de compreensão, de tolerância, na medida em que entendia que muitos desses vícios e mazelas remontavam a tempos distantes e que o militarismo autoritário e o seu sistema repressivo, longe de, persuasivamente, procurarem introduzir novos hábitos, pelo contrário, mecanicamente forçavam, de cima para baixo, as suas decisões, o que conduzia, não raro, a protestos aos quais se sucediam as repressões, as quais, por seu turno, suscitavam o retorno às vetustas práticas administrativo-burocráticas. Mas não se pode omitir que com a cessação do regime militar, algumas dessas novas manifestações – tirante esses aspectos paternalistas e acomodados -, serviram, por outro lado, de fermento positivo, na medida em que, como mecanismos de pressão, aceleravam o atendimento de

solicitações e reivindicações justas, mas há muito tempo relegadas, aos docentes, funcionários e estudantes.

Evson Malaquias: Como era o seu dia a dia como reitor? A rotina que prevalecia nas suas ações para assumir a reitoria: horário de chegada, saída? O que é que fazia? Havia reuniões constantes? Quem eram as pessoas mais diretas com você, acompanhando os trabalhos administrativos da Reitoria?

Professor George Browne: Eu sempre tive o hábito de chegar muito cedo ao trabalho. ... Mais do que isso, eu tinha um hábito que findou por se tornar alvo de brincadeiras entre os meus amigos. É o seguinte: eu argumentava que, para sobreviver àquela Reitoria, eu precisava fazer muita ginástica. Muitos exercícios. Porque senão eu ia morrer de raiva, de infarto, sei lá. Então, como não dispunha de tempo para ir a academias, eu acordava todo dia às 5 (cinco) horas da manhã e ia para a praça de Casa Forte. Eu morava ali perto. E ficava correndo na praça. E corria, e corria. Às vezes, eu chegava mesmo a correr uma hora e meia. Cheguei, uma vez, a perfazer 10 (dez) quilômetros em algumas manhãs. É claro que não sou nenhum maratonista e que minhas corridas eram moderadas, na base do que se costuma chamar de corrida de resistência.. Então eu chegava a casa leve, tomava meu banho, vestia-me, tomava café e me dirigia para a Universidade. Isso normalmente ocorria entre sete e meia e quinze para as oito. Praticamente, é a rotina de todo e qualquer reitor. Não só a minha, exceto a corrida. Quando chegava, o primeiro passo, a primeira providência era a de atender as demandas da própria Casa. Então vinham os grandes despachos, coisas intermináveis e extremamente monótonas; assinar montanhas de papéis, alguns deles, na minha opinião, perfeitamente dispensáveis. Nesse estágio, incluem-se o Departamento de Pessoal, o Departamento de Administração, o de Contabilidade, enfim, toda a nomenclatura burocrática do sistema. Acerca da irracionalidade da burocracia, lembro-me de um episódio humorístico que vale a pena relatar. Meu chefe de gabinete era o professor Alfredo Antunes. Ele é português, um homem bastante culto, professor de Filosofia, ex-jesuíta, viveu em vários lugares pelo mundo afora, China, Filipinas, fora os inúmeros países europeus e os próprios Estados Unidos. É autor de uma tese de doutoramento belíssima que estuda a Metafísica no pensamento de Fernando Pessoa. Pois bem, um dia, lá estava eu a braços com um daqueles tenebrosos processos que nunca têm fim. Os despachos se vão sucedendo numa sequência infinita que lembra “O Processo” de Kafka. Tinha eu acabado de dar o último despacho, numa tentativa desesperada de pôr fim àquele tormento. Entretanto, não sei quem, acho que alguém da Procuradoria, devolveu-o pedindo ainda a audiência de uma das instâncias do Departamento de Pessoal. Determinei, então, ao professor Alfredo que remetesse o processo àquele setor. Alfredo pegou o processo, ficou parado à minha frente, leu o despacho e saiu-se com essa: “Quando acaba, o português sou eu” Em sucessivo, chegava a vez dos processos mais complexos, aqueles que passavam pelo chefe do gabinete e que você teria que decidir; algumas questões de natureza política. Eu diria que, em boa parte da manhã, mais ou menos até as onze horas, o meu tempo era destinado a isso. A fazer esses trabalhos. Das onze horas em diante, a não ser numa situação eventual, se houvesse algum problema crítico, eu começava as audiências. Era a hora em que eu ia receber os professores, os chefes de Departamento, os diretores, alguns pró-reitores e as representações de classe.. Receber suas reivindicações. Discutir

com eles os problemas. Discutir com os departamentos as novas políticas, está certo? E houve uma coisa que entrou na rotina da minha atividade como Reitor e que convém aqui destacar. . É que no meu reitorado fui fortemente apoiado pela área médica. E a área médica constitui mais de trinta por cento de toda a Universidade. E, sobretudo, o maior problema de toda a Universidade, até hoje o é, chama-se Hospital Universitário. Então eu tive que desenvolver uma enorme empatia com os médicos. Com os professores médicos. Com a comunidade médica. Com os corpos docentes médico e técnico. Por isso resolvi destinar um dia na semana, exatamente, se eu não estou enganado, a quarta-feira, em que não vinha sequer à Reitoria. Eu ia direto para o Hospital das Clínicas. Então eu tinha reunião com o Conselho Técnico-Administrativo, com os professores. Ficava circulando dentro do hospital e discutindo os problemas mais urgentes que se multiplicavam numa velocidade supersônica.. Religiosamente, toda quarta-feira eu fazia isso. Normalmente eu almoçava por lá mesmo. À tarde, então, dava continuidade a essa demanda de pessoas que queriam falar comigo. Mas entre tantas coisas que aconteciam, o cargo de reitor exigia, ademais, muito, em termos de estar fora, de ausentar-se da Universidade, de viajar. Estar em Brasília, em outros lugares, tantos que hoje nem sequer consigo recordar.. No meu caso, ir para o estrangeiro tornou-se também quase uma rotina, porque, dentro dessa minha luta principalmente para elevar a pós-graduação e a pesquisa, consegui fazer acordos internacionais com várias instituições, fossem universidades estrangeiras ou fundações de pesquisa, como a Fundação Ford, a Fundação Fullbright ou ainda diretamente com programas de governos estrangeiros, como o Japão, a Alemanha, os Estados Unidos, a Inglaterra, etc, tudo com o propósito de angariar recursos extraorçamentários, desenvolver projetos integrados por grupos de trabalho da própria Universidade e de outros centros internacionais, a fim de elevar o nível de qualificação do nosso pessoal. Isso exigia que eu viajasse muito, por exemplo, para os Estados Unidos, para a Inglaterra. Eu me lembro de que, uma vez, fiz um acordo com o Presidente da Fundação Ford comprometendo-me a submeter à consideração da instituição vários projetos de financiamento de pesquisas. Então solicitei aos Departamentos acadêmicos que enviassem os seus projetos à Reitoria para que os repassasse à Fundação. Se não estou exagerando, acho que levei quase duzentos projetos de pesquisa para discutir com a Diretoria do órgão, o que me tomou, praticamente, uma semana ou mais em New York; eles aprovaram apenas trinta e poucos projetos, mas valeu a pena. Aquilo ali já era uma conquista muito grande. Trinta e pouco projetos foram financiados por eles. Com o governo do Japão foi criado o instituto Keiso Asami. Tudo isso foi conquistado durante a minha gestão. Então tinha essa parte de viajar muito. Em Brasília, despachos com o ministro da Educação e os seus secretários, com outros Ministérios e órgãos do governo, além da parte relativa à política das Universidades Brasileiras, visto que eu era membro integrante do Conselho Consultivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o que nos levava, com certa freqüência, a ir à Câmara dos Deputados, ao Senado. Naquela época, os reitores tinham inclusive, eventualmente, a possibilidade de ter audiência até com o presidente da República. Claro que ia acompanhado pelo Ministro, mas isso era possível. Não era como hoje, que o reitor tem que se limitar a despachar com os secretários e, ocasionalmente, com o Ministro. O reitor tinha um status mais elevado. O fato de me ter associado, como era natural acontecer, ao

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, expandiu de maneira significativa, a atuação da Universidade Federal de Pernambuco no contexto nacional. Cada reitor era, naturalmente membro do Conselho de Reitores; mas só alguns, e, no caso, eu fui um deles, eram eleitos para o Conselho Deliberativo do órgão. E como membro do Conselho Deliberativo, tínhamos que discutir as grandes crises das Universidades nacionais com o ANDES, com as associações de docentes e mesmo com a FASUBRA, associação dos funcionários das universidades federais. E tudo isso demandava um tempo superior àquele fixado pelos relógios. Eu tinha que passar, às vezes, semanas em Brasília, voltando a Recife um dia, à noite, e retornando a Brasília na tarde do dia seguinte. Negociações com o Ministério, com a Capes, o CNPq, os Bancos de Desenvolvimento, etc.. Uma vida muito tumultuada, muito agitada.

Para finalizar, gostaria de fazer referência a um dos aspectos relacionados à sua pergunta acerca daquelas pessoas que acompanharam e participaram de perto do meu desempenho na administração da UFPE. Certamente muitas tiveram a oportunidade de acompanhar esse meu trajeto. Duas delas, em especial, gostaria, entretanto, de explicitamente mencionar. Foram pessoas muito caras para mim e que, até hoje, apesar de já terem falecido, preservo na minha memória como um precioso tesouro: os professores Hélio Mendonça e José de Sá Barreto. O professor Hélio Mendonça responsável pela cadeira de Histologia, tinha sido diretor da Faculdade de Medicina; Sá Barreto, um grande humanista e educador, era professor de Italiano no Departamento de Letras, do Centro de Artes e Comunicação. Quando assumi a Pró-Reitoria, ambos estavam prestes a se aposentarem e um tanto quanto subutilizados. O Professor Sá Barreto já colaborava com a professora Maria Antônia quando esta foi pró-reitora Acadêmica nos reitorados dos professores Murilo Guimarães e Marcionilo Lins. Imediatamente convoquei a ambos para que constituíssem a minha assessoria “senior”.- o primeiro, na área das humanidades, e o segundo, na de medicina e ciências biológicas. Foi como se tal oportunidade representasse para eles um novo estímulo para o trabalho e uma nova motivação para viver. Era uma dupla inteligente e divertidíssima. Sá Barreto um espírito apolíônio, o homem das formas e da perfeição, mas extremamente espirituoso e culto; Hélio, um dionisíaco, imaginativo, criador, embriagado de Vinho de Poesia e de Virtudes, como dizia Baudelaire no seu famoso poema “Embriagai-vos; ambos, com suas experiências acumuladas, suas vivências maturadas e, sobretudo, com suas respectivas sabedorias impregnadas de bom-senso, foram fundamentais ao exercício das minhas atividades. Seus conselhos de prudência, nunca os desprezei. Mas o que é mais importante é que fomos criando uma amizade, uma afinidade, que toda vez que falo sobre isso me vem à mente um livro que me marcou bastante, de Raíza Maritain, intitulado “As grandes Amizades”. O professor Sá Barreto, lamentavelmente, faleceu enquanto eu ainda era pró-reitor. O professor Hélio, apesar da sua formação no campo da Medicina, era, outrossim, portador de uma grande cultura humanística. Permita-me, aqui, abrir um pequeno espaço para relatar alguns aspectos da nossa convivência que ficaram gravados de forma indelével na minha mente. Hélio cultivava os clássicos, nos campos da música e da literatura. Do ponto de vista literário, eu sempre fui um grande admirador de Shakespeare; desde rapaz tinha o hábito de ler as suas peças, preferencialmente as Tragédias; mas, na verdade, desconhecia a influência por ele recebida de Geoffrey Chaucer. Pois bem, foi o

professor Hélio Mendonça que me advertiu disso, presenteando-me, inclusive, com um exemplar, que trouxe de uma das suas viagens à Inglaterra, da obra de Chaucer, “The Canterbury Tales”. Hélio era apaixonado pela Escócia; ademais, um profundo conhecedor não só da história, mas da degustação do scotch whisky. Costumava nos convidar para suas famosas aulas, na sua residência, que, didaticamente, eram ilustradas com um mapa da Escócia no qual ele apontava as grandes destilarias e, à medida que o fazia, ia oferecendo seus respectivos produtos, em copos apropriadamente elaborados em cada localidade específica onde a bebida era produzida. Essas aulas duravam de duas a três horas e, quando se encerravam, deixavam os seus participantes literalmente embriagados, exceto ele próprio, pois a sua capacidade de ingerir o líquido era inimaginável. Sua querida esposa e companheira, Da. Célia, ajudava-o não só preparando a culinária, mas monitorando as suas ressacas. Hélio era um profundo conhecedor e um irônico e espírito crônico das pitorescas histórias da Faculdade de Medicina; ficávamos ao seu redor para ouvi-lo contá-las; lembro-me de algumas delas e peço vênia para aqui relata-las. Um determinado dia, um conceituado professor da Universidade do Rio de Janeiro, da área da Cardiologia, veio a Recife e foi à nossa Faculdade de Medicina para proferir uma palestra. Queria expor as suas ideias mais recentes sobre problemas cardiológicos. Quando concluiu a sua exposição, dirigiu-se ao auditório e perguntou se alguém tinha alguma indagação sobre o tema. O professor Arsênio Tavares, ao qual já me referi, conhecido pelas suas irreverências, então disse: “eu peço a palavra” e o conferencista continuou: “pois não, professor Arsênio” E este então perguntou: “professor, me diga por favor, esta, por acaso, é a primeira vez que o Sr. expõe publicamente essas ideias?” E o convidado respondeu: “É, Doutor Arsênio, escolhi a tradicional Faculdade de Medicina do Recife para apresentá-las”. “Pois que seja a última!”, rebateu o professor Arsênio, “pois sobre esse assunto o Sr. não entende nada e só diz besteira!” Um outro episódio é referente a uma reunião da Congregação da Faculdade de Medicina na qual o diretor, professor Oscar Coutinho, submeteu à consideração dos professores um pedido de autorização para que o professor Silvio Caldas, Catedrático de Otorrinolaringologia - pai do professor Nelson Caldas, meu grande amigo –, fosse aos Estados Unidos apresentar um trabalho num Congresso Internacional sobre o tema. O professor Arsênio, imediatamente pediu a palavra e disse: “Eu voto favoravelmente à participação do professor Sílvio Caldas nesse Congresso, porque o professor Sílvio é um professor que honra os quadros da nossa Faculdade, pela sua competência profissional e sua qualificação cultural e acadêmica, porque, se o pedido fosse endereçado ao professor X, que está sentado aqui, ao meu lado, eu votaria contra, uma vez que se trata de um semianalfabeto que, ademais, não poderia sequer ir aos Estados Unidos, pois não sabe dizer nem How are you!” Imagine o susto e o vexame que esse pobre professor passou! Essas e outras eram histórias com que o professor Hélio nos deliciava. Hélio morreu numa madrugada amena, como me relatou o seu filho Lula; sereno e da forma mais adequada à sua vida de intelectual e boêmio: morreu dormindo, no terraço da sua casa, numa rede em que com freqüência costumava descansar após tomar o seu derradeiro porre.

Evson Malaquias: O senhor sente falta?

Professor George Browne: Hein? Disso Mais não. Disso, mais não. Não posso negar que houve

um certo fascínio em levar a vida dessa forma, dionisíaca, errante, cigana, adventícia. Mas não lamento hoje por não poder mais retomá-la, e, se pudesse, provavelmente não o faria. Meu olhar, hoje, se descortina no futuro sem perder, naturalmente, o elo com o passado. De modo que minha vivência de reitor da UFPE foi algo que, como bem dizia Vinícius de Moraes, foi bom enquanto durou. Não dá mais para retornar; tenho outros projetos. Não parei no tempo, graças a Deus. Meus olhos, meu coração e a minha mente estão sempre em busca de novos horizontes. Talvez soe estranho ouvir isso de uma pessoa que já atravessou os umbrais de tempo razoável de vida e cujas expectativas são limitadas, de curto prazo. Mas, não me acomodo. Convivo com desafios e eles me fascinam. Considero a vida um risco, uma aventura, na qual há sempre um perigo que nos circunda, mas há também uma possibilidade que se descortina. Sou, filosoficamente, um pragmatista, um estoico, mas nem por isso um pessimista, um determinista. A vida é uma arte e, como tal, integra, sob diferentes perspectivas, o sofrimento, a dor, mas também a alegria, a felicidade. Tudo isso, Evson, é parte do belo que é o desiderato último capaz de conduzir ao prazer, à autenticidade, pois o belo é a própria essência da arte; do mesmo modo como a justiça, sendo a mais sublime de todas as virtudes, como afirmava Aristóteles, é a única capaz de tornar o homem verdadeiramente feliz. Por fim, para mim, uma das maiores conquistas que obtive nisso tudo foi a de estar em paz com a minha consciência; saber que a minha passagem pelos cargos públicos caracterizou-se pela lisura, pelo respeito à coisa pública; saí incólume portanto, a falcatrucas, deslizes, corrupções. Isso se torna mais relevante, mormente quando constatamos – afora raras exceções - o estado de degradação moral que estigmatiza hoje o uso e o abuso da política e da vida pública. Daí porque gostaria de dedicar à figura do meu pai, o exercício dessa virtude, visto que, foi com ele, primeiro e fundamentalmente, que aprendi a perseguir esse caminho.

Evson Malaquias: (Risos)

Professor George Browne: Por essa razão é que posso tranquilamente lhe dizer, Evson, que eu devo, logo imediatamente ao término do meu mandato, ter sentido um pouco de monotonia, mas só pouco depois, hoje não mais. Talvez o fato de ter ido para Oxford, como professor Visitante - uma cidade que ainda guarda características do medievalismo, pacata, provinciana, onde só se respiram cultura, ciência e arte – tenha sido, de início, um ruptura, um contraste com a vida turbulenta e agitada do meu tempo de reitorado. Portanto, ato contínuo ao término do meu mandato fui embora pra Inglaterra. Passei dois anos na Inglaterra e depois fui para a Alemanha. Eu fiz isso tranquilamente, principalmente levando em consideração que saía depois de ter conseguido fazer o meu sucessor. E eu disse a Edinaldo, o novo reitor eleito, e à sua nova equipe: “É até melhor que eu não esteja aqui, pois certamente vocês iriam de quando em vez me procurar para ouvir minha opinião e eu, por meu lado, não me conteria e iria atazanar a vida de vocês.” É que ele era um amigo fiel, uma pessoa com a qual sempre mantive uma amizade duradoura e profunda. Então eu lhe disse: “Não, eu tenho medo de ficar aqui e que você comece a me consultar muito. E para não interferir em nada, tenho que lhe dar liberdade para você fazer o que é melhor para a Universidade, não só porque se trata de uma nova administração, mas porque o conheço bem, sei da sua competência, do seu caráter, da

sua determinação. Você não precisa mais de mim agora e eu vou tranquilo por saber que deixo a Universidade em mãos zelosas e sábias. E ele o fez muito bem, com muita maestria e dignidade. Infelizmente morreu muito cedo por conta de um câncer.

Evson Malaquias: Quem foi?

Professor George Browne: Edinaldo Bastos!

Evson Malaquias: Ah, Edinaldo Bastos.

Professor George Browne: Mas eu não posso negar que houve, nisso tudo, um misto, um jogo de sentimentos opostos, sabe, Evson, algo entre o sofrimento e a alegria, a satisfação. Paguei um preço muito caro. Quem leva uma coisa dessas a sério, não vai ficar só curtindo as benesses. Sobretudo porque o período que eu peguei foi um período de transição. Mas eu aprendi muito. O que eu posso dizer a você é que eu aprendi muito. E que aprendi muito mais pelo sofrimento do que pelo prazer. Pelas situações problemáticas que eu enfrentei. Aprendi a conviver melhor com a natureza humana. A entender melhor as pessoas. Sem, não obstante, ter que abdicar de meus valores, dos meus princípios... Algumas pessoas acham que dirigir alguma coisa com maestria significa você simplesmente ceder aos impulsos e solicitações de toda a comunidade, e não é isso. Você tem que ter autoridade. E eu nunca perdi a minha autoridade. ... A democracia é isso: você ter a autoridade sem ameaçar o exercício da liberdade de outrem; tolerar sem transigir; ouvir e dialogar sem perder a perspectiva dos interesses da coletividade. De fazer. De se permitir ouvir a oposição, defrontar-se com as contradições, com as críticas. Ouvir e muitas vezes usar a linguagem do silêncio que, segundo Heidegger, não raro, diz mais aos outros do que o mero palavrório. Então, desse ponto de vista, eu posso dizer que tive uma certa habilidade para lidar com a minha comunidade.

Evson Malaquias: O senhor afirmou, naquela nossa última entrevista, que, no golpe militar, a Universidade estava lacrada. Eu acho que o senhor utilizou uma expressão dessas. Fale um pouco sobre isso. O senhor encontrou muitos soldados na Universidade? Há um momento em que o senhor fala do militarismo, da repressão e de seus efeitos na Universidade. Por favor, diga algo sobre isso...

Professor George Browne: Não, veja...

Evson Malaquias: Isso foi no 1º de abril mesmo ou foi...?

Professor George Browne: Os militares ficavam furiosos quando se datava o golpe de 1º de abril, pois esse é o dia da mentira. Mas, falando sério, permita-me retroceder no tempo para tornar as minhas respostas mais claras. Como lhe disse, eu entrei na Universidade ainda como estudante. Eu estava no primeiro ano do Curso de Direito e tinha sido contratado pela Universidade para trabalhar no gabinete do Contador Geral. O reitor que tinha sido nomeado era o professor João Alfredo da Costa Lima. Quando me formei, cinco anos após, houve o golpe militar de 1964 e, então, o professor João Alfredo foi, como eu disse, cassado. Após o golpe, o Professor Murilo Guimarães tornou-se reitor, escolhido pelo Conselho Universitário. O professor Murilo Guimarães, então, convidou-me para ser o secretário geral da Universidade. A Reitoria ficava localizada no Parque 13 de Maio e a sede do Quarto Exército era defronte. da Faculdade de Direito, também situada no

aludido Parque 13 de Maio. A bem da verdade, eu não vi soldados, militares, entrando na Reitoria, não; não houve isso.. Eu soube que a Universidade encerrara suas atividades, inclusive na Reitoria, por determinação do vice-reitor em exercício o professor Newton da Silva Maia.. O Dr. João Alfredo já tinha saído. Fechada a Reitoria só se permitia o acesso a algumas poucas pessoas devidamente autorizadas pelo próprio vice-reitor. Por exemplo, não podiam entrar professores, estudantes ou funcionários, a não ser, repito, devidamente autorizados. Isso aconteceu logo após o golpe de 31 de março, ou 1º de abril, sei lá em que dia é que foi. E houve uma coisa muito engraçada que aconteceu comigo. É que eu tinha uma boa interação com os estudantes não só de Direito, mas das outras Faculdades, tanto os conservadores como os reformistas e mesmo com os radicais. Eram pessoas da minha geração, e eu, mesmo depois de formado, ainda acompanhava os movimentos estudantis. Enquanto estudante, participei do Diretório Central. Naquela época, foi criada uma Comissão intitulada Tribunal dos Estudantes. Era como se fosse um pequeno Tribunal de Justiça dentro do Diretório Central. E eu fazia parte desse tribunal. E era um clima muito pesado, porque os estudantes viviam protestando por tudo. E o Tribunal era convocado para dirimir controvérsias. O clima no país era de pré-golpe e a revolta dos estudantes, incendiária. As ações não eram apenas conduzidas por militares do Exército; havia envolvimento das Polícias Militar e Civil. Do DOPS Daquele pessoal todo. Havia, dentro da própria Universidade, alguns funcionários e professores envolvidos nesse negócio, fazendo fiscalização, denunciando, abrindo gavetas, denunciantes abomináveis, sem qualquer escrúpulo. .

Evson Malaquias: *Mas eles entravam mesmo?*

Professor George Browne: Entravam! Mas, quando estourou o golpe, veio à minha cabeça: “Eu estou ferrado!. Documentos de Fidel Castro dentro da minha gaveta, a essa altura o Dops já se encontra em meu encalço. Como o meu nome e o meu status de secretário geral da Universidade estava na relação dos poucos que podiam entrar na Reitoria,, não perdi tempo! Fui, ato contínuo, para lá. Os portões de ferro da Reitoria estavam cerrados. Eu nunca me esqueço, na entrada, um vigia que se chamava Paraíba. Um sujeito gordão. Assim, fortão. E eu disse: “Paraíba, eu tenho que ir lá em cima pegar uns documentos, a minha pasta.”. Ele disse: “Olhe, Doutor, veja se o seu nome consta da relação dos que podem entrar..”. Ele era quase analfabeto. “Seu nome está aqui mesmo na lista?”.Sim, Paraíba, olhe aqui o meu nome.

Evson Malaquias: (Risos)

Professor George Browne: (Risos) E ele disse: “Entre”. Aí eu entrei. Só fiz abrir a gaveta, peguei os documentos, sacudi tudo dentro da minha bolsa e me mandei. Escapei por pouco. Porque se os militares tivessem ido lá, eu estaria ferrado.

Evson Malaquias: *Qual era a idade do senhor na época?*

Professor George Browne: Eu tinha... vinte e sete anos.

Evson Malaquias: Ah, é?

Professor George Browne: É. Pois bem, então foi assim. Sabe, Evson, não posso dizer que houve dentro da Universidade ações militares, “stricto sensu”

Evson Malaquias: *Mas houve as chamadas varreduras?*

Professor George Browne: Houve. Houve uma Comissão de Inquérito, que era presidida por um coronel, capitão, não sei o quê, e um sargento que era escrivão. Essa Comissão funcionava na Procuradoria da Reitoria. Disso eu me lembro porque ele mandava chamar professores. Interrogava professores. Teve um episódio muito engraçado. Tinha um professor, Pessoa de Moraes - não sei se você chegou a ouvir falar sobre Pessoa de Moraes, ele era um louco. Falava pelos cotovelos. Tinha escrito um livro cujo título me parece ter sido a “Revolução Brasileira”. E tinha outro professor, que era um professor muito bom, muito preparado e que hoje em dia vive em Brasília, chamado Vamireh Chacon. Vamireh tinha uma verbosidade semelhante à de Pessoa de Moraes. Bem, o tal coronel mandou chamar os dois: Pessoa de Moraes e o Vamireh Chacon. Começou com o depoimento do professor Vamireh Chacon. E Vamireh falava pelos cotovelos. Começou às oito horas da manhã e, ao meio dia, ainda não terminara. Vamireh tinha um conhecimento histórico e cultural profundo, livros sobre ideologia, e o sargento-escrivão, coitado, com uma máquina de escrever, suado, fazendo um enorme esforço para copiar o depoimento, mas mal podia acompanhá-lo. Quando Vamireh terminou, foi a vez de Pessoa de Moraes: uma hora, duas horas, então o coronel não aguentou mais e disse: “Quer saber de uma coisa? Vá embora daqui Eu não quero saber de nada mais dos senhores, não suporto mais isso!..”. (Risos). Então tinha umas coisas muito engraçadas.

Evson Malaquias: *Veja, aqui (aponta para a matéria do jornal) houve uma greve dos docentes em 1981.*

Professor George Browne: Hum! Eu não era reitor ainda.

Evson Malaquias: *Era pró-reitor, não é verdade?.*

Professor George Browne: É!

Evson Malaquias: *Deixe-me ver...*

Professor George Browne: Foi o caso do Hospital das Clínicas, foi? Deve ter sido o do Hospital das Clínicas.

Evson Malaquias: *Deve estar ligado ao Hospital das Clínicas. É, está aqui.*

Professor George Browne: É quando tentaram colocar para fora o diretor do Hospital das Clínicas.

Evson Malaquias: *O senhor lembra esse lance?*

Professor George Browne: Lembro.

Evson Malaquias: *Qual foi esse problema?*

Professor George Browne: O problema foi o seguinte. O reitor que me antecedeu, sobre o qual já fiz anteriormente referência, era o professor Geraldo Lafayette, uma pessoa simples, boa e até muito espirituosa. Era assim um homem com características de sertanejo. Ele

era oriundo de Monteiro, um município da Paraíba. Ele tinha umas piadas engraçadas, mas Geraldo não tinha muito pulso, sobretudo para algumas pessoas às quais se ligara e que procuravam, a todo custo, manipulá-lo... Não sei se você sabe disso. Eu não sei se explorando esse excesso de bondade dele, alguns colegas, professores, que eram muito radicais, começaram a (pequena pausa para o senhor Browne atender uma pessoa) influenciar muito Geraldo sobre como conduzir o Hospital das Clínicas. Realmente o Hospital era caótico. Eu estou dizendo a você que acompanhei todos os problemas. Então, o que resolveram? Trouxeram uma pessoa, um médico de fora da comunidade acadêmica, chamado Marcos Mendonça, para colocá-lo como diretor do Hospital; ele era um médico psiquiatra. Além de ser um adventício, era uma pessoa que, vindo de fora, não procurou interagir com a comunidade médico-docente. Você imagina!

Uma comunidade extremamente corporativista, muito ligada a valores tradicionalíssimos e detentora de um prestígio social marcante. Além de tudo, ele era um sujeito autoritário. Então ele começou a impor certas regras. Algumas,, diga-se de passagem, a bem da verdade, até pertinentes. Mas as queria impor mecanicamente, e não organicamente, sem discutir com os médicos, com os professores... Isso gerou um problema terrível, que culminou com uma greve que começou na Faculdade de Medicina Carmem Chaves, uma estudante que ficou famosa, pois foi presa e torturada pelos agentes da ditadura, fazia parte do Diretório de Medicina junto com Humberto Costa, se não estou enganado,. E essa greve eclodiu. ... Eu era pró-reitor Acadêmico, e dizia a Geraldo: “Geraldo, pense nisso direitinho. Essa situação não se prenuncia favorável à sua administração.. Você está se queimando com toda a comunidade médica. Agora mesmo, dentro do próprio reitorado, e por conta dessa polêmica envolvendo o Hospital das Clínicas, havia duas alas. Uma ala mais ponderada, à qual pertencíamos eu, o professor Jorge Jatobá, que era o pró-reitor de Planejamento, e alguns poucos mais. E havia a ala mais radical, majoritária, e que era o lado reverso da medalha... Teve uma ocasião em Brasília em que o Reitor, que estava comigo, ficou tão tenso com as notícias que até chorou. Ele em Brasília, na saída do Ministério, me disse: “George, eu não sei mais o que faça, não sei como resolver todos esses conflitos”. Eu estou realmente desesperado. Há momentos em que me inclino a me livrar desse pessoal, mas as pressões são muito fortes e eu não consigo concretizar o meu propósito. O fato é que ele não tinha força para ir de encontro a esse pessoal. E a coisa foi um tanto dramática, para não dizer trágica, culminando com uma ida dos professores da Medicina à Reitoria, a qual resultou numa reunião com ele, na sala do Conselho Universitário, uma das mais dramáticas de que tive oportunidade de participar. Então os médicos disseram: “Geraldo, você como reitor, está totalmente desmoralizado. Ainda é tempo de resgatar a sua autoridade. Afaste imediatamente esse pessoal de junto de você e assuma o comando do processo. Nós o apoaremos. Isso foi dito pelo professor Carlos Moraes na presença do diretor da Faculdade de Medicina, Amaury Coutinho, e de boa parte do

“...o Hospital das Clínicas, havia duas alas. Uma ala mais ponderada, à qual pertencíamos eu, o professor Jorge Jatobá, que era o pró-reitor de Planejamento, e alguns poucos mais. E havia a ala mais radical, majoritária...”

corpo de professores daquela Faculdade. Geraldo então disse que ia pensar, mas não teve a coragem de tomar a decisão final. E a reunião restou inconclusa, agravando ainda mais o estado de coisas. ... Por conta disso, a greve tomou uma dimensão tão intensa e tão impactante que o reitor perdeu praticamente o controle sobre a classe médica e dos demais professores da área da saúde. Todos! .Após isso, ou eu não sei se propriamente em consequência disso, Geraldo veio a falecer. Ele teve um problema sério de um derrame cerebral. Ele morreu, portanto, antes de concluir o seu reitorado. Então assumiu o vice-reitor, professor Geraldo Calábria Lapenda, que era muito discriminado por esse grupo radical. Geraldo Lapenda conduziu o processo de sucessão, no qual eu fui o reitor. Por sorte, o professor Lapenda, por força desse processo de discriminação, apesar de vice de Geraldo, não apoiava esse grupo radical. Com a morte de Geraldo, sua primeira atitude foi desmantelar esse grupo. Mesmo assim, o processo de sucessão foi terrível porque essas pessoas radicais não se conformavam e ainda pressionavam o novo reitorado para ocupar o espaço. Graças a Deus, conseguimos vencê-los; e isso, em boa parte, por conta do apoio da própria área médica, que entendia e apoiava a nossa posição. Fundamental à minha eleição foi igualmente o apoio dos grupos fortes de pesquisa da Universidade, como o Departamento de Física, o Departamento de Matemática, o Departamento de Química ... O professor Sérgio Resende, que hoje é ministro da Ciência e da Tecnologia, posteriormente meu diretor do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, representava uma das lideranças mais significativas em todo esse processo. Então eu tinha o apoio da elite intelectual e de pesquisa da Universidade, de um lado, e tinha, por outro, o apoio da Medicina, que, além da sua indiscutível competência, representava a maior parte dentre os demais componentes da Universidade. Recebi, igualmente, o apoio de uma parte da Faculdade de Direito, uma vez que a outra estava comprometida com o candidato que fora o meu opositor. Foi isso aí.

Evson Malaquias: Nesse mesmo ano, em 81, em abril, ocorreu uma greve nacional.

Professor George Browne: Foi.

Evson Malaquias: Os estudantes decretaram uma greve nacional e, segundo a matéria, “a Reitoria da UFPE punirá grevista”. E depois, logo após, foram os docentes também. Não sei se articulados com os estudantes, porque não fica claro aqui na matéria. Então, na verdade, estudantes e docentes em greve. O senhor se lembra disso?

Professor George Browne: Em que ano foi isso?

Evson Malaquias: Abril de 1981! Foi no mesmo ano.

Professor George Browne: Eu acho que eu me lembro, sim. Mas essa greve, não estou certo de que estava propriamente conectada a esse movimento nacional a que você se refere.

Evson Malaquias: Foi a greve nacional. A greve nacional certamente organizada pela UNE. E aqui deve ter tido um impacto. O pessoal aqui deve ter definido também entrar em greve. Ou seja, não era uma greve local. Era uma greve nacional.

Professor George Browne: A outra coisa está relacionada a essa ordem de punição a que você se refere acerca da ameaça de punição dos grevistas; se houve realmente ou se se tra-

tou de um exagero do jornal, não se sabe até que ponto isso é verdade. E, se houve, houve da parte exatamente desse grupo de que eu lhe falei para você, o grupo que costumava pressionar o reitor para tomar medidas radicais. Ele mesmo, algumas vezes, me contou – como já mencionei – que se sentia muito angustiado com a pressão desse grupo. Era um grupo forte, com alguns integrantes pertencentes ao staff da administração, que atuava de maneira autoritária, cobrando do reitor medidas arbitrárias. Mas ele não era homem de atitudes radicais dessa natureza. Não sei por que ele não se desvincilhou desse grupo que permaneceu na Reitoria até a sua morte. Mas, graças a Deus, ele não ganhou expressão política a ponto de manipular as eleições. Geraldo Lafayette era um homem de boa natureza, bastante flexível, mas, às vezes, cedia demais. Ou seja, estava constantemente suscetível a pressões.

Evson Malaquias: É que aqui ele não explica direito, no documento da matéria. Veja! Houve também, um ano depois, meses depois, em 1982, uma greve de fome. Cinco estudantes entraram em greve de fome.

Professor George Browne: Foi, isso aí foi por causa do Restaurante Universitário.

Evson Malaquias: Foi. Fora reivindicação ligada ao Restaurante Universitário. Mas o senhor chegou a comentar um pouco na outra.

Professor George Browne: Sim. (Pausa para o Sr. Browne atender o telefone).

Evson Malaquias: Eu acho que o senhor chegou a comentar um pouco na outra entrevista. Aqui falam que foram cinco alunos que entraram em greve de fome por causa do R.U.

Professor George Browne: Eu vou reler de novo e deixo tudo anotado.

Evson Malaquias: É, pelo que se pode perceber, o Restaurante dos Estudantes sempre foi um grande problema na Universidade.

Professor George Browne: Sempre foi.

Evson Malaquias: O Hospital das Clínicas e o Restaurante Universitário, não foi?...

Professor George Browne: Bem, vamos por partes: o problema do restaurante universitário.

Pois bem, é natural. Alguns estudantes profissionais queriam que a Universidade os mantivesse indefinidamente, atribuindo-lhes privilégios de que a maioria das pessoas carentes do Estado não dispõem... Eu acho que cheguei a contar esse caso a você. De um rapaz que era aluno e morava na casa do estudante. Ele ia ao meu gabinete e descaradamente dizia à minha secretária: "Eu não posso comer só isso aqui, não. Um ovo com um pedaço de pão. Um cuscuz. A minha barriga exige que eu coma muito mais, pelo menos seis ovos, três pães, presunto e queijo. Quer dizer, havia exageros dessa ordem. Essas greves eram muito localizadas. Na verdade, o Diretório Central as apoiava porque não podia deixar de apoiar, porque é uma questão de estratégia política. Mas elas eram extremamente localizadas. Dentro da própria Casa do Estudante, que é aquela casa dentro do campus da Universidade, havia um uso e um abuso por parte de alguns estudantes crônicos. Bebedeiras, orgias e até drogas rolavam por ali. Um estudante, acho que colombiano, morreu, drogado, no telhado da casa. Alguns

sequer eram mais estudantes, tinham concluído o curso, e moravam lá sem pagar coisa alguma..

Evson Malaquias: Eu não sei se o senhor se lembra, mas realmente era uma época bastante conturbada. Eu estava lendo umas matérias, e realmente era uma época bastante conturbada. Muita greve. Muito protesto. Muito conflito. Aqui eu descobri uma matéria. Em setembro de 1981, a administração decidiu suspender as aulas das disciplinas Geologia do Brasil, Desenho Geológico e Foto Geológica, em decorrência de uma greve que já durava quinze dias. O senhor se lembra disso?

Professor George Browne: Não, não, não me lembro disso, não.

Evson Malaquias: O senhor deveria ser pró-reitor, não é?

Professor George Browne: É, eu devia ser Pró-Reitor, mas certamente eu estaria por dentro como pró-reitor Acadêmico, mas não me lembro de detalhes disso, não. Não deve ter sido uma coisa muito significativa.

Evson Malaquias: Aqui só fala que foi uma greve de quinze dias e que foram suspensas as disciplinas. E aqui tem uma coisa sobre a associação. Dizem que foi uma fala sua. “Que estava ocorrendo um surto sucessório na UFPE”. E o senhor descarta essa existência.

Professor George Browne: Hum!?

Evson Malaquias: ... Comente o que é que o senhor disse.. Por que o senhor acha que saiu uma matéria dessa? É sobre sucessão na UFPE. Que já existiam os bastidores bastante fortes. Muitas disputas. E o senhor vem, segundo o jornal...

Professor George Browne: Quem falou sobre o surto fui eu?

Evson Malaquias: O senhor desmente que existiu esse surto e tal. O senhor vai combater...

Professor George Browne: Posso dar uma olhada nessa entrevista?

Evson Malaquias: Deixe-me pegar aqui a matéria. Deixe-me ver se está aqui. Eu só fiz anotar. (Após algum tempo procurando a matéria). O negócio de sustar aulas, aqui, parece-me que foram problemas de concurso.

Professor George Browne: De abertura de concurso?

Evson Malaquias: “A Câmara da graduação decidiu ontem suspender temporariamente as aulas... Aquelas aulas de que eu falei: Geologia e tal, tal. Até que uma comissão de inquérito. As denúncias feitas pelo professor de duas cadeiras contra os estudantes tal e tal.” Parece que são dois estudantes. Parece que eles burlaram lá o concurso. “Com a decisão do Departamento de Geologia, é feita uma greve estudantil de mais de quinze dias. E deverão ser iniciadas, imediatamente, as aulas das demais disciplinas.” É o que eles falam. Aí, aqui tem uma matéria: “Pró-reitor desmente guerra sucessória!”. Essa foi a matéria.

Professor George Browne: E esse outro?

Evson Malaquias: “Aquele que leva muito longe o desejo de se popularizar e se fazer amado, logo acaba por suscitar desprezo. Como aquele que se faz temer em demasia, acaba por granjear o ódio.”. “Ao

lembra essa frase de Maquiavel, o pró-reitor George Browne considerou ontem como politicamente inoportunas e intelectualmente grosseiras as notícias divulgadas no último dia sobre um surto sucessório na Universidade Federal, quando ainda faltam dois anos para ser encerrado o mandato do reitor Geraldo Lafaiete.”. O senhor se lembra disso?

Professor George Browne: Ah, eu me lembro, sim. É o seguinte. Eu não lembro detalhadamente, porque, como eu disse a você, esse grupo por trás dos bastidores estava trabalhando, lutando, articulando já a sucessão do atual reitor. E faltavam ainda dois anos para o término do seu mandato. Então, se eu fosse me envolver e dizer: “não, está havendo alguma coisa.”, eu ia terminar lançando lenha na fogueira, então o que foi que eu fiz? Tentei desarticular isso dizendo que é exatamente uma lição de Maquiavel que quem imprudente e açodadamente se lança em aventuras políticas, na busca pelo poder, incorre numa imprudência que pode levá-lo, do ponto de vista político, à ruína. Se dissesse isso, foi para advertir, exatamente, afastar um movimento prematuro, apagar o foco de um possível incêndio. Foi isso, nada mais do que isso!

Evson Malaquias: Como é que o senhor caracterizaria esses grupos da Universidade?

Professor George Browne: Nessa época?

Evson Malaquias: Quais seriam os perfis desses grupos que o senhor combateu?

Professor George Browne: Veja bem, era um grupo de extrema direita.

Evson Malaquias: São quantos, por exemplo? O senhor caracterizaria como dois, três grupos?

Professor George Browne: Não, eu acho que eles se juntavam, se aglomeravam, em torno de algumas pessoas academicamente muito importantes. Muito preparadas. Líderes intelectuais... Inclusive da própria Medicina. E essas pessoas, eu diria que elas constituiriam a extrema direita da Universidade. Então, o propósito delas era externalizar um pouco de saudosismo com relação à proximidade do fim do regime militar. A crença na eficácia do autoritarismo. Essas pessoas queriam fazer da Universidade uma fortaleza. Um baluarte dessas posições direitistas. Por conta disso e porque eles pontificavam dentro da Universidade, eles tinham uma força muito grande, porque tinham um poder de dominação muito grande sobre o reitor. Isso levava a que a imagem da Universidade toda fosse vista pelas mesmas lentes. Como se todo mundo que estivesse ali comungasse com aquela visão reacionária. Mas a comunidade soube perfeitamente distinguir. Após o falecimento do professor Geraldo Lafayette, quando se deu a eleição, exatamente o grupo que tinha sofrido maior perseguição política, o grupo da Medicina, foi aquele que me apoiou, certo? Claro que sempre houve núcleos de oposição ao meu reitorado... O seu Centro, por exemplo e o Centro de Artes, com algumas exceções, fizeram-me críticas bastantes severas e contundentes. Mas é natural, foi bom que fosse assim, não existe unanimidade em política, “toda unanimidade é burra”. E a oposição, apesar de incomodar bastante, é a própria razão de ser da democracia.

Evson Malaquias: Educação!

Professor George Browne: Educação, claro. O Centro de Educação e o Centro de Artes e Comunicações sempre foram, necessariamente, Centros do contra, da contestação. Eu

mesmo fui do Centro de Educação, como você sabe, e também professor do Programa de Mestrado e Doutorado do Departamento de Letras. Mas eles, apesar de tudo, sempre me tinham muito respeito. No Centro de Educação, em particular, eu, de certo modo, exerci uma liderança durante um tempo razoavelmente longo. Nesse tempo eu fui o primeiro doutor em Filosofia e Educação a chegar à Universidade. Eu fui chefe do Departamento de Fundamentos Sociofilosóficos durante vários mandatos... Enfim, não obstante, eram Centros em que eu encontrava maior dificuldade de dialogar, mas isso, repito, nunca representou um óbice às minhas realizações de política universitária..

Evson Malaquias: Tem uma informação aqui: a década de 1980, o início da década de 80, parece que em 80, 81 e 82, foi bastante agitado?

Professor George Browne: Foi.

Evson Malaquias: Quer dizer, a UFPE demite sociólogos, ou não renova contratos e as entidades dos Sociólogos de Pernambuco, a ADUFPE e o DCE contestam. O senhor se lembra disso? Parece que são os contratos dos sociólogos que não são renovados.

Professor George Browne: Ahhh! Eu me lembro disso.

Evson Malaquias: Parece que há até fotos nos jornais, os alunos protestando.

Professor George Browne: Eu me lembro, sim. É o seguinte. Foi um grupo em que havia não um sociólogo, que não era propriamente sociólogo, mas um economista. Ele ensinava no Departamento de Economia e estava ligado ao PIMES, Programa de Pós-Graduação em Economia. Um tal de Antinori, se não estou enganado... Veja bem, o problema...

Evson Malaquias: Era o quê? Contrato temporário?

Professor George Browne: Eram contratos temporários de professor visitante, que só eram renováveis uma vez e de acordo com o interesse do Departamento e seus respectivos programas.. Eles estavam pressionando para se tornarem professores regulares, efetivos. E a política instituída pela Universidade era de só colocar professores por concurso. Então eles disseram que foram perseguidos, alijados. É natural. Porque houve um episódio, não sei se falei isso a você?, ainda como pró-reitor, havia na Universidade uma figura intitulada de professor colaborador. Era uma forma de chamar um professor, mesmo sem concurso, sem coisa nenhuma, e atribuir-lhe uma função docente qualquer por tempo indeterminado e recebendo salário e todas as vantagens. Isso tanto acontecia com os cargos de professor como com os de funcionário. E, quando eu assumi a Pró-Reitoria, propus ao professor Geraldo Lafayette a extinção desse sistema: “Olhe, Geraldo, argumentei.. “para mim, professor, funcionário público, só entra com concurso. Não tem sentido a gente estar botando alguém desqualificado, por influência ou indicação de políticos, porque isso degrada a Universidade”.

“Os restantes todos foram demitidos. Com os funcionários também ocorreu a mesma coisa. Então você imagine o ódio dessas pessoas em relação a administração e, particularmente, a mim. Fizeram o meu enterro, apelaram para todas as instâncias políticas, mas não funcionou.”

Na verdade, a instituição estava repleta deles. Tinha quase trezentos professores. E funcionários, havia ainda mais. Uns quatrocentos, pelo menos. A gente fazia até uma brincadeira. A pessoa passava assim na porta e lhe era perguntado: “Vem cá, meu filho. Você quer ser professor?”. Basta lhe dizer que havia professor que não tinha título superior. Professor visitante sem pós-graduação. O que foi que fizemos? Eu consegui convencer o reitor a inscrever essas pessoas, ex-officio, num processo seletivo público. Logo, todos os professores colaboradores existentes na Universidade estariam automaticamente inscritos para concorrer às vagas que ocupavam. Na verdade, não era propriamente um concurso, pois não eram ofertadas vagas para pessoas de fora da instituição e, sim, uma seleção dos professores já existentes e que gerava efeitos de um concurso público. Se passassem, seriam imediatamente incorporados ao quadro de professores da instituição; se não, seriam sumariamente demitidos. Em outras palavras, como estava se abrindo um novo quadro de professores, os que passassem na seleção, era como se tivessem passado no concurso público. ... Tinha gente que já estava lá há oito, dez anos. Foi uma verdadeira chacina, está certo? Formalizamos e instituímos então esse concurso. Dos trezentos e poucos, se me lembro bem do número, só escaparam, acho, uns cento e alguma coisa. Os restantes todos foram demitidos. Com os funcionários também ocorreu a mesma coisa. Então você imagine o ódio dessas pessoas em relação a administração e, particularmente, a mim. Fizeram o meu enterro, apelaram para todas as instâncias políticas, mas não funcionou. Eles sabiam perfeitamente que não era apenas Geraldo Lafaiete que estava fazendo isso. Eles sabiam que fora eu porque que eu havia colocado isso como uma condição. Eu disse: “Geraldo, eu só assumo a Pró-Reitoria se você me apoiar nessa empreitada.”. E esse grupo de direita a que já me referi, era absolutamente contra essa medida, até porque muitos dos beneficiados por esse sistema espúrio tinham suas indicações patrocinadas por eles e pelos políticos que os respaldavam: “Você está enterrando a Universidade!. Aí eles iam ao gabinete do reitor e sopravam nos seus ouvidos: “Você está criando um conflito desnecessário com professores e funcionários”. E acrescentavam: “Não vá atrás da cabeça de George, você vai se incompatibilizar com essas pessoas. Deixe essa coisa de lado e demita-o”. Mas, justiça seja feita, o reitor me deu todo o apoio de que necessitava.

“A minha candidatura se deve ao apoio considerável de grupos fortes da Universidade: o grupo da Medicina, o grupo da Física, etc. Como é que eu poderia chegar junto deles – desses grupos que não aceitam a sua candidatura a reitor e, sim, a minha e dizer a eles que, agora, eu passaria a ser o seu vice-reitor?”

Olhe, Evson, quando eu tornei-me Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, eu tomei posse no dia 11 de novembro de 1983, numa sexta-feira. Foi a primeira vez em que o reitor não tomou posse dentro do gabinete. O reitor foi tomar posse dentro no campus da Universidade. Aos pés da estátua erigida em homenagem ao primeiro reitor, professor Joaquim Amazonas.. Você pode imaginar os xingamentos, a gritaria, os protestos que houve. E não foram poucos os grupos organizados de professores, funcionários e estudantes que adredemente se mobilizaram para ensaiar os protestos. Houve

vaias, mas também houve aplausos. O meu discurso foi ouvido e quase não ocorreram perturbações. Interessante é que, ao sair de casa para a solenidade de posse, passei primeiramente pelo meu gabinete na Reitoria e de lá me desloquei para o campus para tomar posse. No percurso, não percebi qualquer sinal de uma possível manifestação. Só quando cheguei ao recinto é que pude observar um grupo não muito numeroso de estudantes agrupados ao lado do tablado onde a posse iria ocorrer. Alguns professores e professoras, também, do outro lado, demonstravam uma impaciência que prenunciava a mobilização. Confesso que fiquei tenso. Não podia realmente calcular até que ponto essa mobilização poderia chegar. Era –repito – o primeiro reitor a não tomar posse no gabinete gelado e protegido por assessores e paredes. Mas eu fui em frente. Achava que devia fazer isso. E não posso dizer que houve perturbações de natureza significativa. A posse ocorreu, diria, com uma relativa tranquilidade. Houve também um fato que antecedeu imediatamente a minha posse e que merece que a ele faça referência. Embora ligado a momentos antes da posse seus antecedentes remontam ao período de campanha eleitoral.. Pouco antes de tomar posse, na verdade, eu estava em casa me preparando para a cerimônia quando a ministra Ester Figueiredo Ferraz me telefona. Isso foi no final do governo Figueiredo. Havia um professor, respeitável, cujo nome, por uma questão de ética, prefiro não declinar, que havia, como se diz, quebrado todas as lanças para ser o reitor. Ele, durante o processo eleitoral, havia me chamado ao gabinete e dito: “Olhe, George, você sabe que eu gosto muito de você. Eu o conheço e você foi meu aluno. Eu tenho muita atenção por você. Mas eu quero lhe dizer uma coisa: “Você é um rapaz muito jovem, tem muito tempo pela frente. Eu, não, estou no fim da minha carreira e quero coroá-la com o cargo de reitor. Então eu vou fazer o seguinte: “vou propor a você que retire a sua candidatura, eu o ponho como meu vice-reitor e então você terá sua chance no próximo mandato.”. Eu então lhe disse: “Olhe, professor, eu fico muito honrado e agradeço a sua oferta, mas quero dizer ao senhor que não posso tomar uma atitude dessa ordem, porque a minha candidatura não se deve apenas ao meu desejo de ser o reitor, é algo exterior a mim. Não é um fato que eu queira impor o meu nome e o meu currículo. A minha candidatura se deve ao apoio considerável de grupos fortes da Universidade: o grupo da Medicina, o grupo da Física, etc. Como é que eu poderia chegar junto deles – desses grupos que não aceitam a sua candidatura a reitor e, sim, a minha e dizer a eles que, agora, eu passaria a ser o seu vice-reitor? O que restaria, professor, da minha dignidade, da minha honradez?” Você pode imaginar como ele ficou furioso. E o que é que aconteceu?., Porque foi meu professor, uma pessoa respeitável e, além de tudo, já faleceu. Mas, voltemos aos momentos imediatamente antecedentes à posse para chegarmos ao telefonema da Ministra. O que aconteceu? Eu ia assumir no dia onze. Os diretores dos Centros estavam terminando os mandatos. Os Conselhos Departamentais dos Centros eram compostos por Chefes de Departamento e Coordenadores de Curso, todos indicados em listas dos colegiados e de livre escolha do reitor. O aludido professor, além de ser o vice-reitor, era também diretor de Faculdade e coordenador de um Curso de Pós-Graduação. Então eu pedi ao vice-reitor em exercício, Geraldo Lapenda, professor do Departamento de Letras, um homem muito sério, o seguinte: “Geraldo, se nós não resolvemos agora esse problema dos coordenadores de curso, antes de que eu tome posse, nosso reitorado, e você, por um tempo, será o

meu vice-reitor, terá enormes dificuldades políticas, porque, nos Centros onde a oposição está instalada, se eles anteciparem as eleições e as indicações de Coordenadores de curso – como já sei que estão pretendendo fazê-lo –, estaremos de pés e mãos atados e o nosso reitorado estará, pelo menos nos primeiros dois anos, totalmente inviabilizado.”

E eu sabia que essa estratégia tinha sido concebida, inclusive pelo aludido professor e pelo grupo que me fazia oposição. “Então”, continuei eu -, “como é prerrogativa sua, uma vez que você se encontra no exercício da Reitoria como vice-reitor, você pede que os coordenadores de curso entreguem os cargos, uma vez que são cargos de confiança e que há a iminência de uma nova administração. Geraldo Lapenda não teve dúvidas, oficiou a todos os coordenadores de curso, de graduação e de pós-graduação, ocupantes de cargos da confiança do reitor, solicitando que pusessem imediatamente os seus cargos à disposição, porque um novo reitor iria tomar posse. O professor candidato, que me chamou para a já referida conversa, era, como salientei, coordenador de um curso de pós-graduação. E ele, por conseguinte, teria que colocar também o seu cargo à disposição. Então, como ele tinha muito prestígio político, era um homem que até tinha uma posição considerada de esquerda, foi se queixar diretamente ao governador do Estado, que era Dr. Roberto Magalhães, também professor da Universidade. E mais, através do governador, fez com que sua queixa chegasse ao conhecimento do Ministério da Educação: alegou que se tratava de uma perseguição. E que o pivô dessa perseguição tinha sido a minha atitude. Que eu tinha conseguido convencer o vice-reitor a fazer isso.”. E isso tudo era verdade. (Risos). Eu saí na hora do almoço para ir ao barbeiro cortar o meu cabelo. Quando eu voltei para casa, comecei a me vestir para ir tomar posse. Aí já havia um recado me dizendo que a ministra da Educação me tinha telefonado. Queria falar comigo urgente. Deixou inclusive o número do telefone.. Eu peguei o telefone e liguei para o Ministério. “Pois não, Ministra!”. Ela disse: “Professor, eu quero me congratular com o senhor pela sua posse.”. Eles me chamavam, no Ministério, “o Reitor da Esperança”. A Universidade vinha tão desarticulada que eles diziam que eu seria o “reitor da esperança” que ia recompor tudo. Disse ela: “Eu queria me congratular com o senhor. Infelizmente eu não poderei ir à sua posse, porque tenho um compromisso inadiável”. Ela tinha sido Ministra do Supremo Tribunal Federal. Ela era uma mulher muito competente. “Mas eu estou mandando o professor Edson Machado, que é o presidente da CAPES, para me representar”, continuou ela “ Entretanto, eu queria aproveitar a oportunidade para falar com o senhor sobre uma outra coisa, reitor.”. Eu disse: “Pois não, Ministra!”. “Eu queria que o senhor examinasse direitinho esse negócio

“Disse a [Ministra]: “Eu estou lhe falando porque eu já recebi telefonema do governador de Pernambuco [Roberto Magalhães]. E o governador está furioso com esse negócio. Então o senhor tome muito cuidado!. Eu estou lhe falando para o senhor tomar muito cuidado. A coisa está pegando fogo por aí.””

que o senhor mandou fazer convencendo o vice-reitor a destituir os coordenadores de curso. Até aí, tudo bem. Mas o senhor sabe que há algumas pessoas muito importantes que se estão julgando perseguidas e que acham que o fato de o senhor ter feito isso é uma perseguição pessoal. Até porque essa pessoa foi o seu concorrente.”. Eu lhe dou minha palavra, Evson, juro pela felicidade dos meus filhos, pela alma da minha mãe, que eu respondi exatamente o seguinte: “Olhe, Ministra: são cinco horas da tarde ... A posse está marcada para as seis horas, a senhora ainda tem tempo de baixar um ato anulando a minha, a essa altura, hipotética posse, pois, de fato, ainda não a tomei oficialmente no campus. Então suspenda a solenidade. Eu abro mão de ser o Reitor, mas não abro mão da minha dignidade. Eu não abro mão de.. proteger o meu reitorado para ficar ao abrigo de interferências sub-reptícias e solertes que vão me tirar as condições mínimas de governabilidade..”

“Mas olhe, George, [diz Marco Maciel], meus parabéns, porque você foi escolhido.”. Uma congratulação puramente formal, pois eu sabia que ele tinha inclusive apoiado o outro candidato. Não estou primeiramente fazendo uma crítica. Em política as coisas são assim. Apesar de tudo, reitero o que já havia afirmado, ele era um político fino, elegante, educado e atencioso.

A senhora diz que eu sou o “reitor da esperança”, mas só posso ser o “reitor da esperança” se tiver as condições de livremente exercer as minhas funções, ser detentor dessa condição que é sagrada à instituição universitária: a autonomia. Eu não vou é dar um tiro no meu próprio pé. Não vou manter pessoas que eu sei perfeitamente que vão desgastar o meu reitorado. Portanto, a senhora fique à vontade.”. Rapaz, a mulher ficou perplexa com a minha reação: “Não, professor, não é isso que quero dizer e muito menos que aconteça. De jeito nenhum. Aí ela abriu o jogo. Disse: “Eu estou lhe falando porque eu já recebi telefonema do governador de Pernambuco. E o governador está furioso com esse negócio. Então o senhor tome muito cuidado!. Eu estou lhe falando para o senhor tomar muito cuidado. A coisa está pegando fogo por aí.” Eu disse: “Tudo bem!”. O que é que a senhora sugere? Vá e tome posse, por favor, mas seja cauteloso, aja com prudência! Você imagina o que foi minha posse? Você começar um reitorado com um drama desses na sua cabeça? Fui tomar posse, e me deu uma dor de cabeça terrível. Mas aí eu fiz o meu discurso. Depois teve um jantar. Um dos piores da minha vida; comi algo e fui embora. Eu tinha uma casa na praia, fui direto para lá. Quando cheguei, eram mais ou menos umas onze horas da noite, o telefone toca. Era Marco Antônio Maciel, que foi meu colega de turma e se formara comigo em Direito. E Marco Antônio começou a falar daquele jeito que lhe é bem peculiar: “E como vai Dona Olga? Como vai o Sr. Nelson?”. Nossas famílias se conheciam muito. Ele estudava comigo na nossa casa. E eu também na dele. “Mas olhe, George, meus parabéns, porque você foi escolhido.”. Uma congratulação puramente formal, pois eu sabia que ele tinha inclusive apoiado o outro candidato. Não estou primeiramente fazendo uma crítica. Em política as coisas são assim. Apesar de tudo, reitero o que já havia afirmado, ele era um político fino, elegante, educado e atencioso. Bem, então ele continuou: “Mas eu estou lhe telefonando, e você sabe, nós somos amigos há muito tempo, criou-se um clima muito desagradável com o governa-

dor do Estado, e o governador, você sabe, é um homem sério, preparado, mas um tanto quanto temperamental. E o reitor, você sabe, tem que manter um bom relacionamento com o governador. O governador não se conforma. Veja se você consegue minimizar essa situação.”. Eu disse: “Olhe, Marco!”, então comecei a contar a ele a minha versão: “Eu tive uma conversa com a ministra nesse mesmo sentido. Minha posição é essa! E eu não abro mão por hipótese nenhuma da minha autonomia, caso contrário eu não poderei dirigir a Universidade.”. Aí ele fez uma insinuação, de uma forma bastante habilidosa. “Será que você não teria condições de conversar sobre isso com o próprio governador?”. Eu então disse: “Como assim condições de conversar com o governador? Você sabe, Marco, que o governador é a maior autoridade do Estado, além do mais eu tenho um enorme respeito e consideração pelo Dr. Roberto Magalhães.. Se ele mandar me chamar, minha obrigação é ir lá e conversar com ele. Eu sou tão somente uma autoridade universitária. Mas ele é muito mais autoridade do que eu, ele é o governador do Estado. Basta ele me convocar que eu vou.”. E ele: “Ah, está certo, George. Vou providenciar isso, entraremos em contato.” E desligou o telefone. Não demorou meia hora, eis que o telefone toca novamente. Era Margarida Cantarelli, que era secretária de Governo do governador Roberto Magalhães. Ela então me disse: “George, meu filho!”. Naquele seu jeito que é bem maternal. Ela fez uma verdadeira festa, e eu adoro Margarida!. “Olhe, George, Dr. Roberto quer dar uma palavra com você. Quer saber se você pode vir até o Palácio,”. Eu disse: “Claro! Eu estou aqui à disposição dele. É só ele determinar o dia e a hora em que devo comparecer..”. Ela disse: “Já combinei com o governador, George; se você puder vir na segunda-feira à tarde, pelas 15 horas, ele estará pronto para recebê-lo.”. Eu disse: “Está tudo bem, Margarida, estarei, impreterivelmente, no Palácio às 15 horas.” Veja que situação “sui generis”. Meu primeiro dia de mandato começa com um pepino dessa ordem para resolver. Foi um fim de semana, você pode imaginar, muito conturbado. Quando eu cheguei à Reitoria, segunda-feira pela manhã, cedo, para assumir, assim que me sentei à minha mesa eis que a minha secretária anuncia a primeira visita do dia, que era a do meu concorrente; exatamente aquele que havia criado todo esse problema. Eu o recebi, é claro, com respeito e reverência. Ele estava com a sua esposa e me disse: “Olhe, George, eu vim aqui lhe dar meus parabéns. Conte comigo para o que você precisar”. Eu agradeci, mas não poderia deixar passar em branco essa oportunidade e respondi: “Professor, eu agradeço as suas congratulações e a sua disponibilidade para me ajudar. O Sr. foi o meu professor e eu lhe devoto muito respeito; ademais, o Sr. é um intelectual culto e respeitado, mas eu não pude ainda entender como é que o senhor quer que eu possa contar com o senhor, uma vez que o senhor se opôs a minha escolha para reitor, foi apelar inclusive para o governador do Estado que chegou a telefonar para a Ministra da Educação para que ela me advertisse pelo fato de ter solicitado aos coordenadores de curso que pusessem à disposição os cargos, uma vez que o novo reitorado tem essa prerrogativa e necessita compor a sua equipe. E o Sr. ainda vem aqui me dar os parabéns? “Não” – disse ele -, “eu não queria mesmo era ser demitido, o que é uma desmoralização para mim, para o meu nome, para a minha reputação”. “Fique tranquilo, professor” – redargui -, “eu também não tenho nenhum propósito de demiti-lo. Façamos o seguinte: o Sr. põe o cargo à minha disposição e está tudo resolvido. O Sr. me poupa de tomar uma atitude que abominaria, mas que, infelizmente, é

inevitável.” “Ótima solução!” - disse ele. “O problema está agora solucionado.” Despediu-se e, todo destreinado, retirou-se. Aí eu disse a Ângela, que era a minha secretária: “Ângela, traga a relação de todos os professores e funcionários que estão lotados no gabinete. Quando eu peguei a relação, tinha em torno de vinte e tantos professores à disposição. Inclusive, muitos desses, antigos professores colaboradores. Eu disse: “Como primeiro ato, solicite ao D.P que devolva todos eles aos seus respectivos Departamentos. Mandei então lavrar uma portaria nesse sentido. Passou-se o resto da manhã. Quando chegou a tarde, eu tomei o carro e fui ao Palácio das Princesas. O secretário de Governo do Palácio ,meu amigo, professor Sileno Ribeiro disse: “Ah, o governador está aqui com a Missão da UNESCO, mas disse que você esperasse um pouco, pois ele o vai atender já, já.”. Botou-me lá num salão e, daqui a pouco, chega Roberto. Eu já conhecia Roberto de antes: “Oh, reitor, como vai?”. Eu disse: “Tudo bem, governador. Como é que está?” – perguntou-me ele : “Tudo em ordem!”, respondi. “Como é”, continuou, “está preparado para enfrentar agora essa luta pesada?”. Eu disse: “É!”. Ele: “Eu imagino. Deve ser uma luta muito árdua.”. O professor Marcionilo Lins, ex-reitor da Universidade, a quem já me referi, gostava muito de Roberto Magalhães, e Dr. Roberto então disse assim: “Eu me lembro de Marcionilo. Você acompanhou a sua trajetória e sabe bem o que ele passou e agora você vai enfrentar os mesmos desafios.”. Eu então lhe disse: “Dr. Roberto, com todo respeito, eu comecei a trabalhar hoje. É meu primeiro dia de mandato. Certamente o senhor não me chamou aqui para me dizer isso que está me dizendo. O senhor me chamou por outro motivo, que eu bem conheço, não é verdade?”. Ele: “É verdade, é verdade, eu o chamei, George, porque eu não gostei da maneira como você atuou nesse negócio do professor X. Afinal de contas, é um homem de respeito. Um nome de projeção nacional. Então você não pode fazer uma coisa dessas. Você não pode demiti-lo assim, e foi por isso que ele veio a mim se queixar”. Eu disse : “Olhe, governador, Roberto, por favor me ouça”. Primeiro, responda-me, por obséquio, com todo o respeito que lhe tenho, o que eu vou lhe perguntar:se o Sr. estivesse começando o seu governo e vivenciando alguma dificuldade com alguma auxiliar, um secretário por exemplo, que criasse impedimentos ao exercício das suas funções e algum amigo influente dessa pessoa o procurasse pedindo que o mantivesse no cargo, o senhor acharia isso razoável? O senhor o faria? Como é que o senhor se sentiria? Como é que se sentiria se tivesse dentro da sua Secretaria pessoas que estivessem tramando contra o seu governo? O senhor ia ficar calado? Ia deixar como está, porque essas pessoas são importantes ou qualquer coisa? Eu o conheço bastante, governador, para saber que o Sr. não toleraria isso. Agora, governador, deixe-me lhe falar francamente. Já conversei com ele, hoje, pela manhã e combinamos que ele colocaria o seu cargo de Coordenador à disposição, o que me desonera de um encargo que, na verdade, não gostaria de assumir.”. “Ah! Ótimo, George; se é assim, tudo está resolvido.” “Agora, Governador, prossegui, “me permita fazer uma outra colocação: por que não revertemos esse desagradável incidente em algo que se torne mais valioso para o Estado e para a Universidade? Vamos, por exemplo, discutir quais são as possibilidades que o Governo do Estado pode oferecer para ajudar a Universidade nessa tarefa terrível que eu estou enfrentando agora e em que medida a Universidade não poderia também emprestar o seu concurso em relação a alguns problemas do governo? Então ele disse: “É, George, eu acho que é possível

fazer isso e eu estou disposto a fazê-lo!”. Vamos lá! Está certo? Eu só queria lhe pedir o seguinte: não humilhe o professor.”. Eu disse: “Eu não vou humilhar o professor. O que eu tinha de fazer, já fiz. Não vou fazer isso governador. Ele pode até continuar no cargo, desde que não me crie problemas. Eu respeito o nome dele. E esse negócio já está resolvido.”. Ele, em seguida, falou: “Está bom! Então vamos marcar agora um encontro...” Veja como tudo aconteceu!. As coisas mudaram da água para o vinho. Ele: Vamos marcar agora um encontro no qual eu levo todos os meus Secretários você junta todos os seus Pró-Reitores e a gente discute em conjunto o que pode ser feito em parceria. O que o Governo pode fazer pela Universidade. O que a gente precisa do ponto de vista técnico”. E foi o que aconteceu. Uma semana depois, ele estava lá na reitoria. O encontro foi excelente e proveitoso. Foi muito profícuo. Foi muito engraçado, porque o reitor que me substituiu, que era meu pró-reitor de Planejamento, Edinaldo, era um economista brilhante, um PhD pela Cornell University que estava presente e deu um verdadeiro show. Roberto virou-se para mim e disse: “Esse rapaz é fantástico, deixe-me levá-lo para o meu governo. Porque eu estou precisando reforçar o meu quadro de pessoal da Secretaria de Planejamento. (Risos). Eu estou lhe contando esses lances para você ver como é difícil passar por uma situação dessa natureza.

Evson Malaquias: Era comum haver esses conflitos com o poder local? Porque são de naturezas diferentes.

Professor George Browne: Não, não.

Evson Malaquias: Um era de natureza federal... Ou era só momentâneo, por alguns laços? ... De docentes que tinham laços também com esse?

Professor George Browne: Não, nunca houve isso na Universidade, que eu tenha notícia. A primeira vez foi essa. Nunca houve isso.

Evson Malaquias: Pra encerrar, o senhor gostaria de ser lembrado como? Por que marca o senhor gostaria de ser lembrado como reitor?

Professor George Browne: Eu gostaria de ser lembrado, simplesmente, como um professor que deu tudo o que podia, o melhor de si, para formar gerações de jovens, não apenas ministrando-lhes saberes, mas procurando incutir-lhes, ao lado do saber, a dimensão ética da vida. Hoje, mais do que nunca, temos que estimular os nossos jovens a refletir, a agir com prudência, com sabedoria. Por isso é preciso sempre avaliar cada ato, cada decisão. Como dizia Sócrates, “uma vida que não é reavaliada é uma vida que não merece ser vivida”. Eis a razão pela qual preferiria ser lembrado mais como professor, do que mesmo como reitor. Pelo fato de que o peso maior, para mim, consiste naquilo que sou permanentemente e não naquilo onde estive temporariamente. Meu empenho como professor sempre se direcionou ao ensino do qual não dissociaria minha enorme sensibilidade pela pesquisa, que é o fundamental nutriente à qualidade do ensino. Preocupa-me hoje, ainda sobremodo, a elevação intelectual científica e ética da Universidade Federal de Pernambuco, em particular, e da Universidade Brasileira, em geral. Vejo, com tristeza, que, no sistema de classificação qualitativa internacional das universidades, as nossas nem sequer figuram no elenco das mais conceituadas. E os

nosso governo não dão a mínima para isso. Além de investirem muito aquém das reais necessidades, investem mal. Até porque, apesar de os recursos serem indispensáveis ao desenvolvimento da educação, eles servem simplesmente como meio e não como fim. É o direcionamento que se dá à sua aplicação o que conta. A preocupação do governo é meramente estatística, quantitativa e não qualitativa. Não há programas sérios voltados para uma preparação mais adequada nos níveis antecedentes à universidade e, por isso, se decide simplesmente expandi-la, massificá-la. Permite-me indicar a proliferação indiscriminada de instituições privadas que não detêm as condições mínimas de uma formação profissional adequada, como correspondentes, juntamente com o MEC, pela degradação do nosso ensino superior. Claro que não são todas; eu mesmo participo das atividades acadêmicas de algumas delas que repto comprometidas com a qualidade do ensino. Porque, na verdade, não vejo muito sentido em criar um fosso entre a educação pública e a privada. A educação é pública por natureza, não importando se é exercida por instituições públicas ou privadas. O que importa é que ambas considerem a educação como um bem público. Com efeito, existem neste País instituições privadas com alto nível de excelência acadêmica. Todos sabem que nos Estados Unidos as grandes Universidades são privadas. Nem tampouco essa distinção se deve ao fato de uma ser paga e outra gratuita. Acho até que, sendo boa parte dos cursos das Universidades Públicas freqüentados por uma elite social com considerável poder econômico, essas pessoas deveriam pagar a universidade, de sorte que os recursos arrecadados servissem à melhoria da própria instituição. O problema consiste em que se instalou um sistema degradante em algumas dessas instituições particulares, que não têm nenhum compromisso com a academia, sendo o seu único escopo, exclusivamente, o lucro. Mas, voltando propriamente à UFPE, perdoe-me se faltou com a modéstia, mas tenho a convicção de que foi durante o meu reitorado que a nossa Universidade ganhou uma projeção internacional sem precedentes na sua história.

“Então é por isso que eu gostaria de ser lembrado: como um facilitador da qualificação da Universidade no campo da Pesquisa, do Ensino e da Pós-Graduação. Só isso. Se for isso, eu estou satisfeito.”

Evson Malaquias: Novamente, muito obrigado pela disponibilização do seu tempo.

Professor George Browne: Mais uma vez Evson gostaria de reiterar os meus agradecimentos por você me ter dado a oportunidade de fazer esse passeio pela minha própria história. Não gostaria, entretanto, de concluir esta entrevista sem fazer referência a certos aspectos relativos à minha inserção nesses eventos, ou seja, ao propósito de tentar relatá-los, fidedignamente, na forma como se desencadearam, desempenhando, simultaneamente, o papel de expectador, e autor de alguns deles. Apesar de Professor de História do Direito, confesso não poder escapar das armadilhas da subjetividade que rondam a análise histórica. Ao ser convidado para falar da história do meu Reitorado não há, naturalmente, como fazer um corte, circunscrevendo o meu relato a uma análise puramente objetiva do quadriênio em que tais fatos ocorreram, nem, muito menos, excluir dele os aspectos pessoais, minha visão de mundo e dos meus valores. Tanto é assim que você

mesmo, como entrevistador transgrediu essas fronteiras, direcionando sua curiosidade a aspectos pessoais da minha vida, que apesar de serem íntimos, fazem parte do contexto, do “eu e a minha circunstância” de que falava Ortega. Apesar de se tratar de um simples relato de uma experiência, com tonalidades autobiográficas, não deixa de ser um retalho da história de uma instituição. Mas todo o discurso histórico – reforço - tem finalidades persuasivas. Ele tem o propósito de querer legitimar as interpretações sobre os cenários que o historiador participou e pretendeu transmitir. Isso é inescapável, porque faz parte da natureza humana. Assim, a análise histórica, não raro, acomoda conotações fidedignas do real à conteúdos emocionais que inexoravelmente incorporam os ideais que impregnam a imaginação do historiador. É por essa razão mesma que a análise histórica não pode nem deve ser interpretada categórica e dogmaticamente, mas deve estar constantemente aberta à crítica e à problematização. É nessa perspectiva que submeto à consideração dos eventuais leitores o relato das minhas experiências; antecipadamente, peço àqueles que, porventura possam interpretá-lo sob luzes mais abrangentes, ou mesmo que enxerguem no seu percurso passagens hiperbólicas que insinuem excessos de exaltação à minha própria subjetividade que não se furtem à desenvolver a crítica que julgarem pertinente. No mesmo diapasão, peço, por fim, perdão àquelas poucas pessoas a que também me referi de forma crítica. Não há nada de pessoal quanto a isso. Mas é um imperativo do relato histórico, procurar descrever os fatos como eles ocorreram, ou, pelo menos da forma como o historiador percebe que eles ocorreram. Os alemães fizeram uma distinção entre o método explicativo, comum às ciências da natureza e o método compreensivo, relativo às chamadas ciências do espírito, em particular à história. O método explicativo, *Erklärung*, enquanto direcionado às ciências da natureza, pressupõe um afastamento, uma atitude objetiva do pesquisador diante dos fatos que necessita observar; a compreensão *Verstehen* não: na interpretação heideggeriana do termo, compreender significa apreender os fenômenos sob um determinado modo de ser do homem (*Dasein*) o qual projeta o seu próprio ser, na busca de traduzir e ser o que ele efetivamente é. Há, portanto, na compreensão do fenômeno histórico uma mediação entre o subjetivo e o objetivo. Subjetividade, portanto, que não se identifica com um solipsismo, um idealismo subjetivo redutor do mundo externo à sua própria consciência e sim, como acentua Paul Ricoeur, que parte do eu para o homem em geral. E essa passagem de mim para o homem não é exatamente uma análise epistemológica, mas, antes e predominantemente uma análise filosófica, pois é uma subjetividade impregnada pela reflexão. Segundo o autor de “*Histoire et Vérité*”

“Tel sera notre parcours de l’objectivité de l’histoire à la subjectivité de l’historien; de l’une et de l’autre à la subjectivité philosophique (pour employer um terme neutre qui ne préjuge pas l’analyse ultérieure)”

SR. JÔNIO SANTOS PEREIRA DE LEMOS

Foto: Arquivo Pessoal



Formatura

Foto: Arquivo Pessoal



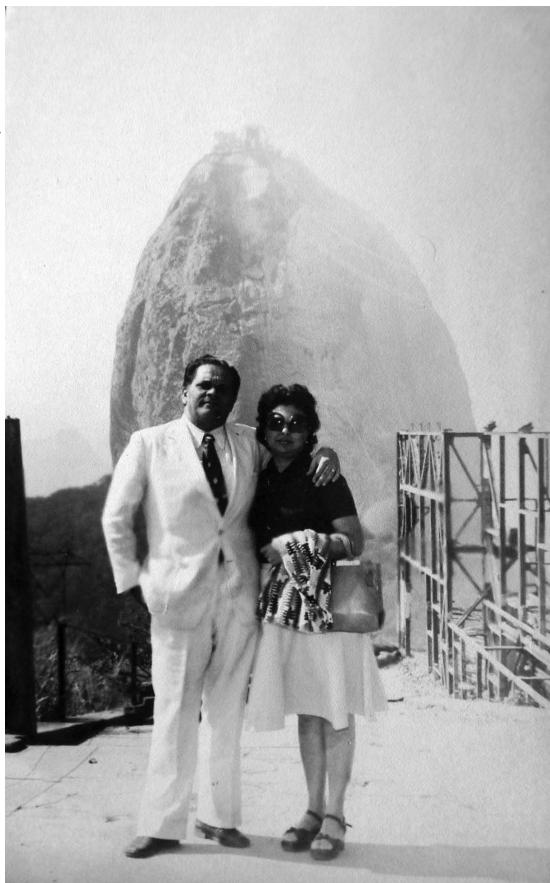
Primeira comunhão

Foto: Arquivo Pessoal



Casamento - Dezembro

Foto: Arquivo Pessoal



Viagem ao Rio de Janeiro

Foto: Arquivo Pessoal



Professores da Faculdade de Filosofia

Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal



Diretório da escola de arquitetura - nomeação de Jonio - diretor

PRIMEIRA ENTREVISTA COM O SR. JÔNIO SANTOS PEREIRA DE LEMOS

O senhor Jonio Santos Pereira de Lemos, filho de Jonas Pedro Pereira Lemos e Jovelina dos Santos Lemos, nasceu em Recife, em 14 de novembro de 1926, e viveu parte de sua vida, na infância, em Casa Amarela. Estudou no Externato no bairro do Espinheiro, no Ginásio Pernambucano (ingressou em 1937) e no Carneiro Leão (Científico). Ingressou na Escola de Engenharia em 1945, em engenharia civil, e diplomou-se em 1949. Foi tesoureiro do Diretório Acadêmico de Engenharia em 1947 e liderou a primeira greve estudantil da Universidade do Recife, hoje, UFPE. Retornou à Escola de Engenharia para estudar engenharia elétrica em 1952. Formou-se em Engenharia e foi professor assistente de matemática, na Faculdade de Filosofia e, Catedrático, na Faculdade de Arquitetura. Foi diretor da Faculdade de Arquitetura (1963 a 1966) e vice-diretor do Instituto de Física e da Matemática, e, em 1968, diretor pró-tempore. Em 1969, é nomeado diretor do Instituto de Matemática. Primeiro diretor da TV Universitária, canal 11 (1968). Foi vice-reitor no reitorado de Murilo Guimarães (1964 a 1967 e 1967- 1970) e concorreu na lista tríplice no Conselho Universitário por três vezes.

Cenas e canários da entrevista

Infância – jogos e brincadeiras – formação educacional – Admissão – Cinema – Importância da mãe para a formação ética e educacional – Casa Amarela – bonde: TRAMWAYS – festa da juventude - cursinho e ensino superior - criação da Universidade e cotidiano das aulas - primeira e segunda épocas – Diretório Acadêmico de Engenharia – Conselho Universitário e bastidores no tempo dos militares – Gilberto Freyre, João Alfredo e sua abdicação ao reitorado – sucessor de Newton Maia e os bastidores eleitoral – os estudantes de 1947 e o ensino superior - sucessor de Newton Maia e os bastidores eleitoral – “causos” de conflitos e greve estudantil de 1947 contra docentes – prof. Luiz Barros Freire – Ocupação do prédio da reitoria (Faculdade de Direito) pelos estudantes – “seqüestro” do reitor - ingresso como docente e o concurso docente – Joaquim Amazonas – Rádio e TV Universitária – criação da TV Universitária e o Exército.

Evson Malaquias: Jonio, as questões estão organizadas em cinco blocos sobre os quais haverá várias perguntas.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Está certo!

Evson Malaquias: Está bom assim? Posso começar?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Pode.

Evson Malaquias: Bem, hoje são vinte e seis, de setembro de 2009. Eu me encontro aqui na casa do senhor Jonio de Lemos e vamos iniciar a entrevista sobre a história da UFPE, agora, às 10h da manhã.

Evson Malaquias: Bom, senhor Jonio, fale um pouco da sua infância. De como foi e onde foi essa infância.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu nasci em Recife, no bairro do Guararapes. Meu pai era da guarda da alfândega, fiscal aduaneiro, e minha mãe era doméstica, professora de profissão, mas não exercia. Era professora de título, mas casou-se e não continuou a ensinar. Ela teve seis filhos. Meu pai morreu aos quarenta anos, no dia 10 de dezembro de 1941, e eu fiquei com a minha mãe e os meus irmãos para lutar. Minha mãe foi uma heroína; na minha casa, ela formou cinco engenheiros: eu, meus irmãos e mais dois sobrinhos que moravam lá em casa. Eu não fiz nenhum (risos), com tudo na mão, mas ela fez cinco. Eu fui na frente Lá em casa só se falava em engenharia. A engenharia continuou em minha família: hoje tenho três netos engenheiros e uma neta estudando engenharia na UFPE. Eu fiz um curso primário meio tumultuado porque adoeci da perna. Tive uma osteomelite de quatro para cinco anos. Comecei a estudar na casa de uma professora, particularmente, no bairro da Boa Vista, mas passei pouco tempo. Minha formação começou num externato que tinha lá no Espinheiro, de duas professoras muito boas, dona Romilda e dona Nena, na Rua da Hora. Depois fui para a Escola Experimental. Tive uma professora muito boa lá.

Evson Malaquias: Com qual idade?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não tinha dez anos ainda. Antes de dez anos. Eu fui precoce em tudo. Eu fiz o primário em um ano. Todo mês eu mudava de classe. Eu comecei as letras e, no fim, estava estudando para fazer o concurso de Admissão.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Admissão. Foi muito depressa. Isso deu muitas lacunas, porque você fazer um curso de tantos anos em um só ano, por mais inteligente que fosse, não é?

Evson Malaquias: Bem, o que é que uma criança naquela época gostava de fazer? Que tipo de...?

Prof. Dr. Jonio Lemos: De brincadeira?

Evson Malaquias: É, é. O que é que ela gostava de fazer?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Futebol, ginástica. Eu fiz muita.

Maria da Conceição: Jogo de botão e voleibol.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Jogo de botão, sim.

Evson Malaquias: O senhor brincava muito com seus irmãos?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein? Brincava.

Evson Malaquias: O senhor era mais novo, ou não?

Prof. Dr. Jonio Lemos: _Não, eu era o mais velho, mas tinha um primo da mesma idade

Evson Malaquias: Então era o líder?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein? Era o líder. (risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Isso aí era eu com ele. A gente só pensava em estudar. Porque a minha vida foi essa. Mas, com isso, eu fiz muita coisa, muito cedo. Porque, com trinta anos, eu já era catedrático da Universidade. Com trinta e um era vice-reitor. Então ... foi muito cedo. Por isso, hoje, estou com oitenta e três anos e tenho história pra contar.

Evson Malaquias: (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Viu? Mas...

Evson Malaquias: O senhor jogava bola? Gostava de jogar?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Jogava, mas lá em casa o estudo era prioritário. Minha mãe colocava uma mesa grande para estudo todo dia. Ela na cabeceira da mesa e a gente em volta. Isso desde que eu me entendi de gente. Mas... foi minha mãe que foi responsável por isso. Dizem que eu a ajudei, mas o que eu fiz foi pouco. Mas a gente foi assim. Depois dessa ida para ... Escola Experimental, eu estudei um mês para concurso, para o exame de admissão, com uma professora lá em Casa Amarela, Dona Beatriz Ferreira, que era uma poetisa, uma mulher muito inteligente. ... Eu estudei com ela um mês. E fiz o exame para o Ginásio Pernambucano; naquele tempo, ninguém queria que eu fosse pra lá, porque era muito difícil. O Ginásio era uma barreira. E tinha uma heterogeneidade grande de meninos, tinha filhos de professores da Universidade, mas tinha também gente [desajustada]. Então os meninos do Ginásio eram conhecidos como brigões e jogadores de bilhar. Essas coisas daquele tempo, era o que se falava. Mas, mesmo assim, eu fui para o Ginásio.

Evson Malaquias: O senhor jogava bilhar?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu, não!

(Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu fui só do estudo. Não tenho história pra contar.

(Risos)

Maria da Conceição: Essas histórias são fracas (risos).

Prof. Dr. Jonio Lemos: É! (um leve riso). Mas no Ginásio Pernambucano eu fiz até o quarto ano. Completo. O quinto ano, eu fiz no Carneiro Leão. Fiquei lá até o concurso para a Universidade. Meu tio, casado com uma tia minha, era dono do Carneiro Leão, um bom colégio. O Carneiro Leão e o Oswaldo Cruz eram os dois melhores colégios daquele tempo pra quem queria seguir a vida acadêmica. Eu fui para o Carneiro Leão porque ele chamou a mim e a dois irmãos meus pra estudarmos lá. Já tinha chamado um primo meu. É uma pessoa muito conhecida aqui. [Perseu] de Lemos, que é um...

Maria da Conceição: Cirurgião plástico.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Cirurgião plástico. O senhor já ouviu falar nele? Não?! É, foi um dos maiores cirurgiões daqui. É meu primo, com diferença de um ano pra mim. Ele foi uma das pessoas com quem eu brinquei quando menino. Eu ia para casa de minha tia e madrinha, a mãe dele, a gente então jogava bola, ia para o Náutico, etc. Bem...., o quinto ano eu fiz no Carneiro Leão. Porque esse meu tio, João César de Marinho Falcão, era casado com uma tia minha, irmã de meu pai. Ele chamou a mim e a mais dois irmãos para estudarmos lá gratuitamente. Eu não queria deixar o Ginásio, pois naquele tempo, era considerado uma elite intelectual aqui. Eu tinha chegado ao último ano. Então eu não quis sair do colégio. Mas minha mãe pediu para eu sair, porque meu tio podia ficar... desconfiado com a gente, pois ele chamou, todos os outros irem e eu não ir..., era porque eu queria desmoralizar ... qualquer coisa [do colégio dele]. Então eu fui, mas não fiz mal não. Fiz bem, porque me deu uma relação social diferente da que eu tinha. Ali só tinha gente da alta, como dizem. Até governadores estiveram lá: José Francisco de Moura Cavalcanti foi meu colega de estudo; Cristovão Pedrosa, o maior comerciante daqui, foi meu colega de turma; Barreto Guimarães, também, mas este foi do ginásio. Tenho ali um livro escrito por ele. Aí eu... herdei uma faixa... mais alta economicamente falando. Então foi possível eu vir do Ginásio com uma boa bagagem de matemática, e me fiz professor. Comecei a ensinar particular. Essa aí foi minha aluna! (indicando sua esposa)

Evson Malaquias: Foi? (Risos)

Maria da Conceição: Risos

Prof. Dr. Jonio Lemos: É! Eu fui ... um bom professor. Isso não é choro, não. É consequência do que eu tive. Eu ... me comovo. Uma coisa boa. Eu faço essa medida, mas não se importe com isso não. Eu... fui um... [choro] ... bom professor.

Evson Malaquias: Com que idade, mais ou menos, o senhor começou a ensinar?

Evson Malaquias: Mais ou menos

Prof. Dr. Jonio Lemos: Quinze anos! Foi.

Evson Malaquias: E era comum os jovens...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não era. Eu era especial, novo, como dizia a história.

Evson Malaquias: Porque, pelo que eu vi na minha pesquisa, os jovens entravam muito cedo na Universidade. Formavam-se muito cedo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein? Ah, sim! A gente entrava com 18 anos.

Maria da Conceição: Eu acho que ...

Evson Malaquias: Porque alguns se formavam até com 21 anos.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não.

Maria da Conceição: Pois eu acho que agora é que estão entrando mais cedo. Porque havia... uma exigência: tinha que ter 18 anos para entrar na Universidade. E, agora, não.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Naquele tempo só podiam entrar maiores de 18 anos. E com dez anos, no Admissão. Começava aos dez no Admissão e aos 18, na Faculdade. Não entrava com menos, não. Esse menino, que é... Manuel Barros Lima, Brennand, foi colega de turma. Essa turma toda formou-se comigo.

Evson Malaquias: Qual Brennand?

Maria da Conceição: Ricardo!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ricardo!!!

Evson Malaquias: Ah, foi?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Há pouco tempo ele esteve por aqui para comemorarmos os 60 anos da formatura.

Evson Malaquias: Os seus amigos, da infância para a juventude, o que é que eles gostavam de fazer? Em que os jovens mais... se ocupavam?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Naquele tempo a coisa era muito reduzida: essa coisa de hoje não tinha, não. Não tinha... bolinha. Não tinha isso, não. O pior era o bilhar, que, como eu disse a você, não era pra todo mundo, não. Era o camarada quando era marginal.

Evson Malaquias: E bilhar? Jogava-se onde? Era comum?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era comum. Era o lugar onde os meninos se encontravam. Mas... o botão era o forte daquele tempo.

Maria da Conceição: Cinema!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Cinema, não é? Cinema.

Evson Malaquias: Qual era o cinema?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Lembro, sim. Lá em Casa Amarela, dois, na Rua Padre Lemos, eram os mais antigos.

Maria da Conceição: É o Rivoli?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Rivoli, é!

Maria da Conceição: Mas o Rivoli já foi depois.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, mas eu digo aí os cinemas que já havia naquela época.

Evson Malaquias: E o senhor gostava de frequentar?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Em Casa Amarela havia o cinema Casa Amarela, que foi o primeiro, na Rua Padre Lemos, depois vieram o Coliseu e o Rivoli. O Espinheirense também, que ficava na Rua 48 e dava para a Avenida João de Barros.

Maria da Conceição: João de Barros.

Prof. Dr. Jonio Lemos: João de Barros.

Evson Malaquias: E ao falecimento de seu pai, como vocês sobreviveram? Assim... a vida inteira?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu e minha mãe.

Evson Malaquias: Ela trabalhava?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu trabalhava dando aulas particulares de física e matemática. Minha mãe não trabalhava, mas foi trabalhar numa casa de materiais de construção, a Álvares de Carvalho. O proprietário era um grande comerciante português, Sr. Joaquim. Sua esposa, dona Ismênia, era muito amiga da minha mãe, convidou-a para trabalhar na loja e ela foi.

Evson Malaquias: E onde era que o senhor morava?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: Qual era o bairro em que o senhor morava?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu morei toda a vida nos Aflitos, na Rua do Futuro.

Evson Malaquias: Nos Aflitos?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, morei em Casa Amarela e depois fui para os Aflitos, depois que meu pai morreu..

Evson Malaquias: Qual foi o filme que na infância marcou o senhor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Muitos filmes.

Evson Malaquias: Porque sempre há (risos) alguns filmes que, quando jovem...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Muitos filmes.

Evson Malaquias: Um filme assim...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Naquele tempo havia os filmes de que os meninos gostavam, que eram os faroestes.

Evson Malaquias: Passavam muito?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Muitos.

Evson Malaquias: Aquele ator americano.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era John Wayne.

Evson Malaquias: John Wayne.

Prof. Dr. Jonio Lemos: John Wayne, era. E outros mais.

Maria da Conceição: Era uma série

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era. “Os perigos de Paulina” foi um seriado que eu vi.

Evson Malaquias: Funcionavam só aos domingos?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: Os cinemas funcionavam só aos domingos?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não.

Evson Malaquias: Ou...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, funcionavam todos os dias, na terça feira era mais barato. Aos domingos, tinha uma sessão à tarde, a matinê. E, de noite, eu ia lá em Casa Amarela. De sete às nove. Era o cinema. Tinha muito. O cinema perdeu muito com essa mundialização. Todo subúrbio tinha um cinema. E a gente ia pro cinema. Ainda encontrei os cinemas da cidade. Mais adiante. Mas, quando menino, já era isso aí.

Evson Malaquias: Gostava de assistir jogo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sim, eu e meu primo, Abdísio Lemos. Este morava comigo e hoje é meu cunhado. Foi meu companheiro. Era esse menino de que eu falei agora, Perseu, que também era meu primo. Eram os dois que eram da minha faixa etária.

Evson Malaquias: E vocês saíam muito, juntos, depois da aula?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: Saíam juntos os jovens depois da aula pra...?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Depois da aula a gente fazia o seguinte: ia pra casa. Minha casa ficava onde foi, depois, aquele Bompriço grande, lá na esquina de Casa Amarela.

Maria da Conceição: Casa Amarela. O primeiro.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ali ... foi uma casa em que eu morei. Meu pai morreu, estava ali, entendeu? Tinha um quintal grande, um campo de futebol no fundo do quintal (choro) ... Lá em Casa Amarela ... tinha tudo: futebol, campo ... voleibol na Rua da Harmonia. Tinha o time da Harmonia, que era aquela rapaziada toda. E, na minha casa, a gente fez também um timezinho de futebol, o “negreiros”... De voleibol. Eu e os amigos ... Mas a gente estudava. Chegava às duas horas, só se saía dali às seis horas. Cada um no seu canto.

Evson Malaquias: Qual era o horário das aulas? A que hora começavam e a que hora encerravam?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Aulas? O meu Ginásio era de manhã, das oito às doze. Eu vinha pra casa, almoçava.

Evson Malaquias: E quando era menor?

Maria da Conceição: Eram de manhã.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eram de manhã também.

Evson Malaquias: Eram no mesmo horário?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eram, eram de manhã. De manhã começavam as aulas, às oito horas. No Ginásio foi assim. No Carneiro Leão foi assim. Eram, eram de manhã. Agora, à tarde, a

gente... Eu ia pra casa almoçar. Minha mãe também, os meninos. Tinha uma irmã, um ano mais à frente, que era uma moça muito inteligente. Ela morreu também muito cedo (aparenta um início de choro seguido de uma tosse), mas... Mas a vida da gente, ... das duas às seis era estudo lá em casa. Não se falava noutra coisa. Cada um no seu canto. Minha mãe tomava a lição da gente. A gente fez o primário assim. E o ginásial também.

Evson Malaquias: *Como eram as aulas no primário?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Do primário?

Evson Malaquias: É!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Nessas aulas que eu tinha, eram... comuns.

Evson Malaquias: *Fale um pouquinho sobre elas!*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: *Fale um pouco sobre elas!*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ela adotava aqueles livros. Cada sessão era um livro, uma geografia; outras, história. Assim se ia entrando nos assuntos, e ela explicava a lição. Tomava a lição, entendeu? Era isso. Diferentes classes, tudo junto.

Evson Malaquias: *Era uma única professora pra essas...?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eram duas professoras. Aquela meninada ali do Espinheiro, toda, estudou lá. Ela estudou lá também. [Tosse]

Evson Malaquias: *Quando vocês... aperreavam o juízo dela, (risos) acontecia o quê? (Risos)*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Íamos de castigo ou pra casa, na hora, com boletim dizendo do comportamento. Eu era metido a brabão. Naquele tempo era assim. Todo menino era... senhor da floresta. Mas... era isso. Como é? Tirei uma nota zero no comportamento, escondi a caderneta. Esperei uma semana. Na outra semana, ela pediu a caderneta e eu disse que perdera. Mas, para meu azar..., eu joguei essa caderneta fora e o empregado de quintal a achou. (risos) Chegou à mão de minha mãe. Outra vez, eu estava ainda com oito anos, meu avô fumava Trocadero, e eu gostava muito dele, meu pai também fumava, mas eu sabia o nome do cigarro do meu avô, aí comprei dois cigarros. Fumei um....

Maria da Conceição: No cinema.

Prof. Dr. Jonio Lemos: No cinema. O outro, eu não tive tempo de fumar. Botei no bolso, minha mãe pegou. Foi o único cigarro ... que eu fumei na minha vida até hoje, Portanto...

Evson Malaquias: *E os adultos reprimiam muito os jovens por causa de cigarro?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não.

Evson Malaquias: *Aceitavam?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Porque, naquele tempo, o sujeito, quando chegava aos 14, 15 anos, estava querendo ser rapaz. Dizia que até estava já fumando. Quer dizer que o cigarro era

um sinal de que o sujeito já era homem.

Evson Malaquias: Como é...? Eu não entendi. Quer dizer que era comum os jovens de 14, 15 anos...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era comum. Não era comum, era variado. Não, não havia opressão, não, a maioria fumava. A maioria. Agora, eu vi que o cigarro era um vício e não quis fumar.

Evson Malaquias: E... como é que vocês faziam pra se deslocar? Como era a cidade com...?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu gostava. Ah! a cidade era uma beleza. Era uma beleza. Era melhor do que hoje. Porque tinha o bonde. A TRAMWAYS foi a maior empresa que eu já vi em minha vida. Era uma empresa canadense. Hoje é a CELPE. E o bonde, não tinha falta de bonde. Era no horário certo: sete e quatorze, sete e quinze.

Evson Malaquias: E quem não tinha dinheiro pra pagar?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, era barato.

Evson Malaquias: Era barato?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era barato e, muitas vezes, o sujeito o tomava e não pagava. (Risos)

Maria da Conceição: Vinha segurando no estribo. (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, era.

Evson Malaquias: No estribo? (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, nos estribos. (Risos)

Evson Malaquias: Ah...! E ninguém cobrava não? (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, mas aquilo ali era pago.

Maria da Conceição: Mas aqueles cobradores, com aquela roupa.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Tinha um condutor, que era quem cobrava, e o motorneiro, que dirigia o bonde. E cada linha tinha os seus fiscais. Eles entravam nos bondes sem pedir licença, sem informar, e saltavam. Fiscalizavam, comparando o relógio do bonde com o que o condutor tinha cobrado. Eles entravam e saíam assim. Eram os fiscais. Era assim.

Evson Malaquias: Qual o bairro da época que mais atraía a população pra realizar alguma atividade de lazer ou de trabalho?

Prof. Dr. Jonio Lemos: O de Casa Amarela; era o bairro maior. O mais bem servido, e que tinha tudo. Porque tinha lá tudo o que eu disse agora. Tinha jogo de futebol, jogo de voleibol, tinha cinema, entendeu? Tinha as casas de família pra gente dançar aos domingos. A rapaziada começava..., era..., tinha um nomezinho... era Tabarrada, botava uma sessão de dança (reclame de sabonete Tabarra que passava na rádio, música para dançar durante duas horas). Toda semana a gente ia pra casa de um amigo daqueles dançar. Era uma beleza. Casa Amarela, pra mim, foi o céu, porque eu tinha de tudo lá. A gente não sentia falta de nada. A gente vinha pra cidade porque minha mãe me mandou estudar inglês, aí, então, eu vinha à Rua da Matriz estudar inglês particular com Miss Rose e Miss Mary.

Fora do colégio. E o Ginásio era lá na Rua da Aurora. Mas a gente vinha todo dia de Casa Amarela.

Evson Malaquias: O Ginásio Pernambucano?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sim, o Pernambucano foi minha vida toda; e o científico, no Carneiro Leão, na Rua do Hospício, perto da Escola de Engenharia.

Maria da Conceição: Carneiro Leão!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Carneiro Leão. (Tosse)

Evson Malaquias: *Quais eram as festas que mais mobilizavam as...?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Tinha uma festa dos estudantes que era aqui no Parque 13 de Maio. Era uma festa grande. Como era o nome dela, Ceça?

Maria da Conceição: Era de estudante?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não era de estudante, não, era aquela a que vinha gente...

Maria da Conceição: A Festa da Mocidade.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, da Mocidade. Essa festa foi a melhor que teve aqui. Todo ano...

Evson Malaquias: *Mas quem a organizava?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu acho que eram os estudantes.

Evson Malaquias: *Mas a partir dos diretórios?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não era da Universidade, não, era fora.

Evson Malaquias: Hum...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Tinha tudo nessa festa: uma parte de brinquedos, teatro. Tinha tudo. Todo ano tinha. No fim do ano, era a festa forte aqui. Agora, em todos os bairros tinha sempre uma festinha. Cada bairro desses tinha uma festa.

Evson Malaquias: *Organizada pela própria comunidade?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era. Pela comunidade.

Evson Malaquias: *E essa Festa da Mocidade comemorava o quê?*

Maria da Conceição: Era uma festa de fim de ano.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Fim de ano. Era explorada comercialmente mesmo, porque era muito forte. Tinha muitos brinquedos, muitos artistas, bailarinas. Tudo tinha ali.

Evson Malaquias: Agora, era de graça, não?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não.

Maria da Conceição: Ela não era feita por estudantes, não.

Prof. Dr. Jonio Lemos: A festa era organizada, parece-me, pelos estudantes da Casa dos Estudantes, no Derby.

Maria da Conceição: Era alguma firma...?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sim. As firmas de fora, especializada, vinham...

Maria da Conceição: Como essas festas que botam esses brinquedos nas praças. Eu acho que...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Essas festas eram muito fortes, com artistas, shows, com ... tudo. Tinha teatro: havia dois espetáculos, um mais cedo e outro mais tarde.

Evson Malaquias: *Mas na rua mesmo?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: No teatro montado dentro da festa que ocupava toda a praça cercada.

Evson Malaquias: *Na praça?*

Maria da Conceição: No Parque 13 de Maio todo.

Evson Malaquias: *Com ele aberto?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, era não.

Maria da Conceição: Eles cercavam o Parque 13 de Maio.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era paga a entrada.

Maria da Conceição: O Parque 13 de Maio não era o que é hoje, era muito grande.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era! O terceiro Congresso Eucarístico Nacional da Igreja Católica foi lá no Parque 13 de Maio. O parque era uma coisa linda.

Maria da Conceição: Então uma parte ficava...

Evson Malaquias: *Na época, qual era a importância de cursar o ensino superior? Ou não era? Era algo... uma aspiração da juventude?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, era uma aspiração da juventude. Quem seguia o currículo, isso era uma coisa que todo mundo sabia que terminava ali. Agora, alguns não estudavam porque não tinham condições. Porque, por exemplo, medicina era, e ainda hoje é, uma profissão muito cara para o sujeito pobre. Porque os livros são caros e o estudante não os consegue comprar... Como é difícil arranjar um dinheirinho quando ele é estudante! Agora, o engenheiro, o aluno de engenharia, esse curso era mais difícil, então era mais reduzido, e a gente ensinava particular para nos ajudar na vida. Eu fiz assim. Era professor de matemática e física. Ensinava a todo mundo.

Maria da Conceição: Tipo os cursinhos?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era tipo os cursinhos. E depois apareceram os cursinhos. Depois. Eu tinha um. Ensinava até lá nas Ciências Econômicas, ali na esquina, onde hoje é, ainda, a Faculdade de Ciências Econômicas do Recife. Antes do Curso Pernambucano, eu ensinei ali.

Então alugava uma sala, ou arranjavam uma. Eu comecei na casa de minha bisavó que era na esquina da Rua Gervásio Pires...

Maria da Conceição: Gervásio Pires com a Conde da Boa Vista.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Gervásio Pires, ali, na casa de minha bisavó, hoje é um edifício. Eu comecei ali. Foi meu professor, o diretor do colégio, que era meu tio, que arranjou as primeiras alunas minhas. Foi lá. Aí eu ia pra lá, à tarde, ensinar. E recebia uma besteira, mas... ajudava a minha mãe.

Evson Malaquias: Como vocês receberam a notícia da criação da Universidade do Recife?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu fui testemunha. Porque já existiam a Faculdade de Engenharia, a Faculdade de Medicina, a de Odontologia e a de Farmácia, esta junto da de Medicina, e a de Direito. Direito, que era a chefe. O diretor foi de lá. O diretor, não, o criador da Universidade toda foi o velho Amazonas.

Evson Malaquias: Joaquim.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Joaquim Amazonas. Esse foi o pai da matéria. Ele foi um grande ser.

Evson Malaquias: Mas como é que a juventude recebeu a criação da Universidade, que antes era só Faculdade?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Recebeu normal mesmo. Porque as Faculdades continuaram como eram. Era somente administrativa, não é? A Universidade chegou, arranjaram mais dinheiro para as Escolas. Elas melhoraram, e os alunos pagavam menos.

Evson Malaquias: Eu li uma matéria num jornal da época – cujo autor não assinava – que chamava a atenção de que os alunos das Faculdades que não faziam parte da Universidade do Recife não estavam vendo com bons olhos porque, na verdade, havia a Universidade e os outros.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, é.

Evson Malaquias: Era verdade isso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era verdade. Tinha... aquela outra... Engenharia. Essa que hoje é do Estado.

Maria da Conceição: Politécnica.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Politécnica, que era concorrente nossa, mas a gente tinha um nível mais alto. Porque as condições dos professores eram melhores. Tudo era muito diferente. Então a diferença era grande. Essas outras particulares quase não existiam. Só existia, assim, a Filosofia, e ela ajudou a fazer a Universidade da gente, porque, quando a Universidade foi criada, ela precisava ter um curso de Filosofia. E não tinha. Houve essa dificuldade na época. Isso, pra você, é bom. Joaquim Amazonas entrou em contato com a Faculdade São José (FAFIRE), que tinha curso de Filosofia, e tornou-a uma Escola agregada à Universidade. Ela não entrou na Universidade, mas se agregou. Então foi possível a Universidade por causa dela.

Evson Malaquias: Dê um exemplo mais concreto desse sentimento da juventude que não fazia parte da Universidade do Recife. É que a matéria não entra em muitos detalhes. Ela só chama a atenção de que nos estudantes que não faziam parte da Universidade do Recife, que foi incorporada, criada, existia um sentimento de reconhecimento de inferioridade. Quer dizer, há a Universidade e existiam os outros cursos.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, mas os outros cursos não existiam. Depois é que foram surgindo. Mas, na hora da fundação da Universidade, não tinha nem escola pra completar a Universidade, entendeu? Tinha as Escolas de Engenharia e de Medicina, Farmácia, Odontologia, que eram antigas, e a de Direito, que era a mais antiga.

Evson Malaquias: O senhor foi pro ato no Santa Isabel?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: O senhor foi pro ato da fundação da Universidade no Teatro Santa Isabel?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu fui pra tudo naquele tempo.

Evson Malaquias: Ah, conte um pouquinho como é que foi lá.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não me lembro, não. Mas...

Maria da Conceição: Isso foi, você ainda estava ...na Escola

Prof. Dr. Jonio Lemos: É.

Maria da Conceição: Ainda não tinha terminado...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não tinha terminado, não. Eu terminei em 49. E já terminei a Faculdade... na Universidade.

Evson Malaquias: O senhor entrou na Faculdade e terminou o curso na Universidade?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, porque, como a Engenharia já existia, então o meu título já foi dado pela Universidade.

Evson Malaquias: Aí, o senhor não lembra no Teatro Santa Isabel como é que foi?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não.

Evson Malaquias: O clima, a expectativa da criação da Universidade?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Mas aquilo foi muito... Não houve muito escândalo assim, não, porque tudo nasceu dentro da Faculdade de Direito, com Joaquim Amazonas. Porque tudo era no Rio de Janeiro. Ele ia pra lá, dominava aquilo ali, conseguia as coisas e trazia.

Evson Malaquias: Como era o horário? Como é que estava a estrutura de funcionamento da Universidade do Recife? Logo no seu início?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era de manhã e de tarde.

Evson Malaquias: Mas a que hora?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein? Era às oito horas.

Evson Malaquias: Oito horas?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Oito horas. E ia até às seis horas. Mas a gente que estudava não tinha horário. A gente, depois da aula, tinha curso particular: eu ensinava por fora, sem receber nada, aos outros alunos. Cursos mais adiantados. Os alunos mais adiantados faziam curso para os colegas. Havia dois professores, que foram meus professores logo quando eu entrei na Universidade, e eu entrei como assistente de um deles. Eles eram Pereira Gomes e Manoel Zaluar. Eles se interessavam muito em levantar o nível da matemática e da física aqui. Doutor Luiz Freire foi outro grande desenvolvedor da Universidade.

Evson Malaquias: Como eram as aulas na Universidade? Desde ... o horário de entrada dos professores na sala, como eles conduziam a aula, como os alunos se comportavam?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Os alunos, naquele tempo, tinham mais educação do que hoje. Respeitavam muito. Era gente de outro nível. Primeiro, eu me aposentei antes do tempo ... Logo quando eu deixei, não quis mais ensinar, porque a meninada estava se comportando muito mal. A gente, que estudou e que ensinou naquele tempo, não se adapta hoje. O aluno hoje não respeita mais nada. Quando ele acha que está com direito, passa por cima de tudo. Não é isso? E, naquele tempo, não era assim, não. O professor entrava na sala, a gente ficava ali, respeitava o professor e havia ordem até na maneira de vestir.

Evson Malaquias: Vocês já estavam na...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era.

Evson Malaquias: Sentados?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, geralmente era assim.

Evson Malaquias: Ficavam conversando?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, ficava um papo ali, mas, quando o professor chegava, os alunos se levantavam e aí parava tudo e começava a aula.

Evson Malaquias: Ele já ia logo pro quadro? Como é que os professores se portavam?

Maria da Conceição: Sim, eles iam logo para o quadro e iniciavam imediatamente a aula.

Evson Malaquias: O aluno tinha que ter uma formação em línguas?

Prof. Dr. Jonio Lemos: A gente falava francês e italiano. Tinha uma corrente de... professores italianos.

Evson Malaquias: No curso já?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: No curso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Eu estudei fora. Mas..., lá dentro, nos livros... Porque geometria analítica era em francês. Na Engenharia, o livro de cálculo era em italiano, mas tinha

livro em italiano, que o professor adotava..; no final do curso, tinha livro em alemão, enfim de todas as línguas..

Evson Malaquias: *E o aluno que tivesse dificuldade, como é que ele fazia?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, ele tinha que ser ajudado, um ia para a casa do outro. Eu também, tantas vezes fui para a casa de meus colegas, para quebrar o galho deles, entendeu? Nós, os mais adiantados, ajudávamos os outros. Não tinha isso não.

Evson Malaquias: *E, aí, o professor chegava à sala e fazia o quê?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: [tosse] Meu aparecimento na Universidade decorreu da primeira prova que eu fiz, viu? Eu vinha do Carneiro Leão. E o professor de cálculo e analítica, Newton Maia, era um grande professor. A Matemática tinha duas cadeiras: Cálculo e Geometria Analítica. Ele fez a primeira prova das duas matérias. Chegou, um dia, e foi dar o resultado. Começou pela nota mais alta, seis – foi a mais alta nota -, e foi descendo.

Maria da Conceição: Isso foi no vestibular.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, já no primeiro ano. Seis. Na primeira nota. Depois cinco, quatro, três e nada de sair a minha nota. E nada de sair a minha nota. Aí meu coração já ia batendo..., (Risos) viu? Até embaixo. Chegou 20 em um, ele também não botou. Eu disse: “tirei zero nas duas.”. Aí ele chamou de lá: “Quem é o senhor Jonio Pereira de Lemos?”. Respondi: “Professor, sou eu aqui.”. Ele: “Onde o senhor estudou?”. Eu disse: “No Carneiro Leão”. Este não era uma boa referência para ele, porque ele tinha brigado com o Carneiro Leão, por causa de uma atitude dele lá, que eu não quero dizer nada, não, porque eu gostei muito dele. Mas foi ele que me botou ... na linha de professores.

Evson Malaquias: *Qual o nome dele?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Newton Maia.

Evson Malaquias: *Ah, Newton Maia!*

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, foi um grande professor. Foram três professores que não havia em nenhuma Escola do Brasil: Leite Lopes, que foi um grande sábio, Luís Freire e Newton Maia. Esses três. De matemática, física, mecânica e astronomia. O pessoal daqui era muito forte nessa parte. Era forte. Os melhores matemáticos e físicos do Brasil, saíram daqui.

Evson Malaquias: *Como ficavam os alunos quando vinham as notas? Quais eram as expectativas?*

Maria da Conceição: Você nem disse como foi que terminou.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ah, sim! Mas aí ele disse: “Quem é o senhor Jonio?”. Aí eu disse: “Eu.”. “Aqui.”. Perguntou: “Onde o senhor estudou?”. Aí eu disse: “Carneiro Leão.”. Não foi boa referência, pois ele tinha saído de lá. Ele era mais pelos estudantes do Oswaldo Cruz, que eram estudantes dele. Aí ele me perguntou: O senhor é Lemos, é?”. Afirmei: “Sou.” Ele emendou: “Então o senhor. é parente de Prudenciano Lemos, é?”. É que meu tio foi um grande advogado daqui. O pai de Perseu, sabe? Desse médico. Aí eu falei: “Ele

é meu tio.”. Ele interrogou: “Ele não tinha um irmão?”. Afirmei: “Tinha meu pai.”. E ele: “Parece que ele foi meu colega no curso ginásial.”. Ele lembrou-se disso. É porque eu tirei dez, e dez nas duas provas, entendeu? Pronto. ... (riso ou choro). ... Daí em diante ... A minha vida foi essa.

Talita: Dois dez, hein?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Talita: Dois dez na [???] [???], impossível.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi ele que me convidou para eu ser professor da Universidade, na Faculdade de Filosofia do Recife, no curso de Matemática em que trabalhavam Pereira Gomes e Zaluar Nunes, que foram meus amigos até morrerem.

Evson Malaquias: Como era a prova?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: Quando ele ia fazer a chamada avaliação, o exame, que o nome era exame, como era a expectativa e como é que ele procedia?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele fazia do jeito que ele queria. Ele dava os problemas e a gente os resolia.

Evson Malaquias: No quadro?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, no dia da prova ele dava por escrito.

Evson Malaquias: Hum.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Às vezes..., podia botar no quadro, mas... a gente tinha... Todo mundo tinha o seu e ficava lá sentado na sua cadeira. Aí, quando terminava, entregava. Era a mesma coisa.

Evson Malaquias: Quantos alunos na sala?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Assim..., aí, tem os que saíram. Nesse meio.

Maria da Conceição: Quarenta.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Cadê aquele livro que eu dei? Ali tem. Quarenta. Eram mais ou menos quarenta. Entraram quarenta.

Evson Malaquias: E saíram quantos?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Mas só saíram quarenta. Mais outros quarenta. Do curso mesmo saíram poucos. Tinha muita gente. A gente podia perder uma matéria, perder duas, e responder no outro ano como dependência, entendeu? E também fazia um..., repetia. E passava de ano. Aí tem estudantes, colegas meus em vários anos. É isso. Mas, pra passar em tudo, em primeira época, era muito difícil. No meu ano, passamos eu, um rapaz que foi meu sócio e o outro, um paraibano; três passaram em tudo em primeira época, entendeu? Mas... o resto já...

Evson Malaquias: O que era “primeira época”?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era quem fazia boa prova no ano. Fez prova no ano, dava uma média, a gente passava.

Evson Malaquias: A “segunda época” seria...?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Aí já era quem perdia época.

Evson Malaquias: Quem fosse reprovado...?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Quem fosse reprovado, tinha oportunidade depois.

Evson Malaquias: A maioria ficava na segunda época?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ah, em época ou dependente. Era dependente. Muita gente era dependente. Eu fui o orador da turma. Escolheram-me porque eu era do Diretório. Eu fui pra uma reunião da UNE.

Evson Malaquias: Onde?

Prof. Dr. Jonio Lemos: No Rio de Janeiro. No Forte, naquele tempo do pega-pega, antes um pouquinho. Teve um Congresso da UNE lá, eu era do Diretório da Escola e fui pra lá.

Evson Malaquias: E aí? Discutiram sobre o que lá?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Discutiu-se...

Evson Malaquias: Qual era a preocupação da UNE naquela época?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era política. Era a esquerda que estava entrando nas classes universitárias. Você sabe disso, naquele tempo, era a esquerda.

Evson Malaquias: Foi discutido o que no Congresso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não lembro muito, não, mas foi bom. Eu gostei. Mas o forte era a coisa da política.

Evson Malaquias: Fale um pouco sobre o Diretório Acadêmico de Engenharia, quando o senhor foi vice-presidente, não foi?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Fui vice-presidente e tesoureiro.

Evson Malaquias: Como foi essa sua aproximação com o Diretório?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Quando eu entrei na Escola, tirei o primeiro lugar no concurso. Então foi por isso que me chamaram. Porque fizeram o Diretório e eu fui o melhor aluno da entrada. Então apareceu alguém lá, foi até um dos colegas antigos e me chamaram para o Diretório. Eu concorri com outro, com um rapaz do 3º ano. Ele queria ser o...

Evson Malaquias: Presidente?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não, tesoureiro. Mas eu não queria, não. Eles me colocaram sem a minha vontade.

Evson Malaquias: *Mas o senhor sabia que seu nome estava lá?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sabia, sabia. Eu não podia dizer que não queria. Mas eu não queria. Tanto que, na hora, eu votei no meu adversário, viu? E ganhei por um voto. (risos). Quase que foi meu voto que me derrotou. Mas a gente tem uma fase na vida, - e isso é coisa lá de cima – em que tudo aparece pra você. E depois você vê isso aí. Eu tive uma vida em que tudo em que eu entrava, eu era primeiro lugar. Entendeu? E senti quando parou essa minha safra. Foi quando eu não quis ser ... reitor. Eu não quis ser reitor. Eu fui convidado três vezes para ser reitor. Está aí no currículo. Eu entrei na lista três vezes. E não quis. Na terceira, eu era o vice-reitor com um prestígio muito grande na Universidade porque minha vida era ajudar os professores, não sabe? E não tinha interesse nenhum, a não ser esse. E crescer a matemática. Pronto. Minha vida na Universidade se limitou a isso. Você veja aí, quando eu entrei, o número de pessoas que eram contra o meu bloco e depois se tornaram muito ...

Evson Malaquias: *Os seus inimigos?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, eu nem os tenho. Eu queria até mostrar a você.

Evson Malaquias: *Na época do Diretório Acadêmico, como é que os outros alunos viam o Diretório? Reconheciam muito o Diretório Acadêmico?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: O Diretório, no meu tempo, era muito fraco. Ele cresceu depois.

Evson Malaquias: *Por quê?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, porque o pensamento da gente não era político. Não o meu, pelo menos. Eu nunca fui político. (No transcorrer da fala, apagada, ele faz referência ao Conselho Universitário no tempo da ditadura)

Evson Malaquias: *Quem era o grupo do Conselho Universitário?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: *Quem compunha o grupo, fora o senhor?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Éramos eu, Baltar, um grande professor daqui, e Newton Maia, que era mais da esquerda. Eu não era de esquerda. Meu negócio era esse. Mas eu era amigo de todo mundo. Viviam aqui em casa tomando aula. Eu era do Instituto de matemática. E o pessoal do Instituto de matemática também era da esquerda. Os professores, os portugueses, que eram da esquerda. É isso. A esquerda era forte aqui no tempo.

Evson Malaquias: *E como é que foram mesmo esses bastidores mesmo? Continue aí.*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: *Esses bastidores aí de escolha do vice-reitor.*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Os bastidores foram isso: Bandeira foi quem propôs Barros Lima para vice-reitor. Pra ele ser, em seguida, o reitor, entendeu?

Evson Malaquias: *E, aí, o movimento foi como?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Na época, só podia ser vice-reitor quem fosse do Conselho. E ele não era.

Por isso eu não o apoiei. Embora o sobrinho dele fosse meu colega, e ainda hoje é um dos maiores colegas meus, mas ele... não era do Conselho, então eu não podia votar no camarada, contra... a determinação... do Conselho. Ele não podia ser vice, podia até ser reitor, mas o vice-reitor, naquele tempo, era... tirado do Conselho Universitário. Então a gente formou esse grupo: Guilherme Martins, que era da Escola de Química, o diretor da Escola de Química, que foi comigo nesse tempo, Francisco Gondim e Jorge Glasner, da Escola de Química. Assistimos a tudo isso. Então a gente fez um grupo e foi contra a indicação do Exército.

Evson Malaquias: *Como é que o Exército reagiu?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Reagiu contra!

Evson Malaquias: *Ameaçou a vocês?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ameaçou. Uma vez, meu sócio, que era diretor da Engenharia do Estado, recebeu um papelzinho - eu vi esse papelzinho -, dando todos os componentes desse grupo. O meu nome em cima. Em negrito. E os outros embaixo. A gente ia ser preso, todo o grupo. Porque eles diziam que esse grupo era de esquerda e que estavam se aproveitando do meu prestígio, junto à mocidade da Universidade, para desmoralizar o Exército. A conversa foi essa.

Evson Malaquias: *Como é que foi o momento da destituição de João Alfredo? Como é que vocês...*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi... foi...

Evson Malaquias: *Como é que circulou isso dentro da Universidade?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi... quase nesse tempo aí. Foi nesse tempo. João Alfredo era o diretor da Faculdade de Arquitetura, de Belas Artes, e era o vice-reitor de Amazonas. Quando Amazonas morreu, ele assumiu, e doutor Newton Maia assumiu a vice-reitoria, que era amigo dele, e era um camarada de categoria. Então eram João Alfredo e...

Evson Malaquias: *Newton Maia!*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Newton Maia. Quando o Exército entrou em cena, - digo em cena porque - não era pra demitir João Alfredo, não, era pra demitir Maia, para o camarada entrar como vice e fazê-lo reitor normalmente.

Evson Malaquias: *Vocês fizeram reunião onde para discutir isso? Como reagir, tudo?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Na minha casa. E na Escola de Química. A gente fazia lá, viu? Mas a coisa foi esse bilhete.

Evson Malaquias: *Quer dizer que João Alfredo não era a pessoa mais visada?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não.

Evson Malaquias: *Ele tinha uma certa sustentação?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, tinha sim. Não tinha uma coisa diretamente contra ele, não. Mas depois quando... a coisa veio, ele demitiu-se. Ou o demitiram. Ele ficou fora.

Evson Malaquias: Eu estava lendo uma matéria de um pesquisador da FUNDAJ que identifica Gilberto Freire como um dos responsáveis pela destituição de João Alfredo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, nada.

Evson Malaquias: Gilberto Freire escrevia contra João Alfredo e altas patentes dos militares. Havia discursos de Gilberto Freire solicitando a saída mesmo de...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu não sabia disso, não.

Evson Malaquias: O senhor não tinha conhecimento disso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Porque ele não participou disso. Gilberto Freire só entrou na Universidade depois, quando se fundou lá um negócio de estudos. E ele, então, fez a Universidade dirigir esse curso. Mas foi depois. Não foi nessa época, não.

Evson Malaquias: Na Universidade, será que tinha alguém a fim de aproveitar o Golpe Militar e modificar a natureza da Universidade no cargo, as pessoas? Ou realmente foi uma ação mais externa?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi ação mais externa, porque a Universidade reagiu. Um deles foi esse que a gente fez concorrer, Lalor Mota! Lalor Mota, médico, foi nosso candidato a reitor, nessa ocasião, contra o Dr. Barros Lima...

Evson Malaquias: Barros Lima era candidato a reitor ou a vice?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, Barros Lima era a vice e, depois, a reitor. A coisa era essa. E ele veio.

Evson Malaquias: Mas ele não foi eleito, porque eu não tenho conhecimento de um Barros Lima reitor.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Foi lá isso aí.

Evson Malaquias: Aí aconteceu o quê?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Então meu grupo foi contra Barros Lima, a favor de Lalor Mota. E o outro grupo, que era o grupo mais ligado ao Exército, era de Barros Lima. Tinha gente que não era do grupo favorável ao Exército, mas também estava nesse grupo ...

Evson Malaquias: De Barros Lima.

Prof. Dr. Jonio Lemos: De Barros Lima.

Evson Malaquias: Quem eram esses?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Aquele que foi pro Rio, que era o pior de todos, como é o nome dele?, que era professor de filosofia. É professor do Rio. Ele era um camarada de prestígio naquele tempo. E era membro do Conselho de Educação. Ele era...

Evson Malaquias: Sucupira! Newton Sucupira.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Pronto. Esse aí era o maior adepto desse grupo. Mas ele queria aquilo pra

ele, entendeu? Newton Sucupira...

Evson Malaquias: Na verdade, nenhum dos dois foi vice-reitor.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não.

Evson Malaquias: Aí, como resultado, saiu o quê?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Calma, eu vou chegar lá.

Evson Malaquias: (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu estou dizendo a coisa como se ajeitou.

Evson Malaquias: Sim.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Baltar era de esquerda. Esse pessoal... Mas, ali na Universidade, eu nunca o ouvi falar de política. Não ouvi. Ele era, na Faculdade, um grande professor, e humanista até o fim. Tanto que ele, quando foi eliminado daqui, foi expulso até do Brasil. O americano contratou-o para uma firma internacional. Ele foi pro Chile, sua esposa morreu lá.

Evson Malaquias: Como é que foi a escolha do reitor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Do reitor, pelo número, estava certo, taco a taco. Eu tinha doze, eles tinham doze. Então a gente precisava de mais um. Fui eu, então, à Faculdade de Direito, pra conseguir o voto da Faculdade de Direito que ainda não tinha entrado. Falei com Abgar Soriano, que era um professor de Direito. Fui a ele. Ele me conhecia só de vista, mas gostava de mim. Coisas de Escolas. Porque todos eles tinham amizade comigo, facilidade comigo, e eu era muito sem luxo. Tanto os professores como os alunos eram muito ligados a mim.

Evson Malaquias: Quem era o reitor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: O senhor era o vice-reitor, e quem era o reitor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Murilo Guimarães. Mas eu tenho aí um documento, um papel.

Maria da Conceição: Uma procuração.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Autorizando-me a fazer qualquer coisa, até a moça de que você falou...

Maria da Conceição: Ramanita.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ramanita, fui eu que a coloquei na Universidade. Eu era o diretor. Eu era tudo. Eu passava o dia lá, estudando, trabalhando pra Universidade, sem interesse nenhum. Tanto que me prejudiquei muito. Mas deixe lá essa parte. A gente está lá no...

Evson Malaquias: Na escolha.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, eu cheguei a Abgar, não foi?

Evson Malaquias: Foi. Falou.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Então eu pedi a ele, que era membro do Conselho. Era o conselho que votava pra reitor, entendeu? E um representante dos estudantes, mas que também era do Conselho. Então eu fui a ele que então, disse a mim: “Eu dou o voto pra vocês, agora com uma condição.”. “E qual era?”. De fazer Murilo Guimarães com unanimidade. Murilo Guimarães estava na Europa. Ele não estava nem aqui. Então (tosse) eu disse: A gente não tinha candidato. A gente tinha candidato contra o do Exército. Pra gente, qualquer um...

Evson Malaquias: Pra garantir a autonomia da Universidade?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein? Era a autonomia da Universidade. Foi por isso que entrei: para garantir a autonomia da Universidade. Foi aí que eu entrei na história. Porque eu não tinha nada com política da Universidade. Eu era representante da Faculdade de Arquitetura lá, porque eu era catedrático da Arquitetura. E entrei no Conselho através disso. Porque eu era do Conselho de Escola, que era Arquitetura. Eu e Bezerra Coutinho, que era o filósofo.

Maria da Conceição: Evaldo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, Evaldo Bezerra Coutinho. Você o conhece de nome, não é?

Evson Malaquias: sim.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele era o diretor da Escola de Arquitetura e eu era o representante dos professores. Havia dois membros de cada Escola no Conselho Universitário: o diretor e um mais. Eu era esse mais. Eu era muito querido na Escola. Diziam que eu era professor nota dez. Isso era uma coisa que tinha de que eu não gostava muito, não. Porque botaram zero num professor que era meu amigo. Um senhor que..., no mínimo, não tem escrúpulos, que faz o que quer e diz o que quer. Mas eu entrei no Conselho através desse cargo. Porque eu era catedrático da Faculdade de Arquitetura. Eu e Evaldo Coutinho fomos os representantes da Escola lá no Conselho, entendeu?

Evson Malaquias: Vocês aceitaram?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hum?

Evson Malaquias: Vocês aceitaram... Houve uma conversa entre vocês, depois, sobre a indicação de...?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Eles me apoiaram para dirigir esse negócio porque era pra respeitar a autonomia da Universidade.

Evson Malaquias: Mas, quando Soriano fez a proposta de Guimarães, de Murilo Guimarães, o senhor deve ter retornado para o grupo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, mas a gente... não fez nada, não. O que Lalor Mota queria era arengar (Risos). Era muito arengueiro ele. Quando a gente o chamou pra ser o candidato, ele disse: “Tem pau nisso, não é?”. Eu disse: “Tem.”. Disse: “Então vou.”. (Risos). Porque era o Exército. Ele aí, já tinha tido um aborrecimento com o Exército, porque eles botaram lá

um... coronel pra examinar a Universidade. E ele..., como é o nome?, Lalor Mota estava nessa comissão e não deixou esse camarada fazer o que queria. “O senhor fique na sua posição.”, ele disse pro camarada. Ele já se danou. O coronel saiu porque ele disse: “O Sr. fique na sua posição.”. “O senhor não pode dar opinião numa coisa de professores”. Daí porque o Exército era contra Lalor Mota. E ele também era um camarada que topava toda parada, sabe como é? Ele foi assim. Então Abgar Soriano pediu que a gente... votasse em Murilo. Mas ele queria uma votação completa. Ele queria uma unanimidade. Eu não podia dar unanimidade pelo lado de lá. Pelo meu lado, eu consegui. Mas do outro lado, não.

Evson Malaquias: Murilo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era. Mas ele... esperava isso. Aí, sim, a ala de direita disse que também votava em...

Evson Malaquias: Murilo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Em Murilo, não, em Barros Lima.

Evson Malaquias: Barros. Ah, apoava Barros Lima?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Apoava não, mas também não se opunha a votar também em Barros Lima, que era um camarada bom. Não era ruim, não. A ruindade foi a coisa como foi feita, entendeu? Está acompanhando? Então chegou a hora da votação. Eram três... representantes pra ir pro Rio. Para o presidente escolher. Então o primeiro da lista foi Murilo Guimarães, que conseguiu a unanimidade; o segundo foi Barros Lima. Mas a gente já tinha trabalhado lá no Rio a favor de Murilo Guimarães. A gente foi lá direto. Falamos com Cordeiro de Farias, que tinha sido governador daqui e era ligado ao Presidente.

(Nesse momento, há uma pequena interrupção na entrevista porque a esposa do senhor Jonio está servindo um lanche às pessoas presentes).

Prof. Dr. Jonio Lemos: Por intermédio do genro do Dr. Murilo. Fomos falar com Cordeiro pra ele pedir ao presidente da República Castelo Branco a escolha de Murilo Guimarães. A gente já sabia que, se o nome de Murilo entrasse, Castelo ia escolhê-lo.

Evson Malaquias: Quem é que foi pra lá?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: Quem é que foi pra lá?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi esse menino de que eu lhe falei inda agora, o genro de Murilo.

Evson Malaquias: _Hum!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Que era amigo de Cordeiro de Farias. E quem pediu a ele foi Cordeiro de Farias. Isso foi por debaixo do pano. Na hora, então, ficou em primeiro lugar Murilo; em segundo lugar, Barros Lima, somente com o voto dele, porque a gente não votou nele; e, em terceiro lugar, Newton Sucupira se apresentou. Aí foi que a gente viu que a inten-

ção dele era entrar pra se fazer, Newton Sucupira, pelo lado dele. Então o pessoal me indicou pra concorrer com Newton Sucupira. Eu ganhei. O primeiro foi Murilo Guimarães, o segundo, Barros Lima, e o terceiro fui eu. Isso está naquele livro que eu lhe dei antes.

Evson Malaquias: É, ele tem.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, está aí. Essa foi a primeira entrada minha na lista.

Evson Malaquias: O senhor se lembra da votação?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu não me lembro, mas sei que a de Murilo foi completa. E a de Barros Lima deve ter sido 12, igual a minha.

Evson Malaquias: O grupo dele votou nele?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É. E a minha também. Porque quem votou em mim não votou... em Barros Lima...

Evson Malaquias: Votou também em Sucupira?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, é a mesma coisa.

Evson Malaquias: Manteve a mesma coisa? Newton Sucupira deve ter ficado furioso.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ficou. E ele era meio cismado comigo.

Evson Malaquias: Por quê?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Porque eu tinha muito prestígio, rapaz. Sem querer. Pois ele queria ser o pai da matéria. Mas ele era de outra linha, que não me prejudicava em nada. Porque ele era da linha de filosofia e eu era da matemática e da física. Não tinha nada com ele. Mas eu era do Conselho Universitário. Eu gostava até dele. Ele era um sujeito inteligente. Ele não era burro, não. Era inteligente. Agora, era um camarada ambicioso na linha dele. Ele tinha direito a isso. Cada um tem direto a ser, a desejar ser o que for. Mas aí ele quis fazer uma sujeira, porque ele quis bloquear a unanimidade de Murilo. Aí a gente disse a ele, como é o nome dele?, a Abgar que, se ele fizesse isso, a gente tirava Barros Lima da lista. Aí ele foi obrigado a votar pela unanimidade.. Mas Murilo estava na Europa, não se meteu nisso, não. Quem fez Murilo foi todo mundo. E a coisa foi essa. Foi contra a maneira como...

Evson Malaquias: Como o Exército estava se portando?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: O Exército estava interferindo na autonomia da Universidade?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, estava obrigando a gente a fazer uma coisa contra o que estava escrito lá. Porque Barros Lima era um grande sujeito. Eu votaria nele com todo gosto em outra ocasião. Mas não era do Conselho Universitário. Por isso eu fui na lista de vice-reitor.

Evson Malaquias: Seu Jonio!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Diga.

Evson Malaquias: Vamos voltar, de novo, um pouquinho. Está cansado? Quer descansar?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não.

Evson Malaquias: Pode ser?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Pode. Diga!

Evson Malaquias: Vamos voltar a 1947. Houve um acontecimento que foi a greve de setembro de 1947. Lembra-se dela? O senhor era ... vice do Diretório Acadêmico. Teve uma greve...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Na Escola de Engenharia!

Evson Malaquias: Como é que foi aquilo ali?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Aquilo foram os meninos. Aquilo foi um movimento interno, não teve nada político. Aquilo ali ..., como é?, o diretor da Escola era Aurino Duarte. O vice-diretor era o Dr. Barbalho. Morreu agora há pouco, Arnaldo Barbalho. Isso aí foi quando os meninos queriam... a orientação da Escola pra fazer aulas mais práticas do que teóricas. Foi uma coisa desse tipo. Não foi nada de mais, não. Foi problema interno da Escola.

Evson Malaquias: Qual era a visão do aluno sobre o curso, então? Eles queriam o quê? Eles achavam...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, é que a gente era muito matemático. Eles queriam que a gente fosse mais prático. Foi uma coisa desse tipo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: 1947.

Maria da Conceição: Não, você estava na Escola. Você terminou em 1949.

Evson Malaquias: 1949.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ah! Eu era estudante, então?

Evson Malaquias: Era, o senhor era ... vice do Diretório Acadêmico.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sim, mas não houve nada, não, lá. É, não houve nada, não. Teve gente que disse que foi contra doutor Arnaldo Barbalho, que era meu amigo até, porque ele é que iria assumir. Eles, então, fizeram a confusão com o negócio

Evson Malaquias: É. A informação que eu obtive é que essa greve que surgiu na Engenharia teve como uma das causas a questão da nota com o professor Luiz Freire.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ah, bem, isso eu lembro. Isso eu lembro. Tinha um professor lá, um aluno que era até capitão do Exército, que era professor dos meninos. naquele curso que se fazia... no Exército. Como era ?

Maria da Conceição: CPOR!

Prof. Dr. Jonio Lemos: CPOR. Ele era do CPOR. CPOR era um curso de oficial. Os alunos todos que entravam na Faculdade não queriam entrar no Exército no mesmo tempo. É que a mesma época em que a gente entrava na Escola também era a época de entrar no

Exército como soldado. Era o tempo em que a gente entrava. Eram duas coisas nesse tempo que atrapalhavam o aluno no curso da Faculdade: entrar no Exército e a namorada.

Evson Malaquias: (Risos).

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eram as duas.

Evson Malaquias: *Ganha namorada?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ganha. Eram as duas coisas que a gente tinha em mente pra assimilar. (Risos) Nesse tempo de entrar na Escola, a gente estudava muito. Mas era isso: arrumar namorada, o Exército e a Escola. O concurso da Escola. Que era tudo de dezoito anos. É (tosse)... eu... tirei essa brincadeira agora, mas... a gente estava falando era...

Evson Malaquias: *O senhor estava falando sobre o CPOR. Sobre o capitão.*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ah, sim! Esse capitão era um dos professores do CPOR. Era professor de uma porção de alunos da Escola, lá no CPOR. E ele era aluno da Escola completando a Engenharia porque ele já era capitão do Exército. Completava mais cadeira pra tirar o título de engenheiro. Esse foi um. Eles estavam no 3º ano, parece, quando se deu isso. Mas foi o seguinte. Não foi com Freire isso. Foi com outro professor. Foi com doutor Álvaro Celso Uchoa Cavalcanti, aquele que morava ali junto, aquele com quem eu estudava lá junto do Náutico.

Maria da Conceição: Eu estou esquecida do nome dele agora.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu sei. Mas era um professor de lá. Esse professor tinha um filho lá (Cláudio) que era meu colega de turma. Esse menino..., o capitão também era estudante com esse rapaz. Parece que o capitão tirou uma nota baixa com esse professor: botou zero nele, ou qualquer coisa dessa, e brigaram. O professor com esse capitão. Esse capitão era um camarada muito esportivo. A gente ganhou um campeonato da Universidade por causa dele. Ele jogava tudo. Era bom em tudo. Um cabra grande e forte. E era muito bom em tudo, dentro de esportes. Mas ele arengou com o professor por causa de uma nota que ele tirou lá. Parece que ele também botou uma nota baixa no filho do professor, lá no CPOR. A coisa foi essa. Ele reprovou. Botou uma nota baixa em Cláudio, que era filho desse rapaz. E ele botou uma nota baixa nele lá, lá na Escola.

Evson Malaquias: *Mas o Diretório apoiou, ocorreram assembleias. O senhor se lembra?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: É o quê?

Evson Malaquias: *Porque a greve de fato começa... Neste momento eu também não estou lembrando o nome do professor, era... Amaranto. A nota foi baixa. Os alunos acharam que a pergunta não representava o que tinha sido debatido. E aí os alunos se recusaram... Foi a segunda turma que se recusou a fazer a prova. Aí Luiz Freire vem com uma alternativa e acrescenta nota.*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Isso foi outra coisa. Luiz Freire não teve nada a ver com isso, entendeu? Isso aí foi uma questão que houve na Escola, nesse tempo, com esse camarada. O assun-

to com Freire foi na minha turma. Porque Freire botava uns problemas muito difíceis. E ele colocou ... Tinha um camarada lá que era filho do dono do Jornal do Comércio. Era aluno da minha turma.

Evson Malaquias: O senhor se lembra do nome dele?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Lembro-me. Oh! Ceça, Ceça! Ela se lembra dos nomezinhos assim.

(Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Muita coisa na minha cabeça... Bem, esse menino era meu colega Paulo Pessoa de Queiroz. O pai dele era dono do Jornal do Comercio. Era o Dr Francisco Pessoa de Queiroz, essa família aí grande.

Evson Malaquias: Esse aluno?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Esse aluno era filho do dono do Jornal do Comércio. E Freire colocou uma prova. Colocou-o na baixa. Aí começou uma briga de Freire com o pai dele, que era um poderoso aqui naquela época. Então ele colocou tudo contra ele. A gente apoiou o menino. Não era por causa de ele ser filho do dono, era porque a gente era aluno. E era uma briga do professor com estudante. Naquele tempo não tinha isso, não. Era sim ou não. Quando a gente fez isso, ficaram contra ele, então ele saiu da Escola. Ficou três anos fora. Mas, antes disso, ele botou um aluno, o que era o pior aluno da sala, pra ser professor. Pra ser assistente dele. Pra desmoralizar os meninos. Houve isso. A coisa de Freire foi isso. Porque ele tinha colocado uma coisa muito alta e muita gente não alcançava. Mas ele ajudava esse camarada. No início, ele ajudava. Porque o pai dele chamou-o pra ensinar ao menino particularmente. Mas Freire não foi, chamou-me pra ensinar o menino. Substituí-lo na casa dele. Aí era eu que ia ensinar particularmente. È Paulo Pessoa de Queiroz. Era o nome do menino. Pessoa de Queiroz era a família do pai dele. Era o dono do Jornal do Comércio. Era um camarada poderoso, o pai dele. Mas, esse menino, Paulo Pessoa de Queiroz, foi com quem ele brigou. E o pai dele fez uma campanha contra Freire no jornal, que ele tinha na mão. Então Freire ficou aborrecido e saiu da Escola. Um ano ou dois, parece. Até ele, Luiz Freire, ficou zangado comigo, porque eu apoiei um monte de estudantes. E apoiei a Paulo.

Evson Malaquias: Fale um pouco sobre Luiz Freire, quando o senhor ainda era estudante. O que diria?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele foi um grande professor. O mais atualizado. Um pesquisador. E foi ele que levou para o Sul todo aluno bom. Agora, ele só queria saber de aluno bom. Que soubesse muito de física. Os outros, não, entendeu? Ele foi diretor do Instituto de Matemática.

Evson Malaquias: Como assim? Fale mais um pouco sobre isso. Ele se preocupava mais com aqueles que tinham mais aptidão...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Aptidão pra física. Era

Evson Malaquias: Dedicava-se mais?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Dedicava-se mais, não, ele dava oportunidade ao camarada. Arranjava pra ele ir pro Rio de Janeiro, etc. Eu tenho ali um livro que pode ajudar nisso. Ele foi um grande professor.

Evson Malaquias: Como era a aula de Luiz Barros Freire?

Prof. Dr. Jonio Lemos: A aula? Era espetacular. Ele era um professor que tinha uma linguagem muito limpa, bonita, elegante e moderna.

Evson Malaquias: Ele era vaidoso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era vaidoso.

Evson Malaquias: Segundo a pesquisa que estou fazendo, o que os alunos levantavam na época no jornal é que...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele era vaidoso, mas era um grande professor. Eu tenho aqui vários livros que contêm artigos dele. Eu tenho mais de um.

Evson Malaquias: Como é que ele tratava os alunos na sala de aula? Ele era muito exigente.? Ele era muito inteligente.

Evson Malaquias: Exigente?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Exigente também. Um camarada aqui da Universidade foi aprovado só porque ia fazer a prova de cartola..., dessas de festa, ele chegou de cartola, ele achou graça. Esse camarada era ótimo aluno. Foi da Faculdade de Química, foi um dos introdutores do álcool como combustível. Gostava muito dele (Luiz Freire). Eu disse uma vez a ele.: “Quanto eu tirei? Quem acertou esse?”. “Você!”. “E o resto?”. “O resto é resto.”. Que professor de física! Tudo o que sabia de física devia a ele. Dr. Luiz foi convidado para ensinar no Rio de Janeiro, na Faculdade de Engenharia, só não foi, porque o governo não ajudou a fazer a mudança de seus móveis.

Evson Malaquias: (Risos) Com essa sinceridade dele? Pelo levantamento que eu fiz no jornal, na época, vocês alunos falavam que ele era um pouco, às vezes, sarcástico.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, era. Essa resposta minha vem ao encontro disso. Ele era sarcástico. Ele gostava muito dos alunos bons. Ele não acobertava alunos ruins.

Evson Malaquias: E, com isso, ele machucava. O senhor tem mais um outro exemplo, que possa caracterizar um pouco, assim. Mesmo ele sendo inteligente, isso dificultava o relacionamento. Tinha outro exemplo assim em que o aluno pudesse ficar chateado?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Eu não lembro, não. Porque não era ele o único. Existiam muito mais reprovadores do que ele. Aquele velho que estava ali, Alves.

Evson Malaquias: João Holmes?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele foi o maior reprovador da Escola. Conheci dois camaradas que tinham dez anos na Escola e tudo por causa da Cadeira dele. E não tinha ninguém pra física, não. Muitos foram terminar o curso na Bahia e no Rio de Janeiro. Os dois maiores repro-

vadores daquele tempo foram, no Ginásio Pernambucano, Luis Ribeiro e, na Escola de Engenharia, João Holmes. Todos eram reprovadores, mas estes se destacavam. Era um curso muito difícil. Era um pessoal de moral elevada.

Evson Malaquias: *Mas, aí, vocês apoiaram e fizeram a greve. E ele, Luiz Freire, ficou com raiva?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ah, sim, ficou. Eu mesmo disse a você que votei contra ele, e eu era o peixinho dele. E ele ficou com raiva de mim, entendeu? Passou cinco anos sem falar comigo.

Evson Malaquias: *Abalou a amizade?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, por causa disso. Porque eu tinha que apoiar o que eu era. Eu nunca afrouxei nessa coisa, não.

Evson Malaquias: *(Risos) O senhor nunca voltou atrás por causa disso, não?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não.

Evson Malaquias: *O senhor fazia o que achava que tinha que fazer, certo?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, fazer o certo.

Evson Malaquias: *Ele chegava à sala e entrava? Como era a conduta dele como professor?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, ele era alinhado. Andava no linho, muito alinhado. Muito bem vestido. Falava uma maravilha. Não tinha professor de português que falasse como ele. Ele era o pai daquele que foi ...

Evson Malaquias: *Marcos Freire?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: *Marcos Freire, é. Passou muitas qualidades boas pra Marcos Freire. Tudo foi ele. Ele era um sujeito espetacular. Agora, ele tinha isso.*

Evson Malaquias: *Diga-me o senhor ... Eu estava lembrando uma matéria que tinha no Clube de Engenharia, mas está tão mal escrita que eu não consegui identificar. Parece que... E como está ambíguo o texto, eu estou inseguro. É o seguinte: é que identifica Luiz Freire como diretor do Departamento de Educação.*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, ele foi o primeiro membro de Pernambuco no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Ele foi o fundador e primeiro diretor do Instituto de Matemática, que começou como um aditivo da Escola de Engenharia. Eu fui o segundo. Com a reforma da Universidade, eu fui o primeiro diretor do Centro de Ciências Exatas, que incluía Física e Matemática.

Evson Malaquias: *Como era o dia a dia do Diretório Acadêmico?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era normal.

Evson Malaquias: *Vocês se reuniam normalmente?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: A gente se reunia. Chegava à tarde e ia se reunir. Não tinha problema.

Evson Malaquias: E vocês se reuniam pra discutir o que, fora a greve? (Risos) Fora a greve, porque o que está me chamado muito a atenção... É impressionante como a Engenharia teve um papel político muito grande.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É.

Evson Malaquias: Os Diretórios sempre atuando. Por exemplo, eu não sei se o senhor vai se lembrar da questão do fechamento do Partido e da Juventude Comunista. Numa das matérias, o Diretório Acadêmico de Engenharia, eu não sei se o senhor já estava no Diretório...,

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, eu...

Evson Malaquias: Convocou uma assembleia pra discutir qual era a posição do Diretório Acadêmico sobre o fechamento da Juventude Comunista. E, aí, o jornal produz uma folha inteira. Armando Monteiro Filho sendo favorável ao fechamento e afirmado que não poderíamos ser contra o Tribunal Superior Eleitoral, porque ele foi constituído pela Constituição. Reproduz até a luta de nós mesmos. Esse era o argumento que se utilizava. E os outros eram contra, dizendo que isso era contra a democracia. O senhor se lembra dessa assembleia?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não me lembro, não. É porque, nesse negócio de política, eu não estava. E não gostava. Não era nada, não. Eu não tinha tempo. Só. A política minha era na Universidade. Agora, eu tive uma coisa contra os estudantes. Porque eles prenderam o reitor em uma sala. Prenderam o reitor.

Evson Malaquias: Quando?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi em mil novecentos e tanto. Prenderam o reitor.

Evson Malaquias: O senhor já era vice?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era vice. Foi isso que aconteceu.

Evson Malaquias: E, aí, como é que foi?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, o reitor ficou preso na sala do Conselho um dia todo.

Evson Malaquias: Foram os alunos de Engenharia?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: Os alunos de Engenharia?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, da Universidade toda.

Evson Malaquias: Quem era o reitor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era Murilo Guimarães. Eles encheram aquela Praça do 13 de Maio, porque a Reitoria ficava ali, na Rua do Hospício, quase em frente ao 13 de Maio.. Ah, encheram! A gente estava com o prédio da reitoria ali daquele lado. Eles encheram aquela praça toda pra pressionar o reitor.

Evson Malaquias: Qual a praça? Essa da Universidade ou... a da Faculdade de Direito?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não, da Faculdade de Direito. Ali do lado.

Evson Malaquias: Certo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Porque a gente era do outro lado do quartel, ali, atrás. E, nesse dia, prenderam o reitor. Merval Jurema, que era o secretário, telefonou pra mim. Porque, na verdade, eu fazia tudo, mas não ganhava dinheiro. Eu ganhava dinheiro como engenheiro. Eu tinha uma firma de engenharia, que era lá em Olinda. Ele telefonou pra Olinda dizendo que eu era o reitor. Eu não sabia de nada.

Evson Malaquias: Merval?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Merval Jurema telefonou, porque ele era o secretário da reitoria. Eu perguntei: “Como é isso? O que é que há com Murilo?”. Ele disse: “Murilo está preso.”. Eu disse: “Preso?” Ele não foi pra casa, não tomou café, não... Nada. Ele estava preso lá. E os estudantes dentro da Universidade. Ocuparam o prédio da Universidade e a praça e prenderam o reitor.

Evson Malaquias: Por quê?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu não sei por que. Foi alguma coisa do reitor. Não foi comigo, não. Eu era vice-reitor e estava, nesse dia, no meu escritório lá em Olinda. Eu era engenheiro construtor. Nesse momento, de tarde... Você lembra como foi que o reitor foi preso? O ano?

Maria da Conceição: Era o ano em que Nilo Coelho era o governador.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, Nilo Coelho era o governador. Bem...

Maria da Conceição: A data assim... (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, eu estava lá. Então Merval, que era o secretário, telefonou pra mim dizendo que eu era o reitor. Eu pensei até que Murilo tinha morrido. Aí ele disse que Murilo estava preso na Universidade e que a mesma estava ocupada. Então eu peguei o abacaxi. Aí eu falei: “Eu vou lá. Eu vou lá”. Fui, vi o prejuízo que estava lá. Vi a situação qual era. Nilo Coelho era o governador. O Exército colocou a responsabilidade no Estado, não queria meter-se diretamente nesse assunto. Quer dizer que Nilo Coelho era quem deveria assumir o negócio...

Evson Malaquias: As decisões?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Isso aí.

Maria da Conceição: Do Estado.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Do Estado. Mas Nilo Coelho não disse nada. Deixou tudo à revelia, não se meteu. Então eu tinha que tomar uma atitude. E fui direto ao Quartel General, que era quem mandava em tudo. Eu fui lá e disse ao General do dia o que é que estava acontecendo. Que eu era vice-reitor, assumira, mas que o reitor estava preso. E o patrimônio federal, o prédio da reitoria, estava na mão dos estudantes. Ele perguntou: “O que é que você quer fazer?”. Eu disse: “Quero o seguinte: resolver a situação”. Ele estava na

sala de reunião do Conselho Universitário, e os estudantes estavam dentro do prédio da Universidade. Eram milhares de estudantes.

Maria da Conceição: Era lá na Rua do Hospício.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Então eu disse lá, naquela época: “Eu quero o Exército pra cercar os alunos que estão dentro da reitoria. Eles estão prendendo o reitor e eu vou prendê-los”. Então minha ação foi essa. Ele afirmou: “Então está certo.”. Mandou eu escolher o batalhão pra ir pra lá, pois eu não podia tirar o reitor de lá, porque era muita gente.

Evson Malaquias: O quartel cercou?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, cercou não, porque Nilo Coelho soube e eu disse aos alunos que fossem embora.

Maria da Conceição: A Nilo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: A Nilo. Dizer a Dr. Nilo. Ele me conhecia, que eu ia prender os alunos. E quem estivesse dentro da Universidade, eu ia demitir. Ia ser um escândalo. Porque tinha muita gente. Eles invadiram, eu os ameacei pessoalmente. Quem estivesse dentro da própria, demitiria da Universidade. Então Dr. Nilo Coelho foi lá e disse a eles: “Saiam daí, porque quem está na direção é Dr. Jonio, e ele é doido. Ele é capaz de fazer isso”. É, eu me lembro disso. Aí os estudantes foram embora. Ele tinha autoridade pra fazer isso. Mas eu não tinha. Houve isso comigo e com os estudantes.

Evson Malaquias: Sim. Aí, voltando pra gente ir... Vamos dar uma paradinha. O senhor deve estar cansado.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, estou não.

Evson Malaquias: Está não? Então retornemos ao ano de 47, sobre Luiz Barros Freire. Acho que é uma personalidade importante. E sobre os aspectos negativos dele?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu não tenho... nenhum, a não ser esses que eu já lhe narrei. Porque ele era um professor muito bom. A aula dele era uma joia. Conhecida por todo mundo. E ele ajudava quem queria estudar física. Ele é um camarada que é conhecido na física de todo o Brasil como o propagador da Física. Ele era... Não sei se você sabe disso. Agora, o estudante ruim é o que arranja culpa pra se agarrar. Mas ele, não. Eu não posso dizer nada contra ele porque eu gostava muito dele. Estou cheio de livros dele sobre tudo o que ele fez.

Evson Malaquias: É..., quando? Vamos falar um pouco sobre sua história mais profissional. Quando o senhor entrou na Universidade do Recife como professor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi... Eu entrei no...

Evson Malaquias: Foi na altura da década de 50, não foi?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi antes.

Maria da Conceição: Foi em cinqüenta e pouco.

Jonio e Maria da Conceição: Cinquenta e quatro, por aí.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É!

Maria da Conceição: Mais ou menos.

Evson Malaquias: Vamos falar um pouco sobre sua entrada na Universidade. Como é que foi? Como é que foi o percurso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu entrei na Universidade assim: eu já lhe disse que eu criei prestígio com Newton Maia, que era o dono da matemática aqui. Era um homem muito inteligente. Uma aula excelente. Conhecia e era muito prestigiado na Universidade. Até morrer. Newton Maia, então, mandou, através de João Alfredo, que era muito amigo dele, buscar dois professores na Europa pra aumentar o nível da matemática e Física aqui. Chegaram aqui dois portugueses: Alfredo Pereira Gomes e Manuel Zaluar. E eles pediram a Dr. Newton um assistente. Eles queriam um camarada que fosse moralmente sabido, como diz a história. Queriam mais a parte moral do que a parte de conhecimento científico. Aí Newton Maia me chamou pra ser assistente de Pereira Gomes. Pra mim, era uma oportunidade boa porque era a hora em que eu começava a crescer na matemática. Mas eu ensinava física. Ele disse a mim que física e matemática eram muito parecidas (disse Newton). E, aqui em Recife, ainda mais, porque aqui não existia muito a parte prática de física. A parte teórica da Física é a mesma da Matemática. Então eu quero que você vá ser assistente de Pereira Gomes. Eu fui. Foi quando começou minha carreira. Eu já era da Escola.

Evson Malaquias: Foi necessário fazer um concurso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sim, foi necessário.

Evson Malaquias: Hum!!!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não.

Evson Malaquias: Quando?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Quando... eu entrei.

Maria da Conceição: Não, ele tinha [???] [???] no curso.

Prof. Dr. Jonio Lemos: ... Eu entrei na Faculdade de... Filosofia em 1956

Evson Malaquias: Porque, se o senhor entrou como assistente, o senhor não era catedrático, não é isso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu não era catedrático

Evson Malaquias: Ah!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não.

Maria da Conceição: Ele era catedrático... Fez concurso em 1958 para catedrático da Faculdade de Arquitetura

Evson Malaquias: Ah, de Arquitetura.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Mas esse camarada veio... Formei-me em 1949. Era engenheiro e ensinava cursinho para concurso, antes do cursinho Pernambuco, e trabalhava na Prefeitura do Recife. Então fui chamado por Dr. Newton para ser assistente de Pereira Gomes, aceitei e saí da prefeitura. Fui ser assistente no curso de matemática, instalado na Faculdade de Filosofia da Universidade. Nesse tempo, Dr. Newton Maia era professor da Engenharia e da Arquitetura. E, com o surgimento da Universidade, Dr. Newton Maia podia ficar em três cadeiras – duas na Engenharia e uma na Arquitetura -, aí ele me chamou para ocupar a cadeira dele na Arquitetura, com a condição de em um ano fazer concurso de catedrático. Em 1958 fiz concurso de catedrático para Faculdade de Arquitetura e saí da Faculdade de Filosofia.

Evson Malaquias: Mas o senhor poderia ser catedrático e ser assistente?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Podia. Como catedrático contratado no lugar do Dr. Newton Maia.

Evson Malaquias: Podia?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Dependia de mim. Mas eu queria... Assistia até a aula de aluno, porque eu queria era aprender. Eu não tinha esse luxo comigo, não. Em ciência não tem isso, não. Quem tem..., sabe mais, ensina a quem tem menos. Agora, os imbecis é que perdem, porque não querem baixar o nível. Isso também não tinha muita importância, não. Ele teve muita ligação depois comigo. Ele e o outro, que era Manuel Zaluar. Qual o outro? Foi o outro camarada que entrou na [??]. Como era o nome dele, Ceça?

Evson Malaquias: Como é que foi o concurso pra Arquitetura? Como era o concurso do catedrático?

Talita: Aqui, a tese de concurso.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, tese de concurso. Pronto.

Evson Malaquias: Então o senhor apresentava uma tese já escrita?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, já escrita, não. Eram...

Evson Malaquias: Eram ideias?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu estou dizendo aqui a você, porque eu tenho aqui todos ... os resultados do concurso: título, escrita, prática, didática, tese. Eram cinco coisas. Aqui estão os professores que me examinaram. Esse aqui era o pai da matéria no Brasil, Monteiro de Camargo. Era de São Paulo. Foi ele que me deu dez aqui na prática. A prática que ele deu a mim era a prova, pois, no Brasil, naquele tempo, se fazia, agora não se faz mais, resolver problema. Você pode saber muito uma coisa e não resolver problema. Ele reprovava todo mundo no Brasil nessa prova aqui. Foi a prova em que eu tirei maior nota. Porque houve o seguinte: ... Eu fui fazer concurso de Matemática pra Arquitetura. O concurso é mesma matemática. Mas uma tem uma linha, outra tem outra. Ele ofereceu três disciplinas. Ele botou um problema fora do concurso, acima do concurso, porque ele era um camarada muito bom,... mas era cheio de coisa. Ele botou um problema mais difícil, além do que estava no concurso, porém eu estava bom em problemas. Eu fazia duzentos problemas... Coloquei pra vir e dar volta, mandando chamar os livros da Fran-

ça, resolvendo os problemas daqueles concursos da França. Eu estava muito afiado em problema naquele dia. Então os problemas que ele deu pra mim foram um queijo. Mas ele não sabia, porque eu não mostrava a ele a minha força.

Evson Malaquias: É lógico! (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele botou aquele problema. Pra mim, foi um queijo. Ele me deu assim outro problema lá naquele salão das Belas Artes. E foi à varanda pegar o jornal que estava ali. Quando ele voltou, o problema já estava resolvido. Ele expôs três problemas. E me deu a orientação ao contrário do que devia ser. Isso porque eu começava pelo primeiro que estava dentro da matéria; o segundo, que estava perto; e o terceiro, que estava fora. Ele disse a mim: “Comece pelo terceiro.”. Era pra eu não fazer nenhum. Não era pra não fazer? Eu sei que na ala da gente..., num concurso de catedrático, você pegou o primeiro problema, não fez, vai pro primeiro? Não vai. Tem que ir pro que está certo. Ele foi lá e voltou. Aí eu disse a ele. “É, o terceiro é o mais fácil.”. Ele perguntou: “Você já viu?”. Eu disse: “Já resolvi.”. Ele: “Qual é a sua resposta?”. E eu: “Tal”. Ele afirmou: “É, está certa.”. Então ele foi lá pra dentro tendo outra impressão minha. Olhe aqui as notas dele no Brasil..., ele disse que nunca teve ninguém que fizesse isso. Eu não podia jogar com o adversário. Porque aquilo era vida ou morte. Eu fiz todas as provas.

Evson Malaquias: Levava quanto tempo um concurso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: O concurso durava uma semana. Cada dia era um prova. Ele começou comigo porque eu falei aqui ... numa homenagem pra minha mãe. Ele gostou disso. Esse camarada dominou o concurso. Dominou até o Dr. Newton, que era o comandante daqui. Mas ele dominou por conta da competência dele. Ele era de São Paulo. Nas duas Escolas da Licenciatura de São Paulo, só dava ele. Eu tenho aí os livros dele, viu? (Tosse) de Monteiro de Camargo. Ele dizia que era parente daquele... daquele... Ele andava com cabelo grande, branco. Era o fortão daqui do Brasil naquele tempo. Então ele botou o problema pra eu fazer. Fiz tudo e, quando ele foi à varanda... e voltou...

Evson Malaquias: Voltou, não teve nem tempo, já estava terminando.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Eu disse: “Realmente era o mais fácil.”. Ele me disse que era mais fácil. Mas ele disse ao contrário. Era pra eu começar por ali e depois não chegar ao primeiro. Foi miserável, ele. Depois, num concurso aqui, ele pediu pra eu apresentar os meus livros, que eu indiquei anteriormente, pensando que eu não os tinha, entendeu? Eu tinha tudo.

Maria da Conceição: Eu me lembro, era um monte.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Viu?

Maria da Conceição: Ele... (Risos)

Talita (perguntando a Ceça): Vocês são casados há quantos anos?

Maria da Conceição: Há 58 anos.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Porque eu fui muito...

Talita: Eles são casados há 58 anos!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Talita: (Risos)

Evson Malaquias: É? 58 anos casados?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu já tinha... Eu não disse a vocês que casei..., que tudo meu foi precoce?
É, é.

Evson e Talita: (Risos).

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu casei com ela com vinte e quantos? Dois, não foi?

Maria da Conceição: Você? Não. Você tinha vinte e cinco e eu, vinte e dois.

Talita: É muito tempo. (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Que eu estou com ela? Isso eu agradeço a ela, porque, pra mim, só...

Maria da Conceição: 58 anos só de casamento. Oh! Quase quatro de noivado e de namoro.

Talita: Meu Deus!

Talita: Bote tempo nisso! Mais de sessenta anos.

Evson Malaquias: Vamos falar de uma pessoa, Joaquim Amazonas.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sim.

Evson Malaquias: Qual a imagem dele pro senhor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele foi um grande sujeito pra época. Ele foi o idealizador da Universidade. Ele era um camarada de muita força. Porque ele tinha uma coisa: não era de ir atrás dos grandes, não. Ele ia atrás dos pequenos. Ele resolvia tudo. Foi um sujeito formidável. Como pessoa..., como é?, como executor e fundador da Universidade.

Evson Malaquias: O senhor o conhecia mais de perto?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Quando eu entrei na Universidade como assistente, ele era o reitor. Mas o reitor não tinha contato com assistentes, não.

Evson Malaquias: (Risos) Não tinha muito prestígio, não?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era cercado de assistentes. No tempo dele, era...

Evson Malaquias: Há algum acontecimento sobre Joaquim? Porque aí, se não era professor, mas já conhecia a figura de Joaquim.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, ele era um camarada de muito prestígio na Faculdade de Direito, que era a mais importante. Ainda é hoje pelo currículo dela. Todo grande homem passou por ela: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, todo esse pessoal estudou ali, não é?

Evson Malaquias: Como foi sua experiência de vice-reitor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi boa. Eu fiz o que queria. Levantei a Universidade até onde pude. E a minha idéia era essa: estudar. Empenhei-me muito no estudo por causa da administração. Pra mim, foi boa. Tenho nada contra ela não.

Evson Malaquias: Como é que o senhor chegava? Chegava a que hora? Saía a que hora?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ah, eu vivia..., eu morava lá.

Evson Malaquias: O senhor era a fonte de acesso ao reitor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, sim. Trabalhei muito pela Universidade. Eu fiz lá a... Televisão Universitária. A Rádio já existia. Tinha um professor na Universidade, como é?, Dr. Manoel Caetano Queiroz de Andrade, que era engenheiro - o reitor daquela época não gostava dele. Ele sofria aqui muita pressão. Mas ele era muito amigo meu. E era um camarada de muito trabalho. Ele, quando queria um assunto, ia até o fim. Foi por isso que ele fez a Televisão. Então, um dia, ele foi pra um Congresso de Desenho lá no Rio. Ele era estudioso. E foi lá que ele soube que havia dois canais livres pra montar uma televisão. Ao voltar, falou-me: "Jonio, tem um canal livre e a gente podia construir..., tentar fazer a Televisão Universitária.". Eu disse: "Está bom! De que você precisa?". Ele disse: "Preciso só da sua ajuda.". Eu: "Você não sabe que tem toda? Então pronto.". Ele afirmou: "Então vamos juntos fazer a Televisão. Você quebra os galhos aí e eu faço a coordenação." Retruquei-lhe: "Está certo." Então ele tocou o pau. Dr. Murilo não o queria por causa desse boato sobre ele... Não o queria. Uma vez eu disse a ele quem é que ia ser o coordenador de lá. Falei de Caetano. Ele perguntou: "Quem é Caetano?" (Risos). Viu? Ele queria Newton Sucupira. Outro que ele queria... [???] [???] que era um retradutor de coisa que tinha aí. Era o pessoal que vivia no jornal naquele tempo. Eu disse: "Esse pessoal aí é o pessoal do "Se": "se fosse", "se desse", "se pudesse", eu não trabalho com esse pessoal, não, Dr. Murilo. Eu só trabalho com quem faz. "Senão"... Com esse pessoal, eu não trabalho.". Aí ele concordou que Caetano fosse meu coordenador. Mas a gente lutou por isso. Naquele tempo, era o Exército. Eles tinham tudo. Ocupavam aquele prédio de Medicina lá do Derby. E a gente precisava de um terreno pra fazer a Televisão. Então eu fui até o coronel ... Eu me lembrei dele ontem. Tinha um coronel que dizia que eu era o reitor da Universidade, porque tudo quanto era galho da Universidade, Murilo estava fora. Mas esse camarada era o que era responsável por essa parte. Eu fui a ele propor trocar o terreno da Universidade, no Derby, pelo terreno da TV. Ele concordou. Aquele terreno onde hoje é a TV Universitária era do Exército. E foi conseguido assim: por uma troca com um terreno do Derby, que o Exército já ocupava, compreendeu? Ele já estava lá. Então a gente já tinha perdido aquilo.

Evson Malaquias: (Riso) É! (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Aí eu troquei por isso e fiquei com ele.

Evson Malaquias: Como é que o senhor definiria sua gestão?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Onde?

Evson Malaquias: Como vice-reitor.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, eu fiz o que pude. Eu não posso dizer nada, os outros é que podem dizer. A gente só faz uma coisa achando que é boa. Mas eu não posso dizer isso.

Evson Malaquias: E qual seria a característica? O senhor diria?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, como é? ..., meu comportamento na Universidade foi esse que eu relatei a você: ajudar a Universidade e crescer a Matemática. Não queria mais nada além disso.

Evson Malaquias: Vocês procuravam constantemente o Exército pra fazer as coisas?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não, não. Eu não tinha nada com o Exército. Só quando era uma coisa assim.

Evson Malaquias: Mas eles os procuravam também pra impor alguma coisa, algumas questões?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Muito pouco. Eles dominavam, faziam o que queriam. O presidente era de lá. Agora, eles andavam atrás de mim. Porque eu ia pra Gravatá..., pra Garanhuns, e eles iam saber o que eu estava fazendo por lá. É, é. Eles tomavam conta ... de todo o pessoal, não era, Ceça? O Exército ... Mas a gente não sofreu nada, não.

Maria da Conceição: Não!

Prof. Dr. Jonio Lemos: (Tosse).

Evson Malaquias: Mas como assim? ... Eles sabiam quando o senhor ia pra lá?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era.

Evson Malaquias: Como é que o senhor soube disso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu soube pela moça lá da... secretaria do... hotel que me disse.

Maria da Conceição: Eles tomavam conta...

Prof. Dr. Jonio Lemos: De tudo, é.

Maria da Conceição: De tudo, é. (Risos)

Prof. Dr. Jonio Lemos: “Ele saiu!”. “Saiu pra onde?”, perguntavam.

Evson Malaquias: Eles não pediam nomes a vocês de professores ou de estudantes “não bem vistos”?

Prof. Dr. Jonio Lemos: A mim, não. Eles sabiam mais do que eu. Eles sabiam de tudo. Eu, não... A minha maneira na Universidade, está aí a minha mulher pra dizer, eu nunca...

Maria da Conceição: Oh, Jonio, a gente queria se lembrar do nome de Nélio.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Nélio!

Maria da Conceição: Nélio!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Nélio. É, foi ele que foi o engenheiro que a gente arranjou.

Maria da Conceição: Olhe-o aqui, oh!

Prof. Dr. Jonio Lemos: É.

Maria da Conceição: Aqui.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi ele que fez a concorrência da TV Universitária.

Maria da Conceição: Menina, é uma velharia aqui!

Evson Malaquias: *Havia muito atrito, na época, na gestão de vocês?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: Atrito com os estudantes? Conflitos? Houve outros que o senhor...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Comigo não, porque eu era professor deles em classe. Eles não tinham nada contra mim, não. Nem contra Murilo.

Maria da Conceição: Mesmo na época de vice-reitor, você ministrava aula.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, eu ministrava aula.

Maria da Conceição: Nem deixou de ministrar.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Nem deixei de dar aula. Eu trabalhava o dia todo na verdade. Muitos desses que eram... filhos de Baltar, todos, eram meus alunos particulares. De coisas acima do currículo. O que eu sabia, ensinava a eles. Fazia cursos lá na Escola ou no Instituto. Porque os melhores alunos faziam comigo. E eu fazia para os outros também. E um tempo que a gente pode dizer que foi bonito pra minha vida foi aquele da Universidade. Era muito cansativo pra mim, porque eles não respeitavam meu horário. Era o dia todinho lá e, quando eu ia a casa, eles chegavam lá. Ceça ficava danada. Porque queriam além. Aí estão os livros daquele Noronha. Ele me chamava de... reitor. Nilo Pereira tem outro livro aí que tem uma...

Evson Malaquias: E Murilo não ficava com raiva disso, não?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, porque eu...

Evson Malaquias: Na prática, era isso mesmo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu nunca fiz sujeira, não. Eu nunca fiz a infâmia de... ser traidor. Não fui traidor nunca.

Evson Malaquias: *Eu agradeço muito, de coração, a paciência de vocês dois. Foi muito prazeroso fazer esta entrevista e espero que o senhor goste do resultado que sairá deste trabalho.*

PROFESSOR JÔNIO SANTOS PEREIRA DE LEMOS

Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal

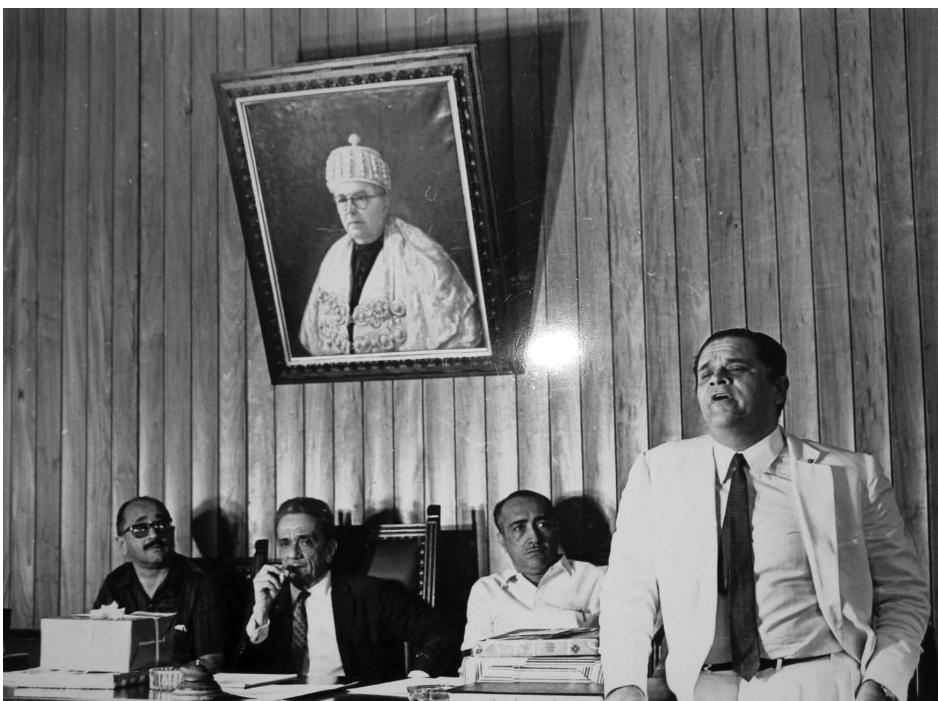


Foto: Arquivo Pessoal



Reunião do conselho universitário

Foto: Arquivo Pessoal



Foto: Arquivo Pessoal



10 anos de formatura - Escola de Engenharia



Visita do Presidente Castelo Branco



Visita do Presidente Castelo Branco

SEGUNDA ENTREVISTA COM O PROFESSOR JÔNIO SANTOS PEREIRA DE LEMOS

Cenários e cenas da entrevista

Newton Maia e o Partido Comunista – Cordeiro de Farias e a indicação de Murilo Guimarães a reitor – bastidores da eleição de Murilo Guimarães – Newton Sucupira, os estudantes e o reitorado de João Alfredo – ações de Paulo Maciel – coronel Ibiapina e a indicação de Jonio Lemos ao cargo de reitor – convite de Paulo Maciel à Jonio Lemos ao cargo de reitor – eleição de Marcionilo e Jonio Lemos – conflitos de João Alfredo e Jonio Lemos – figura de reitor e o poder.

Evson Malaquias: Bem, hoje são nove de janeiro de 2010, sábado. Eu me encontro na casa do senhor Jonio Lemos. Nós estamos fazendo esta entrevista de complemento e de esclarecimento e temos algumas perguntas pra ele. Sr. Jonio, o senhor estava falando sobre Newton Maia, que ele fez parte também do partido comunista, que ele fazia parte de uma célula. Fale um pouco sobre Newton Maia enquanto homem político e, ao mesmo tempo, enquanto professor.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Aí eu não sei quase nada. Era um sujeito muito justo. Muito estudioso. Muito sério. Era o representante da seriedade na Escola. Todo mundo tinha por ele veneração, admiração. Porque ele era um sujeito muito equilibrado. Um exemplo de disciplina, de exposição. Era um grande expositor. Era um grande professor de matemática. Sem defeito. Não era pesquisador, era um grande professor. Era o professor da Escola ... O que Newton Maia dizia, era lei.

Evson Malaquias: Conte um pouco... É... o que o senhor estava falando, antes de iniciarmos a gravação, sobre o que ocorreu com ele na célula...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Contaram-me. Isso eu não vi.

Evson Malaquias: É, mas...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu não era político na época. Mas... me contaram que ele era membro da célula da Rua da Concórdia. Ainda me lembro do lugar. Lá tinha uma célula comunista. E ele era de lá dessa célula. Quando houve, nas discussões lá dos assuntos deles, um assunto qualquer sobre o qual ele deu a opinião dele – ele falava muito bem e era muito

benquisto –, outro comunista mandou que ele se calasse, porque ele era burguês e não podia dar opinião sobre assunto de operário. Aí, aquilo, pra ele, foi a pá de cal. Ele foi embora e não voltou mais. Deixou o partido. Com essa história desse outro cara que disse isso. Não sei o nome dele. Eu não era político, nada disso. Mas sabia... Dizia-se, na época, isso. E ele foi membro mesmo. Mas ele nunca se meteu nisso, não. Acho que ele ficou muito decepcionado com o partido por causa disso. (Tosse) Bem, isso foi ... aquela coisa que você me pediu.

Evson Malaquias: Foi. Esclarecimento sobre Newton Maia.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi.

Evson Malaquias: Fale mais sobre Cordeiro de Farias. Quem tinha contato com ele? Como foi feito o contato?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Cordeiro de Farias estava no Rio de Janeiro. Ele tinha sido... governador de Pernambuco. E tinha prestígio com Castelo Branco e aquele pessoal. Ele era do grupo de Castelo Branco. Quando a gente precisou... Mas quero falar nisso um pouquinho antes. Eu era representante da Faculdade de Arquitetura, no Conselho Universitário, quando começou o interesse do Exército nos assuntos da Universidade. Até aí, nunca ninguém viu nada.

(Momento de pequena conversa entre o senhor Jonio e sua esposa Conceição.)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu era representante, como eu já disse, da Faculdade no Conselho, porque a Universidade era organizada de outro modo. O Conselho Universitário era constituído pelos diretor e por um representante dos professores, pra cada Escola. Era o Conselho maior dessa Universidade. Havia também o Conselho de Curadores, que era o que tinha negócio de dinheiro. Havia o reitor e tinha o Conselho acima do reitor. O reitor era o presidente dessa sessão. A figura mais alta era ele. Pois bem. (Tosse), nesse Conselho tinha o reitor, o vice-reitor, os diretores das Escolas e um representante de cada Escola, um representante dos estudantes.

Evson Malaquias: Do Diretório?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: Do Diretório Central dos Estudantes?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Tinha o representante dos alunos. Isso era o Conselho Universitário. Que era quem dirigia. Depois que esse Conselho acabou é que a Universidade caiu. Porque entrou a política. E a política, às vezes, não é de acordo com o nível da Universidade. A Universidade é um bem muito superior à política. O Conselho Universitário era constituído por uma elite intelectual.

Evson Malaquias: Cordeiro de Farias.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, bem..., esse dia, eu não lembro o dia, foi antes de Murilo assumir. A gente discutia isso lá no Conselho Universitário. Chegou, então, uma notícia do quartel, que era defronte, de que o reitor João Alfredo ia ser demitido, assim como o vice-reitor.

Foi a primeira ação do governo lá. Eram os dois. Newton tinha contra ele mais coisas, porque ele era comunista e João Alfredo, não. João Alfredo era um homem muito direito. Tudo ali era direito. Ali, o dinheiro da Universidade entrava e saía do mesmo jeito. Não tinha esse negócio de pastelão que tem agora, não. Como é que chamam agora... esse negócio do governo?

Clodoaldo: Mensalão.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Clodoaldo: Mensalão!

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, não tinha isso, não. Bem, quando chegou essa notícia de que os dois seriam demitidos, o professor..., como é o nome dele?

Maria da Conceição: Barros Lima?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein? Não, o que era o tio de Manuel Barros Lima. O que era o candidato a reitor, Barros Lima.

Maria da Conceição: Não é.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Professor Barros Lima era um camarada de muito prestígio na Universidade. Era considerado o melhor médico cirurgião daqui naquele tempo. Mas, na Faculdade de Medicina, não se fazia uma pedra que não tivesse o nome dele, Barros Lima. Que era um professor de muito... Era um sujeito de muita categoria. Quando ele entrava num hospital, era um corre-corre danado. Ele era um sujeito de muito prestígio. Tinha mais prestígio aqui. Então chegou a notícia a mando do coronel Bandeira.

(Fala de Conceição informando sobre alguns textos que ela achou.)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Bandeira era o coronel do Exército (SNI) ... Bandeira mandou dizer na Escola: "Murilo, não". João Alfredo e o vice-reitor, Newton Maia, iam ser demitidos. E que o professor Barros Lima seria nomeado vice-reitor da Universidade. Podiam indicá-lo como vice-reitor. Todavia, acontece o seguinte: o vice-reitor, naquele tempo, tinha que ser um membro do Conselho Universitário. Somente um representante podia ser o vice-reitor, está entendendo? O verdadeiro objetivo era demitir Newton Maia.

Evson Malaquias: Estou entendendo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Bem, o vice-reitor era indicado... Era membro obrigatório do Conselho Universitário. E ele não era. Ele não era membro do Conselho Universitário. Então a gente, eu e os outros, não aceitou a indicação de Bandeira. Foi a primeira revolta da gente contra o pessoal do Exército. Não foi nada de política. Foi pelo fato de uma pessoa, que era extraordinária, não ser membro do Conselho Universitário, e não podia ser vice-reitor no lugar de Dr. Newton Maia.

Evson Malaquias: Newton Maia!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Newton Maia. A coisa na Universidade começou por aí. Pela indicação de um excelente professor, um homem de alta categoria, pois não havia ninguém mais do

que ele, o professor..., como é o nome dele?, Barros Lima. Era o maior professor daqui. Da Escola... Ele mandava na Faculdade de Medicina...

Evson Malaquias: Com licença, Jonio!

(Pequena pausa para a solicitação de Evson pra que fosse possível tirar fotos dos documentos trazidos por dona Conceição.)

Evson Malaquias: Pode continuar, Jonio.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Então Bandeira indicou o professor Barros Lima,. Que era um homem sem defeito. Todo mundo o respeitava. Tinha um colega meu de turma, até hoje ele é um dos maiores colegas meus, então a gente formou um grupo de professores, com os estudantes e os outros, pra se opor à indicação de Barros Lima. Porque ali o colocaram como vice-reitor, pra ser candidato a reitor na eleição seguinte. E a gente não aceitou porque ele não era membro do Conselho Universitário. Daí em diante, a gente disse que Barros Lima, também, não era o candidato da gente pra reitor. Aí pegou contra Barros Lima. Bem..., ele era o representante do Exército aqui, porque feria os princípios da Universidade. Pois bem, mas aí houve também, dentro da Universidade, um grupo de professores ao lado de Barros Lima. Ficaram o grupo “Barros Lima” e o “não Barros Lima”. Porque a gente não tinha candidato a reitor. A gente chamou... aquele a que você se referiu, Lalor Mota, que era médico também, de prestígio, do tempo de Barros Lima, pra concorrer com Barros Lima. A gente escolheu um médico do tempo dele, catedrático de medicina, no mesmo nível de Barros Lima. Murilo não estava em nada disso. Mas havia os dois grupos. Agora, esses dois grupos tinham votos equivalentes. Um a favor de Barros Lima e outro, contra. Nós éramos doze, parece. Contra doze deles, parece. Era uma coisa assim. Mas a Escola de Direito não estava metida nisso. Eu... e o diretor da Química..., como era o nome dele?, Francisco Gondin, fomos à casa de Abgar Soriano, que era professor da Escola de Direito, amigo de Murilo, pra pedir a ele pra votar com a gente. Aí desequilibrava ... os votos, não é? Ele entrava do lado da gente. Conversamos com ele e tal, e ele disse que dava o voto a gente, contanto que Murilo Guimarães fosse o candidato, o primeiro da lista e com total votação. Murilo estava na Europa. Não teve nada com isso. Foi quando surgiu o nome de Murilo Guimarães. Era o menino, como era o nome dele?, aquele médico a que eu me referi?

Evson Malaquias: Lalor Mota.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Lalor Mota, que não fez nenhuma objeção a que a gente botasse o nome dele. É por isso que a gente disse a ele que era brabão. Eu não disse, não foi? Ele não tinha nenhum interesse nisso. Ele foi chamado por nós pra concorrer como amigo. Está entendendo bem? As coisas que acontecem por trás do pano são bem diferentes, não é isso? Então a gente foi a Abgar e concordamos que Murilo seria o representante. O primeiro da lista. A gente concordou com o que ele queria. Ele disse que votava, contanto que Murilo fosse o primeiro da lista, com unanimidade.

Evson Malaquias: E Cordeiro de Farias?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Estava no meio. A gente soube por trás dos panos que Barros Lima não

era o representante de Castelo, era de Bandeira, daqui. Então ninguém ficou calado. Foi pro Rio de Janeiro pra falar com Castelo a fim de que ele indicasse o nome de Murilo Guimarães.

Evson Malaquias: E quem fez contato com Cordeiro de Farias?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi esse menino que é genro de Murilo, Cyleno Ribeiro.

Evson Malaquias: Era professor de onde?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Do Curso de Direito. Era advogado da Universidade. Ele era membro lá da...

Evson Malaquias: Corregedoria?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Então a gente o mandou pro Rio, porque ele era amigo de Cordeiro de Farias.

Evson Malaquias: Parente, não?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, conhecido daqui. Eu acho que ele até trabalhou com Cordeiro de Farias quando este era governador. Então a gente mandou Cyleno ao Rio para pedir a Cordeiro que falasse com Castelo, a fim de que nomeasse o nome indicado por nós, no caso, Murilo Guimarães.

Evson Malaquias: Como o senhor caracterizaria o reitorado de João Alfredo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sim, bom, bom..

Evson Malaquias: Fale um pouco sobre o que o Senhor lembra das ações dele.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele foi continuador de Joaquim Amazonas. Era vice-reitor de Joaquim Amazonas. Ele foi excelente. Homem equilibrado. Nunca houve nada no reitorado dele. Os estudantes gostavam dele, bem como os professores. Ele era excelente...

Evson Malaquias: Na gestão dele foi que surgiu o SEC, com Paulo Freire? O serviço de Extensão?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi tudo com ele.

Evson Malaquias: O senhor acompanhou isso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Acompanhei. Lá na Universidade, depois. Eu não era vice-reitor de João Alfredo. Eu não sei porque eu não era.

Evson Malaquias: Só ensinava?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein? Só ensinava na Faculdade, entendeu? E a aceitação dele era excelente. Entre os alunos e os professores.

Evson Malaquias: E o trabalho de extensão, o senhor concordava com a...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sim!

Evson Malaquias: Porque eu li uma entrevista publicada com Newton Sucupira em que ele fazia críticas

por achar que a alfabetização não era função da Universidade. Ele não citava o nome nem de João Alfredo nem de Paulo Freire, mas ficava claro que era no reitorado de João Alfredo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Newton Sucupira estava no Rio de Janeiro como membro do Conselho de Educação. Ele era contra tudo que fosse social. Não é? Ele era... Ele brigou com o próprio genro por conta disso.

Evson Malaquias: Quem era o genro dele?

(Ele atende o telefone, se dispersa e não responde a questão)

Evson Malaquias: Mas o que é que ele tinha com João Alfredo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: ... Ele não tinha nada. Ele era membro do Conselho de Educação.

Evson Malaquias: Não, mas quem era o genro? Eu estou entendendo...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ah, eu eu não sei. Eu não...

Evson Malaquias: Mas quem brigou? Sucupira brigou com o genro?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Com o genro dele próprio, que era aluno e do Diretório Acadêmico de Medicina.

Evson Malaquias: Eu li um texto de uma professora, Vera Canuto, lá do CFCH, em que ela dizia que no reitorado de João Alfredo existia mais diálogo, mais democracia e que sua relação com os estudantes era boa.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era boa.

Evson Malaquias: Mas, concretamente, como é que podemos exemplificar essa relação?

Prof. Dr. Jonio Lemos: O que os estudantes pediam, dentro da lei, ele conseguiu. Eu fui pro Rio de Janeiro, pro Congresso da UNE, a mandado de João Alfredo. A Universidade pagou minha passagem. Eu ainda era estudante e, do Diretório de Engenharia, foram seis representantes para este congresso, contando comigo: Otávio Carvalheira, Guilherme Rodrigues, José Augusto, Genivaldo Barbosa, um da Politécnica.

Evson Malaquias: O senhor se lembra do que aconteceu lá no Congresso da UNE?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Era muito confuso.

Evson Malaquias: Vários temas?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein? Não me Lembro, não. Mas eu fui... Era meio esquerdista. Mas não houve propaganda assim... aberta de nada, não. Era negócio da Universidade, geral do Brasil. Eu fui... e também aquele menino ... Carvalheira. Eu era vice-presidente do Diretório da Escola. E fui indicado pra ir prá lá. Eu e o outro. Quem era o outro?

Evson Malaquias: Carvalheira?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É.

Evson Malaquias: São usineiros, plantadores de cana?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, ele, não. Ele era professor de química.

Evson Malaquias: Ah!

Prof. Dr. Jonio Lemos: ... Até um filho dele, agora, faz umas festas, uns negócios aí. Não tem uma... Uma bebida, não é?

Evson Malaquias: Bebida Carvalheira.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não é? É desse pessoal. Ele era um sujeito muito bom. Direito. Muito direito. Ele era da Faculdade de Química. Eu fui pela Escola de... Engenharia. Fui com outros.

Maria da Conceição: Olhe seu álbum.

(Pausa por conta de uma pequena conversa sobre o álbum onde vários estudantes, importantes pra pesquisa, aparecem.)

Evson Malaquias: João Alfredo,... *por ter essa postura mais social, tinha vínculo mais com o pessoal da esquerda, não é isso?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, na Universidade não tinha política, não.

Evson Malaquias: Porque Newton Maia também não tinha sido do Partido Comunista?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Sim, mas na Universidade não se falava em política, não.

(Outra pausa pra apresentação do álbum pra tirar fotos. Retomamos com o Senhor Jonio Lemos falando sobre o modo de ele se vestir.)

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu só andava de branco. Diziam que eu tinha mania de ser médico. O pessoal dizia. Porque eu só andava de branco.

Evson Malaquias: Ah, era uma opção sua?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era opção minha.

Evson Malaquias: ... *Mas essas roupas são sociais.*

Conceição e Prof. Dr. Jonio Lemos: Só andava assim.

Evson Malaquias: Só andava assim no dia a dia?

Maria da Conceição: Só, de manhã logo.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era.

Evson Malaquias: *Mas podia usar outra tonalidade?*

Conceição e Prof. Dr. Jonio Lemos: Podia.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Outra tonalidade, podia.

Maria da Conceição: Jonio só andava assim. Dava um trabalho danado.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É porque era linho, e linho é fresco.

(Maria da Conceição apresenta as fotos que há no álbum.)

Evson Malaquias: E os projetos sociais de João Alfredo, o senhor se lembra de alguns deles?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, eu não estava na Universidade, na reitoria.

Evson Malaquias: O senhor só ministrava aula?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, aí, pronto, eu não queria saber de nada. Eu só queria saber de matemática e de... Era o suficiente pra mim, porque...

Evson Malaquias: Mas a imagem de João Alfredo era boa? Mesmo o senhor não estando por dentro?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, era.

Evson Malaquias: E a de Paulo Maciel?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Paulo, também.

Evson Malaquias: Fale um pouco sobre...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Paulo Maciel foi depois.

Evson Malaquias: ... O reitorado de Paulo Maciel foi depois, em 74.

(Maria da Conceição apresenta outros documentos pra serem fotografados)

Evson Malaquias: Então vamos falar um pouco de Paulo Maciel.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele era um camarada muito... democrata. Muito inteligente. Ele era um orador extraordinário.

Evson Malaquias: Ele era professor de quê?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não lembro a Cadeira dele.

Evson Malaquias: Mas ele era de que curso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: De Direito.

Evson Malaquias: Ele estava no Rio de Janeiro nessa época?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Na minha época, ele estava lá. Quando aqui ainda havia perseguição, ele estava no Rio.

Evson Malaquias: Ele estava trabalhando ou estava estudando?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Estava trabalhando. Ele era diretor do negócio ligado à indústria.

Conceição: Quem?

Evson e Prof. Dr. Jonio Lemos: Paulo Maciel.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele tinha um negócio dele lá. Ele estava ainda no governo de Castelo

quando houve... Eu estava ainda na Universidade, quer dizer, nesse período em que eu era vice-reitor, ele estava lá. É um departamento de indústria. Porque a gente conseguiu que ele trouxesse pra cá um modelo de usina que tinha lá pra estudo. Lá no Rio. A gente, com ele, conseguiu trazer pra cá. Eu e Gondin, que era o diretor da Química. Foi por intermédio de ...

Evson Malaquias: Paulo Maciel.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Paulo Maciel. Agora, aqui não houve dinheiro pra colocá-la em funcionamento, aí acabou-se lá na Escola. Mas a gente trouxe pra cá uma usina para os estudantes daqui trabalharem. Agora, a Escola não teve dinheiro pra manter aquilo. Os equipamentos se estragam. Mas Paulo Maciel estava lá. Ele era um sujeito extraordinário. Os professores daqui, a não ser eu, que era da baixa esfera, eram todos gente boa. Não tinha ninguém canalha, nem ... medíocre, não. Era gente de primeira linha. Porque era o Conselho que escolhia. Mas Paulo Maciel me contou uma coisa.

Evson Malaquias: Vá, pode falar.

Prof. Dr. Jonio Lemos: O chefe daqui, do Exército, era Bandeira. Isso eu já disse aqui, não foi?

Evson Malaquias: Foi.

Prof. Dr. Jonio Lemos: E a segunda pessoa do Exército, como é?

Conceição: Ibiapina?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Um cearense, Ibiapina. Esse camarada foi o maior perseguidor aqui. Era conhecido. Foi esse aqui que fez as maiores campanhas de luta contra os professores na Escola. Colocou Balltar, Pelópidas Silveira, Acácio Gil Borsoi, Delfim Amorim pra fora daqui. Foi ele, Ibiapina. Ele era o chefe do... A gente o chamava de “o caceteiro”. Não era Bandeira, este era chefe dele, mas ele era também coronel.

Evson Malaquias: Ele visitava a Universidade?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele não precisava de ir, não.

Evson Malaquias: Ele mandava os representantes dele?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É. Mas ele agia por lá mesmo. Não precisava andar na Universidade, não. Mas eu vou dizer uma coisa, que Paulo Maciel me disse. Ele morreu, eu não posso provar, mas Paulo Maciel me disse que o presidente tinha dito a ele que todo homem tinha um ponto fraco, entendeu? Tinha um ponto fraco. E Ibiapina, que era o caceteiro chefe, aqui, dito por Castelo. Tinha-o procurado pra me indicar, Jonio, reitor.

Evson Malaquias: Ibiapina?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ibiapina. Sem ninguém saber. Foi Paulo Maciel, lá no Rio, que me disse quando esteve aqui. Que Castelo disse a ele isso. Que Ibiapina dissera a ele assim: “Todo homem tem um ponto fraco”. Ibiapina, que era o maior caceteiro da Universidade, veio me pedir pra indicar um professor novo, que tem lá, Jonio de Lemos, que é ligado à esquerda da Universidade. Ele é do Instituto de Matemática. Ligado com Newton Maia,

com esse pessoal. Então ele é um camarada que não tem política, mas é ligado a esse pessoal. Ibiapina veio pedir a mim pra nomeá-lo reitor. Castelo disse a ele. Agora, que a aproximação eu tive com Ibiapina? Eu estava nessa luta e ele estava contra a gente, porque ele era caceteiro. E a gente estava defendendo a Universidade. Então fui falar com ele. Fui pedir uma audiência com ele. Ele disse: “O que é que o senhor quer aqui?”. Eu disse: “Eu quero conversar com o senhor. Eu sou candidato aqui, da Universidade, e quero conversar com o senhor sobre o que eu sou e o meu pensamento sobre o que eu quero pra Universidade.”. Aí disse a ele que eu era do Instituto de Matemática. Que a minha ideia era registrar aqui um computador pra gente desenvolver a física. Era amigo dos alunos. Tudo eu disse a ele. Mas não tinha nada de política. Depois dessa..., ele me disse que tinha um minuto pra conversar comigo. Eu disse: “É bom.”. Ele passou duas horas me ouvindo. Depois disso ele foi pro Rio de Janeiro. Ele atendeu à minha cantada. Minha cantada foi boa, porque ele chegou lá e disse que nomeasse a mim como reitor. Mas eu não queria, não. Ceça não queria. Meus filhos não queriam. Porque ia me prejudicar. Porque eu era construtor e não podia perder minha firma. Todo negócio que eu tenho foi ela que me deu. Não foi a Universidade. Por causa de capricho. Eu era louco pela Universidade. A ela eu dei meu sangue e meu suor. Mas a família está em primeiro lugar. Então eu não queria. Mas ele não sabia, não. Ele foi dizer a Castelo que me nomeasse. Eu era candidato de Ibiapina. (Risos)

Evson Malaquias: (Risos) *E por que ele queria? O senhor tem alguma informação de qual foi o julgamento que ele fez?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não, ele não me disse nada. Eu disse a ele o que eu pensava da Universidade. Ele gostou. (Risos)

Evson Malaquias: *Como é que foi esse encontro com ele? Foi por acaso?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, eu pedi pra ir ter com ele, porque eu não queria saber de nada contra o Exército. A gente não estava contra o Exército. O Exército é que meteu-se lá, pra ferir a..., como é?, nossa constituição. Foi ele. Queria botar Barros Lima como vice-reitor, quando ele não podia ser. Daí em diante a gente foi contra ele pra reitor também.

Evson Malaquias: *Voltando a Paulo Maciel, o que é que marcou a gestão dele?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Aquilo ali é... Não marcou nada.

Maria da Conceição: Ali eu acho que Jonio estava muito fora da Universidade.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Quando ele estava, eu estava fora, não é?

Maria da Conceição: Quando ele foi...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele fazia um discurso muito bem. Falava bem. Ele era um camarada inteligente. E ele fez... A Universidade correr sem dificuldade. Ele à minha casa me chamar pra ser reitor, substituto dele.

Evson Malaquias: *Quem?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Paulo Maciel.

Evson Malaquias: Paulo Maciel?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É.

Evson Malaquias: Paulo Maciel o convidou? E o que foi que ele disse?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Porque eu não queria aceitar.

Evson Malaquias: Qual foi o argumento dele?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, era a opinião dele.

Maria da Conceição: Jonio era muito amigo do irmão dele.

Evson Malaquias: Quem era o irmão dele?

Conceição e Prof. Dr. Jonio Lemos: Telmo. Telmo Maciel.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era engenheiro também. Estudava comigo lá em casa.

Maria da Conceição: É!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Mas ele era meu amigo.

Maria da Conceição: (Risos) Ele fica emocionado.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, era o pessoal amigo meu. Mas de luta na Universidade. Não era coisa de comadre, não. (Leve choro).

Evson Malaquias: E Marcionilo Lins?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Marcionilo era de outra linha.

Evson Malaquias: Como assim?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele era da Medicina e eu da Engenharia. Ele não teve nenhuma ligação comigo, não. Só que ele..., na hora em que foi indicado, queria que eu entrasse. Nem entrar na lista eu queria. Na lista em que ele foi escolhido. Aí ele foi atrás de mim pra entrar na lista dele, porque ele tinha uma votação muito boa na Universidade. Isso é conhecido. Mas ele pediu pra eu entrar na lista dele. Eu não queria entrar mais em lista nenhuma. Porque eu não queria ser candidato. Disse a ele que não queria, mas ele insistiu pra eu entrar. Eu disse: “Eu posso entrar na sua lista, mas sendo primeiro da lista. Eu fui candidato a reitor três vezes.”

Evson Malaquias: Quer dizer que, na eleição no Conselho, os bastidores funcionavam bem?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, funcionavam.

Evson Malaquias: Visitavam? Como é que se procedia? Procuravam em casa? No local de trabalho?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, qualquer coisa. Ele foi lá pedir pra eu entrar na lista.

Evson Malaquias: Mas, no caso de Paulo Maciel, ele foi à sua casa, não foi?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi, pra eu aceitar entrar.

Evson Malaquias: E como era o processo de eleição? Era só chegar lá e votar?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, era.

Evson Malaquias: Tinha prazo de inscrição?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Tinha. Na época, tinha, normal. A gente, os candidatos que eram indicados pelo Conselho. Agora..., tinha eleição. Os alunos votavam, os professores, todos votavam. A Universidade toda votava. Agora, não era com a quantidade dos alunos. Os alunos eram através dos... órgãos...

Evson Malaquias: De representação?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Representativos.

Evson Malaquias: E essas disputas, como é que eram? Batiam chapas pra reitor? Ou era candidatura única?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Era não. Candidatura única não tinha, não.

Evson Malaquias: Sempre tinha concorrência?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, porque havia três nomes pra reitor.

Evson Malaquias: Tinha que mandar uma lista com três nomes?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Tinha que mandar os três nomes para o presidente da República. E o Presidente escolhia.

Evson Malaquias: Mas alguns nomes eram só formais, ou todos os três nomes eram pra disputar mesmo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eram pra disputar mesmo. Se fossem, era pra disputar. Agora, tinha toda uma composição. Tinha um indicado, o nome de Murilo Guimarães. A gente tirou três na de Murilo. Entrei três vezes. Na de Murilo, eu entrei, mas eu não queria. Nossa candidato era ele. Quer dizer, isso não era aqui, não. Aqui era a indicação. Era lá no Rio de Janeiro, com o presidente, pois quem resolvia era ele lá. Aqui, não. Na de Marcionilo, houve o seguinte: ele veio me procurar pra entrar na lista dele. Mas eu não queria. E também aquele... Antônio Figueira, que era adversário de Marcionilo na Faculdade de Medicina. Também era candidato. Tinha outra lista, nesse tempo. E me chamou também pra entrar na lista dele. E eu não aceitei. Ele ficou até muito aborrecido comigo nessa ocasião porque eu não aceitei. Ambos me chamaram pra entrar na lista. Eu disse que entrava na de Marcionilo porque Maria Antônia, Murilo, tal..., me pediram, pra não pensarem que eu estava contra, entendeu? Eu não estava contra. Eu não queria. Mas Marcionilo insistiu. Aí eu disse a ele o seguinte, na frente de uma testemunha: "Eu posso entrar na sua lista, mas eu só entro sendo o primeiro da lista". Por causa da minha situação na Universidade. Que eu fui três vezes candidato a reitor. Eu só posso entrar agora sendo o primeiro da lista, não é isso? Porque eu tinha sempre ali naquele papel meu... Você tem ali naquele papel quantas vezes eu fui. Eu fui... pra Escola de reitor, fui, depois, com ele e essa terceira, com Marcionilo.

Evson Malaquias: Vocês tinham que apresentar algo por escrito, quando candidatos?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não.

Evson Malaquias: Ou eram só os nomes postos em votação?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era isso.

Evson Malaquias: E como era o clima da votação? Tranquilo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Tranquilo. Eram só os professores. Todos tinham igual tratamento. Todos tinham igualdade. A coisa piorou foi depois. Porque, ali, ninguém era contra nem a favor. Aquela coisa. Mas Marcionilo, eu disse isso a ele: “No que você me indicar pra reitor, eu tenho duas vezes. “Então não posso entrar na lista abaixo de você. Porque se você é... professor catedrático da Universidade, eu sou duas vezes”. Eu perguntei a ele: “Você foi diretor de quantas Escolas? Nenhuma. Eu fui de duas”. Fui vice-reitor. Reeleito pelo Conselho. No fim do meu período, eles não me indicaram com votação, não, eles aclamaram dentro do Conselho minha reeleição. No Conselho, eu fui duas vezes vice-reitor. Foram seis anos. Durante três anos eu fui com indicação nossa mesmo. Na segunda vez, o Conselho me aclamou. Houve a votação porque era necessário. Mas foi aclamação dentro do Conselho. Porque eu não queria mais ser reconduzido. O Conselho me fez essa homenagem. Até aquele menino ... da Faculdade de... Economia, aquele baixinho, foi ele que iniciou essa homenagem ... Wilson da Costa Carvalho. Disse a ele: “Eu não quero ser reitor. Você vai pro Rio, pede pra você. Eu não quero. Eu não estou concorrendo com você. É minha posição como candidato a reitor que não pode ser abaixo da sua. Porque você está entrando na vice-reitoria agora, e eu tenho seis anos aqui”.

Evson Malaquias: O senhor foi diretor de qual curso?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Da Arquitetura e da Matemática. Foi quando eu entrei como diretor do Instituto de Matemática. Por duas vezes. Seis anos. Eu estou tentando ver agora se...

Evson Malaquias: Quem era o reitor quando o senhor foi diretor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: O reitor? Era João Alfredo. Foi João Alfredo. Não, depois foi Murilo.

Evson Malaquias: Mas, como diretor, o senhor não o conhecia... Murilo, tudo bem. Mas o senhor não foi o vice de Murilo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Fui.

Evson Malaquias: Mas no reitorado de João Alfredo, como diretor, o senhor não tinha reuniões administrativas?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Tinha, tinha, tinha.

Evson Malaquias: E o senhor não podia dar algumas informações sobre o reitorado de João Alfredo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu disse que eu era membro do Conselho Universitário.

Evson Malaquias: De João Alfredo?

Prof. Dr. Jonio Lemos: De João Alfredo. Aliás, houve uma discussão minha com João Alfredo.

Evson Malaquias: Ah, então conte!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi o seguinte. Deixe eu ver se me lembro. Era um negócio que o reitor tinha condições de resolver. Eu disse a ele que isso não podia ser..., a escolha de reitor, parece, era uma coisa que ele disse que... Era melhor um pessoal menor, e eu queria um maior. Porque, com pouca, gente do Conselho, o reitor tinha uma ação direta. E com os estudantes, os professores das Faculdades todas, ele não tinha. Aí ele disse que eu o estava insultando, porque ele era o presidente da sessão. E na sessão eu disse: "Eu não estou de acordo", porque o reitor tem força pra exercê-la sobre um pequeno número de professores. Foi isso.

Evson Malaquias: *Mas ele queria... Eu não estou entendendo bem em que momento, em que situação aconteceu de o senhor chamar a atenção dele. Concretamente. É porque ele não estava exercendo esse poder?*

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. É porque era a minha ideia. Eu achava que um Conselho menor..., por exemplo, um grupo de poucos professores, e o reitor estando dentro, ele não exerce um poder maior?

Evson Malaquias: Ah, certo! Entendi agora.

Prof. Dr. Jonio Lemos: E eu queria que todos os professores catedráticos da Universidade resolvessem. Era mais democrático.

Evson Malaquias: O reitor tem poder. Ele tem uma influência grande sobre as decisões.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Tem um poder de barganha. De barganha, é isso. Eu não quis. Eu disse isso dentro do Conselho. Aí ele queimou-se. Disse: "não, eu não estou dizendo com você, não".

Evson Malaquias: O senhor se lembra desses momentos no Conselho Universitário, quando o senhor presenciou esses conflitos entre os conselheiros?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não. Não houve conflitos entre os conselheiros, só entre mim e o reitor.

Evson Malaquias: Assim... que merecessem chamar a atenção?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, não. Eu disse a ele. Eu era membro do Conselho. Discutiu-se lá esse negócio. Então disseram que era o Conselho que tinha... Acho que era Universitário mesmo Ou então estava ali. Quem é que ia dizer alguma coisa contra ele? Eu fui dizer, e ele gritou.

Evson Malaquias: Não era comum haver uma opinião divergente da do reitor?

Jônio: Não era comum, não. Isso nunca é comum. Nem hoje nem ontem. Agora, eu sempre tive a minha opinião. Eu não criei solidez dentro da Universidade só para estudar matemática. Até hoje estou nela. Eu tive cargos, todos eles por indicação, não era quem procurava. O primeiro cargo na Universidade foi no Diretório de Engenharia. Eu entrei na Escola e tinha uma terceira lista de candidatos pra ser o tesoureiro do Diretório. E eu não

conhecia a ninguém. Mas eu fui o primeiro da turma. Eu fui a melhor nota do concurso. Era essa a minha indicação. E eu fui..., me indicaram pra o Diretório. A minha turma. Aí eu concorri com esse outro que era do terceiro ano, qualquer coisa. E eu ganhei pra ele por um voto. E eu votei nele. Eu era candidato, mas votei no adversário. Quer dizer que eu não tinha intenção de nada ali. Era trabalho pra mim. Eu votei no meu adversário. Eu votei nele. E venci-o por um voto. (Risos). Esse meu foi a mais pra ele. Lembro-me. Não votei em mim, não.

Evson Malaquias: Agora...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Hein?

Evson Malaquias: Fale-me um pouco sobre... como o senhor trabalhava na vice-reitoria? Como era o seu dia a dia?

Prof. Dr. Jonio Lemos: A rotina era o dia todo e a noite toda, porque...

Evson Malaquias: A que hora o senhor chegava lá para trabalhar?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Às oito horas. Eu ia pra Faculdade, pois era diretor de lá ainda, ficava um pedaço lá e depois ia pra reitoria.

Evson Malaquias: Ah, então foi, ao mesmo tempo, diretor e vice-reitor?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Foi, foi. Houve tempo em que eu era diretor, vice-reitor e ainda dava aula a alunos por fora em cursos avançados de matemática. Eu dava sem receber nada deles. Eu sempre trabalhei muito na Universidade. Trabalhei muito, muito, muito.

Evson Malaquias: O senhor trabalhava em que condições? Com secretárias, assessores, comissões?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, era. Não, aqui éramos o reitor e Eu. Era em igualdade mesmo. Toda a Universidade. Fazer o pagamento, tudo era eu.

Evson Malaquias: Então o seu dia a dia era com o reitor? Reunindo-se com ele?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era, era, era. Eram dois reitores, entendeu?, porque ele tinha me dado um documento pra eu fazer o que pudesse como reitor, que ele..., como é?, tinha...

Evson Malaquias: Ele delegava?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Ele delegava. É. Esse documento está por aí.

Evson Malaquias: Acho que eu tenho esse documento. Peguei esse documento lá na reitoria. Acho que eu vi algo sobre isso: ele autorizando o senhor...

Prof. Dr. Jonio Lemos: A fazer tudo. Ele ia pro Rio de Janeiro. Eu estava fundando aqui o Instituto de Matemática. Eu era do instituto de Matemática, da Escola de Arquitetura, vice-reitor e só ganhava dinheiro como professor. Não ganhava mais nada.

Evson Malaquias: No caso do reitor, seria Murilo Guimarães?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Era o reitor. No de Murilo. Foi, eu fiz tudo lá, não foi, Ceça? Quando eu era o vice-reitor, trabalhava o dia todo lá e, à noite, em minha casa.

(Pausa para um lanche trazido por Maria da Conceição.)

Evson Malaquias: Já eram Centros que se chamavam?

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, eram os Centros.

Evson Malaquias: O senhor visitava os Centros pra discutir problemas? Os Centros convidavam a Reitoria pra visitá-los, pra reuniões? Como era o dia a dia?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, os Centros eram o Conselho de lá. Cada Escola tinha sua congregação. O Instituto de Matemática tinha o dela. Eu contratei os professores estrangeiros com salários duas vezes o meu. E eu era o diretor. Eu tinha interesse em progredir a Matemática aqui. Num tinha interesse em dinheiro lá, não. Eu tinha minha firma, e queria era a construção. Mas, como diretor, eu só fiz ajudar a Universidade. Por isso hoje eu reclamo. Porque há muita coisa a que eu tinha direito, e não tive, porque eu não reclamava. Por exemplo, quando fizeram o regime de 40 horas. Não tem os...

Evson Malaquias: Quarenta horas semanais.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Eu fui, recebi para colocar lá no Instituto quarenta horas. Eu dei a alguns professores e fiquei com duas cadeiras separadas. Eu não fiz isso pra mim, porque eles precisavam mais do que eu. É tudo meio comunista aí nesse negócio, não é? É, a gente não pode fazer uma coisa pra não botar aquilo acima de você. Se você não quiser botar aquilo acima de você, não faça. Não faça. Foi por isso que, quando eu terminei o meu período, fui... Como era o nome daquele professor da Economia, Ceça? Aquele baixinho? Aquele que me indicou pra repetir a dosagem da,... era aquele... Costa Carvalho.

Maria da Conceição: Airton?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Não, era outro Costa Carvalho que tinha na Faculdade de Economia.

Maria da Conceição: Na de Economia ou de Arquitetura?

Prof. Dr. Jonio Lemos: Economia. Ele era do Conselho. Era um baixinho. Foi ele que iniciou o negócio lá pra me aclamarem pra repetir, pra ficar na vice-reitoria naquele segundo período.

Evson Malaquias: Quem eu poderia procurar agora pra ser entrevistado? Indique-me alguém!

Prof. Dr. Jonio Lemos: Abgar Soriano morreu, não foi? O papa da Universidade, você já falou com ele. Que era..., como é o nome dele?, Sucupira. Ele era um papa lá. Ele era um camarada de prestígio na Universidade, porque ele era professor de filosofia.

Evson Malaquias: Newton Sucupira foi presidente do Conselho Federal por dezessete anos. Tinha muito prestígio.

Prof. Dr. Jonio Lemos: É, era do Conselho de Educação, ele. Eu fui do Conselho Nacional de Pesquisa.

Maria da Conceição: Essa Universidade, eu acho, não dá muito valor aos professores, não.

Evson Malaquias: Hein?

Maria da Conceição: A Universidade não dá muito valor aos professores, não.

Evson Malaquias: Estamos um pouco...

Prof. Dr. Jonio Lemos: É.

Maria da Conceição: O que eles podem fazer pra não dar aquilo a que os professores têm direito, eles fazem. Falo isso com experiência própria.

Prof. Dr. Jonio Lemos: No meu tempo não.

Maria da Conceição: Procura ajudar os professores.

Prof. Dr. Jonio Lemos: No meu tempo, não. O camarada, o aluno ou o professor que me procurasse e eu achasse que eles tinham razão...

Prof. Dr. Jonio Lemos: Lá em casa, eu mesmo disse a você que ia e passava o dia todo na Universidade. E, à noite, a minha casa era cheia. A noite toda. Até de madrugada.

Maria da Conceição: Jonio teve uma estafa. Teve. A pressão subiu, foi uma coisa muito séria.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Olhe aí. Os professores iam todos lá pra casa. Não me chamavam de magnífico, não, era de esplendor.

Maria da Conceição: Ele não tinha uma hora. Era... Era... Não tinha uma hora.

Prof. Dr. Jonio Lemos: Porque eu era o mais baixo. Era professor de carreira, e os outros eram todos colegas meus. Não iam pedir a Murilo. Eu resolvia. Ia todo mundo lá pra casa. Ceça ficava danada, porque era a noite toda. Eles iam até lá à praia, em Piedade, quando estávamos veraneando.

Evson Malaquias: Atendeu. Acho que ficou muito legal. Agradeço a paciência que vocês tiveram comigo. Essas duas entrevistas ficaram muito boas e foram esclarecedoras de muitos momentos que a Universidade viveu em sua história. Muito obrigado.

PROFESSORA MARIA ANTONIA AMAZONAS MAC DOWELL

Foto: Arquivo Pessoal



Primeiro ano na Universidade, no quadro de formatura da turma de 1952

Foto: Arquivo Pessoal



Aniversários dos 70 anos, no ano de 2000.

Foto: Passarinho



PRIMEIRA E SEGUNDA ENTREVISTA COM A PROFESSORA MARIA ANTONIA AMAZONAS MAC DOWELL

A professora Maria Antonia Amazonas nasceu em Belém do Pará. Neta do primeiro reitor da Universidade do Recife, senhor Joaquim Amazonas, filha de Samuel Wallace MacDowell Filho e de Maria Anita Amazonas Mac Dowell. Sua mãe, não tinha curso superior, sendo educada no Colégio das Damas, até cerca dos 12 anos; teve depois professores particulares (Português e, com uma que à época chamavam “institutrice”, Francês e “cultura geral”), completando sua educação com viagens à Europa. Casou-se com 18 anos. Herdou de sua avó o Engenho Camaragibe e passou a administrá-lo (daí em diante, ela gostava de declarar, como profissão, “agricultora”). Já Maria Antonia Amazonas, a entrevistada, estudou no Colégio Ipiranga (Belém) e em Recife, no Regina Pacis e no Eucarístico. Na graduação, estudou na PUC do Rio de Janeiro. Fez parte de instituições religiosas: uma, a União Noelista, desde os oito anos, e, na Ação Católica, JEC – Juventude Estudantil Católica e JUC - Juventude Universitária. Foi fundadora e diretora do Colégio de Aplicação, de 1958 a 1970, até quando foi para a Pró-Reitoria, em 1970. A última turma de Didática foi em 1970. Em 1975, passou a ministrar Filosofia da Educação no Curso de Pedagogia. Foi pró-reitora no reitorado de Murilo Guimarães (meado de 1970 a 1971) e Marcionilo Lins (1971 a 1975). Assumiu a vice-reitoria no mandato de George Bowne (1984-1988). Ao fim desse mandato, aposentou-se. Continuou no Gabinete, como assessora dos três reitores seguintes, até 2003. Dedicou-se 51 anos completos à UFPE.

Cenas e cenários da entrevista

Cidade natal – árvore genealógica – infância – colégios – sucessão de reitores; escrutínio e listas – prof. Antonio Figueiras : posição e limite a ser reitor – reitor João Alfredo: gestão autoritária e retrógrada – Newton Maia e sua vinculação política - Marco Maciel: favoreceu grandemente a Universidade – sucessão de João Alfredo – Murilo Guimarães e os militares: Estudos de Problemas Brasileiro – vice-reitorado: escolha, primeira vice-reitora da UFPE (e, ainda, única) – greve dos estudantes em 1984 – relação com a ministra Esther Figueiredo Ferraz - a exibição do filme: “Je vous salve, Marie” e a reação dos militares – “O Livro Negro da USP”: a UFPE não o tem – órgãos suplementares: HC, TVU, Biblioteca Central, etc – criação dos Ciclos – criação do COCEPUFP, Pós-Graduação, convênios internacionais e nacionais – reconhecimento do seu mandato: institucionalização do colegiado dos cursos e departamentos.

Evson Malaquias: Bom, hoje são dezoito de fevereiro, são dez horas e me encontro na residência da Professora Maria Antonia. Vamos dar início à nossa entrevista. Como já tínhamos explicado, vamos tratar um pouco do aspecto familiar. Onde foi que a senhora nasceu, sua família?

Professora Maria Antonia: Nasci em Belém do Pará.

Evson Malaquias: Belém do Pará? Ah! Eu não sabia. Estive lá recentemente.

Professora Maria Antonia: Aquele rio!...

Evson Malaquias: Sim, aquele rio é maravilhoso.

Professora Maria Antonia: Fala-se em quatro “grandes rios”, mas os grandes rios são três. O Amazonas é coisa de outra ordem, não tem comparação. O Nilo, por exemplo, em Luxor, Você grita de uma margem e respondem da outra; o Amazonas, no meio do rio, você não avista nem uma margem nem outra.

Evson Malaquias: Então é completamente....

Professora Maria Antonia: Outra coisa.

Evson Malaquias: Então fale um pouco sobre Belém do Pará na sua infância lá.

Professora Maria Antonia: Bem, eu vim de lá pequena, com sete, quase oito anos, mas a minha primeira infância foi toda lá. Voltei uma vez, ainda menina, para passar as férias com meus avós que moravam lá. Foi quando o Brasil entrou em guerra, em 1942, e, na volta, o navio veio em blecaute por causa de possíveis submarinos alemães. Depois disto só voltei já adulta; muitos anos depois, fui para o Círio de Nazaré que é uma coisa extraordinária; já ouviu falar?

Evson Malaquias: Não.

Professora Maria Antonia: Nunca ouviu falar do Círio do Nazaré? Está no Livro dos Recordes como o maior evento religioso. No ano em que eu fui, que já faz muito tempo, tinha chegado a um milhão de pessoas; hoje deve estar perto dos dois milhões. Aquela massa humana que vai em romaria da Catedral até a Basílica, é fabuloso! Os paraenses vêm de toda parte. Tenho um irmão que mora nos Estados Unidos; perto da casa dele há uma colônia brasileira, na maioria paraenses, e todo ano eles fretam um avião para vir ao Círio de Nazaré, no segundo domingo de outubro.

Evson Malaquias: E seus pais ficaram lá?

Professora Maria Antonia: Não... A minha mãe era de família pernambucana, filha de Joaquim Amazonas e Lins e Correia de Araujo pela mãe. E meu pai também era, pelo lado materno, e também por nascimento. Porque era assim: os meus trisavô, bisavô e avô, que eram do Pará, vinham se formar em Direito aqui em Pernambuco, que lá não tinha faculdade. Vinham e casavam com pernambucanas (risos). Assim meu avô veio, se formou e casou com minha avó, Lins e Rego Barros daqui. Ficou um tempo aqui, muito novo fez concurso e foi professor catedrático da Faculdade de Direito, e aqui teve seus quatro

filhos. Logo depois o pai dele adoeceu e ele foi para Belém tomar conta do escritório, para sustentar seus pais e irmãos menores, lá ficando radicado. Meu pai não estudou em Pernambuco, veio só fazer os exames finais, para manter a tradição e ser o quarto Samuel Mac Dowell a se formar na nossa Faculdade de Direito. Veio e casou com uma pernambucana (as avós maternas dos dois eram primas). Ficou trabalhando no escritório de meu avô Amazonas, fez concurso de livre-docente da Faculdade de Direito e aqui nasceram os três primeiros de seus onze filhos. Depois o pai chamou-o para trabalhar no escritório de Belém, e os cinco filhos do meio nasceram lá. Ficaram lá oito anos, mas minha mãe tinha aqui a avó, que a tinha criado, já velhinha, e, no final de 1937, eles voltaram. A essa altura, ficou desocupada a cátedra de Direito Constitucional, meu pai, como livre-docente mais antigo, assumiu-a, e ficaram aqui definitivamente, aqui nascendo as três mais moças.

Evson Malaquias: *Como é que foi a infância nos estudos aqui? Estudou onde?*

Professora Maria Antonia: Comecei a estudar em Belém, os dois primeiros anos do que então se chamava “curso primário”, num colégio muito bom, Colégio Ipiranga, de umas senhoras alemãs, métodos bastante avançados. Quando vim para cá, fui para o Regina Pacis, por dois anos, e depois para o Eucarístico. Neste, acabei o primário, com o “exame de admissão”, e fiz as quatro séries do então “curso ginásial”. A essa altura, meus avós do Pará tinham se mudado para o Rio, por motivo de doença dele, e fui para lá cursar as três séries do “colegial”. Daí emendi com o Curso de Filosofia, Bacharelado e Licenciatura, na PUC. De modo que foram sete anos de estudo no Rio, em casa da minha avó.

Evson Malaquias: *Como era o dia a dia na escola? qual era a idade da senhora?*

Professora Maria Antonia: No Regina Pacis, oito/nove anos. No Eucarístico, dos dez aos catorze. Quando eu penso naquela época, do Eucarístico, eu era terrível! Não tinha problema dentro de casa (risos), mas no colégio era um capeta. (risos) E liderava toda a turma no que a gente chamava de “anarquia”; eu adorava “anarquizar”.

Evson Malaquias: Ficava muito de castigo? Quais eram os castigos na época?

Professora Maria Antonia: Não, até que não ficava, não sei por quê. Na quarta série, hoje, quando olho pra trás ... eu fui educadora, fui professora, e me espanta que não soubessem controlar um fedelho daqueles. Porque lembro, entre outros, naquela última série, teve um lance que ultrapassava todos os limites e não foi punido. Mas, enfim, eu adorava o colégio e achava-o ótimo.

Evson Malaquias: *Alguma professora ou professor...*

Professora Maria Antonia: Havia professoras da própria congregação religiosa a que o Colégio pertencia (não usavam hábito) e outros de fora, sobretudo nas séries mais adiantadas. Entre esses, Hilton Sette, um bom professor de geografia. E sobretudo um grande professor de matemática, Mariano Aguiar, pai de Antônio Carlos daqui da nossa Engenharia, e um grande professor de latim, o Cônego Aníbal Santos. O latim foi introduzido na 2ª série, então foram três anos de Latim, e ele nos deu um curso que ainda me deixa de boca aberta. Saí lendo latim, claro que não um Horácio, mas textos em prosa, mes-

mo clássicos, textos bíblicos e litúrgicos e, depois, na Faculdade, patrísticos e escolásticos. Foram realmente dois grandes professores, e suas matérias se tornaram minhas preferidas.

Evson Malaquias: *Como era, assim, o horário de entrada, quais eram os procedimentos?*

Professora Maria Antonia: Ah! Eu entrava de manhã, sempre estudei no turno da manhã.

Evson Malaquias: Às sete?

Professora Maria Antonia: Devia ser mais ou menos isso, eram cinco aulas, então de sete ao meio dia. Nos primeiros anos, morávamos em Recife, eu ia de bicicleta ou de bonde. No último ano viemos para Camaragibe, e aí foi um caso complicado. A estrada de Caxangá para cá ainda não era calçada e não havia ônibus daqui para a cidade; tínhamos um carro, mas estava-se em guerra e havia racionamento de combustível. Experimentou-se a “sopa” do interior, mas aparecemos todos com uma doença de pele e minha mãe aboliu a sopa. Então ficamos indo de bicicleta até Caxangá, lá se deixava a bicicleta na casa de umas parentas e pegava-se o bonde da Várzea até a Conde da Boa Vista.

Evson Malaquias: Não sabia que na Várzea tinha bonde.

Professora Maria Antonia: Ah! Era uma linha longa. Saía do Centro, vinha pela Conde da Boa Vista, Derbi, Benfica, a Caxangá toda, que na época não tinha essa largura, e acabava na Praça da Várzea.

Evson Malaquias: Levava quanto tempo? (risos) Era lento?

Professora Maria Antonia: Não me lembro mais. Mas sei que de manhã era muito bom; ao meio dia, realmente, chegar em Caxangá e pegar a bicicleta pra vir almoçar em casa, o sol era meio pesado (risos). Mas, naquela idade, não tinha problema, a gente fazia isso todo dia...

Evson Malaquias: *Como era a vida das meninas nessa época? O que vocês faziam? Quais eram os jogos, os encontros?*

Professora Maria Antonia: Bom, eu brinquei de boneca, fazia roupinhas para elas e coisas assim, até ir para o Rio, até catorze, quinze anos; completei quinze uns dias antes de ir. Lá em casa nós éramos muitos irmãos, e minha mãe, a idéia dela era que as crianças fossem felizes, que brincassem. Nós brincávamos o dia inteiro. Quando chegávamos do colégio, fazíamos os deveres, estudávamos - todos gostavam de estudar – e, daí, pronto...

Evson Malaquias: *Sob o acompanhamento dela, ou não?*

Professora Maria Antonia: Não, não precisava, nunca nenhum precisou de acompanhamento, a gente gostava de estudar. Eu sou de uma família grande, não sei se você tem família grande, nelas há “os grandes” e “os pequenos”, eu era dos grandes, era a quarta. Olhe, a minha mãe... Os meninos gostavam muito de jogo de botão. Sabe como é futebol de botão? Eles tinham montes de botões, inventaram um jogo de guerra de um país contra outro e ficavam dias seguidos os exércitos de botões armados no chão do corredor. Aí você podia pisar onde quisesse, mas sem desarrumar o jogo deles, mamãe fazia ques-

tão. Eu tinha uma irmã muito habilidosa. Ela desenhava e recortava umas bonequinhas de cartolina que vestíamos com roupinhas de papel de vários modelos, e tinha um mobiliário completo feito com capa de caderno. Tínhamos em casa dessas mobilinhas de criança, sofá e cadeirinhas, e nelas a gente arrumava as casas das bonecas, cada um tinha sua família com sua casa. Aquilo tudo ficava ali, nas férias, então, direto. E aí da empregada que achasse que tinha que espanar! Para mamãe, tinha era que deixar as brincadeiras dos filhos em paz. Tinha também o “fundo do quintal”. Era um quintal comprido, ali no Entroncamento, e havia um muro entre ele e o Colégio Vera Cruz (hoje o Vera Cruz ocupa essa área do nosso quintal e mais algumas do outro lado). Todo santo dia nós pegávamos o muro ali no fim da nossa casa, íamos por cima dele até o fundo do quintal, descíamos por uma goiabeira encostada no muro e subíamos nas árvores.

Evson Malaquias: Gostava muito? (risos)

Mc Dowell: Gostava mesmo! Muitas vezes eu levava um livro para ler lá no meu galho do sapotizeiro (os mais velhos, cada um tinha seu galho) e ficava lá a tarde toda... Enfim, foi uma infância realmente muito feliz.

Evson Malaquias: O que gostava de ler nessa época?

Professora Maria Antonia: Ah! Eu lia tudo o que me caísse na mão; e quando não tinha o que ler, ficava bastante infeliz. Tínhamos muitos livros em casa, os que haviam sido de meus pais na nossa idade e os que eles nos compravam, pois, para nós, não havia presente de aniversário ou de Natal que não incluísse um livro. Clássicos e menos clássicos da literatura infantil: primeiro os três grandes dos contos de fadas, depois Monteiro Lobato completo, Viriato Correia, Malba Tahan, Mark Twain, Gulliver, Robinson Crusoe e por aí vai. Alice, só li mais tarde, que serve para crianças dos oito aos oitenta, se você não leu, ainda está em tempo. Nas férias, quando eu tinha dez anos e ia entrar no ginásial, de repente já tinha esgotado o que havia em casa para a minha idade. Mamãe tinha uma coleção francesa, Bibliothèque Rose, muito conhecida na época, e outros, também infantis, em francês, e eu disse: tenho que aprender francês, porque não tenho mais o que ler (risos); e também porque minha mãe e meu pai, quando queriam falar alguma coisa para as crianças não entenderem, falavam em francês. Eu disse: vou aprender francês (risos); então, pronto, comecei por um que já tinha lido em tradução e fiquei atrás de minha mãe: que quer dizer isso, que quer dizer aquilo?... e no fim das férias estava lendo francês. Desses, passei a Júlio Verne, um clássico da literatura infanto-juvenil francesa, li toda a coleção, um atrás do outro, fascinada.

Evson Malaquias: Na fase adolescente?

Professora Maria Antonia: Começaram os romances, adequados para “meninas-moças”. Os nossos, em português: Macedo, Alencar, Júlio Diniz... Havia os chamados “romances cor de rosa” franceses – Deli, Ardel... - vários deles traduzidos e muito populares entre as mocinhas daqui. Li no original uma resma deles, de mamãe e de uma amiga dela, e também outros, já de valor literário, Bordeaux, Pierre Loti... E outros mais, traduzidos do inglês, da Távola Redonda, alguns Jane Austen, Walter Scott...

Evson Malaquias: Frequentava cinema? Gostava de cinema?

Professora Maria Antonia: Frequentava pouquíssimo. Em criança, írmos ao cinema era um evento fora do comum... No colégio, algumas iam bastante. Então, havia a aula de música, que naquela época era canto orfeônico. Eu não tenho voz, sou desentoadíssima, um horror, e o professor achava mais cômodo que as desentoadas saíssem da aula (risos) para não atrapalhar. Éramos, pois, umas quatro ou cinco desentoadas, que ficávamos conversando noutra sala, e uma delas, Conceição, que ia sempre ao cinema, contava o filme da semana (risos). Mas nós mesmos íamos muito pouco. Só quando fui para o Rio, é que comecei a frequentar cinema, e gostava muito.

Evson Malaquias: Como é que foi a vida no Rio?

Professora Maria Antonia: Bem, no Rio mudou muito. Eu saí daqui...

Evson Malaquias: Com que idade? Quinze?

Professora Maria Antonia: Fiz quinze anos e dois dias, depois estava indo para lá, para a casa da minha avó. Lá também fui para um colégio de freiras, o Sacré Coeur de Marie, não tive dificuldade nenhuma, porque tinha boa base e era boa aluna. A grande dificuldade do pessoal era em matemática, e eu não tinha a menor, porque Mariano nos tinha preparado muito bem. No princípio, de vez em quando as freiras diziam: mas qual foi o colégio em que você estudou? (risos). Eu saí daqui no fim da quarta série, e olhe, o que eu tinha pintado naquele colégio, o que desacatei, disse e fiz de desaforo não está no gibi. Quando cheguei ao Rio, não fazia nada disso, só tirava nota ruim de comportamento porque conversava na aula, isso nunca consegui corrigir. Mas, aqui, uma das minhas especialidades era soprar. Você sabe o que é soprar? Soprar é quando o professor chama um e o outro fica dizendo a resposta baixinho...

Evson Malaquias: Um ajuda o outro, não é? (risos) É uma cola oral. (risos)

Professora Maria Antonia: Pois é. Nisso eu era terrível, achava a maior diversão inventar maneiras de soprar, nas chamadas orais e nas provas, que o professor não visse, achava uma glória. Lá eu não fazia essas coisas, era bastante bem comportadinha. Mas minha vida mudou completamente, também, porque minha avó morava num apartamento...

Evson Malaquias: Qual era o bairro?

Professora Maria Antonia: Em Copacabana, Posto Quatro. Ela morava num apartamento, então subir em árvore, andar no muro, coisas que eu achava uma delícia, acabou... Passei o colegial todo e só voltei nas férias do fim do curso. Foram três anos sem vir, e eu sentia muita falta da casa, cheia de irmãos, e tudo o mais. Mas gostei muito do colégio, fiz amigas, tenho até hoje duas dessa época, coisa que é pouco comum; quando vou ao Rio, me hospedo na casa de uma delas; os filhos delas me chamam de tia. Elas vêm agora para o meu aniversário, daqui a pouco, em abril. Na Faculdade, foi uma época muito boa, fiz grandes amizades, tinha uma vida cheia, ia sempre a cinema, a conferências. Havia o Centro Dom Vital, dirigido por Alceu de Amoroso Lima – que grande figura, Dr. Alceu, de intelectual e de grande líder do laicato católico! Havia outros, Sobral Pinto, por exemplo, que você encontrava por lá e lhe deixavam uma impressão profunda. O Centro tinha uma programação cultural de alto nível, excelentes conferencistas, daqui e de fora,

frequentá-lo era sempre uma experiência enriquecedora. Também minha avó gostava de me mandar a balés, óperas, mas isso era caro e, por essa razão, não muito frequente. Mas numa turma que tínhamos, da Faculdade, descobrimos que, no Teatro Municipal, à tarde, sempre sobravam alguns lugares, e se, logo depois de o espetáculo começar, a gente falasse com o porteiro, ele ia deixando entrar, de dois em dois. E assim, “de penetra”, assistimos a muita coisa boa, lá de cima, nas “torrinhas” do Municipal (risos).

Evson Malaquias: E sua formação religiosa, como é que foi?

Professora Maria Antonia: Bem, desde pequena uma família religiosa, estudei sempre em colégio religioso; universidade, fiz na PUC, na Pontifícia. Havia também as Associações, que foram importantes na minha formação religiosa. Aqui, fiz parte de uma, a União Noelista, desde os oito anos. No Rio, entrei na Ação Católica, JEC – Juventude Estudantil Católica e JUC - Juventude Universitária, e nela militei com muito entusiasmo todos aqueles anos...

Evson Malaquias: Frequentava periodicamente a igreja?

Professora Maria Antonia: Sempre, no mínimo aos domingos e dias santos. Na Universidade, um grande amigo meu - ele é bem mais velho, está hoje com noventa anos, já era formado em Direito quando começamos juntos a Filosofia e teve grande influência, de estímulo e de orientação, na minha formação. A PUC, naquela época, era na São Clemente, pégada à igreja do Colégio Santo Inácio, e ele articulou as coisas para sairmos entre a primeira e a segunda aula e írmos comungar. O padre já sabia que tinha esse grupinho da Universidade que ia lá todo dia e ficava esperando. Comunhão diária, naquela época era assim.

Evson Malaquias: Quantos irmãos a senhora tem?

Professora Maria Antonia: Éramos onze irmãos.

Evson Malaquias: Todos também religiosos?

Professora Maria Antonia: Olhe, uns mais, outros menos. Dois deles, que já morreram, diziam que não tinham mais fé, mas não sei até que ponto eles mesmos sabiam: é como se diz na oração pelos mortos: “...cuja fé só Vós conhecéis”... Dos vivos, um é padre jesuíta e uma pertence a uma congregação religiosa, o Focolare. Dos demais, uma é meio afastada, os outros quatro são praticantes. A mais nova mora comigo e todo domingo vamos à missa juntas.

Evson Malaquias: Sua mãe incentivava muito a ...?

Professora Maria Antonia: A minha mãe, muito. Meu pai não praticava mas tinha fé. Uma coisa também que ele tinha era não admitir palavrão nenhum dentro de casa. Ele era meio distante, ficava na cabeceira da mesa lendo, parecia que nem estava ali. Mas, uma vez, alguém disse “chato”, ele levantou os olhos e repreendeu forte (risos) - não podia, chato era palavrão, hoje em dia não é nada... Assim, cresci sem usar nem ouvir palavrão. Só fui me familiarizar com eles na Reitoria, no Gabinete de George e de Efrem (Edinaldo, não: com ele ninguém dizia palavrão nem piada pesada, porque ele fechava a cara). Daí, incorporei alguns, na verdade bastante mansos, e lembro-me da reação de mamãe quan-

do me ouviu dizê-los pela primeira vez. Estávamos jogando cartas e eu, com um azar daqueles, só puxava cartas ruins; depois de várias, puxei uma, também ruim, e joguei-a na mesa, com um sonoro “merda!” Ela me olhou horrorizada: Maria Antonia, como é que você diz uma coisa dessas? E eu respondi: que é que eu vou dizer, se é isso mesmo que está sendo? (risos)

Evson Malaquias: *E, aí, rezava-se constantemente na hora de dormir, na hora das refeições?*

Professora Maria Antonia: Sim, aqui em casa tem uma capela, tinha-se missa de vez em quando.

Mas antes disso, desde pequeninos, aprendíamos a rezar antes de dormir e, ainda bem pequenos, mamãe nos levava todos à missa nos domingos. Teve uma época em que íamos à igreja do Nóbrega; eram três famílias grandes - a nossa, os Barreto Campelo, que acho que ainda eram mais numerosos, e os Vaconcellos Coelho-, cada uma ocupava um banco inteiro (os bancos do Nóbrega são muito compridos) com aquela filharada toda. E havia as primeiras comunhões: cada um, quando chegava a época, seis anos, fazia a sua, e era um acontecimento festivo na família. Mamãe também gostava muito dos Ofícios da Semana Santa e, já maiorzinhos, dez/doze anos (porque são longos), nos levava a eles. Assim nos iniciava na beleza da liturgia e, quando fui para o Rio, assim que descobri o Mosteiro de São Bento, passei a frequentar suas maravilhosas cerimônias litúrgicas. Quando voltei, tinham construído o Seminário Coração de Jesus, aqui pertinho. Eles tinham um coro muito bom, todo domingo era missa cantada, gregoriana. Olhe, a gente ia infalivelmente a essa missa e achava uma beleza; até meus sobrinhos, ainda pequenos, iam e adoravam e depois – eles são muito musicais – ficavam pela casa cantarolando a entonação do evangelho, a entonação dos salmos.... .

Evson Malaquias: *Bom, vamos lá ... Fale-me um pouco, agora, da sua formação no ensino superior. Qual foi o curso?*

Professora Maria Antonia: Fiz o curso de Filosofia na...

Evson Malaquias: *Por identificação ou outros cursos também chamavam-a atenção?*

Professora Maria Antonia: Não, eu gostava de Filosofia. Mas, quando me formei, vim para cá, meu avô era reitor da Universidade, iam abrir o curso de Didática e ele disse: você vai ensinar no curso de Didática. Você fez que curso?

Evson Malaquias: *Minha formação é em História.*

Professora Maria Antonia: Em História, você fazia o Bacharelado e depois um ano de Licenciatura, não é isso? Na Faculdade daqui, que tinha sido criada só havia três anos, a Licenciatura começou a funcionar no ano em que vim do Rio, em 1952. Como em todos os demais cursos, ao serem iniciados, não tinha concurso, nomeava-se o preferido, e eu fui nomeada para a cátedra de Didática. Na Licenciatura na PUC, nós tínhamos ido à Direção dizendo que queríamos Filosofia da Educação, e eles nos deram esse curso, que foi muito bom (não sei se o mantiveram depois). As disciplinas de Fundamentos – Biológicos, Psicológicos, Sociológicos - eram razoáveis, mas a Administração Escolar e, sobretudo, a Didática Geral eram um besteirol de não se aguentar. Quando cheguei e meu avô disse: você vai ensinar Didática, pensei comigo mesma: “bom, eu vou estudar, porque aquele

besteiro! eu não ensino, não” (risos). E fui e a primeira coisa a que cheguei foi que àqueles alunos, saídos cada um de seu Bacharelado, nenhuma das disciplinas da Licenciatura cuidava de levar a uma reflexão sobre o que é educação. Isso é fundamental, não se vê como um curso que pretende formar professores, quer dizer educadores, possa deixar de o ter. Então, no primeiro semestre, o meu curso era isso: o que você entende por educação? o que é isso? o que é educar? a criança, é ela que se educa ou é o professor que a educa? para que serve a educação? que se quer com ela? Só no segundo semestre vinha a Didática, com suas “técnicas”, mas não podiam ser aquele receituário, sem seus “porquês”. Primeiro tinha-se que ver o que é “estar motivado”, o que é “fixar” um conhecimento, que coisas são essas, lá, dentro do aluno, para daí tirar os “como fazer” para provocá-las, para promovê-las. Da primeira parte, eu gostava mais e estava mais preparada para ela. A segunda foi mais trabalhosa, fui tateando, estudando, ano a ano, não sei se chegou ao que eu gostaria, provavelmente umas Unidades mais, outras menos... De qualquer forma, foi assim que estruturei o curso, desde o princípio. Mais adiante, anos depois, eu já estava mais gabaritada lá dentro, propus e a Congregação aprovou o desdobramento da matéria em duas disciplinas: no primeiro semestre, Introdução à Educação e no segundo Didática Geral. Creio que assim continua.

Evson Malaquias: Era na Escola de Filosofia?

Professora Maria Antonia: O nome era Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Pernambuco, ali na Nunes Machado, ali onde é a Fratelli Vita. Depois venderam o prédio, creio, à Universidade Católica, porque limitava atrás com o Nóbrega. Foi onde comecei a ensinar na Universidade. A primeira turma, em 1952, tinha três alunos (risos), vindos do Bacharelado da Católica, e era à tarde. Naquele ano cada aula eu estava dando pela primeira vez, tinha de ser preparada, criada, completamente do nada, então foi pesado. No segundo ano, a turma foi bem maior; pouco depois passaram a Licenciatura para o turno da noite e já as turmas eram de cem e até mais, pois reuniam os egressos de todos os bacharelados.

Evson Malaquias: Quantos professores havia? Predominavam homens ou mulheres?

Professora Maria Antonia: Eram mais homens, mas havia também mulheres.

Evson Malaquias: No caso da Filosofia, a senhora foi a primeira?

Professora Maria Antonia: No caso da Filosofia, catedrática havia, e antes de mim, mais uma, Teresa Leal, de Língua ou de Literatura Espanhola, muito séria e competente. E como adjuntas ou assistentes, várias outras, muito boas.

Evson Malaquias: Como era, na época, o Ensino Superior?

Professora Maria Antonia: Olhe, você não pode fazer ideia da diferença que foi a criação do tempo integral. Antes dele, cada professor ia à Faculdade dar suas aulas - as minhas, no princípio, eram três por semana, depois desdobrei o programa e passaram para quatro - pegava a caderneta na secretaria, dava a aula, entregava a caderneta e ia embora. O professor não tinha gabinete, não tinha maior contacto com os colegas. E com os alunos, fora da aula, praticamente nenhum. Na Medicina havia mais vínculo, mais compromis-

timento, por causa do Hospital. Veja: o professor de Engenharia ou de Direito, quando está dando aula, não está fazendo engenharia, praticando advocacia. No curso médico há aulas teóricas, em anfiteatros, mas na grande maior parte ele é dado na enfermaria, no ambulatório, na sala de cirurgia, onde o professor tem seus pacientes e onde, então, ao mesmo tempo ensina e exerce a medicina. E isso é um diferencial importante nas relações professor/aluno. Também quanto ao professorado, naquela época o catedrático com seus Assistentes, que ele escolhia e ia preparando artesanalmente. Aberto um concurso, ele resolvia quem ia concorrer e quem ia vencer, e este quase sempre vencia mesmo. Essa era a tradição nas “grandes” escolas: Engenharia, Direito, Medicina. Não a estou defendendo, não a considero desejável. Mas não posso deixar de reconhecer que, na Medicina, via de regra, ela era praticada com seriedade, tanto no trabalho de formação dos assistentes como na escolha do “sucessor”, porque, para sua enfermaria, o catedrático queria do bom e do melhor. Essas observações, fiz depois, quando estava na Reitoria e pude ter uma visão mais global da Universidade.

Mas, voltando à Faculdade de Filosofia, a FAFIPE, seu professorado inicial foi constituído com os professores das correspondentes matérias dos cursos colegiais, em geral os melhores e/ou mais conhecidos, que eram, em particular, os do Ginásio Pernambucano e os da Escola Normal, nos quais vários deles eram catedráticos. Vale dizer, eles eram, em sua maioria, professores de colégios, que neles tinham status, compromissos, pautas de aulas já estabelecidos e que deles recebiam seu sustento. Ora, os salários do magistério superior não eram dimensionados para sustentar a ninguém. Então esses professores vinham à Faculdade para dar suas poucas aulas, encaixadas nas brechas daquela atividade principal que já tinham e que mantiveram. Essa era a situação, aliás comum à FAFIPE e às demais Unidades, que só mudaria se o magistério superior deixasse de ser um “bico” para ser uma profissão. Essa profissionalização seria o grande salto das Universidades Federais. Mas o caminho para ela foi longo. Houve primeiro, não me lembro em que ano, uma “dedicação exclusiva”, oferecida a todo o funcionalismo, mas a remuneração era irrisória. Alguns, pouquíssimos, pesquisadores se animaram a aceitá-la, talvez na perspectiva de convênios que financiassem suas pesquisas. Marcionilo, por exemplo. Chegou a conhecer Marcionilo Lins?

Evson Malaquias: Marcionilo, não, mas o conheci de nome. Médico, não era?

Professora Maria Antonia: Era médico, tinha um laboratório de análise e, naquela ocasião, fechou o laboratório para se dedicar com exclusividade à Universidade, como professor e pesquisador. Foi um daqueles pioneiros, que se contavam nos dedos; anos depois veio a ser o primeiro Reitor a exercer o cargo com dedicação exclusiva. Naqueles primórdios, essa decisão era um voto de pobreza. Uma carta patente de renúncia a enriquecer, de escolha por viver sempre muito modestamente. Em bases sérias, porém, conscientemente voltadas para a profissionalização do Magistério em geral, o marco inicial foi o “programa” de Regimes Especiais de Trabalho, criado por Jarbas Passarinho, em 1969. As Universidades recebiam recursos para tantos regimes de 24h., tantos de 40h, tantos de DE, podendo, dentro do montante total, alterar-lhes a distribuição. Os docentes se candidatavam, com um plano de trabalho, e uma Comissão fazia a triagem. Nós, aqui,

víamos que esta era a melhor coisa que se tinha no momento e a grande esperança para o futuro e lutávamos todo ano pelo aumento da nossa cota. Assim o programa foi-se expandindo, até que, em 1974, com Ney Braga e a Lei nº 6.182/74, esses regimes deixaram de ser “especiais” e se tornaram os regimes institucionais do magistério. Pode-se dizer que foi aí que começou a Universidade que você conhece hoje: com professores que se definem como professores e disto fazem seu projeto de vida. Em situação pelo menos digna, embora boa, mesmo, não se possa dizer. Veja Você: hoje mesmo está anunciado no jornal um concurso para analista, ou coisa assim, do Banco Central, com requisito de graduação e salário inicial, repita-se, inicial, mais alto que o de um professor doutor em DE. ...

Evson Malaquias: *Sem dúvida, não estimula muito ninguém a querer fazer carreira.*

Professora Maria Antonia: É sério porque é um indicador do valor que o Governo atribui ao Ensino Superior.

Evson Malaquias: Entendi. Voltemos um pouco à dinâmica na sala de aula. Como era a relação do professor com os alunos? Existia alguma preocupação de desenvolver discussões? O professor chegava, anotava as questões no quadro?

Professora Maria Antonia: Em termos gerais, não sei dizer. Eu levava minha fichinha, porque não ia arriscar um lapso de memória, e a aula era predominantemente expositiva. À medida que ia desenvolvendo o assunto, ia escrevendo os tópicos e subtópicos no quadro negro, de modo que, ao fim, estava nele todo o esquema da aula. A turma era muito heterogênea. Sempre tinha os de bom, às vezes muito bom, nível, e, no outro extremo, alguns que nem se entendia como tinham concluído o Bacharelado. Eu era rigorosa. Naquela época passava-se ou por média ou com exame final, este em 1^a ou em 2^a época. Comigo o padrão habitual era passarem por média uns vinte e cinco por cento da turma. Dos outros setenta e cinco por cento, na 1^a época passava por volta de um terço, na 2^a, outro terço, e o último terço era reprovado (risos).

Evson Malaquias: A sua última turma foi em que ano?

Professora Maria Antonia: A última turma de Didática foi em 1970, ano em que fui para a Pró-Reitoria. Quando voltei, em 75, passei a dar Filosofia da Educação no Curso de Pedagogia. Afastei-me de novo em 84, para a Vice-Reitoria, e, ao fim desse mandato, me aposentei. Continuei no Gabinete, como assessora dos três reitores seguintes, até 2003. Foram, assim, 51 anos completos na UFPE. E foram anos muito gratificantes. Como professora... Havia um Banco aqui, Banco Nacional do Norte, que todo ano dava um prêmio ao aluno laureado de cada curso e editava um livrinho no qual homenageava cada um deles. Neste, perguntavam que professor ele mais tinha apreciado, ou mais o tinha influenciado, alguma coisa assim, e habitualmente o laureado da Licenciatura da FAFIPE indicava o meu nome... Guardo essas publicações, que o Banco me enviava, como uma coisa preciosa.

Evson Malaquias: Qual era a Universidade do Recife? Qual era o prestígio que ela tinha na época?

Professora Maria Antonia: Não sei bem dizer. Mas a atuação da Universidade em programas comunitários, que lhe dessem visibilidade, era bastante limitada. Também só podia ser, se os professores não tinham condições de fazer outra coisa além das aulas que davam...

Evson Malaquias: Quando a senhora entrou na Universidade, quem eram os grandes nomes, os grandes professores?

Professora Maria Antonia: Nas Faculdades tradicionais havia muitos nomes de projeção, como professores e como profissionais: advogados, médicos, engenheiros. Ou também como professores e cientistas: Newton Maia, em Matemática; Luís Freire, na Física; vários na área de Saúde: Nelson Chaves, Osvaldo Lima, Bezerra Coutinho... ...

Evson Malaquias: Da nossa.

Professora Maria Antonia: Da nossa, em que os cursos não correspondiam a profissões externas à Academia, eram grandes nomes Amaro Quintas e José Antonio Gonçalves de Mello, na área de História; na Geografia, Gilberto Osório, Manuel Correia, Mario Lacerda; na área de Letras, José Lourenço de Lima, José Brasileiro Villanova, Nilo Pereira; na área de Educação, eram muito respeitados Sylvio Rabello, Rui de Ayres Bello e, à época ainda no início da projeção que veio a ter, Newton Sucupira.

Evson Malaquias: Havia intercâmbios, contatos com os professores dessas áreas diferentes? Vocês tinham conhecimento? Como era isso?

Professora Maria Antonia: Muito pouco. Havia a reunião da Congregação, sempre uma no princípio e outra no final do ano, e eventualmente uma ou outra no meio do ano. Mas eram só os catedráticos, um ou dois representantes dos adjuntos, idem dos assistentes. Éramos todos interinos: na Faculdade de Filosofia, até o desmembramento do Centro de Educação, nunca houve concurso para nada. Lembro-me de que, a certa altura, requevermos, Manuel Correia e eu, que abrissem concurso para as nossas cátedras, e eles não queriam nem ouvir falar nisso (risos), nunca abriram... Continuamos todos interinos até que fomos todos efetivados pela Constituição de 67. Os catedráticos, creio, se não todos, quase todos se conheciam bem entre si, já de fora da Faculdade. Eu, porém, só os fui conhecendo, e com muitos só tive algum contacto, nas reuniões da Congregação. Quanto aos adjuntos e assistentes, que não fossem os da própria cátedra, nem se sabia quem eram eles. Em suma, contactos, dentro da Faculdade, em torno de assuntos acadêmicos, eram praticamente inexistentes. Os Departamentos só foram criados com a Reforma de 1968, a mesma de que resultou a Faculdade de Educação, mais tarde Centro, desmembrada da FAFIPE. Criados, porém, só vieram a de fato funcionar quando se generalizaram os regimes de 20 e 40h.

Evson Malaquias: Se já era difícil na própria Faculdade, imagine em relação à Medicina, à Engenharia, que vocês não conheciam mesmo. Só de nome assim distante (risos)?

Professora Maria Antonia: Pois é. No tempo do meu avô, havia a Assembléia Universitária, que se reunia no princípio do ano, para apresentar o plano de trabalho anual, e no fim do ano, para prestação de contas. Era um grande evento, aberto a todos. Havia um grande professor da Medicina, Arsênio Tavares, que era brigado com meu avô e todo

ano aproveitava a ocasião para provocá-lo. Eu nunca fui, mas, ao que me contam, a Assembléia era concorridíssima porque a turma ia para assistir (risos) ao embate entre os dois.

Evson Malaquias: Existiam disputas entre os cursos assim, no sentido de valorização maior de um curso em relação a outros?...

Professora Maria Antonia: Poderia haver entre os três, Direito, Medicina, Engenharia, mas, realmente, não sei dizer se e o que havia ou não havia naquela época. Só sei a partir de quando fui para a Administração Central, Pró-Reitoria Acadêmica. Logo que cheguei, na primeira reunião do Conselho Universitário, o diretor da Medicina informou ter verificado no D.P. que havia uma vaga de assistente “boiando” e propôs sua lotação na Medicina. Havia ali diretores e representantes de Unidades que viviam no maior aperto, à míngua de pessoal, mas não houve nem discussão: votaram todos mansamente e a vaga foi para Medicina. Naquela hora eu ainda não sabia, mas, em breve, os dados que recolhi (fazíamos “mapas” de tudo) mostravam que, no conjunto dos então vinte e um Institutos, Faculdades, Escolas, a Medicina tinha um terço de tudo: um terço do corpo docente, um terço do corpo administrativo e mais de um terço dos recursos de custeio. Lembro-me de ter dito, brincando: aqui, o primogênito é Direito, mas os direitos da primogenitura quem tem é a Medicina. (risos) Como chegaram a essa situação claramente hegemônica? A meu ver, o episódio acima ilustra bem: não por força de “disputa”, mas de atenção, empenho, habilidade. A Pró-Reitoria, porém, tinha de cuidar de todos os cursos, sobretudo dos mais carentes, e fomos equilibrando melhor as coisas, com as novas vagas de magistério que íamos obtendo. Também, lembro-me de quando se criaram as Monitorias, um programa de grande valor acadêmico: foi a primeira vez que a Medicina, bem que pleiteou, mas não levou um terço, nem muito menos, das vagas disponíveis...

Evson Malaquias: Em que ano foi isso?

Professora Maria Antonia: Isso foi em fins de 71, princípio de 72, quando íamos para o segundo ano de implantação do 1º Ciclo.

Evson Malaquias: Foi a primeira vez que assumiu cargo administrativo?

Professora Maria Antonia: Não, porque eu tinha fundado e dirigido o Colégio de Aplicação.

Evson Malaquias: Ah, então vamos falar um pouquinho sobre o Colégio de Aplicação

Professora Maria Antonia: A Lei previa que nas Faculdades de Filosofia houvesse um Colégio de Aplicação, cujo diretor seria o catedrático de Didática. Sim, mas eu ia dizendo, antes do Colégio já tinha havido uns problemas meus com a Direção da Faculdade, à época um grupo com o qual eu não me afinava nada, em torno da questão dos assistentes. A cátedra era de Didática Geral e Especial, esta última diversificada para cada seção do Bacharelado, devendo, então, haver um assistente para cada uma. No primeiro ano ninguém percebeu isso, porque eram só aqueles três alunos vindos do Bacharelado em História Natural, e eu mesma dei a Didática Especial deles. No segundo ano, já eram cinco ou seis seções, tinha-se de cuidar de contratar os assistentes. Quando cheguei à Diretoria

para tratar do assunto, eles já estavam com os nomes preparados e eu, que tinha chegado aqui há um ano e não tinha outros, aceitei-os sem problema. Tentei acompanhar o trabalho deles, fazer reuniões para se ter alguma unidade de orientação, mas, com o regime de trabalho que se tinha, era muito difícil. De qualquer modo, fui tomando pé e, lá para o quarto ano – já iam ser umas oito ou dez – apareci na Diretoria com as minhas indicações para as novas contratações e inclusive para substituição de algumas anteriores. Mas por quê? Que é que Você tem contra ele? Não tenho nada, só que é fraquinho, não pode continuar. Foi uma bomba! Para eles, ter assistentes era status, era poder, e, de repente, aquela menina recém-chegada era “dona” da cátedra mais poderosa da Faculdade! (risos) Começaram, então, a preparar uma Resolução do Conselho Técnico-Administrativo pela qual os assistentes das Didáticas Especiais seriam indicados pelos catedráticos das respectivas disciplinas: na de Francês, pelo catedrático de Francês; na de Inglês, pelo de Inglês, e assim por diante. Um amigo meu, Aderbal Jurema, que era do CTA, me preveniu e preparei um documento, todo fundamentado na Lei e na jurisprudência vigentes, mostrando que as Didáticas Especiais pertenciam à cátedra de Didática e que em cada cátedra a indicação dos assistentes era prerrogativa do titular. Juntei um parecer aprovado pelo então Conselho Nacional de Educação, que assim afirmava categoricamente - parecer este de autoria do conselheiro Joaquim Amazonas... (risos) Como se pode imaginar, a coisa morreu aí. (risos) Para eles, essas eram brigas de poder. Para mim, não era questão de poder, era questão de valor acadêmico.

Evson Malaquias: Então vamos lá pro Colégio de Aplicação

Professora Maria Antonia: No início de 1958, eu estava de férias no Rio e Dulce Campos, grande amiga minha e minha assistente de Didática Especial da Pedagogia, me telegrafou: venha imediatamente que estão fundando o Colégio de Aplicação sem você. Cheguei aqui, estava tudo esquematizado: estavam fundando o Colégio, do qual uma sobrinha do Vice-Diretor da Faculdade seria a diretora. Cheguei, fui direto ao Diretor: “Então estamos fundando o Colégio de Aplicação? Eu soube e vim correndo, porque o senhor sabe que o titular de Didática é o diretor do Colégio, não é?” (risos). Aí se desinteressaram completamente. Mas já estava aprovado no Conselho Universitário e levamos adiante. No primeiro ano, assim em cima da hora, não dava mais tempo de fazer exame de admissão. Nós fomos ao Ginásio Pernambucano, que era o melhor da cidade - depois ficou sendo o Colégio de Aplicação - explicamos a situação ao diretor e pedimos que ele nos encaminhasse os primeiros excedentes do exame de admissão de lá. A essa altura, a maioria deles já estavam matriculados em outros colégios, apareceram onze, e foi com eles que começamos a primeira turma do Colégio, no início Ginásio de Aplicação. Na segunda, já foram uns trinta.

Evson Malaquias: Algum conhecido assim dos onze?

Professora Maria Antonia: Dos onze, que se tenha projetado desses onze, deixe ver, não me lembro com certeza. Mas desses e dos seguintes, todos eles, quando os encontro, dizem que estão muito bem graças à formação que receberam lá. Ela realmente era muito boa. Desde o princípio, o pessoal técnico e administrativo era todo de primeira qualidade. Criei um cargo de coordenadora administrativa e nele tive a sorte de ter Lourdinha

Paes Barreto, pessoa seriíssima, com larga experiência na área; as duas que ingressaram na Secretaria, novatas, aprenderam com ela e muito bem. Mas o grande diferencial do Colégio de Aplicação foram os Serviços, o de Orientação Pedagógica, SOEP, e o de Orientação Educacional, SOE. O SOEP foi idéia minha. Para ele veio Maria da Graça Rabello, recém-formada, e com ela, extraordinariamente dedicada e capaz, fomos “inventando” esse Serviço como o núcleo pensante e dinamizador do projeto pedagógico do Colégio. Currículos experimentais, metodologias novas, conselhos de classe, eram pensados e elaborados no SOEP, cabendo-lhe em seguida acompanhar-lhes a execução, avaliar, propor ajustes e reformulações. Os professores não eram pagos por aula dada, como nos demais colégios, tinham um regime de 12h. semanais, e isso permitia que o SOEP trabalhasse com eles, articulando-os e engajando-os nessas atividades. O SOE era previsto em lei, mas não sei se já havia em algum colégio daqui. Entreguei-o a Dulce Campos, portadora de invejável experiência pedagógica, desde o maternal até a Universidade. Ela montou o Serviço, contratamos psicóloga e psicotécnica. Os alunos recebiam acompanhamento individualizado e em grupo, cada turma uma hora por semana, com ênfase no desenvolvimento afetivo e social. E havia o trabalho com os pais. Esse era muito gratificante, porque os pais tinham, no Colégio e em nós, uma confiança assim incondicional, só faltavam nos pôr no altar... As reuniões... ..

Evson Malaquias: *E as reuniões com os pais eram trimestrais, mensais?*

Professora Maria Antonia: Fazia-se uma reunião por mês, cada vez uma turma; dava para ter com o mesmo pai umas três por ano. Mas havia também uns “eventos” maiores, para os meninos ou para os pais, tipo passar um filme e depois analisá-lo. Dulce os preparava muito bem, eram muito movimentados e interativos, o comparecimento era maciço, e eles ficavam lá mais de duas, três horas. Era muito bom

Evson Malaquias: *Qual foi a justificativa, a motivação para a criação do Colégio?*

Professora Maria Antonia: Bom, como eu disse, por parte da Direção da Faculdade, a motivação principal foi criar um colégio para aquela sobrinha dirigir. Ela, na verdade, era muito boa em Pedagogia; eu não gostava do tio, mas a ela, reconhecia e respeitava-lhe o valor. Só que, por lei, não podia ser e eles se desinteressaram. Mas nós nos interessamos. Havia muita reflexão nossa sobre o Colégio e suas finalidades, e a primeira dessas era servir à formação dos licenciandos. Com as turmas de Licenciatura numerosas como eram, vi logo que não era possível oferecer estágio para todos no Colégio. Podiam ir, eventualmente, assistir a alguma aula, conhecer os Serviços. Mas estágio, não podendo ser para todos, era um privilégio, para o qual tinha de haver uma seleção. No princípio do ano eu anuncjava, os interessados se candidatavam e os selecionados faziam o estágio lá, sob a orientação do professor da disciplina e do Serviço de Orientação Pedagógica, que nisso também era muito bom

Evson Malaquias: *Qual era a sua função lá?*

Professora Maria Antonia: Eu era diretora

Evson Malaquias: *Diretora. Por quantos anos? De que ano até que ano?*

Professora Maria Antonia: De 58, quando o Colégio foi fundado, até quando fui para a Pró-Reitoria, em 70.

Evson Malaquias: Mas continuou ministrando aula também ...?

Professora Maria Antonia: No Colégio nunca dei aula, dava na Licenciatura. O Colégio era de manhã e a Licenciatura, à noite. Depois é que passou a haver uma turma de manhã. As turmas eram enormes, achei melhor oferecer também essa, de manhã, e os alunos escolhiam entre os dois turnos.

Evson Malaquias: Quem eram os professores nessa época de 58?

Professora Maria Antonia: O Colégio tinha muito bons professores. José Lourenço de Lima, catedrático de Latim

Evson Malaquias: Eram professores também da Universidade?

Professora Maria Antonia: No primeiro ano eram quase todos da Faculdade, com um contrato adicional para lecionarem no Colégio. José Lourenço, Leônidas Estelita na Matemática, Célia Freire, na Geografia, todos esses excelentes. Com o aumento de séries, foram vindo outros, de fora. Rubem Franca, de História, muito, muito bom; Clifford, de português, também, muito bom. Na matemática, tivemos Rosilda Alcântara e Lourdinha Bittencourt, ambas ótimas professoras. Depois que Rosilda saiu, contratamos um, que não era grande coisa. Naquela época falava-se muito em “matemática moderna” e eu queria introduzi-la no Colégio; apareceu um, que tinha feito um estágio na Bélgica, nessa área, contratamo-lo, ele era bom, mas, como “matemática moderna”, nunca deu muito certo...

Evson Malaquias: Mas o Colégio era ligado à Universidade?

Professora Maria Antonia: Claro, era ligado à Faculdade de Filosofia. Funcionava no mesmo prédio, a Faculdade à tarde e à noite e o Colégio, de manhã, nas mesmas salas. Só tínhamos duas, cedidas com exclusividade, para a Secretaria/Diretoria e os Serviços. E a gente ia lutando para fazer a biblioteca do Colégio e outras coisas. Não era nada fácil. Não tínhamos verba própria.

Evson Malaquias: Como é que as arrumava?

Professora Maria Antonia: Ia-se à Reitoria. No tempo do meu avô, eu tinha acesso fácil, mas mesmo assim eram uns pingadinhos suados, tinham que ser muito bem aproveitados. Quando meu avô, primeiro se afastou, doente, e, no ano seguinte, morreu, sucedeu-o João Alfredo, que era Diretor da Escola de Belas Artes e Vice-Reitor. Nessa época houve uma polarização política dentro da Universidade, ele sabia que eu era “da oposição”, e aí foi dureza... (risos)

Evson Malaquias: Como é que a senhora definiria a gestão de Joaquim Amazonas?

Professora Maria Antonia: Veja: a gestão de Joaquim Amazonas foi de 1946, com a fundação da Universidade, a 1959. Em 46, eu estava cursando o secundário, no Rio, e a este seguiram-se os quatro anos na PUC. Quando voltei, em 52, não tinha visão da Universidade, só ali

do meu canto, da Faculdade. E não fui muito além disso, até o fim da gestão. Não posso, portanto, falar como o que se chamaria uma “testemunha qualificada”. Só posso falar juntando o que vi ou soube à época, à luz do que só muito depois tive elementos para entender e avaliar. Sei assim que, já muitos anos antes da Universidade, ele era um apaixonado pela Educação Superior: ativamente ligado à Faculdade de Direito, da qual foi diretor várias vezes, membro do Conselho Nacional de Educação. Havia, então, no Brasil, só duas Universidades: a Nacional, no Rio de Janeiro, federal, e a de São Paulo, estadual. Ele meteu na cabeça que tinha de haver uma em Pernambuco. Não consta que tenha sido projeto de um grupo, nunca ouvi mencionar algum outro nome nele envolvido ou atuante. Foi ele que a sonhou, ele que lutou por ela, ele que a arrancou do Governo Federal. Levou vários anos batalhando e, em meio deles, a Bahia também começou a pleitear a sua. Assumi, então, um ministro baiano e quis atender sua terra natal. Mas como o nosso projeto era mais antigo, os dois decretos-lei tiveram de ser assinados no mesmo dia. Meu avô disse: “não, a nossa tem de ser antes”. E instalou a Universidade do Recife no meio do ano, no dia 11 de agosto, que é a data histórica da Faculdade de Direito. De imediato era preciso haver uma Administração Central, e a Reitoria foi montada, a partir do zero, escolhendo a dedo o pessoal - mais de um desses antigos me disseram que naquela Reitoria o Reitor os conhecia a todos pelo nome.

O mais importante, porém, e mais difícil, estava por fazer. Pois não é por decreto que um aglomerado de Faculdades, Escolas, Cursos se transforma numa Universidade. É preciso visão, é preciso liderança. É preciso habilidade para, entre “pares”, contornar resistências, acomodar interesses, induzir a algum novo “modus” de ver, de ser, de proceder... É notável também como, para além daqueles anos iniciais, ele, já avançando pelos seus setenta anos de idade, soube manter a mente aberta para novas idéias e a capacidade de por elas se entusiasmar. Assim, na perspectiva do que hoje se chamaria o desenvolvimento institucional da Universidade, foi um marco particularmente importante a concepção de um novo tipo de Unidades e de seu lugar na Universidade geradora de conhecimento. Foram os então chamados Institutos Especializados, voltados à investigação científica, dos quais o primeiro, já em 1952, foi o de Antibióticos, seguido, em 54, pelo de Micologia e, em 57, pelo de Fisiologia e Nutrição. Além desses, deixou ele estabelecidos os entendimentos e contactos prévios e tomadas as providências iniciais, de que resultou terem podido ser criados, em 1959, os de Química e de Geologia. Esses órgãos, pioneiros da sistematização das atividades de investigação e pesquisa na UFPE, tiveram o apoio do reitor que o sucedeu e, em 1962, ao ser aprovado o novo Estatuto da Universidade do Recife, já eram eles em número de treze.

Outro grande passo, necessário e decisivo, dado em sua gestão foi o de reunir as Unidades esparsas num campus universitário. Aqui, no Brasil, isso era uma idéia nova e em muitos setores mal aceita. Joaquim Amazonas entendeu-a, adquiriu o terreno do cam-

“Outro grande passo, necessário e decisivo, dado em sua gestão [de Joaquim Amazonas] foi o de reunir as Unidades esparsas num campus universitário. Aqui, no Brasil, isso era uma idéia nova e em muitos setores mal aceita.”

pus que hoje tem o seu nome, aprovou os primeiros projetos, iniciou as primeiras construções. E nisso, como no demais, cuidava pessoalmente de todos os detalhes. Ouvi dos engenheiros da Prefeitura que, quando o prédio da Medicina estava em construção, os seis andares ainda em esqueleto, ele aparecia lá e subia pelo elevador da obra. Tinha então oitenta anos, os engenheiros protestavam: “mas Reitor, não vá, é perigoso”, e ele: “vou sim, tenho de ver, quero ver como estão as coisas lá em cima”. Assim era ele, aqui dentro. Lá fora, havia os órgãos do Governo, dos quais a Universidade dependia crucialmente. Essa parte presenciei algumas vezes, no Rio. Ele ia muito, tinha de ir e ia, resolver pessoalmente os problemas da Universidade...

Evson Malaquias: Ele contava esses problemas?

Professora Maria Antonia: Eu via, nas vezes em que me chamou para almoçar e, do almoço, tinha sempre que ir ao Ministério, e eu o acompanhava. Uma ou duas vezes foram os diplomas. Os diplomas tinham de ser registrados no MEC – já pensou de todos os cursos superiores do País irem os diplomas para serem registrados no MEC? Era uma centralização infernal, e lá, pelo que vi, ou não estavam aparelhados ou, mais provavelmente, pouco estavam ligando. E o reitor ia brigar por eles junto àquelas chefias: ”faz três anos que esses meninos estão formados, sem o diploma não podem fazer nada, e os diplomas não chegam?! O senhor me prometeu para hoje, vim buscá-los, têm que estar prontos hoje, tenho que levá-los hoje!”. Outras vezes eram verbas, que não chegavam e que ele ia arrancar a gancho. Ele tinha um passo miúdo, ligeirinho, e lá se ia, pelos corredores do Ministério, de seção em seção. Em todas eu via que era muito respeitado, mas as coisas não eram fáceis, só se obtinham com muita luta, e ele era um lutador.

Evson Malaquias: E Joaquim como avô e pessoa?

Professora Maria Antonia: Como avô, ele era muito carinhoso, extremamente carinhoso com os netos. Ele amava os jovens e se preocupava com os estudantes. Fundou a residência estudantil feminina (a masculina já havia) e ia lá, pessoalmente, saber do que precisavam. Naquela época era costume, no último ano do curso, haver as “embaixadas”, viagens dos concluintes, em grupo, para outro Estado ou para o Exterior, e eles iam pedir ajuda na Reitoria. Segundo vários me contaram, o Reitor os recebia, com a cara muito sisuda, ouvia-os até o fim e em geral acabava por atendê-los. E, segundo interpreto, provavelmente ele entendia, mas em cada caso queria antes se certificar, que aquelas viagens eram válidas para a formação dos “meninos”...

Evson Malaquias: Como homem público, ele foi deputado, senador estadual, não foi?

Professora Maria Antonia: Olhe, isso foi muito antes, deve ter sido ...

Evson Malaquias: Em 1930.

Professora Maria Antonia: Por aí. Eu vivia em Belém, não tomei conhecimento. Ele tinha um escritório e a militância como advogado fazia parte de sua vida, do que ele era. A grande paixão foi a Universidade, mas, mesmo quando Reitor, ele ficava na Reitoria de manhã e à tarde ia para o escritório, se bem que viajava muito para assuntos da Universidade,

então o tempo dedicado a ela era maior. Mas o regime era esse, de um turno só, que continuou com seus sucessores, até Murilo Guimarães. Quando entrei na Pró-Reitoria, ainda lá, na Rua do Hospício, eu precisava tomar pé, me inteirar das coisas, e ficava lá de tarde, sozinha.

Evson Malaquias: Quando eles não podiam, só ficavam um turno. A parte administrativa parava também, ou não?

Professora Maria Antonia: No andar do gabinete do reitor não ficava ninguém. Embaixo, as seções administrativas continuavam a funcionar, porque o expediente do funcionalismo era de seis horas diárias, no tempo de meu avô, e, a partir de Jânio, em 61, de oito horas.

Evson Malaquias: A senhora conheceu a secretária Celeste Haidée? Eu vejo várias atas do Conselho Universitário feitas por ela... Eu vou procurar o pessoal dessa época

Professora Maria Antonia: Ah! Vale a pena! Esse pessoal antigo – Celina, Neuza, Leda... - tem muito .para dizer. No D. P., por exemplo, Luiza Pontual tinha tudo na cabeça...

Evson Malaquias: Será que está viva ainda? Será que ela me concede uma entrevista?

Professora Maria Antonia: Está viva, mas com mais de 90 anos. Ela sabia de tudo, tudo o de que você precisasse: Luiza, como foi isso? Ah, foi assim. E onde é que eu encontro? Procure em tal lugar. O “arquivo vivo” era a cabeça dela.

Evson Malaquias: Bom, vamos falar da sua primeira experiência administrativa após o Colégio de Aplicação.

Professora Maria Antonia: Foi no tempo da implantação da Reforma Universitária de 68. Havia sido criadas as Pró-Reitorias e, na Acadêmica, Newton Sucupira foi o primeiro Pró-Reitor. Eu o conhecia de longa data, da Faculdade, onde éramos da mesma área. Em princípios, creio, de 68, as demais áreas tinham ido para a Cidade Universitária, e a de Educação ficou na Nunes Machado, passando a funcionar como Faculdade de Educação (a estrutura atual, com Centros, só veio numa segunda etapa), tendo-o como diretor. A maioria dos professores tinham sido alunos dele e de vez em quando ele encenava posições de “magister dixit”.

“Tínhamos outras afinidades, [reitor Murilo Guimarães], sobretudo em torno da Reforma, da qual ele foi um dos autores e mentores, e firmamos um relacionamento muito bom, de amizade e de respeito mútuo.”

Eu não tinha sido - além de que o filho dele era aluno do Ginásio de Aplicação e, daí, eu tinha aquelas relações, de outra natureza, muito boas, com ele e com Odete, sua mulher. Então, quando ele vinha com essas coisas, (risos) ficava todo mundo calado, e eu enfrentava de igual para igual, desmontando a encenação. (risos) Mas isso era um detalhe, em que eu achava graça e ele, provavelmente, também. Tínhamos outras afinidades, sobretudo em torno da Reforma, da qual ele foi um dos autores e mentores, e firmamos um relacionamento muito bom, de amizade e de respeito mútuo. Pouco depois de assumir a Pró-Reitoria, ele foi chamado pelo Ministro Jarbas Passarinho para

a Secretaria de Ensino Superior do MEC e acho provável que tenha então sugerido ao Reitor meu nome para substituí-lo. Mas a essa altura eu já conhecia mais de perto a Dr. Murilo e ele a mim, primeiro porque já vinha trabalhando na Comissão do Concurso Vestibular, e ele me designara para presidi-la nos Vestibulares de 69 e 70. E, depois, porque eu era representante da Faculdade de Educação no Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, desde sua instalação, no início de 69 – e não era muito de ficar calada nas reuniões... Então, devem os dois ter conversado, ele me convidou, aceitei e assumi nos primeiros dias de junho de 70.

Evson Malaquias: Como é que lhe foi feito o convite pra assumir a PROACAD? Como é que chegou?

Professora Maria Antonia: Dr. Murilo me chamou ao gabinete, Sucupira estava lá (de que me lembre, ele não tinha me dito nada antes). Começaram falando na Reforma Universitária e em sua implantação, que tinha de ser feita na Universidade. A parte estrutural, prevista nos D.Ls. nº 53/66 e nº 252/67, já tinha sido feita – desmembramentos ou fusões de Unidades, seu agrupamento num Sistema Básico e outro Profissional e, dentro delas, a estrutura departamental. Mas tratava-se agora da Lei nº 5.540, de novembro de 68, e do D.L nº 464, de fevereiro de 69, na parte que mexia diretamente com os cursos, sua estrutura e sua administração. Lá pelas tantas, Dr. Murilo disse: “Sucupira está indo para Brasília, quero convidá-la para substituí-lo na Pró-Reitoria Acadêmica, com a missão de implantar a Reforma nos Cursos de Graduação”. Eu já estava percebendo o rumo da conversa e respondi: “está certo, vamos implantar”.

Evson Malaquias: E na Pró-Reitoria?

Professora Maria Antonia: Quando assumi, lá, na Rua do Hospício, a Pró-Reitoria era: um gabinete, no andar de cima, e uma secretária, Celina, no térreo. E não havia mesmo como ser mais do que isso, até virmos para a Cidade Universitária, já no início de 1971. Lá, naqueles primeiros meses, era todo um “mundo novo” - o mundo da Universidade, com sua diversidade, suas peculiaridades, sua história, seus problemas - que eu não conhecia e que tinha de aprender. De aprender, nunca se para, mas aquele era um aprendizado urgente, porque dele dependia o que fazer, e este não podia esperar, tinha prazo marcado. Celina foi de grande ajuda, conhecia a Universidade, as pessoas, melhor do que eu, me dava pistas, me dava as “fichas”... Fui importunando os diversos setores, pedindo todo tipo de dados e documentos - me mande isso, me mande aquilo. Ouvi professores e servidores, que iam à Pró-Reitoria (não eram muitos, àquela época, e estudantes, então, nem sabiam que ela existia...) ou a ela chamava, atenta ao que, nas linhas e entrelinhas de seus relatos, queixas e reivindicações, se ia revelando. E havia os Conselhos. Com o CCEP, que é um órgão mais técnico, eu já estava familiarizada. O Conselho Universitário, porém, era compo-

“Para a maioria, a grande maioria dos professores, não a origem da Lei, mas seu conteúdo seria questão em que se detivessem e em que viessem a encontrar causa de opor-lhe resistência. Como bem se entende, no conjunto de inovações trazidas pela Reforma, cada um poderia discordar de umas e, ao mesmo tempo, com outras concordar, tê-las mesmo por desejáveis e bem-vindas.”

to dos diretores das Unidades, cuidava dos assuntos de natureza administrativa e de política universitária, nele mais se refletiam posturas e tendências (como naquele episódio da Medicina) e fui aprendendo a identificá-las e a lidar com elas. Justamente naqueles primeiros meses, estavam-se ultimando a discussão e aprovação do novo Regimento Geral da Universidade, que incorporava as inovações das Leis nºs 5.539/68 e 5.540/68 e dos D.L nºs 464/69 e 465/69 e as detalhava a nível operacional.

Evson Malaquias: *Havia resistências à Reforma?*

Professora Maria Antonia: Resistência... Veja, a Reforma incorporava antigas conhecidas reivindicações da comunidade acadêmica. E mais do que isso, mais do que essas reivindicações pontuais, pela primeira vez, institucionalizava órgãos (etimologicamente, note-se: instrumentos) de poder colegiado das bases – o Departamento (“a unidade administrativa básica...”, dizia a Lei), os Colegiados de curso. Essas coisas, que vinham sendo gestadas há bastante tempo, tornaram-se Lei promulgada pelo Governo Militar e sob ele implantada. Para alguns, esse “pecado original” contaminava-a total e irremediavelmente: “autoritária” em sua origem, “autoritária” em seu conteúdo, seja ele qual for; ou menos radicalmente: até que era isso que eu queria, mas não me perguntaram, nem a ninguém, então não quero mais; ou ainda: era isso que eu queria, mas, vindo deles, só pode ter alguma má intenção por trás...

“uma inovação fundamental que a Reforma introduziu foi a coordenação central de todo o ensino de graduação. Fixação de vagas, estruturas curriculares, cargas horárias, transferências de alunos, coisas que até então eram de inteira e exclusiva competência de cada Faculdade ou Escola, passavam a ser por elas propostas, mas definidas, decididas e/ou disciplinadas, por um órgão superior, o Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão.”

Entretanto esses setores não eram numericamente representativos e também não eram, nem, até onde sei, se propuseram a ser, de algum modo, “núcleos de resistência” que procurassem obstaculizar a implantação da Reforma. Para a maioria, a grande maioria dos professores, não a origem da Lei, mas seu conteúdo seria questão em que se detivessem e em que viessem a encontrar causa de opor-lhe resistência. Como bem se entende, no conjunto de inovações trazidas pela Reforma, cada um poderia discordar de umas e, ao mesmo tempo, com outras concordar, tê-las mesmo por desejáveis e bem-vindas. Para a maioria dessa maioria – cuja vivência da Universidade se cifrava ao que acima se viu (“bico”) – essa discriminação concordo/discordo, só a fariam, se a fizessem, à medida que tais inovações passavam a afetar seu dia a dia. Apenas em camadas mais diferenciadas, notadamente entre o “oficialato” (enquanto distinto da “tropa”) e os a ele mais ligados, havia inovações previamente identificadas, seu impacto previsto e avaliado e as discordâncias assumidas.

Voltando, então, à sua pergunta: quais foram as inovações que provocaram mais frequentes, ou mais fortes, ou mais visíveis e rumorosas discordâncias? Eu diria que, numa primeira etapa (1968/69), foram elas a extinção das cátedras e a introdução do sistema

departamental, com a consequente redistribuição dos encargos e a relocação do pessoal docente nos Departamentos - isto é, em função das áreas de conhecimento e não do Curso em que as disciplinas fossem ministradas. Numa segunda etapa (1974/75), a estas acrescentou-se a reestruturação final das Unidades: de 21 Faculdades, Escolas, Institutos para 9 Centros. Agora, até que ponto essas discordâncias geraram “resistência” – quer dizer, alguma ação, ou omissão de ação, no sentido de evitá-las, retardá-las, minimizá-las - essa é outra questão. Não me refiro, é claro, ao que este ou aquele docente, isoladamente, no seu canto, tenha feito ou deixado de fazer. Refiro-me a ações ou à omissão de ações nucleadas, concertadas, lineares. Nesse sentido, do que vi e do que ouvi, de fato, resistência houve e só houve em Direito e na Medicina. A diferença, entretanto, de estilo e de eficácia, da resistência praticada em cada uma dessas áreas é tão grande e tão flagrante que elas constituem, cada uma delas, um caso à parte, desassemelhadas uma da outra ao modo em que dois paradigmas diversos se desassemelham. Essa diferença, à época, logo percebi e me impressionou. Detalhá-la, porém, iria longe demais - além de que os pontos mencionados acima não eram de minha alcada específica.

Nesta, uma inovação fundamental que a Reforma introduziu foi a coordenação central de todo o ensino de graduação. Fixação de vagas, estruturas curriculares, cargas horárias, transferências de alunos, coisas que até então eram de inteira e exclusiva competência de cada Faculdade ou Escola, passavam a ser por elas propostas, mas definidas, decididas e/ou disciplinadas, por um órgão superior, o Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. Do mesmo modo, além do vestibular, já unificado desde 1968, o processamento das matrículas, o registro dos resultados escolares, a expedição de todos os documentos (declarações, certificados) passaram a ser executados pela Pró-Reitoria, na Divisão do Corpo Discente. Ambos esses deslocamentos representavam um enfraquecimento do poder dos diretores e, no primeiro caso, também dos órgãos deliberativos setoriais (Conselhos Departamentais). Nesse contexto, tínhamos presente a conveniência de não provocar desnecessariamente, ou exacerbar, susceptibilidades. Resistência, entretanto, em relação aos pontos acima, não tenho lembrança de nenhum episódio em que a tivéssemos identificado. Terá, com certeza, havido, de Unidade para Unidade, maior ou menor colaboração, maior ou menor prontidão em assimilar alguma nova norma, alguma nova rotina administrativa, coisas mais atribuíveis ao nível de preparo dos servidores envolvidos do que a alguma intenção de inviabilizar ou dificultar a atuação dos órgãos centrais.

Este era, entretanto, um aspecto mais, por assim dizer, adjetivo, atinente à administração do ensino. A parte substantiva da Reforma, que diretamente se identificava com ela e lhe dava visibilidade, era a nova estrutura dos cursos, organizados em ciclos, e a substituição do regime seriado pelo sistema de créditos, com a matrícula em disciplinas, observados os pré e correquisitos.

Evson Malaquias: E como foi o primeiro ciclo?

Professora Maria Antonia: A Lei previa que todos os cursos de uma mesma área de conhecimento se iniciassem por um 1º Ciclo, comum a todos eles. As vagas oferecidas para ingresso nessa Área corresponderiam ao somatório das vagas previstas para esses diversos

cursos e seriam inicialmente disputadas em bloco no Concurso Vestibular. Só ao fim do 1º Ciclo, os alunos ingressados na Área disputariam as vagas oferecidas em cada um dos cursos a que ela dava acesso. É o que veio a chamar-se “1º Ciclo sem pré-opção”, e embora a Lei não o descrevesse com esses detalhes, este é o modelo que ela contemplava. E este foi o modelo que tivemos como válido e que implantamos em 1971. Mais exatamente: em todas as Áreas havia um primeiro ano, que chamamos de Ciclo Geral, com disciplinas comuns a todos os cursos da Área, seguido, nas Áreas I e IV, do Ciclo Profissional e, nas Áreas II e III, de um Ciclo Básico, de um ano, com disciplinas ainda comuns e outras já diversificadas. Em qualquer caso, a classificação para as vagas dos diversos cursos se fazia ao fim do Ciclo Geral, de acordo com os resultados nele obtidos.

No fim de 1971, pois, o processo classificatório foi aberto e, como previsível, em cada Área a demanda dos alunos não se distribuía equilibradamente entre os vários cursos, concentrando-se nos de maior prestígio. Nas Áreas I, II e IV, esse desequilíbrio era manejável: por suas proporções, isto é, por haver em cada Área outros cursos cujas demandas se aproximavam à do curso preferencial, e pelo fato de os não classificados para o curso desejado aceitarem com relativa tranqüilidade o ingresso em cursos de suas segunda, terceira opções. Na Área III, porém, entre aqueles, não me lembro exatamente, digamos 400 primeiros classificados que nela haviam ingressado, haveria uns 20, dificilmente 40, com opção por algum outro curso, todos os demais queriam ser médicos. E as vagas de Medicina eram 120... Você pode bem imaginar as pressões que essa situação gerou, vindas de toda parte. Mas, para nós mesmos, esses eram dados que não tínhamos previsto em toda a sua extensão. Tivemos de rever, reavaliar, e em 1973, reintroduzimos a pré-opção.

Dessa primeira fase, entretanto, restou um saldo positivo muito válido. A proposta do 1º Ciclo era que em todos os cursos da mesma área os alunos recebessem a mesma formação básica, com o mesmo nível de qualidade. Antes disso, os cursos das áreas de Tecnologia e de Saúde já vinham todos tendo nas séries iniciais as mesmas disciplinas básicas dessas áreas. Só que os nomes eram os mesmos, mas a qualidade (programas, condições de aprendizagem) não era. Assim, por exemplo, nas disciplinas básicas da Área III (anatomia, histologia ...) para os futuros médicos: aulas teóricas com os melhores professores, as práticas em pequenos grupos, peças anatômicas, microscópios em número conveniente; para a “sub-raça” dos demais cursos: aulas teóricas, qualquer professor servia (em uma delas, se precisasse, podia ser mesmo um residente ou estagiário); aulas práticas, um arremedo. Eu estava sabendo, tinha ido lá e a outras (sob esse aspecto menos ruins) de Exatas, tinha visto. Veio então o Ciclo Geral, os alunos sem carimbo de

“A proposta do 1º Ciclo era que em todos os cursos da mesma área os alunos recebessem a mesma formação básica, com o mesmo nível de qualidade. Antes disso, os cursos das áreas de Tecnologia e de Saúde já vinham todos tendo nas séries iniciais as mesmas disciplinas básicas dessas áreas. Só que os nomes eram os mesmos, mas a qualidade (programas, condições de aprendizagem) não era.”

Curso, em pé de igualdade, o mesmo ensino para todos, nas mesmas condições. Isso foi uma coisa que muito me gratificou e, quando voltou a pré-opção, o “saldo positivo” deixado por aqueles dois anos foi sobretudo este: essas condições, que haviam sido providenciadas, e a “cultura” de que elas devessem ser as mesmas para todos.

Mas a montagem desse Ciclo Geral, para iniciá-lo no ano letivo de 71!... Peças chave foram os quatro coordenadores de Área – Sylvio Loreto, Fernando Sodré da Mota, Fernando Aguiar, José Luiz Menezes – entusiasmados, dedicados, competentes. Tínhamos seis meses para dar conta do recado, eu na Rua do Hospício, Theophilo e os quatro no Engenho do Meio, com um mínimo de apoio físico e de pessoal que se pôde improvisar (Sylvio, que era da Faculdade de Direito, nunca tinha pisado no campus; um dia desses, rememorando aqueles meses, perguntei onde ele trabalhava e ele lembrou: “numa salinha que vocês arranjaram, lá nas Ciências Econômicas”). Reuníamo-nos, na Pró-Reitoria ou em algum lugar do campus, avaliávamos, discutíamos, definíamos e saía cada um com sua tarefa imediata a cumprir. Havia o arcabouço normativo, a refletir, discutir, elaborar e levar ao Conselho...

A estrutura curricular, em sistema de créditos, ementas das disciplinas, pré-requisitos, a definir em articulação com seus Departamentos... Instalações a negociar (os Cursos da Área I funcionavam em 4 prédios, onde se vai acomodar o 1º Ciclo deles?)... Equipamentos de sala de aula e de laboratórios, a inventariar, recuperar, adquirir... E o problema mais brabo: um enorme aumento de cargas horárias nas disciplinas básicas. Na Área I foram introduzidas como básicas sociologia e economia, que antes só havia em cerca de metade de seus Cursos. Nas da Área II e III as cargas horárias foram niveladas por cima, pelas que tinham para Engenharia e para Medicina. Mas, sobretudo, nessas Áreas II e III, com as aulas práticas de laboratório, nas quais os alunos eram distribuídos pelas bancadas, o objetivo de “niveler por cima” - isto é, de que elas fossem ministradas para toda a Área, nas condições em que o eram antes para os “cursos nobres” – defrontava-se com um pesado aumento do número de bancadas, a demandar professores em número suficiente para garantir a cada uma delas o necessário atendimento. Resolvido em 1971, esse problema recrudesceu em 72, quando, além do Ciclo Geral, passava-se a ter, nessas Áreas, também o Ciclo Básico. Felizmente, nessa altura, conseguimos o convênio das Monitorias e a relação professor/bancada pôde ser menor, sem prejuízo da qualidade.

“Pois Você acredita, quando fui ver, ninguém na Universidade (nem Luiza...) sabia quantos professores havia nela?!!! Fiquei pasma: “mas Luiza, não tem a folha de pagamento?”, “É, mas quantos professores, não sei lhe dizer com segurança”... Se não sabiam o total, quanto mais os de cada Departamento...”

Evson Malaquias: E além do 1º Ciclo, havia outros problemas para a Pró-Reitoria resolver?

Professora Maria Antonia: O ponto nevrálgico, comum a todos os Cursos, em qualquer Ciclo, era assegurar o efetivo atendimento a todas as turmas, com integral cumprimento das cargas horárias previstas. A primeira coisa, tanto para assegurá-lo como para cobrá-lo,

era ter em mãos a dimensão exata dos encargos docentes, de um lado, e, do outro, da “força de trabalho” existente. Pois Você acredita, quando fui ver, ninguém na Universidade (nem Luiza...) sabia quantos professores havia nela?!!! Fiquei pasma: “mas Luiza, não tem a folha de pagamento?”, “É, mas quantos professores, não sei lhe dizer com segurança”... Se não sabiam o total, quanto mais os de cada Departamento... Foi dureza, mas fomos nós mesmos, na Pró-Reitoria, levantando os dados, cada vez mais completos, e, dentro de alguns meses, tínhamos os “mapas” de todos os Departamentos, discriminados por disciplina, com suas cargas horárias e número de turmas, teóricas e práticas, e os professores disponíveis para ministrá-las, com os respectivos regimes de trabalho. A partir daí, foi possível racionalizar o atendimento aos chefes de Departamentos, que pleiteavam novas contratações: mostrar-lhes o “mapa”, fazer com eles as contas e delas ver se havia cargas disponíveis, a serem então utilizadas, ou se havia carências, a se cuidar de suprir – ou seja, cuidar: primeiro de obter novas vagas e, depois, de alocá-las aos Departamentos e disciplinas que delas efetivamente carecessem.

Evson Malaquias: Que não era assim antes?

Professora Maria Antonia: Antes... Bem, de como era antes, o caso que presenciei foi aquele da Medicina, que já citei: a vaga foi alocada a quem soube descobri-la e pleiteá-la. Quanto às já então alocadas, uma das inovações da Lei nº 5.539/68 foi a de que todos os cargos/empregos de magistério passavam a pertencer a um Quadro Único da Universidade; até então cada Unidade possuía seu próprio quadro, daí podendo, na medida de sua agilidade e/ou prestígio, obter diretamente em Brasília novas vagas que de lá já viessem “carimbadas” como a ela pertencentes. Num contexto em que os encargos docentes se vinham mantendo estáveis, sem acréscimos significativos, a desigualdade, de uma a outra Unidade/Departamento, da proporção entre o volume destes seus encargos e o número de cargos/empregos a cada uma delas alocados, podia ser absorvida sem maior problema, ou até passar despercebida. Creio bem que assim tenha sido. Creio bem que, tanto para a Administração Central como para os Departamentos, “a alocação de cargos/empregos docentes” e seu processamento em função dos encargos de cada unidade só vieram a pôr-se como uma questão, a ser como tal tratada, quando uma série de Departamentos passaram a ter seus encargos ineditamente acrescidos. Era uma questão nova, resultante de uma situação nova.

“Em vários casos, a necessidade de atender à nova situação e a cobrança que nesse sentido se fazia importavam na mudança de entendimentos e práticas arraigados. Na Faculdade de Direito, entendia-se que a função dos assistentes era literalmente a de “assistir”, no caso, às aulas do catedrático”

Lembro-me bem, no princípio, da surpresa que aos chefes de Departamento causava de pararem-se com aqueles mapas na Pró-Reitoria; de como muitos deles não tinham, eles próprios, conhecimento daqueles números que aos seus Departamentos diziam respeito; de como, tendo-os ou não, em sua grande maioria nunca lhes tinha ocorrido neles se deterem para algum efeito prático. Houve o caso de um deles me dizer: “com esse aí

não posso contar, porque está à disposição do Estado para ser diretor do... (seguia-se o nome do órgão)“. Ocorreu-me mandar telefonar ao dito órgão e daí ficar-se sabendo que “há bem dois anos” o diretor era outro... (risos)

Em vários casos, a necessidade de atender à nova situação e a cobrança que nesse sentido se fazia importavam na mudança de entendimentos e práticas arraigados. Na Faculdade de Direito, entendia-se que a função dos assistentes era literalmente a de “assistir”, no caso, às aulas do catedrático (comentei com Sucupira e ele disse: “ora, estudei lá, sempre foi assim: o catedrático entra na sala com seus dois assistentes, sobe no estrado para dar a aula e os dois ficam postados, um de cada lado, como dois candelabros”...). (risos) Com a Reforma, as disciplinas de Direito dos currículos de outros cursos passaram todas à responsabilidade da Faculdade. No de Direito, as duas entradas anuais iam duplicando as turmas de cada disciplina e foram criadas as “eletivas”. E então, porque essas turmas não podiam ficar desguarnecidas, os assistentes, que não davam aula e “não eram para dar aula”, passaram a ter de dá-las.

Da mesma forma, certo dia, o representante estudantil de uma turma das Engenharias foi à Pró-Reitoria reclamar que se estava em maio e uma disciplina do curso ainda não havia sido iniciada. Nós sabíamos que as coisas no Centro estavam correndo bastante soltas. E sabíamos também que os “órgãos de segurança” da ditadura militar tinham informantes em todas as turmas e adoravam ter pretexto para virem se meter na Universidade, apontando falhas e querendo ditar soluções. Vimos que era hora de levar-lhes e discutir com eles esses problemas, falei isso ao diretor e pedi-lhe que convocasse o Conselho Departamental. Levei meus mapas e comecei por aquela disciplina, na qual eles mostravam um titular e dois assistentes. Explicaram-me que o titular dava as aulas teóricas e os assistentes as de exercícios; mas o titular estava de licença médica, pelo que não estava havendo aulas teóricas e, não as havendo, não podia haver as de exercícios. (risos) Ponderei que os alunos não podiam ficar sem aulas e que os assistentes tinham entre si carga horária mais que suficiente para as teóricas e as práticas. Era uma “idéia nova”, que receberam com reserva, mas ao fim ficou acertado que assim fariam; e assim fizeram a partir da semana seguinte.

Evson Malaquias: Então a senhora fazia muita visita aos cursos, no caso, aos Departamentos, pelo menos, pra tirar a dúvida de vez em quando?

Professora Maria Antonia: Ia de vez em quando, não ia tanto assim. E depois, mais adiante, tinha Mesel, Meyer Mesel, assessor da PROACAD, que ficava mais com essa parte de ligação. Sabíamos, por exemplo, que o cumprimento integral das cargas horárias das disciplinas - cuja obrigatoriedade não era nenhuma “novidade” trazida pela Reforma – em várias Unidades era objeto da mais remota, se de alguma, preocupação de professores e

“Nós sabíamos que as coisas no Centro estavam correndo bastante soltas. E sabíamos também que os “órgãos de segurança” da ditadura militar tinham informantes em todas as turmas e adoravam ter pretexto para virem se meter na Universidade, apontando falhas e querendo ditar soluções.”

diretores. Ao aproximar-se o encerramento do ano letivo de 71, deliberamos fazer um levantamento in loco e remetemos seus resultados aos respectivos diretores, lembrando que nenhuma disciplina poderia encerrar suas aulas e realizar o exame final sem antes ter integralmente cumprido a carga horária prevista. Esta foi a primeira vez, na minha área, em que a implantação da Reforma – no caso, do controle acadêmico central, nela incluído – encontrou verdadeiramente resistência. Não sei exatamente, nunca o soube-mos, mas, com certeza, em alguma medida, possivelmente não desprezível, aquelas cargas horárias não foram cumpridas, mas apenas simuladas...

Esses episódios mais ilustram a precariedade de controles exercidos a distância, quando falha o controle local. Justamente no ano seguinte, 1972, a Reforma do Ensino de Graduação – nova estrutura dos Cursos, semestralidade, regime de créditos - começaria a estender-se ao Ciclo Profissional dos Cursos das Áreas I e IV. Haveria que pensar, ou repensar, em quem, lá, na respectiva Unidade e prédio, ia cuidar de cada um desses Cursos: acompanhar-lhe a execução, coordená-la, assegurar-lhe o bom andamento, avaliá-lo, reajustá-lo... Dentro da estrutura tradicional da Universidade, em que (com duas exceções) havia uma correspondência biunívoca entre Unidades (Faculdades, Escolas, Institutos) e Cursos, de cada Curso cuidavam os respectivos Diretor e Conselho Departamental. Absorvidas essas Unidades nos novos Centros e entre eles distribuídos os diversos Cursos, com nenhum desses (também aqui, salvo duas exceções) diretor e Conselho Departamental mantinham a mesma anterior relação, de identificação, de pertencimento. Restava, entretanto, a mesma anterior necessidade de cada Curso ter quem dele se ocupasse, quem dele cuidasse; e que esta era, por natureza, função a ser exercida por docentes diretamente envolvidos com o Curso. Desse entendimento resultou a institucionalização dos Colegiados e do Coordenador de Curso, cujas atribuições e responsabilidades, de um lado deliberativas e consultivas, de outro executivas, foram definidas no Regimento Geral da Universidade.

“Na Escola de Engenharia (...) o diretor, Arnóbio Gama, era uma excelente pessoa, mas, como ele mesmo nos disse, não se sentia à vontade, não tinha condições interiores, para cobrar dos colegas as aulas que eles não davam, e aquela situação era-lhe um penoso ônus.”

Na realidade, os Centros só vieram a ser implantados em 1975, e, quanto aos coordenadores de Curso, só tenho clara lembrança de duas Unidades em que deles nos valemos, ainda em 1971. Na Escola de Engenharia, como mencionei, as coisas não iam nada bem. Um sobrinho meu estudava lá e não era tão raro ouvir dele coisas como: ”o professor F faltou o mês inteiro e hoje levou as atas das aulas para nós assinarmos”. O diretor, Arnóbio Gama, era uma excelente pessoa, mas, como ele mesmo nos disse, não se sentia à vontade, não tinha condições interiores, para cobrar dos colegas as aulas que eles não davam, e aquela situação era-lhe um penoso ônus. Foi, pois, de comum acordo com ele que Marcionilo designou Lauro de Figueiredo como Coordenador do Curso de Engenharia. Lauro era, fora da Escola, um profissional de alto conceito e, dentro dela, um professor respeitado; tinha fácil trânsito entre os colegas e os estudantes. Conversamos

com ele, Theophilo e eu, dando-lhe as coordenadas da situação, e ele se dispôs a aceitar aquela espinhosa missão, inclusive com prejuízo de suas atividades profissionais, “por amor à Escola” (naquela época isso existia; não sei agora, espero que ainda...). À mesma época, Mario Ramos da Silva foi eleito Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica (que vinha sendo um dos mais problemáticos), e os dois, Lauro e ele, foram pondo as coisas nos eixos. Lauro também mobilizou os Departamentos para redefinirem o currículo do Ciclo Profissional: disciplinas semestrais, obrigatórias e eletivas, cargas horárias, pré-requisitos. De tal modo que, quando, em 1973, a primeira turma egressa do Ciclo Básico chegou à Escola, lá encontrou condições normais de funcionamento.

Outro foi o caso da Faculdade de Direito. Não acompanhei o processo pelo qual ela se reduziu à degradação de ter à sua frente aquele diretor – não sei, talvez tenha sido um caso extremo de “omissão dos bons”... Nele, à indigência intelectual e cultural aliavam-se a inversão dos valores éticos, as posturas políticas odientes, a notória ligação com os “órgãos de segurança” do Regime. Em relação à Reforma universitária, encarna o que havia de mais primário no “modelo” de resistência adotado pela Faculdade. No entanto, por algum tempo frequentou meu gabinete, cor-tejando o poder, ocasiões em que me recomendou medidas drásticas contra criadores de problemas. Depois de uns dois ou três incidentes no Conselho Universitário, em que contestei e foram rejeitadas propostas por ele trazidas (uma a respeito de inquérito havido na Faculdade: por não ter sido apurada a culpa da servidora acusada, propunha ele a aplicação de penalidade “mais leve” - ou seja: se provado o delito, são dois anos de cadeia; não provado, cadeia também, mas só um ano...), as relações com a Pró-Reitoria tornaram-se tensas. Enquanto isso, o Curso de Direito era campeão de descumprimento das cargas horárias; o diretor opunha-se a disciplinas semestrais, com essa estória de exames finais no meio do ano, e, quanto a pré-requisitos, haviam de ser os embutidos na seriação do Curso. Começamos a procurar um coordenador e - não lembro mais quem o indicou – descobrimos Antonio Luís Lins de Barros, jovem professor da Faculdade, Juiz de Execuções Penais, jovem, muito jovem, teria uns 32 anos. Marcionilo designou-o coordenador do Curso de Direito, comunicamos a Hilton a designação e as decorrentes atribuições, Theophilo explicou o trabalho a Antonio Luís, coisas de que ele nunca tinha ouvido falar, perguntou sobre tudo, o como e os porquês, e lá se foi. A tempo e a hora trouxe a proposta curricular aprovada pelo Conselho Departamental, eletivas, ementas, pré-requisitos. E, no início de 72, apareceu-me com um horário talhado para o sistema de créditos, radical: o aluno podia se matricular em tudo para que tivesse os pré-requisitos e não podia no que não tivesse. Fiquei pasma! Além de que, para montar aquilo, ele tinha de ter mexido com os horários habituais dos professores, e sei como isso é difícil. Perguntei: “Antonio Luís, Você vai conseguir implantar isso?” E ele, cheio de entusiasmo: “vou, como é que

“o Curso de Direito era campeão de descumprimento das cargas horárias; o diretor opunha-se a disciplinas semestrais, com essa estória de exames finais no meio do ano, e, quanto a pré-requisitos, haviam de ser os embutidos na seriação do Curso.”

não vou?!”. Lembro-me dessa cena e de outras, com emoção e saudade, porque poucos anos depois, tão moço ainda, um câncer o levou.

Evson Malaquias: *E Teófilo também acompanhou a senhora nesses tempos todinhos?*

Professora Maria Antonia: Theophilo de Vasconcellos esteve comigo na Pró-Reitoria desde o primeiro até o último dia, dia em que lhe transmiti o cargo. Ele era da Matemática, foi meu aluno na Licenciatura, perdi-o de vista algum tempo e reencontrei-o na Comissão do Vestibular de 69 e 70. Quando assumi, com aquela “missão” de implantar a Reforma, a primeira coisa que fiz foi levar o nome dele a Dr. Murilo: “preciso de Theophilo”. E ele veio – àquela altura não havia cargos/funções de confiança em nenhuma das novas Pró-Reitorias – “posto à disposição”, com seu salário de professor adjunto em DE. Daí por diante ... Olhe, tudo o que fizemos naquela Pró-Reitoria, todas as coisas de que falei e as que vieram depois foram todas feitas com a participação, direta ou indireta, o mais das vezes direta, de Theophilo. Quando saí, em 1975 - eu tinha amor à Pró-Reitoria, que construímos juntos, ele também – quando saí, foi para mim uma alegria entregá-la nas mãos de Theophilo.

Evson Malaquias: *Como era o seu dia a dia como pró-reitora? A que horas chegava? O que fazia?*

Professora Maria Antonia: Ah! eu não sou nada “matutina”. Chegava lá às nove/dez horas e saía de noite, às nove, dez, onze; à meia-noite era raro, mas podia ser... Sem intervalo, porque o almoço era mesmo na mesa de trabalho e coisa que não precisasse de garfo e faca. Isso era de 2^a a 6^a, mas, quando as coisas apertavam, podia “sobrar” para o sábado... Agora, se Você quer mesmo saber o que eu “fazia”, então... Começando pelo horário normal de funcionamento, havia a rotina dos despachos diários, com a secretaria da Pró-Reitoria, e semanais, com a da COPERTIDE (a Comissão dos Regimes Especiais de Trabalho), trazendo-me o expediente do dia, ou da semana, acertando providências administrativas internas a serem tomadas, anotando coisas de que eu precisasse, informações, por exemplo, a serem colhidas em outros setores; quanto ao expediente trazido - coisas miúdas que dependessem da minha assinatura, processos a encaminhar, ou a informar, ou a relatar, ou a decidir - uma talvez metade liquidava-se na hora, a outra ficava na minha mesa. Também, nesse horário normal, havia as reuniões dos colegiados - os Conselhos e, por mim presididas, as duas Câmaras da área da PROACAD (de Admissão e Ensino Básico e de Ensino de Graduação) e a COPERTIDE; essas Câmaras do CCEPE deram-me valioso apoio: os assuntos a elas levados não o eram meramente pro forma, mas de fato para análise, discussão e decisão. Além dessas, havia as reuniões informais, com meu pessoal da Pró-Reitoria; com os coordenadores de Áreas ou de Cursos; com Grupos de Trabalho, por nós ou por eles instituídos, que vinham esclarecer algum ponto duvidoso ou trazer os resultados finais de seu trabalho; com chefes de Departamentos, para examinar problemas e acertar providências relativos às disciplinas a seu cargo; dessas informais, havia também – mais no tempo de Marcionilo – as do Reitor com todos os pró-reitores e outras Chefias que ele convocasse. Igualmente nesse horário normal, havia os assuntos a despachar com o Reitor, contatos a serem feitos, dentro da Reitoria ou fora dela, e, é claro, o atendimento às pessoas que tivessem assuntos a serem tratados com a pró-reitora. O mais das vezes dava para, ainda dentro desse horário,

começar a cuidar da pilha que tinha ficado na minha mesa - para os mais “mansos”, justamente a hora do almoço era uma boa. O que sobrasse desses “mansos” ia para o horário “extra”. Mas o que para ele ia mesmo eram as coisas que, por um lado eu pudesse fazer sozinha, porque já discutidas e informadas, e, por outro, tivessem de ser feitas com mais calma, sem interrupções: análise de dados e informações e do que fazer com eles; estudo de processos mais complicados e redação da resultante decisão, por mim tomada ou proposta à instância superior, em ambos os casos com a devida fundamentação; elaboração de instrumentos normativos, em suas sucessivas versões, resultantes das sucessivas instâncias de discussão e deliberação por que passavam (Pró-Reitoria, Câmara, Conselho); redação de todos os tipos de documentos a serem expedidos pela Pró-Reitoria, ou a ela solicitados, pelo Reitor ou por órgãos externos.

Esse era o “pão de cada dia” aqui dentro. Mas, desde o primeiro ano, em 1970, comecei a ter contacto com a Secretaria de Ensino Superior do MEC, para tratar dos assuntos da Pró-Reitoria. A gente levava tudo muito bem preparado, muito bem fundamentado. E, também, eu conhecia a fundo a legislação do Ensino Superior – leis, decretos, resoluções, pareceres do Conselho Federal de Educação. Eles foram vendo essas coisas, estavam a braços com os mesmos problemas de implantação da Reforma em todas as Universidades e em breve começaram a me chamar para assessorá-los, para compor comissões e grupos de trabalho, de que saíam, entre outras coisas, normas e critérios de distribuição de recursos e de vagas docentes. Tomava-me bastante tempo, mas valeu. Fiz lá dois bons amigos, Edson Machado e Lauro Zimmer. E, sobretudo, o conhecimento do “caminho das pedras”, a credibilidade, o prestígio, davam a essa Pró-Reitoria da UFPE uma posição privilegiada. Por exemplo, para além do impacto inicial de implantação da Reforma, aquele foi um período de grande expansão do Ensino Superior federal e todo ano o Ministério cavava recursos para novas vagas docentes, a serem distribuídas entre as Universidades. Eu levava a nossa proposta, por Departamento, e dizia: “nós precisamos dessas vagas aí, com essa distribuição, e Vocês não vão reduzir nem alterar nada (risos), porque está tudo conforme aos critérios e fórmulas estabelecidos”. Eles sabiam que estava mesmo e mandavam as vagas...

“Geraldo Lafayette não tinha as menores condições - de nível intelectual e cultural, de visão e de discernimento, de liderança, de postura e compostura – para ser reitor de uma universidade.”

Evson Malaquias: Na sua equipe, na PROACAD, trabalharam quantos?

Professora Maria Antonia: Na PROACAD mesmo, Theophilo e, quando voltou do doutorado nos Estados Unidos, George Browne. Esses dois eram meus “immediatos” e com eles eu tinha, vamos dizer, dois “braços direitos”, o que é sem dúvida um singular privilégio. Mas, como assessores, eu tinha José de Sá Barreto e Meyer Mesel. Sá Barreto, em idade, o mais velho de nós, era aquele homem reto, culto, experiente - especialista em trocadilhos e em com eles quebrar a tensão nas horas críticas. Mas sobretudo... Você sabe o que são, já ouviu falar nos “sete dons do Espírito Santo”? O terceiro deles se chama conselho – que, como dom do Espírito Santo, é coisa bem diversa disso, de que se costuma dizer que, se valesse alguma coisa, não seria dado de graça. Sá Barreto tinha esse dom e,

com ele, era, na equipe, um fator de equilíbrio de inestimável valor. Mesel era o homem de não deixar as coisas pelo meio: tarefa a ele entregue era tarefa cumprida, a tempo e a hora, no prazo certo. Era também o homem de antecipar dificuldades, de às vezes se impacientar com elas, mas sempre, por aquilo em que acreditava, e por aqueles em quem acreditava, de estar disposto a se expor, de peito aberto, na linha de frente. Fora da Reitoria, tínhamos Mario Duarte, que instalou e dirigiu a Divisão do Corpo Discente durante todos aqueles anos.

Evson Malaquias: *E no corpo administrativo?*

Professora Maria Antonia: No corpo administrativo, Ângela Lins, a secretária, de mão cheia, era uma tranqüilidade tê-la ali cuidando de tudo, da Pró-Reitoria e de mim. Lenira, secretária da COPERTIDE, sabia tomar iniciativas, organizou sozinha a base de dados daquele órgão, cadastros, legislação, e estava sempre querendo aprender mais; lembro-me de como vibrou num dia em que me trouxe um processo a ser levado à Comissão e eu disse: “não precisa mais de ‘parecer’, sua ‘informação’ já tem tudo”. Teresa Andrade, Ediça... Mas, na minha Pró-Reitoria, eram todos muito bons, isso era mesmo “voz corrente” na Reitoria. Várias vezes ouvi de outras Chefias: “como é que você consegue levar os melhores e só ter dos melhores?”. Não é só que fossem capazes, competentes, cada um no que lhe cabia. Nem é só que fossem sérios, confiáveis a toda prova. Eram, todos eles, comprometidos com a Universidade, se importavam com ela. Eu e minha equipe, de cima a baixo, nos importávamos com a Universidade.

Evson Malaquias: *Houve uma segunda experiência sua na PROACAD. Quantos anos foram ao todo?*

Professora Maria Antonia: É, estive na Pró-Reitoria duas vezes. Na primeira, que foi essa de que estivemos falando, fui convidada por Dr. Murilo e fiquei no último período, um ano e pouco, da gestão dele. Marcionilo sucedeu a Murilo, me pediu para continuar e continuei até o fim dos quatro anos desse Reitorado. Foram ,assim, nessa primeira vez, cinco anos, de junho de 70 a setembro de 75. Veio, então, Paulo Maciel e Theophilo assumiu a Pró-Reitoria. Seguiu-se Geraldo Lafayette, George foi o Pró-Reitor. Esses oito anos, de Paulo e de Geraldo, fiquei na minha Unidade, no Centro de Educação. Depois, em novembro de 83, George assumiu a Reitoria, eu voltei para a PROACAD, mas por poucos meses, que logo houve a eleição de vice-reitor, fui nomeada e empossada no cargo em março de 84.

“Ele veio falar comigo e eu disse: ”fique certo de que eu não estou disputando coisa nenhuma, estou na lista para compor. Agora, eu estou muito desgostosa com você, porque estou sabendo que você está se comprometendo com Geraldo Lafayette...”

Evson Malaquias: *Daqui a pouco a gente vai falar na experiência de ser vice-reitora. Mas por que não continuou com Paulo Maciel?*

Professora Maria Antonia: Paulo Maciel, eu me dava bem com ele, sobretudo muito bem com o irmão dele, Carlos, desde os tempos de estudante e, depois, como professor no Centro de Educação. Paulo era político. Eu não gostava de misturar política com Universidade,

mas, de Paulo, eu tinha muito boa impressão. Ele estava voltando de ser deputado, Marcionilo nomeou-o pró-reitor, não lembro de que, e achei muito bom. Lembro...

Evson Malaquias: Ele foi o quê? Deputado federal? Estadual?

Professora Maria Antonia: Federal. Era muito amigo do ministro Ney Braga, do mesmo partido, Democrata Cristão. Eu me lembro de que estávamos numa reunião de Câmara na Pró-Reitoria, vieram avisar que ia acontecer a posse de Paulo, e comentei: “Marcionilo está sabiamente preparando o sucessor”. Achamos, pois, muito bom. Mas depois fui vendo algumas coisas... Ele nos mandava pessoas pedindo que atendêssemos seus pleitos, que eram sempre contrários às normas (claro, se não fossem, não precisava de “pistolão”). Então não tinha jeito de atender e eu ficava chateada de estar sempre negando os pedidos dele. Chegou uma hora em que chamei o pessoal e disse: “olhem, a próxima pessoa que vier aqui querendo uma coisa bem regular, sem problema, vocês dizem que está muito difícil, só ela indo falar com o prof. Paulo Maciel, pra ver se assim a gente pode atender um pedido de Paulo...” (risos). Mas isso não era grande coisa: a gente negava, ele podia não gostar, mas ficava por isso mesmo, sem consequências. Depois vieram as eleições para a sucessão de Marcionilo. Paulo era o candidato da Administração e encabeçou a lista encaminhada ao ministro. A nomeação demorou mais do que se esperava, foi o tempo de eu ficar sabendo de certas coisas, talvez tenha deixado transparecer meu desagrado, foram dizer a ele que eu estava “mexendo pauzinhos” para ser nomeada. Ele veio falar comigo e eu disse: “fique certo de que eu não estou disputando coisa nenhuma, estou na lista para compor. Agora, eu estou muito desgostosa com você, porque estou sabendo que você está se comprometendo com Geraldo Lafayette, para ser seu vice-reitor e seu sucessor, e isso, Paulo, não é coisa que se faça com a Universidade”. Ele negou, mas, como se viu depois, era verdade.

Evson Malaquias: Por que se opunha a Geraldo Lafayette?

Professora Maria Antonia: Geraldo Lafayette não tinha as menores condições - de nível intelectual e cultural, de visão e de discernimento, de liderança, de postura e compostura – para ser reitor de uma universidade. Se você quer saber melhor o “perfil”: Geraldo se gabava em público, mais exatamente no Conselho Universitário, sentado na cadeira de reitor, Geraldo se gabava de ler diariamente as colunas sociais de todos os jornais da capital e de mais alguns do interior... (risos) A meu ver, ele próprio sabia que não tinha condições de concorrer, em qualquer lista em que houvesse algum candidato razoável.

“A resposta do ministro, que ouvi pessoalmente de Gilberto [Freire], definiu a situação com exata precisão: “Dr. Gilberto, eu não tenho escolha: um é presidente do PMDB; o outro, com esse discurso notório; um terceiro, recentemente enfartado; esse é funcionário administrativo, eu não posso preferir um funcionário a um professor”. E assim Geraldo Lafayette foi nomeado reitor, conforme ele mesmo planejou e providenciou: por exclusão, por falta de alternativa.”

mente qualificado. Daí ter cuidado – já antes, na eleição para a Direção do Centro e, depois, na de reitor - em que não os houvesse, ou pelo menos não os houvesse viáveis. Na lista, pois, por ele articulada, havia dois nomes de reconhecido valor acadêmico: Pinto Ferreira - que vinha de ser presidente do PMDB local - e Adonis Carvalho – que vinha de fazer um discurso de paraninfo na Medicina, metendo o pau nos militares. Até a última hora, Theophilo estava na lista e eram favas contadas que, com ele, Geraldo não teria a menor chance.

Então, dois ou três dias antes da eleição, em manobra articulada dentro do gabinete do reitor, o nome dele foi retirado, improvisando-se o ineditismo de substituí-lo pelo de um funcionário administrativo, Rubem de Souza (excelente funcionário, faço questão de registrar). Eu e meu grupo ainda tentamos evitar o inevitável; estivemos com Pinto Ferreira e com Adonis, a ver se dispunham de algum trunfo; estivemos na SESU; estivemos com Gilberto Freyre, que detestava Geraldo e por quem o ministro – Eduardo Portela - tinha uma admiração reverencial. Ele entrou na briga, fixou-se em Rubem de Souza e insistiu na sua nomeação. A resposta do ministro, que ouvi pessoalmente de Gilberto, definiu a situação com exata precisão: “Dr. Gilberto, eu não tenho escolha: um é presidente do PMDB; o outro, com esse discurso notório; um terceiro, recentemente enfartado; esse é funcionário administrativo, eu não posso preferir um funcionário a um professor”. E assim Geraldo Lafayette foi nomeado reitor, conforme ele mesmo planejou e providenciou: por exclusão, por falta de alternativa.

“Geraldo Lafayette não fazia crítica a ninguém, muito menos a quem estivesse no poder. Mesmo porque a dele era estar bem com todo mundo, agradar a todo mundo. E, com isso pelo menos tinha uma qualidade, que reconheço: não perseguia a ninguém, por vingança ou por qualquer outro motivo.”

Evson Malaquias: Mas Geraldo fazia crítica também ao governo militar?

Professora Maria Antonia: Geraldo Lafayette não fazia crítica a ninguém, muito menos a quem estivesse no poder. Mesmo porque a dele era estar bem com todo mundo, agradar a todo mundo. E, com isso pelo menos tinha uma qualidade, que reconheço: não perseguia a ninguém, por vingança ou por qualquer outro motivo. Depois de já sabermos que ele ia ser o reitor, o pessoal da SESU, que estava vendo aquele desastre, quis salvar alguma coisa, fez o ministro segurar a nomeação mais algum tempo e induziu-o a acreditar que ela dependia de ele entregar a PROPLAN a Jatobá, Sebastião Jatobá, do Departamento de Economia, e a PROACAD a George. Foi pena que não se tivesse acrescentado a PROPESQ, porque esse defeito, que Geraldo não tinha, sobejava no pró-reitor que ele pôs lá e foi um mau pedaço para muitos pesquisadores.

Evson Malaquias: A sucessão passa pelo Conselho Universitário, não é? Como eram os bastidores? Você contou um pouco um caso específico no Conselho. As reuniões eram feitas em casa, no gabinete...?

Professora Maria Antonia: Na Administração, as articulações se fazem mais nos gabinetes: ava-

liam-se as forças, acerta-se quem vai ser o candidato em cada escrutínio. Ao chegar ao Conselho, cada grupo ou cada candidato já sabe (ou pensa que sabe, porque tem sempre surpresas...) com que votos conta. Na “oposição” pode haver uma lista fechada, um candidato para cada escrutínio, como tivemos na eleição de George. Ou pode haver um candidato em torno do qual se aglutinam as forças para “furar a lista” num determinado escrutínio. Na eleição de Marcionilo, por exemplo, ele era o candidato da Administração, numa lista de seis nomes, todos comprometidos com o mesmo projeto.

O candidato da oposição era Antonio Figueira, Diretor da Medicina, um homem de grande valor - tinha trabalhado comigo, coordenando o vestibular da Área de Saúde e eu o tinha (e continuei tendo) no mais alto conceito, por sua seriedade e competência. Ele sabia que não podia derrotar a Marcionilo e concentrou-se em entrar na lista no último escrutínio. Era o que tinha a fazer mesmo, só que, no caso, cometeu um erro tático fatal. Veja: fui procurada por um emissário – um primo distante de minha mãe, que, em certa época, há muitos anos, vinha todo sábado jogar xadrez com meu pai, ficava aqui o dia inteiro - veio pedir meu voto para Figueira, no 6º escrutínio. Expliquei-lhe pacientemente que, para mim, o que estava em jogo era um projeto de Universidade, no qual eu acreditava, que Marcionilo era o meu candidato porque era o mais capaz de realizá-lo; que eu tinha o mais alto respeito por Figueira, mas a idéia de Universidade dele era outra. Ele ouviu tudo e disse: “mas Marcionilo será eleito, eu só estou pedindo seu voto no último escrutínio”. Respondi: ”olhe, Figueira anda alardeando por aí que basta ele ir na lista, em qualquer posição, que Eraldo Gueiros (era o governador) garante a nomeação (risos); então , se eu quero que o reitor seja Marcionilo, não vou votar em Figueira em nenhum escrutínio.”

”olhe, Figueira anda alardeando por aí que basta ele ir na lista, em qualquer posição, que Eraldo Gueiros (era o governador) garante a nomeação (risos); então , se eu quero que o reitor seja Marcionilo, não vou votar em Figueira em nenhum escrutínio.”

Evson Malaquias: Na sucessão após o falecimento de Joaquim Amazonas... A ata indica que Figueira obteve a maior votação na primeira lista; o segundo, não lembro quem foi, e o terceiro foi João Alfredo; o indicado a reitor foi João Alfredo. Pelo que eu percebi nas atas, Figueira era uma pessoa importante. Aí, quando eu vejo a ata, quem é escolhido é João Alfredo. Por quê? Por ter conhecimento dos bastidores?

Professora Maria Antonia: Bem, a posição na lista, em si, pode não significar preferência. Marcionilo, por exemplo, foi eleito no 2º escrutínio, porque quisemos homenagear a Jônio Lemos, no 1º. Já o número de votos, esse, certamente, é sempre significativo, e a lista, se bem me lembro, é encaminhada ao ministro, não na ordem dos escrutínios e, sim, na dos votos. Mas nenhum ministro, que eu saiba, teve por norma respeitar as preferências dos Conselhos, os exemplos são numerosos e alguns deles gritantes. No caso, segundo Você me informa, os dois obtiveram o mesmo número de votos, pelo que menos lugar parece haver para alguma particular estranheza, a demandar alguma particular explicação. Decerto, esta há de estar nos “bastidores”, como Você diz e como ordinariamente

ocorre, mas não tendo estado “por dentro” deles, desconheço qualquer razão especial que porventura tenha prevalecido. Só posso dizer, entendendo-se por “bastidores”, como também comumente ocorre, as mediações das quais resulta a escolha, o que, de fora, se percebia, igualmente bastante ordinário e banal: João Alfredo e não Figueira, foi nomeado porque ele teve alguém e Figueira não teve, ou que era mais forte do que o que Figueira tinha, que...

Evson Malaquias: *Pode dizer o nome? A senhora se lembra?*

Professora Maria Antonia: Não é difícil, é, ou era, notório. João Alfredo tinha um genro, Antonio Neves, deputado federal, se bem me lembro pelo PTB, com muito prestígio, força política, em Brasília. Na sua gestão, Antonio Neves foi seu “braço político” em Brasília, muito operante, trazendo verbas, etc.; quando vinha ao Recife, era sempre visto na Reitoria, se inteirando das coisas, orientando o reitor nas decisões internas, empregando gente (empregos são a principal “moeda de troca” dos políticos...). Quando, pois, a lista tríplice foi encaminhada ao ministro, ou melhor, antes mesmo, quando aberto o processo sucessório, não é de ter-se, estranho seria, que ele ficasse de braços cruzados esperando o resultado. Em suma, até onde sei, João Alfredo, e não Figueira, foi nomeado Reitor porque Antonio Neves levou o nome dele ao ministro e teve força política suficiente para obter-lhe a nomeação. De minha parte, este é um registro objetivo, de um fato corriqueiro, isento de conotações depreciativas.

Evson Malaquias: *Esse resultado trouxe conflitos, insatisfações, entre os conselheiros? A senhora disse que era da oposição, como é que o receberam?*

Professora Maria Antonia: Vamos deixar mais claro. Em primeiro lugar, eu não pertencia a nenhum bloco político da Universidade (como anos depois vim a pertencer). A Figueira, só o conhecia de nome e de vista, e os demais membros do Conselho, diretores e representantes das diversas Unidades, afora os da Faculdade de Filosofia, não sei nem quem eram. Não sei, portanto, não vi, nem ouvi qual a reação deles a esse resultado. Ocorre, porém, que, antes da eleição para reitor, houve a desses diretores e representantes e, na minha Faculdade, os candidatos em que votei não foram os que, no Conselho, votaram em João Alfredo, mas os que, se lá estivessem, votariam em Figueira. As razões por que não votei naqueles candidatos e por que os em que votei não votaram em João Alfredo eram razões de discordância com a postura e as práticas administrativas, dos primeiros, dentro da Faculdade, e do reitor, na Universidade. Essa discordância ou, em termos mais incisivos, essa oposição não tinha nada a ver com razões de natureza político-ideológica. Ela era anterior à interiorização dessa componente como elemento significativo no contexto interno da Universidade do Recife, que ocorreu nos últimos dois anos daquele Reitorado, anterior ao progressivo comprometimento do reitor com a tônica ideológica então privilegiada.

“Por parte do Governo Militar, é fato sabido que João Alfredo foi cassado por causa do apoio que deu a Paulo Freire, e por nenhuma outra razão.”

Para a enorme maioria dos que viviam e trabalhavam na Universidade, ao seu dia a dia funcional não diziam respeito, por exemplo, as iniciativas do Serviço de Extensão Cultural. A esse dia a dia, sim, diziam respeito, por eles presenciada ou experimentada, antes e contemporaneamente àquelas iniciativas, a prática comum dos arbitrários favorecimentos de uns e escanteios de outros, chegando, no limite, a pressões, perseguições e ameaças (destas, inclusive, de que eu saiba, pelo menos uma efetivamente consumada), trocas de favores e, com maior visibilidade, a escancarada praga do empreguismo. A estas coisas, nas quais era voz corrente encontrar-se o dedo de Antonio Neves, enderezavam-se as discordâncias da “oposição” à gestão de João Alfredo. E delas o menos que se pode dizer é que não se coadunam com a imagem de uma gestão “democratizante” e “progressista”, com que se tem tendido a identificar esse Reitorado – antes, autoritárias e retrógradas, contradizem tal imagem. Posto isso, sem dúvida a polarização ideológica, introduzida na Universidade logo a seguir, acrescentou novas razões de oposição, não necessariamente, entretanto, em função de qual tenha sido a ideologia adotada. Exemplifico com o caso da revista Estudos Universitários. Em seu número inicial, datado, creio, de setembro de 62, a revista declarou sua linha editorial, favorável ao pensamento político dominante no Estado, esclarecendo que artigos com orientação diversa continuariam a ser publicados, não por tolerância, mas por se estar ainda “no aceso da luta”; explicitada essa posição, dentro de alguns meses efetivamente deixaram de aparecer na revista quaisquer tais “colaborações desarmônicas”, e assim foi até o fim do Reitorado. De certo, para quem discordasse daquele pensamento político, seu endosso e promoção pela Administração seriam uma razão adicional de a ela se opor. Mas, para a “oposição” com a qual eu me identificava, essa adicional razão estava no fato mesmo, visceralmente contrário à própria essência da Universidade, de publicação oficial sua, fosse qual fosse sua linha editorial, fechar suas páginas a manifestações de pensamentos divergentes. E veja: o mesmo entendimento, a mesma convicção, da qual resultava essa adicional razão de se opor à Administração de João Alfredo, levou depois essa “oposição” a ser contra, mais do que isso, porque a gravidade era outra, a repudiar aquela campanha que Gilberto Freyre moveu contra ele e todas aquelas coisas que a ela se seguiram.

Evson Malaquias: Túlio Barreto escreveu um artigo sobre isso, sobre Gilberto. Gilberto começou a pedir mesmo a “cabeça dele”? Por que a senhora acha que Gilberto o perseguiu tão sistematicamente?

Professora Maria Antonia: Sinceramente não sei dizer. Por parte do Governo Militar, é fato sabido que João Alfredo foi cassado por causa do apoio que deu a Paulo Freire, e por nenhuma outra razão. Paulo era catedrático interino de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes, da qual João Alfredo era o diretor. Em 1959, a cátedra foi a concurso. Paulo estava começando a elaborar as bases do que depois se tornou mundialmente conhecido como “Pedagogia Paulo Freire” e inscreveu-se com uma tese sobre o assunto. Inscreveu-se também Maria do Carmo Tavares de Miranda, que estava voltando do doutorado em Filosofia na Sorbonne, dotada de uma inteligência rara e de invejável formação acadêmica. Foi um concurso memorável. Paulo saiu-se bem, Miranda foi brilhante. Seu consequente provimento na cátedra deixava a Paulo sem qualquer vínculo com a Universidade do Recife. João Alfredo então contratou-o como Professor

Assistente, levou-o para a Reitoria e entregou-lhe a direção do recém-criado Serviço de Extensão Cultural. Não sei até onde o fez por ver que a Universidade não podia perder aquele valor, ou por amizade pessoal, colegas que eram da mesma Escola, da mesma Congregação. Mas o fez e, com isso, Paulo Freire teve condições de dar prosseguimento às suas reflexões, aprofundá-las, sistematizá-las e, sobretudo, em breve, começar a testá-las na prática. Foram aqueles primeiros “círculos de cultura” que, iniciados modestamente como um programa do SEC, na conjuntura política da época extravasaram do âmbito da Universidade, multiplicaram-se com extraordinária rapidez, alcançando projeção nacional. Todas essas e outras iniciativas e ações do SEC tiveram sempre o apoio do reitor.

Do ponto de vista dos Militares, portanto, entende-se que, ao considerarem essas ações perigosamente “subversivas”, por elas responsabilizassem a João Alfredo. O que, porém, dificilmente se entende é que Gilberto assim também as considerasse. Não sei que outras razões pudesse ele ter contra João Alfredo. E mais do que isso, ainda que as tivesse e ainda que discordasse das idéias e das ações de Paulo ou do próprio João Alfredo, é difícil entender que daí passasse a advogar o tratamento que lhe foi aplicado. Todos nós, que o admirávamos, lastimamos essa e outras atitudes que tomou à época, com as quais desmerecia todo um passado que o honrava. De qualquer forma, os fatos foram esses. Paulo Freire foi preso logo nos primeiros dias. Gilberto tinha uma coluna no Diário de Pernambuco, que, nessa época, não sei se já antes, se chamava qualquer coisa como “Recordar é Viver”, e nela, sistematicamente, praticamente todos os dias, passou a, como você disse, “exigir a cabeça” de João Alfredo, “recordando” as iniciativas “subversivas” do SEC, insistindo na responsabilidade do reitor por elas, citando-lhe pronunciamentos e discursos (em pelo menos boa parte escritos por Paulo, que reitores não têm tempo para isso...). A isso aplicou-se com implacável tenacidade e não descansou até que João Alfredo renunciou e logo em seguida foi “cassado”.

“Maciel foi ministro da Educação e favoreceu grandemente a Universidade, na distribuição de recursos extra-orçamentários. Tínhamos pela frente um vasto plano de obras, inclusive de recuperação dos prédios que, quando George assumiu estavam caindo aos pedaços, e aquela ajuda foi crucial.”

Evson Malaquias: Em uma das atas ele convoca o Conselho e comunica a sua exoneração, sua saída do cargo, e, se eu não me engano, à tarde Dr. Newton ...

Professora Maria Antonia: Pois é. E quando se levantou para deixar a sala do Conselho, todos se levantaram também e o acompanharam até a porta da Reitoria ...

Evson Malaquias: Todos?

Professora Maria Antonia: Bom, se houve alguma exceção, não sei, não importa. O que ouvi de Sá Barreto – meu grande e saudoso amigo José de Sá Barreto – foi que todos, inclusive aqueles que, como o próprio Sá Barreto, dentro da Universidade discordavam da administração de João Alfredo e a ela faziam oposição, todos se levantaram, desceram

com ele e o acompanharam até a porta principal da Reitoria. Foi um gesto que honra a Universidade, não só de solidariedade àquele professor, mas de protesto, de repúdio ao arbítrio, à violência que o vitimaram. Veio então Newton Maia, um homem da mais elevada estatura, moral e intelectual, que reunia o respeito de todos que o conhecessem, professores e alunos. Ele era o Vice-Reitor de João Alfredo, quando veio a Revolução já tinha mais do que tempo para se aposentar e ingressou com o pedido de aposentadoria. Os militares foram a ele e pediram que retirasse o pedido e assumisse a Reitoria. Dr. Newton deve ter percebido e ponderado o rumo que as coisas estavam tomando e entendido que, para a Universidade, era importante ter na Reitoria alguém que segurasse a barra com dignidade. Retirou pois o pedido e assumiu a Reitoria.

Evson Malaquias: Segundo Jonio Lemos, na entrevista que fiz com ele, Newton Maia chegou a ingressar no Partido Comunista. Mas ele saiu.

Professora Maria Antonia: Ele era um homem “de esquerda”, provavelmente quando jovem - se Jônio disse é porque sabe – filiado ao Partido Comunista, não sei até quando; ao que consta, há muitos anos não o era mais. De qualquer forma, comunista ou não, que importa? Veja, por exemplo, Naide Teodósio. Uma pessoa admirável, Naide, como pessoa humana, como professora, como cientista. Comunista que fosse – e se o era, estou certa de que o era com a mais íntegra convicção - mas nunca usou a cátedra para fazer proselitismo. Ela sempre soube que professor não está na Universidade para isso. Nunca usou a Universidade para instrumentar sua ideologia, com proselitismo ou de qualquer outra forma – como vem fazendo esse pessoal do PT. Newton Maia era da mesma estirpe.

Evson Malaquias: Como era esse vínculo político com a Universidade? Porque...

Professora Maria Antonia: Pois é, a mim sempre me desagradou muito.

Evson Malaquias: Mas era uma realidade, não é? Sem nenhum julgamento; no meu caso, eu não estou fazendo julgamento...

Professora Maria Antonia: Não é bem assim, é uma realidade, mas não é uma “fatalidade”: a forma que ela toma, a interferência que dela resulta nos assuntos internos da Universidade, isso depende do reitor. Por exemplo, quando Marco Maciel foi ministro da Educação, George não era político, não tinha nenhum Partido, mas era amigo dele e ...

Evson Malaquias: George disse que estudou com ele e tudo ...

Professora Maria Antonia: Pois é. Maciel foi ministro da Educação e favoreceu grandemente a Universidade, na distribuição de recursos extra-orçamentários. Tínhamos pela frente um vasto plano de obras, inclusive de recuperação dos prédios que, quando George assumiu estavam caindo aos pedaços, e aquela ajuda foi crucial. Então era ótimo a gente ter boas relações com ele. Mas ele sabia, ou ficou logo sabendo, com que e com quem - a Universidade e seu Reitor – estava lidando e nunca nem mesmo tentou extrapolar os limites. Havia, por exemplo, os “bilhetinhos”... Se um político é procurado por um eleitor, que lhe pede um favor, geralmente um emprego, é claro que ele tem de mostrar interesse, tem de “mostrar serviço” e dar a recomendação pedida. Quando chegou o primeiro, George ficou subindo pelas paredes: “Maria, veja, leia mesmo

esse bilhete que Marco Maciel me mandou!”. Eu li e era assim: “Amigo George, estou lhe encaminhando Fulano de Tal que vai lhe apresentar o currículo dele, para você ver se interessa à Universidade...”. Naquela época contratavam-se Auxiliares de Magistério mediante um “processo seletivo” por titulação, procedido pelos Departamentos. E eu disse: “que é que tem? Ele não está lhe pedindo para contratar, está pedindo para “ver se interessa”; pois, então, encaminhe o currículo ao Departamento para eles verem se estão precisando e se esse aí interessa; se não interessa, pronto, morre aí”. Até o fim nenhum “interessou”... E Marco nunca veio perguntar o resultado, continuou a mandar os “bilhetinhos” dele, todos desse teor, George continuou a ficar fulo com cada um que chegasse, mas a encaminhá-los aos Departamentos... Tentativa de pressão, só teve um caso, por parte de um secretário dele, um...Barbosinha? não, era algum outro diminutivo assim. Foi numa eleição para chefe de Departamento e havia um professor, coitado, nunca tinha sido dos melhores, mas agora estava em decadência, alcoólatra inclusive, e queria a Chefia para se aposentar em regime de 40 horas. Veio a lista, com o nome dele em primeiro lugar, George disse: “não posso fazer uma coisa dessas” e viajou, sem despachar. Acontece que Marco Maciel tinha sido posto no circuito e falado com George em favor do dito. Telefona-me, então, o tal secretário, falando, disse ele, em nome do senador, querendo saber por que a designação do seu recomendado ainda não tinha sido feita. Falei que o reitor estava fora, mas ele sabia e disse que a vice-reitora no exercício do cargo podia assinar o ato. Informei, então, com toda a delicadeza, que não ia poder assinar e George, com certeza, também não, porque infelizmente aquele professor era muito boa pessoa e tudo mais, porém não tinha condições de ser chefe do Departamento. Aí ele caiu na besteira de dizer: “a senhora não entendeu, o senador quer que seja ele”. Mantive a calma e respondi: “o senhor é que não entendeu, o senador não fala conosco nesses termos. Ele entende que da Universidade quem sabe e quem cuida é o Reitor, e nunca ouvimos dele nada de parecido com “quero que faça isso, ou aquilo”.

Com essa “grossura”, esse foi o único caso. Mas, sem ela nem muito menos, pedidos, vindos de cima ou de qualquer lado, uns mais outros menos bem “apistolados”, fazem rotineiramente parte das “pedras no caminho” de quem administra coisa pública. Para lidar com eles, sem escorregos e com um mínimo de desgaste, o segredo, o único instrumento eficaz, é ter normas escritas – Regimento, Resoluções Normativas - e a elas se ater: “tem essa norma, está vendo? não o posso atender porque ela não deixa”. É uma tranquilidade, desde o pedido do vizinho até o pedido do ministro, beleza! Vi, ou melhor,

“Naturalmente, não lhe era fácil nem grato: que reitor não prefere poder atender pedido do ministro e não vê com desconforto ter de recusá-lo? No início do 2º semestre de 71, ao passar-me mais um desses, pela primeira vez (e única) referiu-se ele ao acervo de “cacetadas” já então acumulado: “você sabe, até agora só temos recusado os pedidos do Ministro, seria ótimo que pudéssemos atender algum; veja com cuidado se pode ser esse aí”.”

vivi isso de perto já desde os primeiros anos, no Reitorado de Dr. Murilo. É muito bom, aliás só é bom, trabalhar com quem confia em você e em quem você confia. Nas coisas da minha área, Dr. Murilo confiava no que eu dissesse ou fizesse e me dava total apoio. Então, chegavam os “pedidos”, do ministro ou da titular da SESU, ele me passava cada um para que eu visse e desse a possível solução. Previsivelmente não as havia, favoráveis (como acima dito: se houvesse, não demandariam mediação, muito menos daquele nível...), restando-me então identificar as normas pertinentes e levá-las ao Reitor, para que ele pudesse apresentar simultaneamente a negativa e suas razões incontornáveis. E ele assim fazia, sem titubear. Naturalmente, não lhe era fácil nem grato: que reitor não prefere poder atender pedido do ministro e não vê com desconforto ter de recusá-lo?

Newton Maia foi “cassado”: “cassaram” o cargo do qual ele tinha pedido aposentadoria, e eles o tinham convencido a retirar o pedido... Gente boa, hein?

No início do 2º semestre de 71, ao passar-me mais um desses, pela primeira vez (e única) referiu-se ele ao acervo de “cacetadas” já então acumulado: “você sabe, até agora só temos recusado os pedidos do Ministro, seria ótimo que pudéssemos atender algum; veja com cuidado se pode ser esse aí”. Tratava-se de um aluno do 1º Ciclo que queria passar do turno da manhã para o da noite. Fui ver com o máximo cuidado e, em resumo: atendidas as opções pelo noturno, pela ordem da classificação obtida no vestibular, ele estava lá pelo vigésimo lugar dentre os que ficaram de fora, porque fisicamente não cabiam mais nas salas disponíveis. Levei ao gabinete esses dados e concluí: “sendo assim, Dr. Murilo, só vejo mesmo um jeito...” - ele se animou, esperançoso – “a gente manda a lista dos alunos que estão no turno da noite e o Ministro escolhe qual deles sai pra esse rapaz entrar...” (risos) Ele riu: “Ah! Maria Antonia!” E as “cacetadas” continuaram... Mas é claro que isso só funciona numa Administração que, ela própria, respeite as normas e a elas sempre subordine seu poder de decidir e seus atos.

Evson Malaquias: Tanto com Marcionilo como com Murilo, lembra-se de algum caso assim da administração que chame a atenção ...?

Professora Maria Antonia: Vários. Dr. Murilo... Não sei se o acerto dos militares com Newton Maia foi de que ele assumisse a Reitoria só para presidir a eleição de um novo reitor, não sei. Mas foi o que ele fez, assumiu e um mês depois transmitiu o cargo a Dr. Murilo. E pensar que logo depois (você está sabendo disso?) Newton Maia foi “cassado”: “cassaram” o cargo do qual ele tinha pedido aposentadoria, e eles o tinham convencido a retirar o pedido... Gente boa, hein? Mas, voltando a Dr. Murilo, ele estava na Europa e lá recebeu do Conselho Universitário a comunicação de sua eleição para reitor, juntamente com o pedido de que a aceitasse - ao que me contam, foi mais do que um pedido, foi um apelo. Ele deve ter passado em revista os “sinais dos tempos”, as coisas que aí estavam, na Universidade e fora dela – perseguições, arbítrio, violências – e até onde previsíveis, as que estavam por vir. Deve ter ponderado que, na medida em que brechas ou margens se oferecessem por onde evitar-lhes ou atenuar-lhes a incidência dentro da Universidade, sobre membros da comunidade acadêmica, essas margens não podiam ser desperdiçadas. Deve sobretudo ter considerado a inarredável necessidade de evitar que, compactuando com essas coisas, a Universidade com elas se degradasse. Essas

considerações decerto estiveram presentes em sua decisão de atender àquele apelo do Conselho Universitário. E estes foram, não mais apenas “considerações”, já agora os propósitos com que assumiu e exerceu a Reitoria, traduzidos nas consequentes atitudes, posições, decisões, que testemunhei.

Em março de 65, o Governo Militar determinou a todos os diretores de Unidades que no dia 1º, não, 1º era tabu, no dia 31, reunissem seus estudantes e fizessem uma falação comemorativa daquela data aniversária. Recebi a determinação no Colégio de Aplicação e logo começamos a pensar em como nos sair dessa. Alguns dias antes do fim do mês chegou um ofício-circular do Reitor dizendo que, em vista daquela determinação, redigira o texto em anexo e o estava pondo à disposição dos diretores que dele quisessem fazer uso. O texto, impecavelmente redigido, era um primor de vacuidade: berço da Pátria, Guararapes e demais chavões. Havia, é claro, uma menção ao objeto da comemoração, introduzida lá do meio para o fim, da qual só lembro que era de um perfeito non sequitur. Não conhecendo o Reitor, apenas sabendo-o um homem inteligente e culto, percebi imediatamente. Ele teve a sensibilidade de prever o constrangimento daqueles que não estavam para cantar loas e o risco a que poderiam ser levados a se expor, não fazendo comemoração nenhuma ou pelo que nela dissessem. E previu que haveria alguns que, ao contrário, uns mais outros menos, estariam afins de, ou não infensos a cantá-las, ofendendo com isso o decoro da Universidade e, sobretudo, provocando a reação dos estudantes, com todas as suas perigosas consequências. Tomou então a si redigir aquele texto inócuo, com o qual, àqueles primeiros, nos desonerava de termos mais de pensar no que dizer e/ou fazer; e a esses últimos, oferecia uma alternativa que pelo menos alguns deles pudessem considerar mais cômoda e, como tal, adotar, nesta medida evitando-se a ofensa e o risco acima apontados. No C.A. foi um passeio. Suspendemos as aulas quinze minutos antes do recreio, reunimos a meninada no pátio, li aquele blá-blá-blá, que, sem explicações ou comentários adicionais, tomou uns dez minutos, e pronto, agora vão brincar! Nesse dia comecei a admirar aquele Reitor.

“Dr. Murilo teve a coragem de chegar lá, [no Exército], e dizer que não sabia quem era nenhum dos estudantes que participaram daquela invasão. Era uma declaração inteiramente inverossímil, inclusive porque entre eles, à frente deles, estava o presidente do DCE, com o qual o Reitor tratava seguidamente, no Conselho, de que este era membro, e fora dele.”

Outra de Dr. Murilo. Em 1965, iniciado há cerca de um ano seu Reitorado, os estudantes promoveram uma invasão da Reitoria, lá na Rua do Hospício, perto do quartel general do IV Exército. Estando o Conselho Universitário reunido, entraram de roldão na sala, trancaram as portas e declararam que ninguém saía dali enquanto não fossem atendidas suas reivindicações (verbas para o HC e outras). Mantiveram essa situação por umas duas horas, até que veio um pelotão do Exército, dispersou-os e levou presos os líderes. Em seguimento, o Exército abriu um Inquérito Policial-Militar, convocando o Reitor para

nele depor. George, que à época ainda não era professor, era o secretário do Conselho e foi também convocado. Dr. Murilo chamou-o e disse: “Você foi convocado para depor nesse Inquérito, achei melhor você saber o que eu vou dizer lá”. Estava assim orientando aquele seu jovem auxiliar. Não sei se George lhe contou...

Evson Malaquias: Contou.

Professora Maria Antonia: Ah, pois é. Dr. Murilo teve a coragem de chegar lá e dizer que não sabia quem era nenhum dos estudantes que participaram daquela invasão. Era uma declaração inteiramente inverossímil, inclusive porque entre eles, à frente deles, estava o presidente do DCE, com o qual o Reitor tratava seguidamente, no Conselho, de que este era membro, e fora dele. Ele sabia perfeitamente disso, sabia que os militares não iam acreditar, e não estavam acreditando, e que mantê-la equivalia a recusar-se a responder. No entanto, insistentemente inquirido, manteve: “eu estava emocionalmente muito abalado, não tenho condições de identificar a nenhum deles”.

Esses não são “fatos isolados”. Não são “gestos”, são atitudes, são toda uma postura consistente de zelo atento, permanente pela Universidade e pela comunidade que a integra. Era o que, ao longo do Reitorado, o levava a identificar as situações potencialmente críticas e buscar o modo, inteligente e prudente, viável e eficaz de com elas lidar.

Houve o caso, por exemplo, de EPB, Estudo de Problemas Brasileiros. Criada por Lei (D.L.), em 1969, como disciplina obrigatória no currículo de todos os cursos superiores, ao iniciar-se o ano letivo de 1970, as Universidades, aqui em Pernambuco as quatro, abstiveram-se de implantá-la. Chegado, pois, o 2º semestre, o MEC determinou que, a partir daquele ano, inclusive, nenhum estudante seria diplomado sem ter sido aprovado em EPB. Theophilo e eu nos debruçamos sobre o problema. Conteúdo? EPB foi criada para ser instrumento de doutrinação a serviço da ideologia do Regime; contudo, “problemas brasileiros” aí estão, aos montes, prestando-se a ser tratados sem conotações ideológicas. Mas professores, como improvisá-los em número suficiente para aquela quantidade de turmas? polivalentes, para cobrir aquele vasto espectro de “problemas”? E que, provocados pelo próprio notório propósito da disciplina, não se exponham ao risco de manifestações em contrário? Ou, inversamente, não a utilizem com aquele exato propósito doutrinador? E os estudantes? nem adiantava pensar em que eles não se expusessem, mas em como não os expormos, nós, a esse “prato feito” para os informantes presentes em todas as turmas. Essa foi a primeira pista: “aulas não presenciais”. A partir daí, montamos a proposta, levei-a ao Reitor: “A UFPE tem a TVU, dá-se EPB pela TVU; imprimem-se as aulas; os estudantes assistem e/ou leem, em casa (quem quiser xingar, xinga dentro de casa...) (risos). Conteúdo, professores? O senhor nomeia um coordenador de confiança, ele monta o programa e distribui as aulas por professores ou especialistas, conforme o tema; as provas, o coordenador elabora e são aplicadas todas na mesma hora, em cada turma pelo professor que tiver aula nesse horário”. Ele ouviu e aprovou: “É, isso resolve tudo. Vamos tratar de arranjar esse coordenador”. E, para completar, fizemos um lançamento solene pela TV, o Reitor em pessoa apresentando essa “iniciativa pioneira”, grande passo em resposta ao desafio das novas realidades, e

por aí vai, os recursos da Universidade a serviço da marcha do presente para o futuro, e a UFPE e EPB na vanguarda dessa marcha!... Naquele primeiro ano, mais exatamente, naquele semestre, EPB foi dada para todos os alunos, de todos os cursos, da primeira à última série, limpamos a barra (risos) e, de 71 em diante, ficou só no 1º Ciclo. A Católica e a FESP tinham o mesmo problema e usaram o nosso curso (as aulas eram publicadas pelo Diário de Pernambuco e pelo Jornal do Comércio). Mas a trabalheira foi grande. Havia por exemplo as provas, a imprimir e a fazer chegar a todas as turmas, de modo a serem aplicadas na mesma hora – nisto, a logística era a mesma do Vestibular, não deu maior problema. Mas a aplicação, pelo professor que naquela hora acontecesse estar ali, naquela turma: você imagina bem quanto ele estava ligando para aquela prova de uma disciplina que não tinha nada a ver com ele... Então, quanto aos estudantes, que se poderia querer? Mais adiante, já no campus, recebi, duas ou três vezes, pessoas, bem intencionadas, que me vinham avisar: “a fila nas provas está grassando, está sendo uma desmoralização”. Nós já sabíamos, já tínhamos ponderado e tomado partido: era a maneira que restava à estudantada de tratar EPB como “filhote da Ditadura”; sendo isso o que EPB inegavelmente era, não tínhamos nós de “tomar-lhe as dores” - tanto mais que, como reação a EPB, xingar seria perigoso, mas filar nas provas era inofensivo...

Evson Malaquias: As provas eram como? De marcar, é?

Professora Maria Antonia: Claro, rigorosamente “de marcar”, como você diz, não só porque de outro modo – questões abertas – quem iria “corrigi-las”? como porque escrever um X, ou quantos sejam, não compromete a ninguém... Agora, quanto às aulas, eram aulas da Universidade, havendo pois que, por um lado, mantê-las desatreladas da ideologia do Regime e, por outro, assegurar-lhes adequado nível de qualidade. Esta era a principal responsabilidade do Coordenador de EPB - Palhares Moreira Reis foi o primeiro, a que se seguiram Jordão Emerenciano e outros subsequentes, que a souberam exercer com independência. Vem a propósito lembrar a existência à época da Comissão Nacional de Moral e Civismo, órgão que a mesma Lei criara, dando-lhe a atribuição de “zelar” pelo cumprimento das atividades nela previstas e, nestas, da observância dos “princípios” nela estabelecidos.

Evson Malaquias: A comissão era de onde, formada por quem?

Professora Maria Antonia: Não sei exatamente onde era sediada, meu contacto com ela foi no Rio, num simpósio, ou coisa assim, no Hotel Glória, para o qual convocaram os responsáveis por EPB nas Universidades e demais IES. Até onde na ocasião pude ver, era formada, se não exclusivamente, muito predominantemente por generais reformados. Quanto ao simpósio, também até onde pude deduzir, seu propósito terá sido incutir naqueles responsáveis as sadias regras pelas quais se deveriam pautar. Fiquei sabendo, por exemplo, que ateus não podem ser professores e, se por acaso algum o estiver sendo, há que demiti-lo o quanto antes... (risos) Mas ficou nisso, não procuraram saber como EPB estava sendo conduzida nas IES ali representadas e, nos anos seguintes, aqui na UFPE, não se registrou nenhuma interferência quanto à escolha dos temas ou à de seus expositores ou a qualquer outra coisa.

Em 1975, dois ou três dias antes de eu deixar a Pró-Reitoria, chega-nos um expediente daquela Comissão dizendo que tomara conhecimento do caráter “assistemático” que estava tendo o ensino de EPB na UFPE, que essa disciplina devia ser tratada exatamente como todas as demais, professor e alunos em sala de aula, e que nós tratássemos de acabar com aquilo e passássemos a ministrá-la de modo devidamente “sistemático”. O tom era peremptório, de cima para baixo. Mostrei a Theophilo, combinamos a linha e o tom da resposta a ser dada e acertamos que eu a redigisse para ele, depois, já pró-reitor, encaminhá-la. Comecei discorrendo sobre o sentido do termo “sistemático”, para chegar a que uma disciplina que tinha programa, objetivos, metodologia própria, positivamente não é “assistemática”; passei às “novas metodologias”, entre elas as “não presenciais”, uma das quais, informei, estávamos justamente usando na Física (nada menos que a Física, hein?) da Área II; pelo meio, dei uma engrossada invocando a “autonomia didático-científica” que a Lei assegura à Universidade; e terminei com toda aquela demagogia que tínhamos usado no “lançamento” de EPB, da qual mais seria de ter-se que, aqui na UFPE, EPB estava sendo objeto de privilegiada atenção... Theophilo assinou, mandou e, que eu saiba, não nos molestaram mais.

Evson Malaquias: Com o Golpe Murilo Guimarães assumiu, mas antes, tentou-se colocar como candidato único a reitor, se eu não me engano, Barros Lima, indicado pelo Exército, e ele foi rejeitado porque pelo entendimento de Jônio Lemos, parte do Conselho Universitário achava que era uma intromissão no funcionamento dela, tal. Como era ...?

Professora Maria Antonia: Jônio era o Vice-Reitor, deve estar mais por dentro. O que sei é que o Governo Militar determinou que em cada órgão público houvesse uma Assessoria de... como era? Segurança e Informação. O primeiro - quer dizer, não sei se era o primeiro: o que estava lá, quando entrei na Pró-Reitoria, também não sei se era o que Jônio referiu – aquele era um peste. E sei, muita gente soube, que lá para as tantas – não levou muito tempo, ainda foi na Rua do Hospício – Dr. Murilo chamou-o ao gabinete, passou-lhe uma descompostura em regra e demitiu-o (tratava-se de alguma coisa envolvendo denúncia de estudantes, ou, pior, aliciamento de estudantes como informantes, lá para o lado da Engenharia). Veio outro, depois, que nunca entendi bem: ele fazia lá direitinho o trabalho da 2ª Seção (era o “órgão de Segurança” do Exército) e com a Pró-Reitoria as relações eram tensas. Mas de vez em quando “deixava escapar” alguma informação para uso nosso – por exemplo, dizer na frente de Theophilo: “fulano vai ser preso em tal e tal dia e lugar”, sabendo que Theophilo iria direto avisar o fulano... E houve o caso de uma admissão de docente, que a 2ª Seção vetou, e ele se ofereceu para levar a documentação a Brasília e tentar obter a liberação: levou e obteve. Então não sei bem qual era a dele. Depois deste, Marcionilo pôs naquela Assessoria um professor - imagino que devia ser “politicamente correto”, mas, no que dissesse respeito à Universidade, era “um cão fiel”: para ele, o que a UFPE fizesse, em princípio estava certo, e sua principal função na Assessoria era fazê-lo ver à 2ª Seção. Veio algumas vezes à Pró-Reitoria colher subsídios e, um dia, apareceu-me com: “eles estão falando muito das reprovações na Área II; eu já disse que não é culpa da Universidade, mas se a senhora pudesse ir lá explicar melhor...” Os índices, nas matemáticas, eram mesmo muito altos e já estávamos pensando no que fazer; daí, porém, a ir dar satisfações à 2ª Seção... Mas vi a aflição dele e fui. Recebeu-me

um capitãozinho, que se pôs a falar na superioridade da Escola Militar e de seus métodos, mostrou um gráfico, explicando-me que aquilo era “uma curva de Bell” na qual se viam os bons resultados obtidos pelos cadetes, etc, etc. Quando terminou, eu disse: “Capitão, para a Escola Militar, vocês selecionam os alunos no País inteiro, os que entram têm todos a mesma base. Na Área II entram alunos que não sabem resolver equações do 2º grau, outros que não resolvem as do 1º e outros que não dominam as quatro operações com frações ordinárias. Em termos desse seu gráfico, o eixo das abscissas, com que nós trabalhamos, não é uma reta, é um zigzag”. A conversa não foi muito adiante. Mas o nosso assessor saiu satisfeito: “não lhe disse, capitão? A Universidade sabe o que faz!” E, convencido, ou não, o capitão não se meteu mais conosco.

Evson Malaquias: Os militares mandavam, telefonavam...?

Professora Maria Antonia: Telefonar, não sei... Mas mandar, ou querer mandar, com certeza.

Na época em que estive na Pró-Reitoria, aconteceu fazermos concursos para admissão de docentes e, publicados os resultados, vir o assessor de Segurança me dizer: “esse aí está vetado, não pode ser contratado” e acrescentar: “esta é uma informação sigilosa, a senhora não pode dizer por que ele não vai ser contratado”. Eu respondia: “olhe, quem contrata não sou eu, mas eu sei que não vai poder mesmo e vou lhe dizer o que é que eu vou fazer: vou chamar esse rapaz, vou dizer a ele tudo o que você está me dizendo e vou acrescentar que, se ele entrar com um mandado de segurança, a Universidade vai confirmar todos os fatos e, aí sim, vai obedecer a esse seu “sigilo”, e não vai apresentar nenhuma defesa, nenhuma razão de por que descumpriu o edital do concurso: réu confesso portanto”. Foram por volta de uns três casos, nenhum deles quis se arriscar a reagir e cada um deles me foi uma amarga experiência. Isso foi na época da Pró-Reitoria. Depois, na Vice-Reitoria...

Evson Malaquias: Tenho algumas perguntas mais sobre o seu vice-reitorado. Fale um pouquinho dele. Como é que foi feito o convite?

Professora Maria Antonia: Bem, isso se insere no contexto do processo sucessório de que resultaram a eleição e nomeação de George Browne. Já que você se interessa pelos “bastidores”, vou me deter um pouco neles. O quadriênio de Geraldo Lafayette ia até novembro de 83; devendo a eleição para seu sucessor realizar-se em julho, ele faleceu em março/abril, em pleno período pré-eleitoral. O Vice-Reitor Geraldo Lapenda, que então assumiu para completar o mandato, podia ter suas preferências (e acredito que as tinha, por George), mas absteve-se de manifestá-las, aplicando-se a presidir a eleição com absoluta isenção. Daí que, nessa eleição, um dos polos do costumeiro binômio Administração X Oposição estava identificado, não com o atual, mas com o anterior Reitorado, ou seja: com suas

“Quanto à Vice-Reitoria, não lembro “como foi o convite”, acho mesmo que não houve um convite, assim formal. Quando se estava começando a articular a candidatura de George, eu estava afastada da Administração Central há oito anos, ele sempre dizia “vou precisar que você me ajude, você vai me ajudar” e era uma coisa que ficava subentendida, sem precisar de resposta.”

posições e com os grupos e/ou pessoas que as apoiavam. Esse grupo disputou a eleição em todos os escrutínios, com uma lista de seis nomes, encabeçada por Pinto Ferreira – sabidamente o sucessor que Lafayette havia escolhido.

Quanto à “oposição”, George era, consensualmente, o candidato natural. Avaliado o novo “equilíbrio de forças” introduzido no quadro eleitoral, decidiu- se disputar também todos os escrutínios. Passando-se à composição da lista, acharam logo que eu tinha de estar nela, e eu disse: “gente, o candidato é George, eu já fui em duas listas “para compor”, mas agora é diferente: Ester é a ministra, eu não vou me arriscar”. Ester de Figueiredo Ferraz, uma mulher extraordinária, em todos os sentidos, desde a aparência física, finura de trato, brilho intelectual, cultura geral e jurídica, estatura moral, valores éticos e espirituais. Eu a conhecera e tinha convivido com ela ao longo de cinco anos no Conselho Federal de Educação, ficamos amigas e, mesmo amizade à parte, ela me tinha em alta conta. George e os outros continuaram insistindo, só tinha um jeito: “estou indo à Brasília, vou falar com ela e aí resolvo”. E fui: “olhe, Ester, vai haver eleição para reitor da minha Universidade, o pessoal está querendo que eu venha na lista e...”. “Que bom, Maria Antonia, não tem dúvida, você vai ser a reitora!”. “Não Ester, meu candidato é outro, o que eu vim lhe pedir é que você não me nomeie” (risos). “Mas, Maria Antonia, como é que eu posso, com você na lista!”. “Ester, eu só venho na lista se você me garantir que não vou ser nomeada”. “Que coisa! Está aí um pedido que eu nunca recebi!”. Rimos as duas e ficou acertado.

Concorreram, pois, os dois lados, em todos os escrutínios, e em cada um deles os resultados foram apertados. Eu não estava lá: há vários anos, há oito anos, não fazia parte de nenhum dos Conselhos que compõem o Colégio Eleitoral, estava em casa e recebi o resultado pelo telefone: “ganhamos em todos os escrutínios!”. É, mas no meu caso, quase, quase... Concorreu no mesmo escrutínio Edson Rodrigues de Lima, do Centro de Artes – gente muito boa, não podia ter afinidade com aquelas posições, não sei mesmo como e por que foi parar naquela chapa... Enfim, contados os votos, verificou-se empate; o critério de desempate é a antiguidade no magistério da UFPE, e suspenderam a sessão para verificar no D.P. Imagino o suspense, a tensão para George e os outros nossos... Edson era uns bons anos mais velho do que eu, mas, no magistério da UFPE, eu era outros tantos mais antiga do que ele. Então, ganhei no desempate. A lista foi para Brasília e uns dias depois Ester me telefona: “estou aqui com a lista da sua Universidade, com seu nome nela...”. “Ester, você me prometeu!...” “Está certo, eu só estava confirmando... Quem é o candidato?” Eu disse e, umas semanas depois, ela voltou a telefonar: “Diga ao George que o Presidente acaba de assinar a nomeação dele.”

Quanto à Vice-Reitoria, não lembro “como foi o convite”, acho mesmo que não houve um convite, assim formal. Quando se estava começando a articular a candidatura de George, eu estava afastada da Administração Central há oito anos, ele sempre dizia “vou precisar que você me ajude, você vai me ajudar” e era uma coisa que ficava subentendida, sem precisar de resposta. Na minha cabeça, essa ajuda seria na PROACAD e não me lembro de quando e como foi a primeira vez que ele falou na Vice-Reitoria. Quando foi ficando mais concreta a perspectiva de ganharmos a eleição, era comum falarmos em nosso grupo disso ou daquilo que precisava ser feito e, com ele Reitor, íamos fazer;

pode ser que numa dessas ocasiões eu tenha mencionado algum assunto da PROACAD e ele tenha dito: "mas eu preciso de você na Vice-Reitoria, você vai ser a vice-reitora". Tudo bem, com certeza não me perguntou: "aceita?", nem eu respondi: "aceito". Quando ele assumiu, Lapenda continuou vice-reitor, até o término de seu mandato, fiquei na PROACAD, tendo como meu Adjunto o próximo Pró-Reitor, já acertado – Alfredo Soares, que tenho hoje como mais um filho querido... Na época oportuna realizou-se a eleição para vice-reitor, tudo conforme previsto, sem incidentes a registrar, e assumi a Vice-Reitoria no princípio de março de 84.

Evson Malaquias: *E, aí, o que marcou a sua Vice-Reitoria? Porque uma das coisas que poderia registrar, e devemos registrar, foi a primeira mulher vice-reitora, não é?*

Professora Maria Antonia: Se você quer dizer na UFPE, fui. Mas, por aí afora, pró-reitoras, vice-reitoras, reitoras... A própria Ester foi reitora da Universidade Mackenzie e, antes disso, a PUC de São Paulo teve uma grande reitora, Nadir Kfouri. Nas Federais...

Evson Malaquias: *Minas Gerais e Rio Grande do Sul, só.*

Professora Maria Antonia: Não, Goiás também. Aliás, a de Goiás, Maria do Rosário Cassimiro, foi a primeira, já era Reitora da UFG quando assumi a Vice-Reitoria e encontrei-a várias vezes em Brasília. Depois é que vieram Vanessa Guimarães, em Minas, e bem depois – a essas não conheci pessoalmente - não só a do Rio Grande do Sul, como uma outra em Minas e não sei se mais alguma em algum outro Estado.

Evson Malaquias: *Foram três reitoras só no Brasil todo desde a existência da ANDIFES. Fiz um levantamento, parece que são 15 presidentes, 3 mulheres, 12 homens, predominando ainda o mundo masculino.*

Professora Maria Antonia: É, mas esse número não é o de reitoras, é o das que foram Presidentes da ANDIFES. De qualquer forma, eu, de minha parte, nunca senti nenhuma discriminação...

Evson Malaquias: *Você nunca pensou nisso, não, que você era a primeira mulher na Federal de Pernambuco a assumir um cargo de ...*

Professora Maria Antonia: Ora, eu sabia que era; sabia quem tinham sido os vice-reitores anteriores, nenhum deles era mulher, logo eu era a primeira. Agora, "pensar nisso", parar para pensar, francamente, nunca parei...

Evson Malaquias: *E, aí, no Vice-Reitorado, que momento a senhora acha que chamou a atenção, sei lá, por problemas e ...?*

Professora Maria Antonia: Houve muitos momentos difíceis, problemas não faltavam, sobretudo nos primeiros anos, problemas de toda natureza, administrativos, financeiros, políticos. Mas se eu tiver de destacar um momento, o momento mais duro, duríssimo, foi o da greve de 1984 – primeiro ano do Reitorado de George e último da Ditadura Militar. Ester era a Ministra. Ela não era política, nunca tinha ocupado um cargo desses, não tinha contactos, não tinha cacife junto às áreas, sobretudo a econômica, das quais o MEC dependia vitalmente. Ou por imposição – que à época era comum – ou por esperar que ele lhe

facilitasse o trânsito naquelas áreas, seu Secretário Geral foi um coronel, que já o havia sido do ministro anterior, Ludwig, general da ativa. Foi uma lástima! Se tivesse posto na Secretaria Geral alguém como Edson Machado, por exemplo, teria tido condições de fazer uma gestão bem melhor... Mas veio a greve de 84. Para você ter idéia: contou-me uma Chefe de Departamento que todo fim de mês lhe vinham os funcionários mais humildes justificar suas faltas: "professora, ou eu pago o ônibus para vir trabalhar e não como, ou como e não tenho dinheiro para o ônibus". Além dessa reivindicação salarial, a greve era motivada pela falta de condições de trabalho – instalações deterioradas, equipamentos inexistentes, sucateamento generalizado...

Evson Malaquias: Foi dos servidores, estudantes?

Professora Maria Antonia: Servidores e professores-- os estudantes, de uns tempos para cá, andavam bastante frustrados, porque não dava para eles fazerem greve: os servidores e/ou professores faziam antes... (risos) Mas essa de 84 foi a mais grave: pela situação de desespero, quanto aos salários e quanto às condições de trabalho, que a motivou, e pelo tempo que durou – por volta de quatro meses! George tinha agendado uma série de contactos no exterior – convênios importantes que a Universidade veio a obter naquela época – e esteve fora grande parte desse tempo. Lá para o fim do primeiro mês, veio um grupo da ADUFEPE perguntar se íamos botar falta, eu disse que não, quem é que tinha falado nisso? Eles insistiram: "e se vier uma determinação?". "Se vier, então se pensa no que fazer, vocês podem todos pedir férias...". Lá pelo terceiro mês veio a determinação de informar quem estava em greve e quem não estava, para efeito de suspender o pagamento; não respondemos, mandaram me chamar, me deram uma folha com os cursos e os setores administrativos para eu informar o que estava funcionando e o que não estava.

Evson Malaquias: Quem foi que falou isso?

Professora Maria Antonia: Foi Freitas, chefe do setor financeiro da SESU, eu me dava muito com ele, gente fina, via-se o constrangimento dele. Quanto aos professores, era notório que nenhum curso estava funcionando; então informei: tem professor de férias, tem professor em licença de saúde, de gestante, tem professor cursando pós-graduação no exterior, vejam bem o que vão fazer. Quanto aos servidores, nas Unidades os diretores e vários professores continuavam a ir aos seus gabinetes, tinha que ter pelo menos quem abrisse as portas; então: greve "parcial"; nos outros órgãos, idem. Aliás, mesmo que em algum fosse "total", eles não tinham como saber quem eram os servidores nele lotados: como instrumento de discriminação entre grevista e não grevista, aquilo era de uma burrice completa (talvez proposital...). Mas era uma imposição violenta e, quando acabei de assinar, revidei: "suspendam o pagamento, Tancredo vem aí e manda pagar tudo de volta!" (risos). Não suspenderam. Em vez disso, fomos convocados para uma reunião no gabinete da Ministra, ela comunicou que tinha obtido um aumento salarial para o pessoal das IES federais, não era tanto quanto estava sendo reivindicado, mas ficava próximo e era o máximo possível, que voltássemos e levássemos a notícia, a fim de que a greve acabasse. Uns dois ou três lembramos que a greve tinha outras reivindicações, falei em particular do projeto que tínhamos no MEC, para recuperação da Área

III, onde a cada nova chuva forte, tínhamos de desativar mais uma sala (não eram goiteiras, eram chuveiros: você podia tomar banho no meio da sala, com sabão e tudo...) e ela assegurou que iam ser atendidos. Voltei, reuni na sala do Conselho, os Diretores e os Chefes de Departamentos, transmiti-lhes essas informações e a minha avaliação de que a greve tinha chegado ao fim da linha, não havendo perspectiva de novos ganhos, e pedi-lhes que as levassem aos seus professores.

Não estou segura, mas parece-me lembrar que, a essa altura, os servidores votaram por acabar a greve. Os professores, aqui e no resto do País, por mantê-la.

Foi então que o Coronel ...Pamplona?, não, esse foi antes... enfim, o Secretário Geral convenceu a Ministra a fazer declarar a ilegalidade da greve. O Conselho dos Reitores convocou uma reunião, na qual ele veio explicar o sentido dessa medida, ato do Poder Judiciário, e suas consequências, previstas em Lei: não mais a suspensão do pagamento, mas a demissão do servidor que permanecesse em greve. Pelo que os reitores estavam agora obrigados a demitir os grevistas, em cumprimento da Lei que assim ordena. E concluiu: "agora eu quero ouvir os senhores". Foi ouvindo, na ordem em que se seguiam, naquela grande mesa em U do CRUB. O primeiro disse: "estou perto de me aposentar, não posso me arriscar: essa ordem vou ter de cumprir"; e os outros se foram sucedendo, no mesmo diapasão. Eu estava logo no princípio da segunda metade, pouco antes de mim estava o Reitor da UFMG e pensei: "Zé Henrique vai acabar com essa festa", mas ele deu uma de "mineiro": "é um fato novo, vou ter de avaliar com meus assessores". Quando chegou a minha vez, eu já estava com a minha "fala" organizada e saiu fluente: "o Reitor está fora, mas eu falo por ele, porque ele pensa o mesmo. Quando assumimos a Reitoria, há um ano, encontramos uma Universidade dividida e nossa primeira proposta é que possam vir todos a se reconhecerem uns aos outros como membros de uma mesma comunidade. Se demitirmos grevistas, essa proposta fica prejudicada. Então, não sei se os nossos professores e servidores vão continuar em greve, é mais provável que não, mas eles é que vão decidir. E enquanto não decidirem, nós não vamos demitir ninguém. Se o Ministério quiser que sejam demitidos, vai ter que nos afastar e pôr lá um interventor que faça isso....". Depois disso, continuou como antes até que, lá no fim, um dos últimos, o jovem Reitor de Santa Catarina, Rodolfo Pinto da Luz, assumiu a mesma posição que eu.

"o Reitor está fora, mas eu falo por ele, porque ele pensa o mesmo. Quando assumimos a Reitoria, há um ano, encontramos uma Universidade dividida e nossa primeira proposta é que possam vir todos a se reconhecerem uns aos outros como membros de uma mesma comunidade. Se demitirmos grevistas, essa proposta fica prejudicada. Então, não sei se os nossos professores e servidores vão continuar em greve, é mais provável que não, mas eles é que vão decidir. E enquanto não decidirem, nós não vamos demitir ninguém. Se o Ministério quiser que sejam demitidos, vai ter que nos afastar e pôr lá um interventor que faça isso...."

Ouvidos todos, o coronel retomou a palavra dizendo que era interesse de todos, e da Ministra em primeiro lugar, que as demissões não se tornassem necessárias. Isto é, que, declarada a ilegalidade da greve, os professores e servidores decidissem encerrá-la. Propôs então que os reitores redigissem um documento, endereçado à comunidade acadêmica, no qual manifestassem sua posição em favor dessa decisão e as razões que a justificavam e recomendavam. Aceita a proposta, ficou acertado voltar-se à tarde, vindo também o titular da SESU assessorar-nos nessa redação.

À tarde, as coisas não foram fáceis. Aquele titular era Edson Machado, amigo meu de longa data. Ele, naturalmente, sabia de antemão do documento que ia ser sugerido aos reitores e já tinha em mente as linhas gerais de sua redação. Entre elas figurava, como razão a justificar/recomendar o encerramento da greve, a garantia, dada pelo MEC, de atendimento às reivindicações referentes à recuperação e/ou melhoria de instalações e equipamentos. Acontece que eu vinha de ter um entrevero com o coronel aquele, justamente a respeito do nosso projeto de recuperação da Área III, ocasião em que, resumido em termos curtos e grossos, ele declarara: “se a Ministra garantiu, não sabia o que estava dizendo, não conte com isso, não tem recursos, não vai ser atendido”. Edson, pois, veio, colheu opiniões e sugestões dos reitores presentes, redigiu com alguns deles o documento proposto e trouxe-o para aprovação de todos. Terminada a leitura, eu disse: “isso aí, como está, eu não posso assinar”. Relatei o episódio acima e concluí: “se o coronel me diz que, apesar da garantia da Ministra, não vai recuperar a desgraceira da nossa Área III, como é que eu posso dizer que acabem a greve porque o MEC garantiu as recuperações necessárias?” Edson ainda tentou umas duas ou três reformulações, a que eu não objetasse, mas eu, com a Área III atravessada na garganta, a cada uma respondia: “não confio, Edson, então não posso dizer que confio e não posso dizer a eles que confiem”. A certa altura, imagino que já no limite da paciência, ele disse: “você tem que se lembrar de que foi a Ministra que a nomeou”. E eu: “sem dúvida, mas a Ministra me nomeou Vice-Reitora porque o Conselho Universitário me elegeu Vice-Reitora, e ela sabe e aprova que a minha primeira lealdade é com a Universidade, e não com ela”. O impasse só se resolveu quando, já anoitecendo, tive finalmente o bom senso de sair e deixá-los concluir aquele documento, com cujo propósito todos concordávamos.

Só para arrematar: no dia seguinte, fui almoçar com a Ministra (risos) e fiquei sabendo que o coronel já lhe apresentara relatório completo, concluindo por preveni-la de que eu apoiava a greve e seu prosseguimento, não sendo, pois, elemento com quem se pudesse contar para o retorno da UFPE a normal funcionamento... (risos) Por outro lado, ficara ela sabendo (provavelmente por Edson) da freada dada pelo coronel no nosso projeto da Área III e comentou-a, concluindo: “não se preocupe, ele vai ser atendido com prioridade”. E foi.

Evson Malaquias: E os militares, ainda mandavam?

Professora Maria Antonia: Veja, como eu disse há pouco, já se estava no último ano do Governo Militar, a situação não era a mesma de há oito anos atrás. Ora, Figueiredo já não tinha dito: “vou fazer a abertura e, quem se opuser, eu prendo e arrebento”?... (risos) Mas, antes dele, Geisel já tinha pensado e por algum tempo pretendido “fazer a abertura”.

Sei disto porque, não lembro exatamente em que ano, no primeiro ou segundo do governo Geisel, fui chamada ao MEC, levada a uma sala de reuniões, num grupo de umas oito pessoas, na maioria minhas conhecidas. Veio o Ministro Ney Braga e disse: “esta reunião que estamos tendo está acontecendo em todos os Ministérios civis. O presidente quer iniciar um processo de abertura que leve à sua sucessão por um presidente civil, eleito democraticamente. Como passo preparatório, ele pediu que cada ministro identifique, em sua área, as leis, decretos, etc. que não são compatíveis com esse projeto e proponha as alterações ou revogações que devam ser feitas. Aqui no MEC, temos de logo a revogação do D.L. nº 477, mas pode haver outros dispositivos de outras leis que também devam ser revistos. Este é o trabalho, por enquanto sigiloso, que estou entregando a vocês”. Como se sabe, os “passos” que se seguiram menos confirmam do que contraditam esse projeto, mas que naquele momento ele de fato existiu, disso não posso ter nenhuma dúvida. Mas isso é um parêntese. Voltando à diversidade de situação, naquele meu primeiro ano de Vice-Reitorado, o que vem ao caso é que nos últimos dias do governo Geisel (há quatro anos, portanto) revogados haviam sido, em bloco, todos os Atos Institucionais, Figueiredo já emitira aquela sua antológica declaração e muito em breve as “diretas já!” estavam nas ruas. Respondendo então à sua pergunta, ocorrem-me dois casos que ilustram como esses novos “sinais dos tempos” se refletiram, ou não se refletiram, na prática autoritária do Governo Militar.

Todas as 4^{as} feiras ocorria regularmente, no saguão do Centro de Artes, um evento cultural – recital de música, leitura de poesias, palestra, exibição de slides ou filmes. Promovido por professores e estudantes do Centro e atraindo um bom público dos demais Centros, essas “tardes da 4^a” (ou outro nome parecido) eram valiosa manifestação de espírito e vivência universitários. Um belo dia, estando eu no exercício da Reitoria, telefonei a diretora do Centro, Cléa Dubeux Pimentel, dizendo que naquela 4^a ia ser projetado um filme cuja exibição havia sido proibida pelo Governo. A proibição era recente e ruidosamente notória (quem for da época se lembra: um filme francês, *Je vous sauve, Marie*) e aquela exibição, precedida de ampla divulgação, era um claro desafio. Cléa já tomara a posição de não interferir, mas vinha me avisar, temerosa de que algum contingente militar aparecesse por lá para impedir a exibição. Dei-lhe meu apoio e disse-lhe que, se aparecessem, tentasse evitar que entrassem no prédio, dizendo-lhes que viessem falar comigo na Reitoria. Uma ou duas horas depois, apresenta-se um coronel indagando se eu sabia do que ia haver no Centro de Artes e o que ia fazer a respeito. Respondi-lhe que estava informada e não ia fazer nada. Insistiu e passei a fazer-lhe uma preleção sobre o que eram as “tardes da 4^a” e a diferença entre elas e a exibição de filmes em recintos comerciais; e sobre o que é uma Universidade, como nela eventos culturais dessa natureza têm de ter livre curso e como a mim me incumbia cuidar de que o tivessem. Ele ouviu com impaciência e ao fim retornou: “mas a Universidade tem de obedecer à Lei, esse filme foi proibido, a senhora não pode permitir que seja exibido”. Imagine só: um coronel da 2^a Seção invocando o império da Lei!... (risos) Mas era uma boa “deixa” e respondi: “Coronel, eu não vou fazer nada porque, como lhe expliquei, numa Universidade essas coisas não podem ser proibidas. Mas, felizmente, nisso a lei concorda comigo: essa lei que autoriza a censura trata apenas da exibição de filmes em

cinemas (na verdade eu não tinha ido olhar a lei, mas depois fui e era mesmo, cinemas e televisão), pelo que qualquer proibição que nela se funde a esses se limita. Então, podemos ficar tranquilos, o senhor e eu, de que a exibição desse filme nesta “tarde da 4ª” do Centro de Artes não contraria nenhuma lei.” Não havia muito mais a dizer, ele saiu, visivelmente contrariado, mas se absteve de qualquer ulterior medida. No fim da tarde, Cléa me ligou dando notícias e comentou: “mas parece que o filme é muito chato, ou a cópia muito ruim, porque o pessoal foi saindo pelo meio...” (risos)

Afora esse episódio, no decorrer daquele ano não me consta ter havido nenhuma outra manifestação/intromissão do Órgão de Segurança local nos assuntos da Universidade. Não sei mesmo se ainda existia a tal Assessoria a que atrás me referi, não me lembro de tê-la ouvido mencionada. Mas, com ela ou sem ela, não tivemos mais, por parte da 2ª Seção, as anteriores requisições de informações, recados sigilosos, nem, em particular, qualquer tipo de interferência na admissão de professores. Entretanto, lá pelo meio do segundo semestre, chega-nos um expediente de um órgão central, em Brasília – não me lembro do nome, nem se era órgão do SNI ou diretamente ligado à Presidência – determinando que nenhuma matéria de qualquer natureza podia ser publicada pela Universidade sem antes ser submetida ao dito órgão para exame e liberação. Pois é, isso já avançado o ano de 1984!... O documento era-nos encaminhado pelo MEC, ao qual havia sido remetido para distribuição às unidades de sua jurisdição. George estava fora, não achei necessário esperar por ele. Mandei um ofício à ministra, em termos formais (“levo à atenção de Vossa Excelência o documento em anexo...”), dizendo que, como com certeza ela também entendia, aquela sandice não podia endereçar-se às Universidades e que dela não íamos tomar conhecimento para nenhum efeito. Mais tarde ouvi dizer que ela deu uma bronca no gabinete porque aquilo tinha saído de lá à sua revelia (daquele Secretário Geral, não duvido de nada...).

Aqui dentro, foram os últimos atos do Governo Militar. E o que vale é que ... Você conhece “O Livro Negro da USP”?

Evson Malaquias: Conheço não.

Professora Maria Antonia: É um relato consternador das perseguições, das violências que sofreram professores, estudantes, servidores da USP, na época da Ditadura, vindas de membros da própria Universidade, de suas autoridades, de seus Conselhos: professores cassados por decisão do Conselho Universitário, outros que tiveram de se afastar e deixar o País, por estarem na iminência de o serem, ou por, dentro da Universidade, sofrerem pressões que lhes retiravam condições de trabalho. Delações, oficiais ou oficiais, encaminhadas aos Órgãos de Segurança. Inquéritos conduzidos dentro dela e por ela,

“O fato certo, porém, que um tal Livro, que se escreva sobre a UFPE, há de registrar, é que, antes ou depois da edição do D.L. nº 477/68, desde o princípio até o fim do Regime Militar, nenhum professor, estudante, servidor da UFPE foi dela desligado por ato de alguma autoridade da Universidade.”

concluindo com a aplicação a seus estudantes das penalidades do D.L. nº 477/68.

Da Universidade Federal de Pernambuco nunca vai ser escrito nenhum “livro negro”. Aqui foram, na primeira hora, presos e/ou “cassados” professores, estudantes e servidores. Mas nenhuma voz da Universidade se ouviu, que se tivesse juntado à de Gilberto Freyre para pedir a cassação de João Alfredo; ou que propusesse ou aplaudisse a de Paulo Freire, de Newton Maia, Amaro Quintas, Antonio Baltar, Pelópidas Silveira, Arnaldo Marques, ou de qualquer outro; ou a prisão de Naide Teodósio, de Anita Paes Barreto, de Jomard Muniz e de tantos mais, professores ou estudantes que lá estiveram, na Rua da Aurora ou nos vários quartéis do Exército.

Se desta Universidade algum “Livro” se escrever, ele começará com aquela atitude emblemática do Conselho Universitário, ao receber a renúncia imposta ao Reitor. A ela acrescentará a recusa do novo Reitor de, perante os órgãos militares, identificar estudantes culpados. E completará esse quadro inicial com a Comissão de Inquérito Policial-Militar, composta pelos professores Everardo Luna, de Direito Penal, e Alberto Cavalcanti de Figueiredo, da Escola de Química, e por um coronel do Exército, instalada na Reitoria para apurar os “crimes de subversão” cometidos por pessoal da Universidade. Relatará como Everardo abriu-lhe os trabalhos com a Constituição na mão, declarando que, neles, aquela Comissão se pautaria pelo princípio de que “não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal”. E como, em consequência, a Comissão concluiu pela desqualificação e arquivamento de todas as acusações.

Daí por diante, contra a Universidade, contra membros de sua comunidade foram praticados novos atos de violência e arbítrio – “cassações”, não me lembro de que tenha havido, para além daquelas iniciais, mas prisões, com certeza, pelo menos de estudantes. E quanto a estes, há casos isolados de um ou outro diretor que, por suas tendências e conhecidas ligações com os Órgãos de Segurança, acredito que tenha apoiado essas violências ou mesmo para elas contribuído. O fato certo, porém, que um tal Livro, que se escreva sobre a UFPE, há de registrar, é que, antes ou depois da edição do D.L. nº 477/68, desde o princípio até o fim do Regime Militar, nenhum professor, estudante, servidor da UFPE foi dela desligado por ato de alguma autoridade da Universidade.

A rigor, isso não é mais do que se poderia ou deveria esperar e não seria um feito a registrar - a não ser por contraposição à postura assumida na USP, na UFRJ e, possivelmente, em alguma(s) outra(s), de que não tenho ciência certa. Acresce, porém, que, em comparação com a onda de cassações lá ocorridas, as que aqui ocorreram foram em número notavelmente moderado. Ao lado disso, há os que, surpreendentemente, não foram cassados. Paulo Freire não estava sozinho no SEC e, além do SEC, havia a revista e havia o MCP, e, em cada um desses, na mira dos militares perigosos focos de subversão, havia, em evidência, professores da UFPE. Eu poderia citar, assim de entrada, uma meia dúzia deles, para cada um dos quais, com igual ou menor “razão”, na USP e na UFRJ dois ou três foram cassados – e, aliás, aqui, com menor “razão” o foram Newton Maia e Amaro Quintas. E sei bem - porque pelo menos de um deles, meu amigo, vi de perto – como a eles próprios pesava a apreensiva expectativa de “ser o próximo”. No entanto, permaneceram em suas Unidades, ou, se presos, a elas foram devolvidos, ilesos.

Essas coisas não acontecem por acaso - tanto mais em Pernambuco, um dos três Estados em que sabidamente a repressão foi mais violenta. Delas emerge a imagem de uma Universidade que não só se recusou a ela própria praticar contra os seus esses atos de violência, como se empenhou em deles desviar os que, de fora, previsivelmente viriam. Passados os primeiros anos, esses, mais extremos e flagrantes – cassações, desligamentos, prisões – foram se tornando ameaça menos presente. Outras formas de pressão e repressão subsistiram, e a Universidade, nas Administrações em que a servi, desenvolveu “estratégias” de, na medida em que a isso oferecessem brecha, desviá-las, contorná-las ou esvaziá-las. Não tivemos o campus invadido por pelotões do Exército e nenhum estudante foi retirado, preso, do recinto escolar. Vários deles fizeram as provas e exercícios escolares, levados por Theophilo aos quartéis em que estavam presos. EPB teve frustrados seus propósitos de doutrinação ideológica. A nenhum docente faltou o “atestado de ideologia”, que condicionava a licença para afastamento no exterior. São coisas que hoje soam estranhas e pequenas, mas à época eram as pontuais vitórias possíveis, algumas demandando coragem, outras apenas inventividade. E essas últimas às vezes tinham o sabor de piadas, e nos divertíamos comentando-as entre nós...

Para terminar com uma nota amena, exemplifico com a que me foi contada por Luciano Gomes de Melo, saudoso amigo meu, sobre Comissão de Inquérito de que participou. Certo dia as paredes da Faculdade de Direito amanheceram grafitadas com slogans contra o Governo. Os militares (ali defronte...) reclamaram a apuração e, aberto o inquérito, o jovem autor (ou um dos) do feito, ao que se vê dele orgulhoso, assumiu-lhe a autoria. Nesse aperto - vigente o D.L. nº 477/68, com sua única draconiana penalidade – a Comissão queimou as pestanas e encontrou a saída: enquadrou o ato como vandalismo, concluindo pela aplicação da pena disciplinar de uns 20/30 dias de suspensão, por ter “sujado as paredes da Faculdade” – acometidos todos de amnésia quanto ao conteúdo da “sujeira”...

“Talvez não seja fácil, hoje, perceber como e em que a estrutura departamental foi uma inovação, seu sentido e seu alcance. A definição do departamento como a reunião de “disciplinas afins” diz respeito primariamente à forma em que o saber, ou os saberes, se organiza(m), como objeto de conhecimento, de investigação, de transmissão.”

Evson Malaquias: A senhora participou dos Reitorados de Murilo Guimarães e de Marcionilo Lins. Como analisa essas gestões, do ponto de vista administrativo, organizacional e pedagógico?

Professora Maria Antonia: Eram duas personalidades muito diferentes, que tinham em comum que, para ambos, ser Reitor era, mais do que uma honra, um ônus, um compromisso de serviço, de em tudo buscar e promover o que fosse melhor para a Universidade. Da personalidade de Dr Murilo, os episódios que relatei já deram idéia suficiente. Se eu tivesse de resumir em poucas palavras a diferença entre as duas, Dr. Murilo era mais cérebro, Marcionilo coração. Para Dr. Murilo, a Universidade era um valor pelo qual, ele, como Reitor, tinha de zelar. Para Marcionilo, a UFPE era uma paixão – Sá Barreto chamou-a de

“amor místico”. Reitor ou não reitor, era a escolha de vida que ele tinha feito há muitos anos e que viveu até o fim. Terminado o mandato, voltou para o seu laboratório; depois de aposentado, lá continuou, e quando deixou de ir, acompanhava em casa o que se passava com a UFPE, vibrando com ela e por ela (lembro-me de telefonemas seus, alegrando-se com alguma boa notícia ou zangado com algum ataque que lhe estivessem fazendo...).

Posto isso, do Reitorado de Dr. Murilo só comecei a participar, ainda não de dentro, porém mais de perto, no início de 69, como representante da Faculdade de Educação no CCEP. A este período, o Reitorado de Marcionilo deu continuidade, de modo que, embora com aquelas diferenças de estilo pessoal, os dois podem ser analisados em conjunto. Antes disso, porém, não posso deixar de referir-me à primeira grande contribuição do Reitorado de Dr. Murilo, que foi, já em fins de 1964, a aprovação do Regimento Geral da, então ainda, Universidade do Recife. Dele, à época, tive conhecimento quando remetido o projeto para apreciação à Congregação da FAFIPE. Trata-se de uma peça extraordinariamente bem feita, em muitos aspectos precursora de idéias que depois vieram a ser consagradas, cujo coordenador e principal autor foi, ao que me lembro, o prof. Gilberto Osorio de Andrade.

Passando ao período do qual participei, do ponto de vista organizacional, tanto essa última fase do Reitorado de Dr. Murilo como os quatro anos do de Marcionilo tiveram como tônica as mudanças estruturais correspondentes à Reforma Universitária. Conforme já referido, numa primeira etapa foi introduzida a estrutura departamental das Unidades universitárias e procedidas as consequentes redistribuições de disciplinas e relotações de pessoal docente; igualmente foi definido o agrupamento dessas Unidades, algumas delas resultantes de desdobramento ou fusão das anteriores, nos dois Sistemas, de Ensino e Pesquisa Básicos e de Ensino Profissional e Pesquisa Aplicada. Previstas essas inovações no D.L. nº 252, de fevereiro de 1967, o fato de que o Estatuto que as incorporou só veio a ser aprovado em outubro de 68 indica o prudente, cuidadoso processo de reflexão, discussão, negociação, a que o Reitor as submeteu, dando tempo a que as novas idéias fossem assimiladas e amadurecidas, as resistências superadas, contornadas ou minimizadas. Quando comecei a participar do CCEP (recém-criado por aquele Estatuto de 1968), a tarefa imediata era a elaboração do novo Regimento Geral. Tratava-se de regulamentar, no plano operacional, essas e outras inovações trazidas pela Reforma, das quais não se tinha ainda experiência, e o processo foi conduzido com a mesma prudência: discussões iniciais, coordenadas por Sucupira; anteprojeto encaminhado às Unidades para apreciação e propostas de alterações; discussão nas Câmaras e Plenários dos dois Conselhos, cada um em sua área, sendo o texto final aprovado em meados de 1970. Com este, encerrou-se essa primeira etapa, conduzida por Dr. Murilo.

“Só, porém, em 1974 o anteprojeto do novo Estatuto, que definiu os nove atuais Centros, foi encaminhado às Unidades e, depois, aos Conselhos, vindo a ser aprovado em setembro daquele ano. Embora nele prevista a instalação “gradual” desses Centros, se bem me lembro, foram instalados, todos eles, sem maior demora.”

Como se vê, havia sido mantido o mesmo anterior modelo institucional – Faculdades, Escolas, Institutos - e não me lembro de que já então se previsse uma segunda etapa, em que essas 21 Unidades fossem absorvidas em outras maiores, correspondentes a grandes áreas de conhecimento; creio mais que essa idéia começou a ser considerada ao longo do primeiro ano do Reitorado de Marcionilo. Só, porém, em 1974 o anteprojeto do novo Estatuto, que definiu os nove atuais Centros, foi encaminhado às Unidades e, depois, aos Conselhos, vindo a ser aprovado em setembro daquele ano. Embora nele prevista a instalação “gradual” desses Centros, se bem me lembro, foram instalados, todos eles, sem maior demora. Simultaneamente, começou-se a cuidar da revisão do Regimento Geral, cujo novo texto, observados os mesmos procedimentos acima, foi aprovado pelo Conselho Universitário ao fim do mandato de Marcionilo, em agosto de 75.

Talvez não seja fácil, hoje, perceber como e em que a estrutura departamental foi uma inovação, seu sentido e seu alcance. A definição do departamento como a reunião de “disciplinas afins” diz respeito primariamente à forma em que o saber, ou os saberes, se organiza(m), como objeto de conhecimento, de investigação, de transmissão. Adotar esses “campos de conhecimento” como unidades básicas de sua estrutura organizacional, passar a organizar-se ao modo em que o saber neles se organiza representa, por parte da Universidade, não digo uma nova concepção, mas, e decerto, a afirmação de uma acrescida consciência de sua própria identidade, traduzida numa consequente nova forma de praticá-la. Em termos concretos: a) a Universidade passa a organizar-se em departamentos; b) cada um dos quais existe e se define em razão e em função de um campo de conhecimento e das atividades que o tenham por objeto; c) a ele incumbindo o desenvolvimento dessas atividades; d) e a ele pertencendo os docentes que as exercem.

“Em fins de 73, fui designada membro da COMCRETIDE e lá fiquei sabendo que a nossa COPERTIDE era tida como “modelar”, sendo, inclusive a única, em todo o País, que não tinha saldos não utilizados a devolver no fim de cada ano...”

Essas novas definições tornaram superadas a concepção e a prática das anteriores Unidades – Faculdades e Escolas, de um lado, Institutos, de outro. Quanto às primeiras, organizadas em função dos cursos ministrados, cada uma delas respondia por todas as matérias do seu curso, nela estando lotados os respectivos professores (havia, por exemplo, Matemática e professores de matemática em cinco ou seis das onze Faculdades e Escolas, além dos do Instituto de Matemática. Note que este é o modelo típico das Escolas Isoladas, autos-suficientes e estanques, que todas elas originariamente haviam sido). Reorganizadas em função dos campos de conhecimento próprios a cada uma, as disciplinas a estes alheias e seus professores foram relotados nos departamentos a elas correspondentes, passando estes a fornecê-las aos cursos de qualquer Unidade que as demandasse. Mais substancial, contudo, e de incomparável maior alcance foi a superação da anterior dicotomia entre os dois conjuntos de Unidades, fundada na natureza diversa da atividade – ensino ou pesquisa – atribuída a cada um deles: de um lado, as Faculdades e Escolas, às quais incumbia o ensino, admitindo-se-lhes “a pesquisa para fins didáticos”;

de outro lado, os Institutos Centrais, “precipuamente incumbidos”, dizia o Estatuto, “da investigação científica e pesquisa em geral”, acrescentando, em §, “o ministério de cursos de pós-graduação e de extensão”, e, ao lado deles, os Institutos Especializados, “cujos planos de trabalho sejam incompatíveis (sic) com as limitações de matérias do ensino superior ou com imposições de ordem curricular”. Duplicadas, nesses Institutos, áreas de conhecimento já correspondentes a Escolas e Faculdades (entre outras, todas as da FAFIPE, com exceção da de Educação), com eles a Universidade expressamente se organizava para desenvolver separadamente, naquelas, o ensino, nestes últimos, a pesquisa. Como atrás mencionei, a criação dos primeiros desses Institutos, em meados da década de 50, foi um marco histórico no desenvolvimento institucional da Universidade, e é de ter-se que este fosse, à época, o modelo apto para viabilizar e firmar a institucionalização, dentro dela, da pesquisa sistematizada. Mas o ponto crucial da Reforma era exatamente a reunião numa mesma unidade de todas as atividades desenvolvidas na área a ela correspondente. Tratava-se, então, não mais apenas de redistribuição de disciplinas e seus docentes, mas de fusão daquelas anteriores unidades que entre si se duplicavam. Essa reestruturação afetou em particular a FAFIPE, da qual foi desmembrada a nova Faculdade de Educação, sendo seus demais setores fundidos nos anteriores correspondentes Institutos. Inversamente, dois Institutos foram absorvidos nas Escolas de Belas Artes e de Química. Estas e as demais Faculdades e Escolas – acrescidas, por desdobramento, da de Administração – reestruturaram-se internamente em departamentos, mantendo, porém, na Reforma de 68, sua mesma anterior identidade e denominação. Ao lado dessas resultantes oito Unidades do Sistema Básico e dez do Profissional, ambos definidos como “de Ensino e Pesquisa”, a Reforma de 68 manteve ainda três dos Institutos Especializados (convenientemente redefinidas suas relações com o “ensino”...). Só num último passo, em 1975, vieram essas 21 Faculdades, Escolas e Institutos, ou, mais exatamente, seus Departamentos, a ser reunidos em Unidades mais amplas, os atuais Centros. Para esse efeito, a estrutura departamental dessas anteriores Unidades foi revista e em vários casos redefinida. Assim, por exemplo, no Centro de Ciências Exatas, a Física, a Matemática, a Química passaram a constituir cada uma delas um só Departamento, resultante da fusão dos em que aqueles anteriores Institutos se subdividiam. No Centro das Ciências da Saúde, os mais de dez departamentos da Medicina foram reorganizados em sete, a Odontologia trouxe os seus dois, Farmácia e Enfermagem são, cada uma, um só. Na oportunidade, dois anteriores Órgãos Suplementares, que nesta direção haviam evoluído, foram transformados em Departamentos dos novos Centros (Energia Nuclear e Oceanografia). Notei acima que, ao estruturar-se em departamentos, a Universidade passava a organizar-se ao modo em que o saber se organiza. Pois, da mesma forma, aqui, a ampliação do campo definidor de cada departamento e, sobretudo, da grande área definidora das Unidades, em que eles se reúnem, responde a um estado de desenvolvimento do conhecimento em que as fronteiras entre as disciplinas e as “ciências” se tornam cada vez mais permeáveis, problemas e soluções cada vez mais interdisciplinares.

Também acima referi que a adoção dessa estrutura representava uma nova, acrescida, mais clara consciência da identidade da Universidade, a traduzir-se em uma nova forma

de praticá-la. Quanto aos professores, a definição do Departamento como seu “lugar” na Universidade privilegiava a identificação de cada um deles com seu campo de saber e, dentro de cada campo, a con-vivência, a inter-ação entre os que o têm em comum. Simultânea e expressamente, essa prática que a estrutura departamental privilegiava, a ser exercida no Departamento, era a da con-vivência e inter-ação entre o ensino e a pesquisa. Reivindicada há vários anos pela comunidade acadêmica a estruturação em departamentos, na UFPE, essa prática universitária a ela correspondente já vinha sendo, em parte, a de setores ou grupos diferenciados, particularmente os ligados à pesquisa e à pós-graduação (digo “em parte” porque conviverem/interagirem com o ensino de graduação e com os “não pesquisadores” que o carregam não lhes era habitual...). Para a substancial maior parte do corpo docente, porém, a distância era grande, primeiro entre essa nova prática departamental e a que até agora deles se requeria (que fossem lá dar suas aulas...), e, segundo, entre suas vigentes condições de trabalho e as que essa prática pressupõe – desde um lugar físico onde ficar, a tempo disponível para lá ficar, e ao que nesse tempo fazer de proveitoso. Desse modo, a adoção dessa estrutura e a instalação dos departamentos representavam uma inovação menos pelo que, com eles, a Universidade passava a ser e, sim e mais, pelo que, com eles, ela se propunha a ser. Não era uma coisa feita (como, por exemplo, na adoção do regime de créditos), era uma coisa por fazer; e era uma proposta e um propósito de fazê-la tornar-se realidade.

Decerto, nessa “empreitada” os agentes necessários, insubstituíveis, seriam os próprios professores, ao que adiante voltarei. À Administração, contudo, incumbia providenciar condições que a viabilizassem. Quanto a espaço físico, tratava-se, em resumo, de proceder a adaptações dos já existentes nos prédios do campus e/ou, mais comumente, equipá-los (na Faculdade de Direito, única que não viria a se transferir para o campus, foram feitas adaptações, mas não me recordo se já nessa época). Mas, como parte dessa necessária “infraestrutura”, a grande prioridade, no Reitorado de Dr. Murilo e, sobretudo, no de Marcionilo, concentrou-se na expansão dos regimes de trabalho do Corpo Docente, condição fundamental para o desenvolvimento institucional da Universidade, em qualquer de seus aspectos. Tenho notícia de que, em 1967/68, foram obtidas “bolsas de complementação”, mediante convênios com o CNPQ e com a SUDENE, mas eram elas em número e escopo muito limitado. O verdadeiro marco inicial dessa expansão foi o Programa de Regimes Especiais de Trabalho, instituído em fevereiro de 1969, a que já me referi. Na UFPE, a prioridade dada a esse Programa manifestou-se desde o início, na instalação da COPERTIDE, em local adequado e com suporte administrativo de primeira qualidade (a que também já me referi), e na escolha de seus membros pelos Conselhos Superiores (Aloysio Bezerra Coutinho, Nelson Chaves...). A partir de 72, tínhamos aperfeiçoados mecanismos ágeis que nos permitiam aproveitar integralmente os recursos

“É de notar que, nelas, a Universidade não se limitou a “ir a reboque da lei”, simplesmente executando o que esta mandava. Assim, por exemplo, a realização dos Vestibulares por área e sob a responsabilidade de uma Comissão Central foi prevista naquele Regimento Geral da Universidade do Recife, aprovado ao final de 1964...”

recebidos. Ao mesmo tempo passamos a adotar uma postura mais agressiva, junto à COMCRETIDE (órgão central de coordenação do Programa), na postulação, a cada ano, do aumento da nossa cota de regimes especiais. Mais adiante, descobri que na nossa verba orçamentária de Pessoal sobrava sempre um saldo que era devolvido ao fim do ano; propus a Marcionilo que o usássemos para mais alguns regimes especiais, e ele concordou. Em fins de 73, fui designada membro da COMCRETIDE e lá fiquei sabendo que a nossa COPERTIDE era tida como “modelar”, sendo, inclusive a única, em todo o País, que não tinha saldos não utilizados a devolver no fim de cada ano... E, naturalmente, vali-me dessa posição e desse prestígio para obter maior incremento na nossa próxima cota... Tínhamos cerca de 20% do professorado em “regime especial”, quando finalmente, em dezembro de 74, veio a Lei nº 6.182/74, que institucionalizou o regime de 20h. como regime básico do pessoal docente e previu os de 40h. e DE, a serem concedidos mediante os então chamados “incentivos funcionais”. A prioridade passou, então, a ser o aumento numérico desses últimos, que continuava a depender de recursos adicionais a serem “cavados” cada ano. Extinta a COPERTIDE, em 1975 essa tarefa foi assumida pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), criada na gestão de Dr. Murilo e reforçada na de Marcionilo, que já vinha coordenando a distribuição de novas vagas de magistério.

Mas a generalização do regime de 20 h. já dava as condições básicas para o funcionamento dos departamentos, permitindo que o sentido e o propósito dessa nova estrutura organizacional passassem a ser assimilados pelo corpo acadêmico em geral e, em alguma efetiva medida, a refletir-se na prática universitária comum. Em suma: introduzida no primeiro desses Reitorados, ao término do segundo essa nova estrutura encontrava-se consolidada.

Não posso, entretanto, encerrar essa parte sem, pelo menos, alguma referência aos Órgãos Suplementares. Ao longo dos anos, vários diversos órgãos se sucederam, vagamente enquadrados nesta categoria: alguns, respondendo a interesses conjunturais, foram com eles extintos; outros, correspondendo a campos de saber incipientes, com o desenvolvimento desses campos foram absorvidos nos resultantes Departamentos. Apenas em 1968 o Estatuto veio finalmente a definir a posição e as funções desses Órgãos como órgãos de natureza técnica, sem lotação docente, a serviço das Unidades, para fins de ensino, pesquisa e assistência técnica. Dos seis atuais Órgãos, que correspondem, consolidados, a essa definição, dois – o H.C. e a Editora – datam dos primórdios da Universidade; metade de um terceiro – a Rádio Universitária – vem da gestão de João Alfredo. A outra metade e os três restantes foram criados no Reitorado de Dr. Murilo. São eles: a TVU (que, por decisão do Conselho Universitário, tem o seu nome), a Biblioteca Central, o Núcleo de Processamento de Dados e o Núcleo de Educação Física e Desportos. Como herança de uma gestão, esta enumeração dispensa adicionais comentários.

Passando ao desempenho daqueles dois Reitorados sob o ponto de vista pedagógico, tem-se, de logo, mais imediatamente visíveis, as modificações que, no contexto inovador da Reforma Universitária, foram introduzidas nos Cursos de Graduação. É de notar que, nelas, a Universidade não se limitou a “ir a reboque da lei”, simplesmente execu-

tando o que esta mandava. Assim, por exemplo, a realização dos Vestibulares por área e sob a responsabilidade de uma Comissão Central foi prevista naquele Regimento Geral da Universidade do Recife, aprovado ao final de 1964; aqui iniciada para o ingresso no ano letivo, não me recordo exatamente se de 68 ou já de 67, antecedeu de pelo menos um ano à Lei que a veio a determinar, sendo, entre as Universidades Federais, uma iniciativa pioneira da UFPE. Isso mostra que os problemas do Ensino de Graduação, a necessidade de revê-los e dar-lhes novas soluções já estavam no foco da atenção e do cuidado da Administração; e o fato adicional de que o coordenador daquele primeiro vestibular centralizado foi o prof. Marcionilo Lins indica que particularmente o estavam no daquele futuro Reitor. Também a substituição do regime seriado pelo de créditos era coisa de que não havia menção na lei; e também esse regime, sob o nome de “regime parcelado”, já se encontrava previsto, como uma alternativa de estruturação dos cursos, naquele mesmo acima citado Regimento Geral. A livre opção, finalmente feita por esse sistema, mais flexível (matrícula nas disciplinas, observados os pré e corréquisitos), levou em conta a diversidade de condições dos estudantes, em particular de grande número deles que trabalham, permitindo-lhes a elas adequar sua programação e ritmo de integralização curricular. Era, porém, uma coisa nova, para todos nós, e não queríamos que a nossa falta de experiência lhe prejudicasse a implantação. A PUC/RJ projetava-se, à época, como uma Universidade de vanguarda, por sua organização acadêmica, e, lá, Theophilo e eu - fraternalmente acolhidos pelo vice-reitor Acadêmico, Pe. Amaral Rosa - fomos colher subsídios e dicas, que nos foram de grande valia, sobre esse e outros pontos.

Mas a inovação de mais substancial sentido e efeito foi, sem dúvida, a reestruturação dos Cursos em Ciclos, mais particularmente a introdução daquele 1º Ciclo, comum a todos os cursos de uma mesma área. Já falamos bastante de sua organização e de seus propósitos, detendo-me agora apenas no que desses resultou, “do ponto de vista pedagógico”, isto é, de renovação do ensino, da formação oferecida ao estudante. Em termos de conteúdo do ensino, nas Áreas I (Ciências Humanas e Sociais) e IV (Artes e Comunicação), da identificação de disciplinas correspondentes a uma “formação básica comum” a todos os seus cursos resultou, para cada uma delas, um currículo substancialmente diverso dos da anterior 1ª série desses cursos; em 1973, com a reintrodução da pré-opção, esses currículos foram revistos, passando a conter, para cada curso, uma disciplina a ele direcionada. Na Área III, mantidas as mesmas disciplinas já antes existentes na maioria dos cursos, o currículo foi inovadoramente reorganizado em Unidades Curriculares, nas quais essas diversas disciplinas passaram a ter seu conteúdo desenvolvido integradamente. A par dessas inovações, na Área III, sobretudo na Histologia e na Anatomia, houve um “surto” de interesse pela melhoria do ensino, com, por exemplo, a produção de slides e lâminas, aquisição de projetores e a montagem dos cursos com utilização desses recursos; na Anatomia chegaram a experimentar com aulas em circuito fechado de televisão, mas esta não prosperou (desconfio que os dois “apresentadores” desanimaram quando viram que, embora ambos bastante “bem apessoados”, seu desempenho televisivo de amadores, em comparação com o dos artistas “globais”, os deixava irremediavelmente inferiorizados...). Nessa mesma linha, na Área II foi introduzido o “método Keller” no ensino da Física. Em ambas estas

Áreas, os laboratórios tiveram suas instalações e/ou equipamentos recuperados e/ou ampliados, de modo a permitirem o já mencionado “nivelamento por cima” das aulas práticas neles ministradas. E segundo depoimentos que ouvi e que me trouxeram, os professores, sentindo-se valorizados com a melhoria de suas condições de trabalho, sentiam-se também motivados a fazer que dessa melhoria de fato resultasse aquele nivelamento por cima.

Veja bem: afora a melhoria dos laboratórios, as demais ações acima resenhadas foram iniciativas dos Departamentos e professores diretamente envolvidos no magistério do 1º Ciclo; provavelmente, para elas contribuiu a ação catalisadora dos coordenadores de Áreas, mas à Pró-Reitoria coube apenas apoiá-las com os recursos que se fizessem necessários. Algumas vieram a ser definitivamente incorporadas, outras foram reformuladas, outras descontinuadas. Umas e outras, porém, representam uma resposta positiva do professorado à proposta de inovação contida na implantação do 1º Ciclo.

Chegando a Reforma ao Ciclo Profissional, no momento inicial todos os cursos tiveram seus currículos adaptados ao novo sistema: desdobramento das disciplinas anuais em semestrais, introdução de eletivas, definição de ementas, fixação de pré e corréquisitos. Entretanto, em vários casos, os Coordenadores e Colegiados de Curso, responsáveis por esse trabalho, foram além e procederam a revisão mais aprofundada dos conteúdos curriculares, reformulando-os, completando-os, atualizando-os (lembro-me, em particular, dos de Engenharia, nos quais foram introduzidas bem montadas alternativas opcionais por “ênfases” curriculares diversas). Ao longo dos anos seguintes, essa tendência foi-se acentuando e, em 1975, ao término do Reitorado, a grande maioria dos cursos, sobretudo os do Sistema Profissional, tinham tido seus currículos em alguma medida, o mais das vezes substancial, reformulados e atualizados.

Quanto à metodologia do ensino no Ciclo Profissional, à diferença do que acima se viu em relação ao 1º Ciclo, não houve nenhuma ação concertada, por parte dos Departamentos, no sentido de aperfeiçoá-la. A razão pode estar em que, não havendo, nele, concentração de docentes em uma mesma disciplina, a iniciativa de tais ações seja ordinariamente deixada aos um ou dois docentes responsáveis por cada disciplina. E, de fato, já antes de chegar a Reforma ao Ciclo Profissional, alguns (poucos) de seus professores levaram à Pró-Reitoria propostas de melhoria do ensino de suas disciplinas que demandavam apoio financeiro; eram todas de baixo custo e pudemos atendê-las. Em 1973, o MEC criou um “Programa de Otimização do Ensino”, no qual justamente se enquadava esse tipo de propostas. Divulgamos o Programa, encaminhamos nossos projetos, cuidadosamente apresentados, brigamos por eles lá em cima e conseguimos os recursos – naquele ano e nos dois seguintes, ao que me lembre, para um total de uns vinte projetos.

Contudo, no que diz respeito à melhoria do ensino, mais importante do que condições externas e recursos materiais é que o professor saiba utilizá-los, ou seja, em último termo, que ele saiba ensinar. Ora, era fato certo que, entre os professores da UFPE, alguns sabiam ensinar, outros nem tanto e outros muito menos. A este fato se acrescia o de estarmos admitindo um número considerável de novos Auxiliares de Ensino, muitos deles

recém-diplomados, a maioria sem anterior experiência docente, aos quais se entregava a caderneta e o programa e se dizia: "agora vão dar suas aulas"... Atenta a esses fatos, fomos vendo que a melhoria da qualidade do ensino haveria de passar pela melhoria da qualificação pedagógica ou, mais propriamente, didática, dos nossos professores. Chamei, pois, a Profa. Maria José Bezerra Baltar, da Faculdade de Educação, e da conversa resultou a proposta, levada ao seu Departamento de Métodos e Técnicas do Ensino, de oferecimento de um Curso de Aperfeiçoamento em Didática do Ensino Superior. Montado, coordenado e em grande parte ministrado por ela, a resposta altamente favorável do professorado àquele primeiro curso e a subsequente demanda por ele levaram a que sua oferta passasse a ser regularmente repetida nos anos seguintes.

Porém esse período, ao longo do qual a Reforma foi implantada, caracterizou-se simultaneamente como um período de expansão numérica do Ensino Superior, em proporções, até onde sei, sem precedentes. À falta dos números, de que não disponho, o termo "explosiva", com que à época correntemente se qualificava essa expansão, pode lhe dar uma idéia mais aproximada do que ela foi. É de notar que o "aumento de matrículas" era um dos pontos da "reforma" anos atrás reivindicada pela UNE, e é possível que o Governo achasse que as duas coisas deviam ir juntas, adotando-a como "política governamental", extensiva inclusive ao setor privado. Mas o que no momento interessa é seu impacto aqui dentro, no cenário do ensino de graduação da UFPE.

Passo por alto o que diz respeito à infra-estrutura física e de pessoal, necessária para acomodar e atender a esse aumento numérico de estudantes e de turmas: estava-se em pleno "milagre brasileiro", e coisas que dependessem apenas de recursos financeiros podiam ser razoavelmente resolvidas por quem os fosse buscar com competência e perseverança. Expansão de matrículas, contudo, não é uma questão meramente quantitativa: a decisão de receber maior número de alunos é, simultaneamente, a de receber alunos menos qualificados. No caso concreto, histórico, daquela decisão, consubstanciada naquela "política governamental", ela representou uma substancial mudança na proposta de quais alunos, com que qualificação, o Ensino Superior havia de receber. Anteriormente, classificavam-se para as vagas oferecidas alunos que, tendo concluído o 2º Grau, nele houvessem recebido um nível básico de preparo definido como suficiente para habilitá-los a prosseguir seus estudos em nível superior. Nas vagas agora oferecidas – as mesmas anteriores e as que a elas se acrescentassem – passavam a ser recebidos os que, com o preparo que tivessem obtido no 2º Grau, para elas se classificassem. Daí, como primeiro efeito, a substituição do anterior "concurso de habilitação" (este era o nome) e de suas "notas mínimas" correspondentes ao mínimo de preparo exigido, pelo novo "vestibular classificatório", em que o mínimo de preparo aceito é o que vier a resultar do número de vagas oferecidas.

Não vou me deter nas discussões e reflexões que, na UFPE, precederam e finalmente levaram à adoção desses novos entendimentos e procedimentos. Passando aos seus reflexos no cenário dos cursos de graduação, note de logo que, nos cursos de maior demanda e "ponto de corte" mais folgado, os "alunos menos qualificados" recebidos nas novas vagas acrescidas não eram "alunos insuficientemente qualificados": eram todos eles classificados com notas acima daquela "mínima" anterior – indicadora do nível de

preparo básico que habilita para o curso – e os últimos deles não muito distantes dos últimos anteriores (nessa altura, a diferença entre as notas é representada por frações cada vez menores e maior o número de empates). Nesses cursos, pois – o de Medicina, de proa, e outros mais das Áreas I, III e IV – esses novos alunos foram absorvidos sem alteração perceptível, de um lado, do nível de qualidade e de exigência do ensino; e, do outro, do padrão de desempenho escolar, traduzido, por ex., nos índices de reprovação e, ao fim do tempo normal de conclusão do curso, na taxa de graduados (na Medicina, antes e depois e ainda hoje, praticamente 100%).

Posto isso, o “vestibular classificatório” foi adotado a partir do ingresso de 1971 e realizado em 71 e 72 sem pré-opção. Desse modo, só a partir de 73 seus efeitos começaram a incidir diretamente sobre os cursos de menor procura das Áreas I, III e IV, passando eles a receber alunos com notas inferiores ao nível mínimo anteriormente exigido. Naqueles cujas vagas tenham sido ampliadas, parte destas foram assim preenchidas. Em vários outros, porém, parte das mesmas vagas anteriores, sem qualquer aumento, assim também passaram a ser. No início de 1975 – tendo as turmas de 73 e 74 concluído o 1º Ciclo e as de 73, na Área III, também o Ciclo Básico, e nas Áreas I e IV, o primeiro ano do Profissional – as avaliações dos reflexos desse novo perfil do alunado, pelos Coordenadores e Colegiados dessas três Áreas e de vários desses Cursos, concluíam todas que, mantido o mesmo nível de qualidade e de exigência do ensino, o padrão de desempenho escolar, em particular o índice de reparações, não apresentava alteração significativa. Entre as hipóteses explicativas desse resultado, predominava a que o atribuía ao fato de esses novos alunos, menos qualificados, serem todos “de 1ª opção”, enquanto os anteriores, mais qualificados, eram de 2ª, 3ª, 4ª.

Como Você há de ter notado, todo o acima refere-se aos cursos das Áreas I, III e IV. Na Área II – Ciências Exatas e Tecnologia – o quadro era substancialmente diverso. É instrutivo lembrar que, nos Vestibulares antes realizados pela Escola de Engenharia, o número de candidatos aprovados era, ano a ano, inferior ao das vagas oferecidas. Seguindo-se os primeiros centralizados (68/70), neles, não lembro ao certo, mas possivelmente a normalização dos escores brutos das provas objetivas permitia preencher as vagas. Chegando-se então ao Vestibular classificatório, os alunos classificados - em 71 e 72, para a Área II, e de 73 em diante, para cada um de seus cursos, inclusive os de Engenharia – tinham, nas provas específicas da Área – Matemática, Física e Química – resultados em média bastante próximos, e um ponderável número deles, inferiores, ao que corresponderia ao nível mínimo de preparo básico requerido.

“A pesquisa sistemática, iniciada na Universidade com a criação dos Institutos, vinha-se desenvolvendo com os recursos de órgãos/ agências financiadores, nacionais ou estrangeiros, que o valor e prestígio pessoal de seus diretores lhes permitia captar. Data do Reitorado de Dr. Murilo a sistematização de ações da Administração Central no sentido de apoiar/impulsionar esse desenvolvimento.”

Diversamente do que se viu nas outras Áreas, esse despreparo refletia-se pesadamente nos índices de reprovação da Área II, concentrados, como já mencionei, nas disciplinas de Matemática. Estas, mais do que quaisquer outras, partem de conteúdos programáticos objeto de escolaridade anterior, jogam com eles e sobre eles se constroem; pelo que, mais que quaisquer outras, elas são afetadas pela falta de domínio desses conteúdos. No caso, os exemplos que dei àquele capitão da 2ª Seção, o último deles remontando a conteúdos curriculares do 1º Grau menor, não eram “força de expressão”: eles me foram trazidos das salas de aula da Área II, evidenciando toda uma faixa de deficiências cuja “recuperação”, dentro da Universidade, não é nem viável nem comportável. Quanto às possivelmente recuperáveis, uma primeira medida tomada foi o recuo do programa de Cálculo I, que passou a iniciar-se com tópicos do 3º Colegial. Os monitores destacados para prestar assistência na resolução de exercícios e problemas foram reforçados em número e treinamento. E os Cálculos e a Álgebra Linear passaram a ser oferecidas também em regime intensivo, no período letivo especial (verão).

De qualquer forma, permaneceu alto o percentual de estudantes que não logravam integralizar o 1º Ciclo e o Básico no prazo regimental, não chegando, portanto, ao Profissional, isso em todos os cursos da Área, inclusive os de Engenharia. Sobre o comportamento nesse Ciclo, não tenho os dados da época. Mas, em 1991, no Reitorado de Edinaldo, vinte anos depois do ingresso daquela primeira turma da Reforma e do Vestibular classificatório, a taxa de graduação, nos cursos de Engenharia, não era superior a 50%, indicando, além da persistência do mesmo gargalo na passagem ao Profissional, também considerável evasão ao longo deste. Decorridos outros vinte anos, agora, em 2011, o site da UFPE informa que a taxa de graduação do conjunto dos nossos cursos é de 61%, o que, para as Engenharias, não pode significar

coisa muito diferente dos mesmos anteriores 50%. E informa também o site que, com essa taxa de 61%, a UFPE se situa em 5º lugar no ranking nacional... Em se tratando de “média”, não hão de ser só os cursos da Área II que a estão, desse modo, puxando para baixo: algum(ns) outro(s) há de haver (possivelmente as Licenciaturas) com igual mau desempenho. Falo, então, das Engenharias, porque está na ordem do dia o alarme sobre o “déficit de engenheiros” que ameaça inviabilizar o desenvolvimento do País e sobre medidas emergenciais para aumentar a safra anual de novos engenheiros. E falo nessas taxas porque elas mostram que o que vem faltando não são vagas nos cursos de Engenharia e, sim, egressos do Ensino Médio em condições de, nas vagas existentes, chegarem a ser engenheiros. Mas, quanto a este e a outros semelhantes déficits, o que sobretudo falta não é propriamente ver e entender o que esses números há quarenta anos vêm mostrando, e sim levá-lo a sério e agir em consequência. Não será para o meu tempo, mas, quem sabe, daqui a outros vinte anos, Você vá ao site da UFPE e os novos números que lá encontre lhe mostrem que isso finalmente foi feito, ou pelo menos terá começado e estará em vias de ser feito.

“Insere-se também aqui, como traço marcante desses dois Reitorados, [Murilo e Marcionilo], o intenso programa de qualificação do corpo docente, com prioridade dada ao doutoramento no exterior.”

Mas, decerto, sua indagação sobre “os aspectos pedagógicos”, melhor diríamos, “didáticos-científicos”, daqueles dois Reitorados não se limita à Graduação, que foi neles a minha área, estendendo-se também à Pós-Graduação e à Pesquisa. Não estão mais aqui os que, delas se tendo diretamente ocupado, melhor poderiam delas falar: no Reitorado de Dr. Murilo, o próprio Marcionilo, e, no de Marcionilo, José Carneiro Leão, que voltou de Campinas, onde começara a radicar-se, para assumir a PROPESQ. Estas foram áreas em que notoriamente – e inclusive em vários aspectos, pioneiramente - se destacaram aquelas duas Administrações e passo a alinhar alguns dados que, certamente incompletos, entretanto bem o demonstram.

A pesquisa sistemática, iniciada na Universidade com a criação dos Institutos, vinha-se desenvolvendo com os recursos de órgãos/agências financiadores, nacionais ou estrangeiros, que o valor e prestígio pessoal de seus diretores lhes permitia captar. Data do Reitorado de Dr. Murilo a sistematização de ações da Administração Central no sentido de apoiar/impulsionar esse desenvolvimento. Em 1967 foram elas institucionalizadas com a criação da Comissão Central de Pesquisa (COCEPUFP), pioneira no País e precursora da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Essa Comissão, presidida por Marcionilo, e a partir de 1969 a Pró-Reitoria a que ela deu origem e de que ele foi o primeiro Pró-Reitor, passaram a coordenar os projetos desses Institutos e a negociação de seu financiamento por aqueles órgãos/agências externos – nacionais: CNPQ e SUDENE; estrangeiros: Fundações Ford, Rockefeller, Fullbright, Kellogg. Dessa atuação, particularmente importante em relação aos grupos emergentes, resultou notável incremento, quantitativo e qualitativo, da produção científica na UFPE. Dela também resultaram duas novas áreas de pesquisa, mediante convênios com o CNPQ. O primeiro, em 1970, teve como objeto a implantação da área de Energia Nuclear, envolvendo vultoso investimento na construção de suas instalações; inicialmente constituído como Órgão Suplementar, sem lotação docente, em 1975 deu este origem ao novo Departamento de Energia Nuclear, em condições de desenvolver o ensino e a pesquisa nessa área. Seguiu-se, em 1971, o da Física, com a contratação de um novo grupo de jovens doutores, que em poucos anos fizeram desse Departamento um centro de excelência, projetado nacionalmente como um dos melhores do País.

Em relação à Pós-Graduação, nascida nesses Institutos de pesquisa, marco significativo foi a criação do PIMES – Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – mediante convênio, creio que com a Fundação Ford, do qual resultou o início desses Mestrados, em 1967. No mesmo ano foi iniciado o Mestrado em Bioquímica. A esses logo se seguiram outros, de modo que, em 1970, ao serem criados pelo MEC os Centros Regionais de Pós-Graduação, a posição de vanguarda da UFPE fez com que nela fosse sediado o Centro Regional do Norte e Nordeste. Em 1975, ano do lançamento do Programa Nacional de Pós-Graduação, os cursos de Mestrado já eram aqui dezoito, passando, em dois deles, a acrescentar-se, naquele ano, os correspondentes Doutorados.

Insere-se também aqui, como traço marcante desses dois Reitorados, o intenso programa de qualificação do corpo docente, com prioridade dada ao doutoramento no exterior. À época, o programa de bolsas da CAPES ainda estava incipiente, só vindo a tomar

maior impulso com o lançamento do PICD, não me lembro se ainda no Reitorado de Marcionilo ou só depois. Mas havia várias agências governamentais estrangeiras que ofereciam bolsas para pós-graduação – British Council, Aliança Francesa, DAD (Alemanha) – além daquelas Fundações americanas que acima citei, e a Universidade mantinha excelentes relações com todas elas. Naqueles Reitorados, porém, não se cuidou apenas de facilitar a obtenção dessas bolsas, mas de estimular os professores a se candidatarem a elas. Não tenho os números, talvez Você possa levantá-los, porque foram realmente muito significativos. Na segunda metade do Reitorado de Marcionilo começou-se também a dar maior atenção às condições de trabalho a serem oferecidas aos novos doutores retornados. O problema fazia-se sentir particularmente para aqueles que eram os primeiros em suas áreas, e lembro-me de Carneiro Leão dizendo: “eles precisam de um “enxoval” para começarem a trabalhar, temos de cuidar disso”; o nome colou e ele gostava de referir-se ao “programa enxoval”.

Agora veja: aqueles que estavam voltando, eram frutos que se colhiam das ações desenvolvidas no Reitorado de Dr. Murilo; e os próximos retornos dos que estavam fora seriam frutos que no Reitorado seguinte se colheriam do que no de Marcionilo se fizera. Mas isso não é tudo: os frutos do que nesses dois Reitorados se fez não estariam só no retorno dos que neles saíram, mas também no dos que, por causa do que neles se fez, passariam a sair e a retornar doutores. Porque o que nesses Reitorados, sobretudo, se fez foi infundir e difundir uma “cultura” – que hoje parece comezinha, mas à época estava longe de o ser: a de que a “carreira” de um professor universitário passa naturalmente, normalmente, pelo seu doutoramento. Não digo que eles a deixaram generalizada – como hoje provavelmente está – mas fizeram-na dar, seguramente, visivelmente, um grande, decisivo passo nessa direção.

Chegando à última parte de sua pergunta – a atuação desses Reitorados sob o ponto de vista administrativo - ela pode entender-se em dois sentidos, não sei a qual deles Você se refere. Um primeiro diz respeito à organização e funcionamento das atividades-meio, de apoio às atividades-fins. Quanto a este, não estou muito por dentro, mas do que deduzo, tradicionalmente da administração dos órgãos setoriais cuidavam os respectivos diretores, cabendo ao reitor cuidar da dos órgãos centrais: Reitoria e Órgãos Suplementares (menos o HC, é claro). E assim continuou, até onde sei, cada Unidade, com sua estrutura e suas rotinas, sujeita às normas do DASP, mas a muito poucas, se alguma, da Reitoria, e com certeza bastante diversos entre si, em porte, complexidade e eficiência.

“Mas o ponto principal, que mais me importava, foi a institucionalização, trazida pela Reforma, do poder decisório das bases, através dos colegiados de cursos e, sobretudo, do Departamento, definido como a “unidade administrativa” básica.”

Restando, então, para o Reitor, a administração da Reitoria, com seus serviços centrais, minha impressão é que, por ocasião da mudança para o campus, eles estavam organizados e funcionavam basicamente na forma em que foram inicialmente implantados. Havia um núcleo de excelentes servidores – nos escalões superiores, além dos que Você citou, Eduardo Cabral de Mello, Rubem e Ângelo de Souza, Tereza Melia, Sylvia Andrade

Bezerra, Marta Maia e outros – mas também, em todos os demais escalões, gente que tinha visto, ou melhor, tinha feito aquilo nascer e crescer, e outros que entraram depois e aprenderam com eles, sabiam de tudo, cuidavam de tudo, vestiam a camisa. Mas, com o crescimento da Universidade, aquele “modelo” (“pré-científico”) estava chegando ao limite. Já tínhamos o NPD, com equipamentos ainda bastante rudimentares, apenas começando a prestar apoio administrativo: no Reitorado de Dr. Murilo, a folha de pagamento e os vestibulares, em 71, as matrículas e a escolaridade centralizada. Quando chegamos ao campus, comecei a ouvir falar em Organização e Métodos e na necessidade de modernizar nosso sistema administrativo. Foi contratada uma firma de O&M, não lembro se por Dr. Murilo ou já Marcionilo, do que resultou a informatização do sistema de Comunicações (possivelmente também do Financeiro, mas neste, à época, não tomei conhecimento). Falou-se muito em microfilmar o Arquivo Geral, mas era caro e não houve recursos; no tempo de Efrem ainda se falava nisso... Enfim, coisas normais de modernização dos serviços, que hoje devem estar bem mais avançadas: chego ao D.P., Eugênio entra no computador e tem na ponta dos dedos tudo de que precisa. Aliás, por falar no D.P., tradicionalmente tinha-se um professor como Diretor do Departamento e era um mistério que, tendo tanta gente boa lá dentro, a impressão geral era que não funcionava bem; veio Amaro, teve a idéia de usar a ”prata da casa”, dois funcionários administrativos de carreira – Lenita, como pró-reitora, e Eugênio, como adjunto – e acertou em cheio, dá gosto de se ver!

Mas, talvez, Você se refira mais à administração como governo, tomada de decisões, estrutura e mecanismos do processo decisório. Quanto ao poder central, um primeiro traço, que me parece marcante, em ambas essas gestões, era o reconhecimento, praticado, de que ele reside primariamente nos Órgãos deliberativos Superiores. Antes da Reforma, havia apenas um Conselho Superior, o Conselho Universitário, composto basicamente pelos diretores e um representante de cada Congregação. Com a Reforma, ele foi desdobrado, ficando o Universitário com os diretores, e criando-se o Conselho Coordenador, com os representantes das Unidades e das diversas classes de Magistério. Competente o CCEPE em matéria didático-científica, o Universitário era instância superior, decidindo vários assuntos de interesse também didático-científico. Isso foi corrigido no Estatuto de 74, ficando dois Conselhos, o de Administração e o Coordenador, de igual nível, e o Universitário, acima deles, formado pelo conjunto dos dois. Nos Reitorados de Dr. Murilo e Marcionilo, em todas as decisões importantes a iniciativa podia ser e normalmente era do Reitor, mas elas eram levadas ao Conselho competente, Plenário ou Câmaras, ou, sucessivamente, a ambos, as reuniões eram frequentes, sobretudo as do Coordenador e suas Câmaras, e nelas efetivamente discutia-se a matéria.

Mas o ponto principal, que mais me importava, foi a institucionalização, trazida pela Reforma, do poder decisório das bases, através dos colegiados de cursos e, sobretudo, do Departamento, definido como a “unidade administrativa” básica. A imagem, a proposta que aí se encontra é a de uma Universidade que, dentro de uma unidade de normas gerais comuns, se autodetermina de baixo para cima, cada departamento tomando conta de si mesmo, não só da sua rotina administrativa, mas das suas prioridades, do seu projeto. Era uma idéia nova e lembro-me de como chefes de Departamentos vinham

à Pró-Reitoria com problemas internos a resolver, eu dizia: “isso é assunto do Departamento, vejam o que o Regimento diz, resolvam e, se não estiver contra as normas, fiquem certos de que a decisão de vocês prevalecerá”. Mas não era fácil entenderem, ou assimilarem essa idéia. Em parte é possível que o “espírito de classe” interferisse: autogoverno implica autodisciplina, esta implica medidas disciplinares e é possível que as chefias e comissões diretoras relutassem em tomá-las “contra colegas”, preferindo que viessem de cima para baixo... Mas é também possível que não fosse mesmo viável fazer acreditar que esta era a proposta, fazer aderir a ela e agir em consequência, num órgão público de um Governo Ditatorial – e esta terá sido a trágica fatalidade enfrentada pela Reforma. No entanto, Departamentos houve que o entenderam e praticaram. Pude acompanhar de perto um caso, em particular, numa Unidade notoriamente corroída de práticas e vícios antigos, em que um grupo de jovens Mestres assumiu o Departamento, deliberou aonde queria chegar, equacionou com lucidez os problemas e suas soluções (que, de imediato, envolviam enormes cargas horárias para eles mesmos, nas disciplinas básicas do curso), fixou prioridades e metas e pôs-se a executá-las; na época prevista, foram partindo para o doutorado, distribuídos nas especialidades previstas, e, em alguns poucos anos, o Departamento de Economia projetava-se como centro de excelência no cenário nacional. Posso lhe dizer que isso é uma bela coisa de se assistir. E de com ela manter a fé em que este é o caminho certo, o único caminho pelo qual a Universidade se constrói.

Evson Malaquias: *Muito obrigado pela disponibilidade para a realização da entrevista, além da gentileza e boa vontade ao nos atender nesta atividade de pesquisa.*

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a sua Editora Universitária, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, têm a honra e a satisfação de apresentar à Sociedade o livro **UFPE – Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Sob a competente coordenação do Professor Evson Malaquias de Moraes Santos e equipe de estudantes pesquisadores (...) essa pesquisa fornece, pois, elementos indispensáveis para a compreensão da cultura institucional e de fatos históricos que marcaram a vida da UFPE. (...) Em particular, o presente livro apresenta valor histórico inestimável. Trata de riquíssimas entrevistas com professores que, em épocas passadas e recentes, tiveram papel de grande importância nas tomadas de decisão institucionais. (...) Estamos diante de intelectuais que se afirmaram profissionalmente através do mérito, oriundo de profunda dedicação aos estudos, como mostra suas formações à pesquisa e ao ensino, bem como através de suas interações com pesquisadores de renomadas universidades do Brasil e do exterior. Chamaram-me atenção a sinceridade e a simplicidade com que narraram suas vidas pessoais, profundamente inseridas em suas vidas familiares e profissionais. São exemplos de vida para as gerações atuais e futuras da Universidade.

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Reitor da Universidade Federal de Pernambuco

ISBN 978-85-415-0002-9

